COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO PROFESSOR JAELSON BIÁCIO

ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Rua Duque de Caxias, nº 65

CEP: 87318000

Fone: (44) 3572 11 58

e-mail: colegiojaelson@gmail.com

Site: cpmjaelson.seed.pr.gov.br

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

DISTRITO DE PIQUIRIVAI

CAMPO MOURÃO – PARANÁ

2011

COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO PROFESSOR JAELSON BIÁCIO

ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Rua Duque de Caxias, nº 65

CEP: 87318000

Fone: (44) 3572 11 58

e-mail: colegiojaelson@gmail.com

Site: cpmjaelson.seed.pr.gov.br

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A Proposta do Projeto Político-Pedagógico vem atender a Deliberação do Conselho Nacional da Educação e Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

DISTRITO DE PIQUIRIVAI

CAMPO MOURÃO – PARANÁ

2011

SUMÁRIO

CAMPO MOURÃO – PARANÁ 1
CAMPO MOURÃO – PARANÁ 2
2011 2
INTRODUÇÃO 6
A FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO 8
O QUE É O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO? 10
OBJETIVOS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO 11
IDENTIFICAÇÃO 12
Atos Oficiais 13
Localização 13
ASPECTOS HISTÓRICOS 13
Histórico do Colégio 13
O nosso patrono: Quem foi o Professor Jaelson Biácio? 16
ORGANIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO 18
Quadro de número de turmas do Colégio 18
Estrutura física 18
Equipamentos 18
Acervo da Biblioteca Escolar 19
SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA 19
Quadro de diretores 19
Quadro de professores pedagogos 20
Quadro de funcionários 20
Quadro de professores 20
PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS DO TRABALHO ESCOLAR 21
PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO 22
A REALIDADE EDUCACIONAL NUMA VISÃO MACRO 24
..... 24
A realidade do Brasil 24
A realidade do Estado do Paraná 28
A realidade do Município de Campo Mourão 31
O COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO PROFESSOR JAELSON BIÁCIO 32
A realidade do Colégio Estadual do Campo Professor Jaelson Biácio 32
Quanto às condições físicas da escola 33
Quanto a Gestão Escolar 34
Quanto a Equipe Pedagógica 35
Quanto à família da nossa comunidade 35
Um diagnóstico da família de nossa Comunidade Escolar 37
Quanto ao Estudante Jaelson Biácio 38
Um diagnóstico dos alunos do Ensino Fundamental Séries Finais 39
Um diagnóstico dos alunos do Ensino Médio 41
Quanto a Equipe de Professores 43
Quanto aos Agentes Educacionais e suas atribuições 44
Agente Educacional I 44
Agente educacional II 45
Quanto aos Profissionais da Educação – Um diagnóstico da realidade do Colégio Jaelson Biácio 46
A BIBLIOTECA ESCOLAR 50
A biblioteca Escolar do nosso colégio 51
Quem foi Vivian Silvana Becher? 52
SOBRE A REALIDADE DO COLÉGIO JAELSON BIÁCIO PARA ATENDER O ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS 53
O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 55
Quanto ao resultado brasileiro de 2010, relativo à 2009 55
A realidade do Colégio Jaelson Biácio (Ideb) 56
Quanto a Distorção Idade Série (Aprovação e Reprovação) 58
CRITÉRIOS DE ORGANIZAÇÃO INTERNA DA ESCOLA 58

CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR E HORÁRIOS LETIVOS/ NÃO LETIVOS 59
CRITÉRIOS PARA ORGANIZAÇÃO DE TURMAS E DISTRIBUIÇÃO DE AULAS 60
REGIME ESCOLAR 61
GESTÃO FINANCEIRA 63
O Fundo Rotativo 63
Programa Escola Cidadã 63
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola 64
Recursos Próprios (A.P.M.F) 64
AS INSTÂNCIAS COLEGIADAS 64
O Conselho Escolar 64
Associação de Pais, Mestres e Funcionários 66
O Grêmio Estudantil 67
Por que um Grêmio na escola? 68
Objetivos do Grêmio Estudantil 68
Exemplos de Atividades para o Grêmio 69
Aluno Representante de Turma 69
CONCEPÇÕES QUE NORTEIAM O NOSSO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO 70
Concepção de Gestão Escolar 70
Concepção de Educação 71
Concepção de homem 74
Concepção de infância/adolescência 76
Concepção de Educação de Jovens e Adultos 78
Concepção de sociedade 80
Concepção de cidadania 82
Concepção de cultura 83
Concepção de escola 84
Concepção de ensino e aprendizagem 86
Concepção de alfabetização/letramento 88
Concepção de ludicidade 92
Concepção de conhecimento ambiental 95
“Só que a casa não é essa tenda, não é o apartamento que nós temos, ou a casa onde moramos. Hoje a casa é o planeta Terra. Nós não temos outra casa para morar, só temos essa casa comum.” (Leonardo Boff). 95
Concepção de conhecimento tecnológico 97
Concepção de currículo 100
Concepção de avaliação 101
Avaliação no Contexto Escolar 103
Objetivos da Avaliação no Contexto Escolar 105
O que avaliar? 106
Como Avaliar? 106
Quem avalia? 106
GESTÃO ESCOLAR PARTICIPATIVA E DEMOCRÁTICA 107
CONTRADIÇÕES E CONFLITOS PRESENTES NA PRÁTICA DOCENTE 109
A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM 09 ANOS NO BRASIL 111
A Implantação do Ensino Fundamental de 09 anos na Rede Estadual de Educação do Paraná 111
O Ensino Fundamental de 09 anos: Algumas Considerações 112
Por que aumento mais um ano no Ensino Fundamental? 115
A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL COMO PARÂMETRO DE COMPREENSÃO DOS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO 116
LETRAMENTO NUMA CONCEPÇÃO HISTORICO CULTURAL 119
DIREITOS PARA A INFÂNCIA NO BRASIL 122
A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS 123
A EDUCAÇÃO PARA AS CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS DO CAMPO 126
Um Currículo para a Educação do Campo 128
Eixos Temáticos para a Educação dos filhos dos Camponeses 130
Trabalho: divisão social e territorial 130
Cultura e identidade 130
Interdependência campo-cidade, questão agrária e desenvolvimento 130
Sustentável 130
Organização política, movimentos sociais e cidadania 131

A Educação do Campo oferecida hoje no Colégio Jaelson Biácio 132
A ANÁLISE DAS CONTRADIÇÕES E CONFLITOS PRESENTES NA PRÁTICA DOCENTE: REFLEXÃO TEÓRICO - PRÁTICA
..... 132
Da Escola que temos para a Escola que estamos construindo 132
PRÁTICAS PARA SUPERAÇÃO DOS PROBLEMAS E OFERECER UMA EDUCAÇAO DE QUALIDADE PARA TODOS 136
A Formação Continuada dos professores e Profissionais da Instituição 136
Programa Fica 138
A Educação Inclusiva 140
Educação Especial de acordo com a Deliberação Estadual número 02/03 140
Diversidade e o Respeito às Diferenças 141
Nome Social como um direito 142
Atividades Complementares Curriculares em Contraturno 143
Sala de Apoio a Aprendizagem 143
Compete ao Professor Regente: 145
Compete ao Professor da Sala de Apoio á Aprendizagem: 145
CELEM – Centro de Línguas Estrangeiras Modernas 146
Equipe Multidisciplinar – Respeitando as Diferenças e Trabalhando em União 147
A agenda 21 no Trabalho da Educação Ambiental 148
"Só que a casa não é essa tenda, não é o apartamento que nós temos, ou a casa onde moramos. Hoje a casa é o planeta Terra. Nós não temos outra casa para morar, só temos essa casa comum." (Leonardo Boff) 148
CONTEÚDOS E ATIVIDADES INTEGRADORAS DO CURRÍCULO 151
A história e cultura afro-brasileira, africana e indígena ao atendimento à LEI Nº11.645/08 151
A história do Paraná para atender a LEI Nº13381/01 152
O Ensino da Música para atender à LEI 11.769/08 152
Educação Ambiental para atendimento à LEI No 9.795, de 27 de abril de 1999. 153
Enfretamento à violência contra a Criança e ao Adolescente para atender à Lei Federal nº 11525/07 154
O que a escola pode fazer? 156
O trabalho de prevenção ao uso indevido de drogas e sobre sexualidade humana 156
A Educação Tributária em Atendimento ao Dec. nº1143/99, portaria nº 413/02 158
A Educação Fiscal 158
INCLUSÃO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO 159
LEI DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO 160
PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA ESCOLA 160
Família na Escola 160
Feira de Ciências 160
O trabalho com a leitura 160
Projeto Coletivo e Interdisciplinar Semestral 161
O projeto de Musicalização 161
O Projeto Cinema 161
Os Jogos Intercalasses 161
METAS DO COLÉGIO PARA OS PRÓXIMOS ANOS 163
PLANO DE AÇÃO DO COLÉGIO EM TODAS AS GESTÕES 168
CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO 168
A AVALIAÇÃO ESCOLAR 176
Avaliação do Desenvolvimento Integral do Aluno 176
A Avaliação da Aprendizagem 178
Alguns Instrumentos e Critérios Avaliativos utilizados pelo Colégio. 179
Recuperação de Estudos e Recuperação Paralela 181
Avaliação Institucional 183
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO 185
PEDAGÓGICO 185
BIBLIOGRAFIAS 186
2- OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA 193
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES 194
Conteúdos Específicos 194
MÚSICA 194
TEATRO 194

DANÇA 194
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES 195
Conteúdos Específicos 195
MÚSICA 195
TEATRO 195
DANÇA 196
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES 196
Conteúdos Específicos 196
MÚSICA 196
TEATRO 197
DANÇA 197
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES 197
Conteúdos Específicos 197
MÚSICA 198
TEATRO 199
DANÇA 199
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES 199
Conteúdos Específicos 199
MÚSICA 200
TEATRO 200
DANÇA 200
CONTEÚDOS COMPLEMENTARES 200
4- METODOLOGIA DA DISCIPLINA 201
BIBLIOGRAFIA 202
Instrumentos e Critérios Avaliativos que serão utilizados na disciplina 253
1. MITO E FILOSOFIA 259
2. TEORIA DO CONHECIMENTO 260
4. FILOSOFIA POLÍTICA 261
5. FILOSOFIA DA CIÊNCIA 262
6. ESTÉTICA 263
5. ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO 264
6. AVALIAÇÃO 265
7. BIBLIOGRAFIA 266
5- AVALIAÇÃO ESPECÍFICA DA DISCIPLINA 279
3.1 CONTEÚDO ESTRUTURANTE 298
4- METODOLOGIA 303
5- AVALIAÇÃO 304
REFERÊNCIAS 306
BRASIL, Lei Nº 11.645, de 10 Março de 2008. 306
BRASIL, Lei Nº 11.645, de 10 Março de 2008 321

INTRODUÇÃO

O presente Projeto Político-Pedagógico contou com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar do Colégio Estadual do Campo Professor Jaelson Biácio Ensino Fundamental e Médio. Procuramos ouvir aos professores, alunos, representantes dos pais, funcionários, direção e professores pedagogos para analisarmos as propostas anteriores que deram certo, e onde deveríamos mudar, para que pudéssemos melhorar.

Entende-se por processo democrático, o caminho que se percorre junto à realidade e que leva a definir ações relativas aos setores específicos da escola, assim como ações conjuntas para que esta possa formar um educando que exerça sua cidadania, preparado-o para conviver e atuar por uma sociedade democrática.

O exercício do direito à Educação Básica supõe os princípios da igualdade, da liberdade, do reconhecimento do pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, da convivência entre instituições públicas e privadas e para que isso se realize estão estabelecidas na proposição da valorização dos professores e da gestão democrática do ensino público como garantia de padrão de qualidade.

Dentro de uma concepção Histórico Cultural de aprendizagem que é baseada na tendência que orienta o trabalho docente e as diretrizes estaduais de ensino, procuramos deixar claro o trabalho feito pelos Profissionais da Educação deste Colégio. Seguindo essa linha de pensamento e de construção do saber, o nosso Projeto Político Pedagógico surge a partir das vozes e aspirações de toda a nossa Comunidade Escolar.

As dificuldades encontradas para a elaboração foram muitas. Em primeiro lugar, procuramos fazer um diagnóstico de nossa escola através de questionário dirigido aos professores, alunos e pais. Assim, procuramos reunir os mesmos para

um momento de reflexão. Os pais e alunos foram representados pela Associação de Pais e Mestres e Funcionários (A.P.M.F.), Conselho Escolar e Grêmio Estudantil da Escola.

A partir desta reflexão, nos sentimos seguros para iniciar a construção deste Projeto Político-Pedagógico. Nosso projeto antigo foi consultado, e várias propostas foram reaproveitadas, e procuramos enriquecer as idéias já existentes ao nosso contexto escolar.

Procuramos nos inspirar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96), na Constituição Federal, nas Diretrizes Nacionais e Estaduais para o Ensino de Nove (09) Anos e na Minuta Estadual para o Ensino Médio, além desta fonte, procuramos auxílio nas obras de Veiga, Paulo Freire, Saviani, Vygostsky, João Luiz Gasparin, Pedro Demo e outros.

Também trocamos experiências entre professores, pedagogos e diretores de outros estabelecimentos de ensino, como também as orientações das coordenadoras pedagógicas do Núcleo Regional de Educação de Campo Mourão. Esta pesquisa toda para que pudéssemos estar seguros na elaboração do mesmo.

Este Projeto Político-Pedagógico trabalhará os valores, os conhecimentos e as relações que são os seus grandes pilares da educação, sendo que os Fundamentos Ético-Políticos que a sustentam juridicamente e Epistemologicamente que definem as nossas linhas pedagógicas e os Fundamentos Didáticos que apontam os princípios da Identidade, Diversidade e Autonomia. Também no cotidiano da escola, deve-se dar ênfase à cultura da justiça social e da paz, tarefa fundamental para um projeto que instiga as práticas políticas levando em conta os aspectos da diversidade, da situação histórica e particular da comunidade, proporcionando ao educando compreender o campo como um espaço emancipatório.

O colégio hoje está se transformando em uma escola do campo e para tanto precisamos nos adequar a essa nova concepção e filosofia de trabalho. Mas sabemos que tudo isso vem para aumentar a qualidade do ensino oferecido a nossa comunidade.

Desta forma, ao ser concluído este Projeto Político Pedagógico, o Colégio Estadual do Campo Professor Jaelson Biácio – Ensino Fundamental e Médio passa a ter sua própria identidade e todos que nele estão inseridos passam a fazer parte dessa identidade, pois cada trabalhador da Educação é responsável pela

construção histórica do estabelecimento de ensino onde trabalham sendo protagonistas dos fatos históricos vividos e construídos no decorrer dos termos de funcionamento do estabelecimento, história essa que faz diferença em muitas vidas em desenvolvimento.

A FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO

Para conquistar e obter a educação de qualidade que tanto almejamos, a gestão escolar deve considerar todos os interesses. A escola precisa escutar a todos (professores, funcionários, equipe pedagógica, pais e alunos) antes de tomar decisões, assim será uma gestão democrática, e se a participação for colegiada, remete à organização, o diálogo, a opiniões e pontos de vistas divergentes. Portanto, de grande valia para o processo educacional da instituição.

Precisamos trabalhar com nossos alunos de forma que busquem a curiosidade e valorize a pesquisa como caminho para o conhecimento e a sabedoria. Precisamos de professores interessados e que ousem e consigam agregar recursos tecnológicos à prática, estimulando a aprendizagem.

Repensar a Avaliação da escola como um todo é muito importante para redirecionar o nosso trabalho. A avaliação quantitativa , cumulativa e classificatória é excludente, nada formativa e nem diagnóstica. Não podemos aceitar essa avaliação sem que esta esteja engajada na procura de falhas para posterior correção e intervenção, considerando principalmente o trabalho do docente. A avaliação não pode representar uma arma de repressão ao aluno, mas um instrumento para redirecionamento e diagnostico do trabalho pedagógico da instituição.

Promovendo a aprendizagem através de conhecimentos significativos, onde professores e alunos respeitem as diferenças e buscam aprender em conjunto, contando com o apoio da comunidade escolar, a escola realizará seus projetos e metas e elevará o seu padrão de ensino.

Atualmente a função da escola é de maneira tão ampla, que se faz necessário repensá-la com um todo, pois a mesma é vista como a principal responsável pela preparação do homem para pleno exercício da cidadania. Portanto exige sistematização e sociabilização do conhecimento.

A escola, em primeiro lugar, deve trabalhar e favorecer o ensino aprendizagem de qualidade para o cidadão, que deve ser respeitado em suas diferenças e seus valores, com idéias globalizantes, contemplando aspectos históricos, construindo, elaborando, desenvolvendo, seu intelecto, psicomotor e efetivo.

A função da escola é comprometer-se com a verdadeira formação do aluno, trabalhando dentro da realidade dos mesmos, articulando-se com a comunidade, criando no alunado a consciência crítica e a necessidade de participar com responsabilidade, com visão de mundo mais ampla, e ao mesmo tempo, articulada com seu mundo familiar e do trabalho o qual está inserido.

A escola deve permitir flexibilidade, incentivando a democracia e a solidariedade, promovendo a integração aluno, natureza, vida e justiça, construindo as relações humanas, dentro de uma sociedade que necessita de agentes conscientes, críticos e que promovam a transformação necessária, para viver em sociedade onde o mesmo esteja inserido.

A escola de qualidade tem a obrigação de evitar a repetência e evasão. Tem que garantir a meta qualitativa do desempenho satisfatório de todos. A escola precisa estar compromissada com interesses reais e coletivos da população, no sentido de definir as ações educativas necessárias para a formação do cidadão.

Para que a escola proporcione conhecimentos históricos, científicos, sociais e tecnológicos, é necessária uma escola democrática, que se trabalhe em equipe, que se tenha organização ousada por parte dos educadores, pais, alunos e funcionários, pois temos que nos alicerçar nos pressupostos de uma teoria pedagógica crítica e viável, que parta da prática social e esteja comprometida em solucionar os problemas da educação e do ensino de nossa escola.

Num mundo como o de hoje, onde a inovação se dá a qualquer momento, planejar estratégias buscando melhorar nosso ensino/aprendizagem não é tarefa fácil, mais quando pretendemos estar à frente de um trabalho temos um grande desafio pela frente, e se falando em educação buscar metodologias que atinjam nossos alunos, definir metas para melhorar o ensino/aprendizagem dos mesmos desde os anos iniciais ao ensino médio.

É onde a escola fará a diferença na vida dos nossos alunos, que seja valorizada no seu sentido amplo, onde pais, professores e alunos se conscientizem e se unam para que a escola seja de qualidade; Que nossos governantes façam

cumprir as leis e que todos tenham acesso à verdadeira escola pública, de qualidade que tanto sonhamos. Cremos que seja necessário muitos repensares sobre a escola que temos e a escola que queremos; E que ainda vai muito além daquilo que sonhamos de fato, mas temos que ser otimistas, sabedores de estar construindo uma sociedade fundamentada em valores culturais, familiares e morais, onde predominem o bem.

O QUE É O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO?

No sentido etimológico, o Projeto Político-Pedagógico significa “lançar para diante”.

Ao construirmos o projeto da nossa Escola, planejamos a intenção do que temos que fazer e realizar para o futuro “lançamo-nos para diante”, com base no que temos, buscando o possível. É antever um futuro diferente do presente, visando à melhoria da qualidade de ensino. Ele está sendo construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

O Projeto Político-Pedagógico está buscando novos rumos, nova direção, essa ação intencional no sentido de compromisso com a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo.

O Projeto Político-Pedagógico é o fruto da interação entre os objetivos e prioridades estabelecidas pela coletividade, que estabelece, através da reflexão, as ações necessárias à construção de uma nova realidade. É, antes de tudo, um trabalho que exige comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo: professores, equipe pedagógica, alunos, seus pais e a comunidade como um todo.

Essa prática de construção de um projeto deve estar amparada por concepções teóricas sólidas e supõe o aperfeiçoamento e a formação de seus agentes. Só assim serão rompidas as resistências em relação a novas práticas educativas. Os agentes educativos devem sentir-se atraídos por esta proposta, pois só assim terão uma postura comprometida e responsável. Trata-se, portanto, da conquista coletiva de um espaço para o exercício da autonomia. Não é algo pronto, acabado, ele é flexível, requer continuidade das ações, democratização do processo de tomada de decisões.

O que queremos é resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, diálogo, fundado na reflexão coletiva, que parta da prática social e esteja

compromissada em solucionar os problemas da educação e do ensino em nossa escola, visando um princípio pedagógico da valorização dos diferentes saberes no processo educativo.

OBJETIVOS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Objetivo Geral

O Projeto Político Pedagógico deve constituir processo permanente de reflexão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, propiciando vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar e o pleno exercício da cidadania.

Objetivos Específicos

- Organizar o trabalho pedagógico da escola na sua globalidade;
- Superar conflitos, eliminando relações competitivas autoritárias;
- Considerar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo fundado na reflexão coletiva;
- Constituir processo democrático para tomada de decisões;
- Preocupar-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias;
- Romper com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola;
- Diminuir os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão;

IDENTIFICAÇÃO

O Colégio Estadual do Campo Professor Jaelson Biácio Ensino Fundamental e Médio, identificado com o Código:01256 está localizado no Distrito de Piquirivaí, no seguinte endereço:

Rua Duque de Caxias, nº 65 CEP 87318000

Fone: 44 3572 11 58

e-mail: colegiojaelson@gmail.com

Site: cpmjaelson.seed.pr.gov.br

Município: Campo Mourão – Código: 00430

Atos Oficiais

Sua dependência administrativa é Estadual sendo mantido pelo Governo do Estado do Paraná, o Estabelecimento de Ensino foi autorizado a funcionar pela Resolução nº 064/82 D.O.E. 15/06/1982 conjunta com Res.2.864/11 D.O.E.06/07/11 e Ato de Renovação do Reconhecimento: Resolução nº3.916/09 D.O.E.11/01/2010 , Ato de Renovação do Reconhecimento do Curso Ensino Médio – Resolução nº543/10 D.O.E. 15/04/2010

Com o Ato Administrativo nº 075/2009, foi aprovado o Regimento Escolar que foi construído a partir de reuniões com os diversos segmentos da Comunidade Escolar.

Localização

O Colégio Estadual do Campo Professor Jaelson Biácio – Ensino Fundamental e Médio situa-se no Distrito de Piquirivai pertencente ao Município de Campo Mourão na Rua Duque de Caxias, nº 65

Distância do Colégio do NRE: 26 km

- Localização: Rua Brasil nº1959, Centro ,Campo Mourão Paraná

ASPECTOS HISTÓRICOS

Histórico do Colégio

Nossa Escola foi criada em 1975 como extensão do Colégio Estadual João D'Oliveira Gomes, com o nome de Complexo Escolar Dr. Horácio Amaral – Ensino de 1º Grau.

Esta oportunidade de termos uma escola em nosso Distrito foi um marco, uma vez que a escola é responsável pela promoção do desenvolvimento do cidadão e cabe a ela encaminhar e direcionar como deseja formar este cidadão, buscando sempre uma visão de mundo, onde este saiba definir as mudanças que julga necessário.

Em 1979 implantou-se a Lei nº 5.692/71, onde a escola já funcionava nos períodos vespertino com duas turmas (5ª e 6ª séries) e noturno com quatro turmas (5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries).

Em 1982 cria-se a Escola Piquirivaí – EPG, através da Resolução nº 64/82 de 29 de julho de 1982.

Em 1983, através do Decreto nº 3.037 de 09 de outubro de 1980, a denominação passa a ser Escola Estadual de Piquirivaí..

Em 1984 a Escola foi reconhecida através da Resolução 7.419/84 (D.D.E. 20/10/1984). Foi um grande passo, pois findou a preocupação quanto à validade da documentação para os alunos concluintes de 8ª série que ingressariam no antigo 2º grau, hoje ensino médio.

Em 1987 a Escola faz uma homenagem a um Professor de Língua Portuguesa e advogado que atuou nesta Escola - Jaelson Biácio, que faleceu em um grave acidente de carro, assim a Escola passa a chamar-se Escola Estadual Professor Jaelson Biácio – EPG.

Com a autorização de funcionamento do 2º Grau, em 1993 – Resolução 179/93 (D.D.E. 06/04/1993), passa a denominar-se Colégio Estadual Professor Jaelson Biácio – EPSG.

Em 1998 através da Resolução nº 55/98 a Secretaria de Estado da Educação reconhece o curso de 2º grau.

Com a implantação do Ensino Médio em 1999, passa a denominar-se Colégio Estadual Professor Jaelson Biácio – Ensino Fundamental.

O Colégio Estadual Professor Jaelson Biácio – Ensino Fundamental e Médio localiza-se à Rua Duque de Caxias, nº 65, fone/fax (44) 3572-1158 – Distrito de Piquirivaí, a 20 Km do Município de Campo Mourão, na região Noroeste do Estado do Paraná.

Nossa atual situação com relação ao prédio é que, desde 2009 estamos buscando e lutando junto aos nossos governantes, chefe do NRE e SEED uma ampliação e reforma de nosso estabelecimento de ensino que até então sofre com muitos problemas em sua infra-estrutura. Além do que, o prédio sempre pertenceu à Prefeitura e funcionamos em dualidade com a Escola Municipal Narciso Simão. Para tanto, o estabelecimento sofreu uma alteração a pedido da SEED para que o prefeito fizesse doação do terreno para o Estado e este seria a mantedora, pois segundo os profissionais que acompanharam o Projeto acharam por bem fazer esse processo para que a verba fosse agilizada mais rápido.

Todo o processo foi feito, de forma a viabilizar todos os mecanismos para que a verba fosse liberada o mais rápido possível, pois há tempos estamos esperando, e nosso Colégio por ser de esfera Distrital esta encaminhando para se transformar em Escola do Campo e já foi dado a partida com a reunião com as instâncias colegiadas e comunidade para mudar a nomenclatura que passa a ser Colégio Estadual do Campo Professor Jaelson Biácio – EFM.

Em 2011, nosso colégio mudou sua nomenclatura através da Resolução número 878/11 de 03 de março de 2011 e Resolução número: 916/11 de 04 de março de 2011, onde atendendo os dispostos da LDB número 9394/96, a deliberação número 03/98 do Conselho Estadual de Educação e o parecer número

1848/11 da Coordenação de Estrutura e Funcionamento, e assim mudou a denominação para Colégio Estadual do Campo Professor Jaelson Biácio - Ensino fundamental e Médio.

Com certeza este é o caminho para direcionarmos nossos jovens a buscar seus sonhos, objetivos e conhecimento para uma sociedade ruralista incentivando com sabedoria estes ao desafio de ser jovem agricultor com ações de formação para o trabalho e com entusiasmo para ingressar em uma Universidade, buscando conhecimento de qualidade para aplicar em sua trajetória de profissional acreditando estar contribuindo no seu meio.

O PPP define a identidade da escola e indica caminhos para ensinar com qualidade a formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade.

Portanto este projeto ganha força de um guia que indica a direção a seguir para todos os profissionais em Educação, comunidade escolar e família.

O Projeto Político Pedagógico se torna um documento vivo e eficiente na medida em que serve de parâmetro para discutir experiências e ações de curto, médio e longo prazo.

O nosso patrono: Quem foi o Professor Jaelson Biácio?

Em 17 de março de 1942, no Município de Birigui, Estado de São Paulo, no lar do casal Gerson Biacio e Ana Picolo, comemoravam o nascimento uma criança, a qual receberia o nome de Jaelson Biacio, sendo ele o terceiro filho dos sete que compunha a família. Filho de pais descendentes de Italianos, Jaelson viveu em Birigui até os 16 anos, onde cursou o primário e o início do Ginásio,como era chamado na época.

Desde muito cedo Jaelson tinha como seu principal passa-tempo a leitura, principalmente obras de Monteiro Lobato e outros autores da época. No ano de 1958, veio juntamente com sua família para o Município de Arapongas, Paraná, onde fixaram residência e se estabeleceram comercialmente com uma Panificadora, então aprendera e exercia a profissão de padeiro e também conseguiu concluir o Ginásio.

Em 08/07/1967, uma grande festa, onde ele casa-se com Cilene Sanches, filha de Abelardo Sanches e Maria Valderramas Sanches e dessa união nasceram 03 filhos. Residiram em Arapongas até o ano de 1972, quando devido a problemas financeiros e já com a sua própria família constituída, ele parte juntamente com seus pais e irmãos para o Município de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul em busca de novos horizontes.

E em 1974 retorna para Arapongas, onde em seguida transfere-se para a Fazenda Paraíso, na época pertencente ao distrito de Luiziana, município de Campo Mourão, Paraná, onde foi exercer a função de Administrador de Fazenda pertencente à família de sua esposa Cilene. Nesse período, insatisfeito com a nova função de Administrador de Fazenda e com incentivo e apoio de sua esposa, ele retoma aos estudos e conclui o 2º grau no Colégio Afirmativo – Ensino Supletivo de 1º e 2º Graus, de Campo Mourão, Paraná, em 1975. Em 1976, presta vestibular e é aprovado para o curso de Direito pela Faculdade de São Carlos, do Estado de São Paulo.

Logo em seguida pede transferência para a Faculdade de Direito de Itapetininga, também do Estado de São Paulo onde se gradua Bacharel em Direito. Assim que se formou em 1980, mudou-se para Luiziana, Paraná, na época ainda distrito de Campo Mourão, onde se inscreveu e passou a lecionar no Colégio Estadual Adalcto da Silva Rocha – Ensino de 1º e 2º Graus. Ao entrar em contato com os alunos, planos de aula, provas, e principalmente, convivendo com a ala jovem, percebeu sua nova vocação para o Magistério, onde imediatamente procurou se inscrever numa Faculdade que o melhor subsidiasse e habilitasse para a nova profissão de professor, a qual abraçou e exerceu com tanto carinho e desprendimento.

Em 1984 lhe foi outorgado o diploma de Pedagogo pela Faculdade de Ciência, Letras e Educação, de Presidente Prudente, do Estado de São Paulo. No início do ano de 1986, mudou-se para a cidade de Campo Mourão, onde também foi professor no Colégio Estadual Professor João de Oliveira Gomes, em Campo Mourão e Colégio Estadual da Cidade de Piquirivai. Além de professor, exercia concomitantemente sua profissão de Advogado, aprovado pela OAB em 1985, mantendo uma boa relação com todos.

Também tinha um certo fascínio por política, envolvendo sempre em prática de ações que buscasse o bem comum, buscando sempre conquistar e garantir

direitos a todos os cidadãos. Como Professor sempre foi atencioso, solidário e prestativo, pois sempre brincando ou falando sério, sempre tinha uma boa palavra para com seus alunos e amigos, que muitas vezes tiravam proveito de seus conselhos e orientações. Era um amigo incondicional e exemplar, para atender todos em qualquer momento e ocasião. Era acima de tudo, um marido extraordinário, atencioso, carinhoso e um pai fenomenal, presente e amigo, desses que pouco se via na época.

Em 14 de maio de 1987, envolveu-se num acidente de carro próximo do Município de Terra Roxa, aonde veio a falecer e só o que nos restou, foi saudades, muitas saudades dos seus familiares e amigos. E neste mesmo ano o Colégio Estadual de Piquirivaí passa a chamar-se Colégio Estadual Professor Jaelson Biácio EPG, em homenagem ao grande amigo e dedicado professor.

ORGANIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO

Quadro de número de turmas do Colégio

SÉRIE EF/EM	MANHÃ	TARDE	NOITE
6ª ano	01	-	-
7ª ano	01	-	-
8ª ano	01	-	-
9ª ano	01	-	-
1ª ano	-	-	01
2ª ano	-	-	01
3ª ano	-	-	01
Espanhol	-	1	-
Sala de Apoio	-	2	-

Estrutura física

-Seis salas de aula;
- Uma Biblioteca
- Um laboratório de química, biologia e física;
- Um laboratório de informática;
- Uma cozinha com refeitório;
- Uma sala para professores;(adaptada)

- Uma sala para a equipe pedagógica e administrativa; (adapatada)
- Cantina comercial;
- Uma quadra de esportes coberta;
- Banheiros para os alunos.

Equipamentos

Principais materiais pedagógicos e aparelhos eletro – eletrônicos disponíveis:
- 01 Data show
- 03 Retro projetores;
- 05 Televisores;
- 04 Vídeos cassetes;
- 04 Micro system;
- 02 Antenas parabólicas;
- 01 computador com internet ADSL para uso da secretaria e equipe administrativa;
- 01 Mesa de som completa
-16 Computadores Proinfo
-12 Computadores Positivo com acesso a internet, sendo: 04 na Secretaria e os demais no Laboratório de Informática;
- 02 Microcomputadores proinfo na Biblioteca;
- 04 Impressoras laser;

Acervo da Biblioteca Escolar

Aproximadamente:
- 1000 Infanto – Juvenil
- 800 Literatura Ensino Médio
- 200 Poesias / Contos / Crônicas
- 3000 Didáticos / Enciclopédias / Pesquisas
- 100 Biblioteca do professor

Diversos jogos pedagógicos para o ensino da leitura e de matemática;

Os demais materiais que a Escola possui estão relacionados em documentação própria na Secretaria.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA

Quadro de diretores

NOME	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO
MARLI VIEIRA DA SILVA	GEOGRAFIA	GEOGRAFIA BIOLOGIA

Quadro de professores pedagogos

NOME	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO
ELIAS ROBERTO ROCHA	PEDAGOGIA	----------
EVANILDE CEOLIN LACHI	LETRAS PEDAGOGIA	ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Quadro de funcionários

NOME	FUNÇÃO	ESCOLARIDADE
ETELVINA VIAN GIACOMOLLI	AGENTE I	FUNDAMENTAL COMPLETO
IDALINA MENDES DA SILVA	AGENTE I	FUNDAMENTAL COMPLETO
JOSINA APARECIDA NUNES VERSARI	AUX.S.GERAIS	ENSINO MÉDIO COMPLETO
LUZINETE APARECIDA DA SILVA	AGENTE II	ENSINO SUPERIOR
MALDE FIORINI RODRIGUES	AUX.S.GERAIS	ENSINO SUPERIOR
MÔNICA PATRICIA DE ALMEIDA	AGENTE II	ENSINO SUPERIOR
SANDRA DE CASSIE VIEIRA	AGENTE II	ENSINO SUPERIOR

Quadro de professores

NOME	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO
ALEXANDRA SANTIAGO DA SILVA	LETRAS ESPANHOL	--------
ANA PAULA MOTA REIS	GEOGRAFIA E HISTÓRIA	GEOGRAFIA REGIONAL E AMBIENTAL ED. ESPECIAL GESTÃO AMBIENTAL
CARLA JULIANA ARISTIDES	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	EDUCAÇÃO ESPECIAL GESTÃO AMBIENTAL
CÉLIA MARINHO XAVIER	MATEMÁTICA	ENSINO DA MATEMÁTICA
EDNA LUCI GRIGOLI	LETRAS INGLÊS	--
IVONE DE SOUZA	GEOGRAFIA HISTÓRIA	PLANEJAMENTO GEO AMBIENTAL - PROEJA
JORGE CARLOS SIQUEIRA	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA HISTÓRIA	EDUCAÇÃO E ARTE
KELLY CRISTINA ZANOLLI	EDUCAÇÃO FÍSICA	-----
LUIS CARLOS SANTOS SILVA	LETRAS INGLES ESPANHOL	---------
LUIS RIBEIRO	CIÊNCIAS QUÍMICA	GERENCIAMENTO AMBIENTAL
MARIA APARECIDA A QUEVEDO	PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO ESPECIAL
PAULO ROGÉRIO DINIZ ARAÚJO	LETRAS	EDUCAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL
RONIE LUIS SOUZA MARCELINO	EDUCAÇÃO FÍSICA	EDUCAÇÃO FÍSICA
SEBASTIÃO RAMOS DA COSTA	CIÊNCIAS SOCIAIS	----------
SUELI JOANA JACOB DA SILVA	CIÊNCIAS CONTÁBEIS MATEMÁTICA	EDUCAÇÃO MATEMÁTICA
SUSI ANI PELISSARI VERSARI	LETRAS	LITERATURA BRASILEIRA
LARISSA SCALIANTE	LETRAS	-------

RAIMUNDO		
MARLIZE ARENDT	LETRAS	LITERATURA BRASILEIRA
KARINA DORNELES BARBOSA	ENGENHARIA PRODUÇÃO	----------
FABIANE LILIAN BATISTA		

PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS DO TRABALHO ESCOLAR

O universo escolar é marcado eminentemente pela presença de pessoas, que apresentam suas singularidades: etnias, visões de mundo, modo de ser, sentir, agir, sonhar... diferentes e diversificados.

A escola é um espaço eminentemente da diferença, da diversidade, e também de encontros, embates, conflitos, possibilidades... É um espaço do múltiplo. Nesse sentido, imbuídos do desejo de superação dos obstáculos que envolvem o trabalho numa perspectiva histórico - cultural, pretende-se discutir a presença da diferença, da diversidade na escola, numa abordagem pluriética, multicultural e multidisciplinar, tomando como desafio novas possibilidades mais democráticas de tratar a diferença, o outro no cotidiano da escola; potencializar educadores a se aventurarem em experiências criativas, promotoras de uma educação não racista, não machista e não elitista; proporcionar momentos de encontros; atualização e, conseqüentemente, construção, produção coletiva do conhecimento a favor de uma educação para todos, efetivamente inclusiva, a partir do olhar sobre a nossa diversidade cultural é preciso conhecer e respeitar as diferentes culturas e grupos que as constituem.

Um dos grandes desafios da escola é conhecer e valorizar a trajetória particular dos grupos que compõem a comunidade escolar, estabelecendo uma nova relação entre conhecimento compreendido como produto e como processo da ação humana.

Para tanto, há de se recorrer a uma sólida formação geral de conhecimentos e concepções pedagógicas, que proporcionem a todos os sujeitos a possibilidade de

exercerem reflexivamente sua criticidade e sua, criatividade para a transformação de sua realidade.

PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, garante em seu artigo 26, que todo homem tem direito à educação, ressalvando-se sua gratuidade, pelo menos no Ensino Fundamental.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º descreve a educação como um direito social de todo brasileiro e no artigo 206 – inciso I – defende a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. O artigo 208 garante, no inciso I, o Ensino Fundamental gratuito, a todos, independente da idade; o inciso III refere-se ao atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, e o inciso VII faz menção aos programas suplementares, o material didático, entre outras necessidades de apoio.

O Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, em seu artigo 5º garante os direitos constitucionais fundamentais da criança e do adolescente. O artigo 53 – incisos I, II e III – lhes assegura igualdade de condições, acesso e permanência na escola, publica e gratuita, próxima de sua residência, bem como o art. 54 confere o direito ao atendimento especializado.

São princípios norteadores da educação segundo artigo 3º da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação):

I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o permanente, arte e o saber;

III – Pluralismo de idéias, e de concepções pedagógicas;

IV – Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V – Valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com o piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime único para todas as instituições mantidas pela União;

VI – Gestão democrática do ensino público;

VII – Garantia de padrão de qualidade;

Ao definir que, todos lutaremos pela educação e que as políticas brasileiras caminharam nesta direção de garantir o direito de aprender; temos que refletir sobre a aprendizagem das crianças e jovens que estão na escola, principalmente na escola pública, onde os filhos dos trabalhadores se encontram para sua formação acadêmica. A criança precisa ter acesso a escola, não só isso ela tem o direito de permanecer na escola, e mais ainda, o direito de aprender nessa escola com qualidade e num ambiente escolar harmônico que respeite as suas diferenças e limitações.

Essa liberdade de aprender, de se expressar; expondo suas ideias e opiniões é muito importante para o desenvolvimento da criança. Ao divulgar a sua cultura, se comunicar através da arte, construir seu saber junto e se construir enquanto cidadão aprendente pesquisador, o estudante se emancipa de forma integral.

A escola é um espaço que precisa e deve ser plural, acolhendo as idéias, opiniões, pontos de vista e diferentes conceitos e saberes; para tanto, ela tem que ser aberta a discutir e experimentar diferentes concepções de aprendizagens e praticas sociais de ensino.

Quando se propõe a oferecer aos filhos dos trabalhadores uma educação gratuita e de qualidade a instituição escolar se compromete em oferecer a toda pessoa que nela se matricula conhecimentos, saberes e vivenciais do mais alto padrão e a custo zero.

Mas não se pode esquecer a valorização e a formação dos profissionais que trabalham nestes ambientes promotores de saberes. Garantir que esses sejam preparados, que entre por concurso público para o trabalho e que a sua formação seja contínua é dever das mantenedoras.

Numa visão democrática de trabalho e numa perspectiva de construção filosófica em que todos são profissionais da educação os colegiados da comunidade escolar devem ser ouvidos na construção do ensino oferecido as crianças e adolescentes da nossa comunidade.

Mas tudo isso, todos esses princípios tem que considerar a questão principal: um ensino de alto padrão para as crianças e adolescentes. Esse foco na aprendizagem não pode ser esquecido pelos trabalhadores em educação do colégio.

Portanto, que todos busquem essa qualidade que surge com o comprometimento, a postura ética e intelectual, a curiosidade acadêmica constante,

os confrontos de vivencias e experiências pedagógicas e o envolvimento afetivo e de coleguismo de todos os profissionais da instituição de ensino.

A REALIDADE EDUCACIONAL NUMA VISÃO MACRO

A realidade do Brasil

A Filosofia da Educação do País e do Estado expressa dos "Princípios e Fins da Educação Nacional". (Título II, art. 2º e 3º da Lei 9.394/96, Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Capítulo III, sessão I, Da Educação, art. 206, da Constituição Federal, República Federativa do Brasil, 1988. Essa filosofia de Educação é resultante de uma ação educativa a nível nacional.

Assim, a Constituição Nacional e a L.D.B expressa os Princípios e Fins da Educação Nacional:

Artigo 2º - A Educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade em ideais de solidariedade humana.

Tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Artigo 3º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – Igualdade e condições para o acesso e permanência na escola;

II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III – Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV – Respeito à liberdade e apreço a tolerância;

V – Coexistência de instituições privadas de ensino;

VI – Gratuidade de ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII – Valorização do profissional da educação escola;

VIII – Gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX – Garantia de padrão de qualidade;

X – Valorização da experiência extra-escolar;

XI – Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A educação encontra-se entre os direitos que devem ser assegurados pelo Estado, assim como a saúde, a moradia, o transporte, a segurança, o saneamento básico e o lazer. A maioria da população brasileira não desfruta desses direitos, ou seja, as políticas públicas sociais não atingem a milhões de cidadãos.

A exclusão social é elevada e isso se reflete na educação. O índice de analfabetos é altíssimo. De acordo com os dados do Ministério da Educação e Cultura, 14,9 milhões de brasileiros, com 15 anos ou mais, são analfabetos; 33 milhões não sabem ler, embora tenham sido formalmente alfabetizados; 4,3 milhões de crianças entre 4 e 14 anos e 2 milhões de jovens entre 15 e 17 anos estão fora da escola; 1,3 milhão de crianças, entre 10 e 17 anos, estão trabalhando ao invés de estudar e 4,8 milhões são obrigados a trabalhar e estudar ao mesmo tempo; apenas 42% da população com 15 anos ou mais completam a 8ª série (PARANÁ, 2005, p. 12-13).

Esses números revelam a exclusão de milhões de brasileiros de seus direitos à educação. As crianças e jovens que não estão fora das escolas recebem, segundo o MEC, uma educação de baixa qualidade, pois, 59% dos alunos da 4ª série não sabem ler adequadamente e, 52% não dominam habilidades elementares de Matemática. Dentre os 31 países investigados, o Brasil ficou em último lugar na média de desempenho em Matemática (PARANÁ, 2005, p. 12-13).

Os dados apresentam-se elevados e alarmantes, “apesar ou com pesar”, das políticas neoliberais educacionais adotadas no governo federal de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), quando foi efetivada uma reforma educacional nos diferentes níveis de ensino, especialmente na educação básica. A referida reforma compreendeu as mudanças nas Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais, na forma de gestão, na formação de professores, no estabelecimento de sistemas de avaliação centralizados nos resultados, nos programas de educação à distância, no programa de distribuição de livros didáticos ao Ensino Fundamental e na forma do financiamento da educação.

As reformas que se efetivaram no país no período do governo de Fernando Henrique Cardoso estiveram atreladas aos interesses de agências multilaterais como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Unesco, que financiam projetos e modelos de soluções dos problemas educacionais com a finalidade de adequar a educação ao mercado de trabalho.

Os objetivos dessas mudanças na educação não são apenas de ordem econômica para enxugar o Estado, reduzir gastos e aperfeiçoar os custos. No fundo dessas reformas está um objetivo estratégico do capitalismo, de modelar um ser humano cada vez mais individualista e competitivo, a partir da lógica empresarial, com base nos valores do mercado, ao mesmo tempo em que impossibilita o avanço das classes populares no acesso ao conhecimento sistematizado.

Entre os efeitos perversos do neoliberalismo temos o aprofundamento do individualismo, a política do “cada um por si” resolvendo seus problemas, afirmando que o fracasso é responsabilidade individual. A sociedade brasileira é excludente, com fortes marcas do neoliberalismo, doutrina na qual predomina o Estado mínimo na direção da sociedade, deixando ao mercado o controle das relações sociais e econômicas. Nessa sociedade predomina a falta de humanismo, de respeito ao outro e às instituições sociais, com preconceito, racismo, altos índices de violência, falta de perspectivas, desprovida de valores éticos e morais, com corrupção na política e desigualdades sócio-econômicas, o imediatismo, a falta de planejamento e perspectivas futuras. Todo o fracasso da educação pública é interpretado como problema de cada trabalhador da educação, individualmente, deslocado das condições materiais e do desmonte do Estado.

A referida reforma educacional priorizou a autonomia do currículo, utilizando-se de Parâmetros Curriculares Nacionais, que não contemplou a diversidade sócio-cultural brasileira e o desenvolvimento social necessário à população marginalizada e excluída.

As mudanças organizacionais, curriculares e pedagógicas não atenderam aos objetivos prioritários da escola. Essas políticas educacionais induziram os Sistemas Estaduais à municipalização do Ensino Fundamental e a nuclearização das escolas.

Os trabalhadores em educação, organizados em sindicatos, associações e confederações, se posicionaram contra estas reformas e contestaram, incansavelmente, mobilizando e esclarecendo a sociedade civil a respeito, mas as referidas reformas foram implantadas.

Ainda que a tendência geral seja de melhora do ensino, a persistência da má qualidade nas escolas brasileiras faz refletir sobre a necessidade de acelerar o passo. Sabe-se que as deficiências no nível básico repercutem, de forma decisiva, nos indicadores de acesso à universidade - um dado que merece atenção por sinalizar as chances de um país competir globalmente. O Brasil conta hoje com

apenas 14% dos jovens em idade considerada ideal (entre 18 e 24 anos) na universidade. É um número mínimo na comparação até com países da América Latina, como o Chile, onde a taxa já está em 21% - e também frustrante diante da meta do presente plano de educação, que previa, a esta altura, pelo menos 30% dos jovens brasileiros no ensino superior.

O atraso do país ainda se reflete no medidor do analfabetismo: a taxa é de 10%, quando deveria ter caído para 4%. Ao escancarar esse e outros nós, o atual documento do MEC tem o mérito de traçar um diagnóstico preciso, iluminar as várias lacunas e reforçar a idéia de que, com o acesso já garantido à sala de aula, é premente investir com mais vigor na tão almejada excelência acadêmica.

A realidade do Estado do Paraná

O Estado do Paraná foi um dos primeiros a assumirem as referidas reformas educacionais, propostas pelo governo federal de Fernando Henrique Cardoso. Esse Estado caracteriza-se como um dos mais ricos e desenvolvidos da Federação, porém tem a concentração de renda nas mãos de poucos que dominam os meios de produção, gerando exclusão e desigualdades sociais.

As reformas propostas pelo governo federal, determinando que os municípios se responsabilizassem pelo ensino de 1ª a 4ª séries, influenciou no processo de aceleração da migração do campo para a cidade, pois a oferta de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental (hoje 6 ao 9 anos) estava concentrada nos grandes centros. Os municípios não dispunham de infra-estrutura suficiente para dar suporte a uma educação de qualidade. O processo de municipalização incluiu, como medida administrativa de economia, a nuclearização das escolas.

Neste período, o governo Jaime Lerner (1995-2002), implantou medidas de terceirização na educação pública. Implantou a Paranaeducação, Paranaprevidência, Proem (este programa extinguiu cerca de 1080 cursos profissionalizantes das escolas públicas do Estado), Correção de Fluxo, aumento do número de alunos por turma, redução da grade curricular, proibição de turmas do Ensino Fundamental no noturno, alteração do porte das escolas (reduzindo horas do quadro administrativo e da equipe pedagógica, provocando perdas de empregos),

municipalização de ensino, corte do adicional de difícil acesso, alteração das regras de aposentadoria dos professores com RDT e Ensino Especial, dentre outras.

As medidas privatizantes tomadas pelo governo de Jaime Lerner, contribuíram para piorar a qualidade na educação paranaense. As avaliações realizadas pelo SAEB permitem afirmar que muitos alunos do Ensino Fundamental chegam à 5ª série sem conhecimentos básicos de leitura, escrita e cálculo e, concluem a 8ª série sem adquiri-los. Persistem os altos índices de evasão e repetência, distorção idade/série, aprendizagem sem qualidade.

Sem investimentos suficientes para corrigir tais deficiências, o governo estende para o Ensino Médio, a responsabilidade sobre a aprendizagem que deveria ter sido adquirida no Ensino Fundamental. Além disso, o Ensino Médio, historicamente, tem tido um caráter de dualidade, no qual a formação técnica profissional é dissociada da formação humana. A superação desta dicotomia deve ser um compromisso de políticas públicas para esta modalidade de ensino, que o Estado deve assumir como obrigatória, ou seja, onde não há formação humana integral deslocada da formação técnica profissional.

Um dos maiores problemas enfrentados pela educação no Estado do Paraná é a evasão escolar, principalmente no Ensino Médio. A evasão escolar não é um fator unicamente educacional, mas social e econômico. Jovens e adolescentes deixam a escola para trabalhar, não conseguem conciliar o trabalho com os estudos, chegam cansados, atrasados para as primeiras aulas, não acompanham os conteúdos e acabam desistindo. A escola não dá conta de resolver esses problemas, pois eles ganham outras dimensões.

Os problemas da evasão, da reprovação e da educação sem qualidade social são conseqüências da falta de investimentos na educação. Os governos federal e estadual continuam investindo menos do que deveriam na educação (o governo estadual deve investir no mínimo 25% da arrecadação). Não investem na carreira, no salário e na formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Não destinam verbas suficientes às escolas para que possam recuperar e ampliar suas instalações garantindo uma infra-estrutura adequada para o trabalho pedagógico de qualidade, e adaptações adequadas às pessoas com necessidades educativas especiais, bem como espaços para atividades artísticas, esportivas e recreativas.

A realidade educacional atual precisa imediatamente de mudanças, pois uma quantidade significativa da população que necessita da escola pública, recebe

educação deficitária, gerada pela rotatividade de professores nas escolas; pelo despreparo de muitos professores que assumem aulas que não estão dentro de sua área de formação; pelo acúmulo de carga horária (excesso de aulas semanais - 60 horas/aula) dos professores; pela ausência de formação continuada eficiente tanto dos professores quanto dos funcionários; pela falta de um regime diferenciado de trabalho com dedicação exclusiva; pela falta de um plano de carreira adequado para os funcionários com perspectivas de progressão na carreira. Agravando esses problemas, estão as estruturas físicas e as instalações inadequadas das escolas com bibliotecas desatualizadas e acervo bibliográfico insuficiente, falta de material didático pedagógico para o trabalho dos professores e laboratórios de Química, Física, Biologia e Informática.

Em 2011, começa um novo ciclo para a educação paranaense, onde direcionada pelo secretario Flavio Arns, vem redefinir metas, promover a continuação de políticas e readequando as concepções.

Segundo o Secretário de Estado da Educação, Flávio Arns, "... não é possível oferecer um ensino público de qualidade a todos os paranaenses sem a participação efetiva da família, de todos os professores, trabalhadores em educação e diversos setores da sociedade. Ao definirmos a Educação como prioridade absoluta do Governo do Estado, pontuamos inúmeros desafios que queremos enfrentar com a participação de toda a sociedade paranaense, unindo forças e propondo metas para a construção de uma política pública de educação que assegure o acesso, a permanência e, principalmente, a qualidade do ensino".

Neste momento estamos revendo as Expectativas de Aprendizagem, adequando o Projeto Político Pedagógico as novas diretrizes nacionais de educação e reformulando as propostas pedagógicas. O mais importante é entender e direcionar de forma correta o entendimento do Ensino Fundamental de nove (09) anos nas escolas e implantá-lo de forma simultânea no Estado. Nas palavras da Superintendente da Educação do Paraná Meroujy Giacomassi Cavet, "Conhecer os problemas e as deficiências do ensino é fundamental para que se orientem novas políticas governamentais na busca constante da melhoria do ensino, um papel central e estratégico de monitoramento do sistema educacional que possibilita um aporte de informações que podem subsidiar o aperfeiçoamento de programas e projetos, com novas intervenções para a promoção da equidade e sua efetivação."

A realidade do Município de Campo Mourão

O município de Campo Mourão está situado numa região economicamente privilegiada, conta com uma agricultura desenvolvida, excelente estrutura urbana, uma ótima posição geográfica, possuindo um dos maiores entroncamentos rodoviários do sul do país. No entanto, é um município que sofre pela ausência de políticas sociais, com predomínio do monopólio da agricultura, o latifúndio e a mecanização do campo que tem expulsado os trabalhadores para a cidade. Esses trabalhadores não estão preparados para a vida urbana e, desempregados, passam a viver marginalizados.

Nesta cidade o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série é ofertado pela rede municipal em 22 estabelecimentos de ensino, sendo que 5 destas escolas atendem de 1ª a 8ª séries. O Ensino Médio é ofertado em 14 escolas da rede estadual e em 1 da rede federal.

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação, os índices de reprovação na rede municipal são mais elevados na 1ª e 5ª séries. Na 1ª série constata-se que a falta de contato com materiais escritos em casa dificulta a aprendizagem. Na escola, alguns fatores contribuem para a retenção do aluno como, a metodologia, a forma de avaliar, o número excessivo de alunos na sala de aula, o desemprego, carência de afetividade, problemas psicológicos, desestruturação familiar, etc.

Em relação à 5ª série, entre os fatores que levam à reprovação, segundo a Secretaria Municipal de Educação, estão a fragmentação entre a 4ª e 5ª série, a falta de interesse e a indisciplina dos alunos, o não comprometimento e acompanhamento da família, o número excessivo de alunos por sala de aula, a metodologia, a avaliação e as condições de trabalho dos professores.

No Ensino Médio, constata-se que as causas mais frequentes de reprovação e evasão escolar são a gravidez na adolescência, a falta de interesse dos alunos, a dificuldade de conciliar o trabalho com os estudos, a falta de estímulo da família, a metodologia adotada pelas escolas e a avaliação.

A realidade educacional no município de Campo Mourão precisa ser melhorada, ainda é grande a falta de estrutura nas escolas, salas de aula com

excessivo número de alunos, bibliotecas defasadas, falta de funcionários e de especialistas na área da saúde que trabalhe em parceria com a educação, como psicólogos, neurologistas, psiquiatras, fonoaudiólogos, oftalmologistas, otorrinolaringologistas e outros.

O COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO PROFESSOR JAELSON BIÁCIO

A realidade do Colégio Estadual do Campo Professor Jaelson Biácio

Quando um professor assume o posto de gestão escolar logo se percebe como é difícil lidar com pessoas respeitando as diferentes opiniões, sugerir mudanças sem ser autoritário, aprender a ouvir para compreender os problemas, usar as diversas opiniões para chegar a um consenso, mediar conflitos sem ferir suscetibilidades, liderar sem ser arrogante.

No entanto são os nossos conhecimentos, nossa sabedoria que vão nos tornar pessoas melhores com mais experiência e fazer da educação pública um universo de conhecimento para nossa comunidade escolar.

Nestes anos de gestão, comentar sobre os professores é estar atento a alguns itens: pois alguns fazem parte do processo aprendizagem a muitos anos pois é exclusivo deste Colégio. Já temos outros profissionais que por diferentes motivos ou até mesmo por falta de compromisso não executam um bom trabalho.

Contudo, sempre em reuniões colocamos como funciona todo o processo escolar, mais essa rotatividade é um problema. Mas temos que estar trabalhando a escola como um espaço acolhedor e favorável à aprendizagem contando sempre com os pedagogos e agentes educacionais, pois desta forma a equipe gestora é engajada e poderá perceber que aqui existe um projeto diferenciado e desta forma poderemos trabalhar com mais segurança e interesse.

Nosso Colégio existe para atender a sociedade e a integração das famílias no processo pedagógico é garantida tanto pela LDB como pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O Colégio precisa ser relacionar com as famílias dos alunos, por meio de instrumentos avaliativos e de conversas com as famílias e comunidade, seja nas reuniões de pais, no Conselho Escolar ou mesmo em eventos que promove, a

gestão deve conversar sobre o que se espera construir no futuro, na questão das necessidades de aprendizagem dos alunos.

Quanto às condições físicas da escola

Quanto a descrição da estrutura física da escola **sem condições de uso**. Estamos vivendo de promessas e a gestão escolar sempre é cobrada na comunidade, pois anuncia uma coisa e não acontece. Nos questionário enviado para as famílias todos cobram da gestão uma postura diante do descaso. Não são boas, na verdade, são muito ruins as condições físicas de nosso prédio. Temos projetos desde 2004, e cobrado da mantenedora uma posição, pois nosso Colégio precisa de ampliação e reforma desde esta época.

Não desistimos, pelo contrário, temos acompanhado junto ao NRE e SUED (SEED) o protocolo 10.081.364-5, conforme avança, mas na transição de governo houve outra parada, pois colocaram nosso Colégio nas reformas de ata de registro, o que não poderia ter acontecido; pois o parecer saiu errado porque o valor é muito maior.

O que esta em situação precária mesmo (a ponto de cair na cabeça dos estudantes – “palavra dos alunos”) é o refeitório e cozinha, pois chove muito dentro e o teto está cedendo. A cobertura e o forro estão para cair; a instalação elétrica está prestes a nos tostar, pegar fogo mesmo, estamos precisando de socorro. Também estamos precisando de sala de aula. Não temos sala para os professores, a biblioteca esta para cair, a secretaria, orientação e direção estão juntas em uma casa de madeira.

Mas nós não perdemos a esperança, pois sempre nos reunimos com a APMF, Conselho Escolar, Professores, Funcionários e alunos, conversamos, trocamos idéias, acreditamos e confiamos que nosso Colégio vai ser ampliado e reformado, pois este Colégio é tudo de bom: a paz reina aqui, e nós precisamos de muito pouco para melhorar. Precisamos ter sempre um direcionamento, uma posição firme para com nossos alunos, pois eles nos cobram limites todos os dias e nós escola e família, responsáveis pela educação dos mesmos temos que fazer o melhor que podemos; pois vamos todos aprendendo e nos desenvolvendo juntos.

Quanto a Gestão Escolar

A participação de todos os segmentos da comunidade escolar (Grêmio Estudantil, Associação de Pais, Mestres e Funcionários; Conselho Escolar e outras associações) junto a equipe diretiva é primordial para a colheita de bons resultados no contexto escolar.

Para conquistar e obter a educação de qualidade que tanto almejamos, a gestão escolar deve considerar todos os interesses. A escola precisa escutar a todos (professores, funcionários, equipe pedagógica, pais e alunos) antes de tomar decisões, assim será uma gestão democrática, e se a participação for colegiada, remete à organização, o diálogo, a opiniões e pontos de vistas divergentes. Portanto, de grande valia para o processo educacional da instituição.

Precisamos trabalhar com nossos alunos de forma que busquem a curiosidade e valorize a pesquisa como caminho para o conhecimento e a sabedoria. Precisamos de professores interessados e que ousem e consigam agregar recursos tecnológicos à prática, estimulando a aprendizagem.

Compete à Gestão Escolar, a gestão de serviços escolares no sentido de garantir o alcance dos objetivos educacionais do Estabelecimento de Ensino, definidos no Projeto Político Pedagógico e demais atribuições relacionadas no Regimento Escolar.

Do ponto de vista administrativo, compete-lhe, por exemplo: organização e articulação de todas as unidades competentes da escola; controle dos aspectos materiais e financeiros da escola; articulação e controle dos recursos humanos; articulação escola-comunidade; articulação da escola com o nível superior de administração do sistema educacional; formulação de normas, regulamentos e adoção de medidas condizentes com os objetivos e princípios propostos; supervisão e orientação a todos aqueles a quem são delegadas responsabilidades.

Do ponto de vista pedagógico, é de sua alçada, por exemplo: a dinamização e assistência aos membros da escola para que promovam ações condizentes com os objetivos e princípios educacionais propostos; liderança e inspiração no sentido de enriquecimento desses objetivos e princípios; promoção de um sistema de ação integrada e cooperativa; manutenção de um processo de comunicação claro e aberto entre os membros da escola e entre a escola e a comunidade; estimulação à inovação e melhoria do processo educacional.

Quanto a Equipe Pedagógica

A Equipe Pedagógica é formada por professoras e professores pedagogas e pedagogos cujas atribuições são a de coordenar, implantar e implementar as Diretrizes, emanadas da Secretaria de Estado da Educação, visando a melhoria da qualidade de ensino na escola, além das atribuições relacionadas no Regimento Escolar do Estabelecimento.

Entre as atribuições da Equipe Pedagógica podemos citar: Direcionar, coordenar, orientar e supervisionar todos os setores da escola no cumprimento e implantação do Projeto Político Pedagógico e da Proposta Pedagógica Curricular, documentos esses construídos pela comunidade e pelos profissionais da Educação do Colégio. Mediar as relações existentes entre a Escola e a Família, promovendo integração e visão globalizada da história de vida do aluno, a fim de compreender melhor a maneira com a qual se relaciona com a aprendizagem. Organizar e coordenar Reuniões Pedagógicas, Conselhos de Classe e Formação Continuada em Serviço, entre tantas outras funções.

Quanto à família da nossa comunidade

O contexto escolar exige renovação permanente, pois, a própria sociedade está em transformação constante e com a escola não é diferente. Para melhorar o aprendizado e elevar o padrão de ensino de nosso colégio as famílias e a comunidade precisam expor suas percepções. Assim, dialogar com as instâncias colegiadas para busca de estratégias de crescimento e organizar planos de metas é muito importante.

Para viabilizar a participação dos pais, segmento que tem maior dificuldade em participar, pode-se pensar em estratégias do tipo: escolher horário que seja melhor para a maioria (noturno), mandar bilhete com pauta da reunião a serem discutidos antecipadamente.

A educação merece ser oferecida com qualidade. Devemos realizar leituras de textos significativos e que contemple as concepções de educação pensadas para a comunidade, promovendo debates e discussões de ideias para estarmos analisando as contradições das teorias e praticas desenvolvidas em sala de aula e

perceber se realmente estamos atingindo os objetivos necessários e fundamentais para a construção do conhecimento do aluno.

O nosso objetivo é estar buscando acertar em tudo e fazer o que for melhor para nossos alunos, sempre aproximando nossa prática das teorias transformadoras, e assim, com expectativas positivas, melhorar a qualidade do nosso trabalho (professores, agentes educacionais e famílias).

O diálogo é arma infalível contra falhas na atuação do colégio, porém nem sempre é possível reunir todos para consultar sobre um projeto, mas a comunidade escolar se faz representar nas estâncias colegiadas que são ouvidas mensalmente em nosso colégio. Então procuramos sempre reunir a maioria na certeza de poder contar com um grupo coeso e produtivo para a realização do nosso projeto de educação com conteúdos e metodologias pensadas, refletidas e debatidas no colegiado escolar.

Pois se na escola, o aluno é o centro de nossas preocupações, os professores e funcionários que buscam capacitação são o foco das atenções da mantenedora, que tem o dever de garantir e executar as leis que coloca os direitos das crianças e adolescentes em relação a formação educacional.

Hoje as escolas podem e devem construir seus planejamentos: Projeto Político Pedagógico, Proposta Pedagógica Curricular, Plano de Trabalho Docente, Planos de Aulas, Reuniões Pedagógicas, Planejamento do Calendário Escolar, e outros que são construídos com os profissionais da educação da escola e com os pais.

Acreditamos que os planos sempre são fundamentais para o nosso crescimento, o ato de repensar nossas atitudes experimentadas é de vital importância para rever o caminho e a forma de caminhar, se for preciso e necessário, pois esse processo enriquece nossas ações e o pensar –repensar faz parte no nosso trabalho diário.

Um diagnóstico da família de nossa Comunidade Escolar

A Equipe Pedagógica do Colégio distribuiu questionários para todas as famílias, dos quais foram respondidos e devolvidos na secretaria da escola 70 questionários.

Segundo os questionários 98% dos pais e mães são casados e vivem na maioria em uma casa com 04 pessoas (50%), 25% vivem em uma casa com 03 pessoas e 23% em uma casa com 05 pessoas.

Quanto ao trabalho exercido pelas famílias podemos afirmar que 55% vivem da agricultura ou envolvidos com a terra, 15% trabalham em fazendas e sítios como tratoristas, retireiros ou administradores. Mas temos pais que são funcionários públicos, aposentados, motoristas, que trabalham em serviços gerais, na construção civil, mães que são domésticas e outras que possuem salão de beleza.

Entre as atividades de lazer e recreação das famílias podemos citar: que curtir a família em casa, assistir filmes e sair com amigos está entre as preferências. Mas gostam também de viajar, pescar e ler um bom livro. Quanto a religião: 97% das famílias se declaram católicos.

Quanto a avaliação que fazem do colégio: 60% das famílias consideram a Gestão Escolar excelente e 30% dizem ser uma Gestão Escolar boa. Os Agentes Educacionais para 50% das famílias são excelentes, enquanto 45% consideram bom o trabalho da equipe de Agentes Educacionais. Já quanto aos Educadores, as famílias pesquisadas consideram que 55% são excelentes e 40% os consideram bons.

Segundo os pais dos nossos estudantes são boas as aulas que instigam os alunos para a aprendizagem e desperta o interesse para os conteúdos, e para que isso aconteça às metodologias tem que ser dinâmicas, as aulas teóricas tem que ser apoiadas por práticas e exemplos e os projetos interdisciplinares muito colaboram nesse processo todo. As famílias também valorizam os eventos que o colégio promove como: Festa Julina, Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais e Gincanas e Jogos Interclasses.

Segundo a pesquisa, 99% das famílias dizem que apóiam e incentivam seus filhos e filhas no estudo e 70% delas dizem que comparecem em todos os eventos e reuniões a convite do colégio, enquanto 25% dizem que às vezes comparecem ao colégio.

As famílias querem que seus filhos e filhas sejam bons cidadãos, sejam conscientes de seus direitos e deveres e que sejam do bem e gostariam que passassem no vestibular para seguirem estudando.

Quanto as atividades extraclasse, as famílias dizem que os projetos interdisciplinares com apresentações orais e exposições são bastante interessantes e que cinema, excursões e viagens ajudam a expandir os horizontes, valorizam também as gincanas e os torneios esportivos.

Para 50% das famílias, o nosso colégio é ótimo, enquanto 25% o consideram excelente, as outras famílias dizem ser um bom colégio para os alunos estudarem.

Nas sugestões e críticas as famílias elogiam as Noites Literárias com Teatros e Poesias, valorizam as Gincanas e Torneios com interação de toda a escola, dão importância a Feira de Ciências e o Projeto de Leitura. Dizem que o colégio precisa desenvolver o gosto pelo aprendizado, trabalhar o autoestima dos estudantes, oportunizar aulas de informática e monitorar os alunos rebeldes e indisciplinados.

Também citam em 100% dos questionários o estado físico da escola, que está em algumas partes colocando em risco a vida dos alunos. E que essa reforma da estrutura física da escola deveria ser prioridade da mantenedora.

Quanto ao Estudante Jaelson Biácio

O Colégio dos nossos sonhos é um local de construção coletiva e democrática, sem discriminação e com participação ativa de toda Comunidade Escolar. Portanto, para isso é preciso que a escola permita e colabore para a realização dos sonhos coletivos privilegiando este ambiente de aprendizagem.

O Colégio precisa contar com professores felizes na função de educadores, conscientes da necessidade de dedicação na promoção da aprendizagem na condição de aprendizes. Mesmo a carga horária exaustiva não pode abalar a tarefa de educador, e a gestão deve permitir e valorizar a procura por qualificação e aperfeiçoamento do seu quadro de professores e funcionários com formação continuada interna e as direcionadas pela Secretaria Estadual de Educação.

O Colégio dos nossos sonhos precisa ser uma escola inclusiva, deve aceitar as diferenças, sem discriminações de qualquer natureza. Dificuldades de aprendizagem, por exemplo, devem ser sanadas com o auxilio dos colegas, da

participação da equipe pedagógica, da direção para juntos buscar metodologias que estimulem e garantam a aprendizagem de todos os estudantes.

Repensar a Avaliação da escola como um todo é muito importante para redirecionar o nosso trabalho. A avaliação quantitativa , cumulativa e classificatória é excludente, nada formativa e nem diagnóstica. Não podemos aceitar essa avaliação sem que esta esteja engajada na procura de falhas para posterior correção e intervenção, considerando principalmente o trabalho do docente. A avaliação não pode representar uma arma de repressão ao aluno, mas um instrumento para redirecionamento e diagnóstico do trabalho pedagógico da instituição.

Promovendo a aprendizagem através de conhecimentos significativos, onde professores e alunos respeitem as diferenças e buscam aprender em conjunto, contando com o apoio da comunidade escolar, a escola realizará seus projetos e metas e elevará o seu padrão de ensino.

Um diagnóstico dos alunos do Ensino Fundamental Séries Finais

Segundo as respostas dos questionários, com 75 alunos do Ensino Fundamental podemos verificar que as atividades de lazer dos alunos são assistir filmes, praticar esportes e curtir a família.

A leitura não é um hábito de todos. Os alunos da quinta série estão lendo mais devido o incentivo das mães, bibliotecária e direção, pois foi implantado um projeto de estímulo a leitura no colégio. Nas outras turmas, menos de 25% dos alunos estão lendo fora das leituras obrigatórias.

Nossos alunos são na maioria católicos, sendo mais de 90%. Alguns são evangélicos sendo menos de 5% do total.

Na pesquisa os alunos disseram que, a Gestão Escolar do colégio é excelente/ótima para 70 % dos alunos, enquanto 20% dizem que a Gestão faz um bom trabalho. Quanto aos agentes educacionais, 50% dos estudantes dizem que são excelentes e ótimos, enquanto 40 % dizem que eles fazem um bom trabalho. Já na questão dos professores, 80 % dos alunos os consideram excelentes e ótimos e apenas 15%, acham bons os seus fazeres em sala.

Quanto a metodologia e aula ideal, os alunos disseram que preferem aulas teóricas e praticas com projetos direcionados e interdisciplinares, mas querem também que os educadores diferenciem as metodologias para tornarem os conteúdos mais significativos. Quanto a avaliação preferem que sejam através de trabalhos, avaliações formais, avaliações orais, atividades diárias valendo nota, avaliações em grupo quando possível e atividades extra – classe.

Quanto as atividades extraclasse os nossos alunos valorizam todas as oferecidas pelo colégio: Sala de Apoio, Celem, Projetos com apresentações e exposições e gincanas esportivas e culturais. Sendo que unanimidade mesmo são as Gincanas Pedagógicas Esportivas e Culturais onde todos são envolvidos e tem os esportes e recreações que nossos alunos adoram. Todos os estudantes concordam que para aprender em sala de aula precisam ter atenção, concentração, mostrar interesse pelos conteúdos, trocar ideias com os colegas sobre as atividades e ter um comportamento adequado.

Nos projetos de vida, mais de 70% dos nossos alunos querem passar em um vestibular, ser um cidadão consciente de seus direitos e deveres e assim conseqüentemente terão um trabalho bem remunerado. Segundo os alunos e alunas, 95% das famílias incentivam os estudos, mas somente 55% comparecem em todos os eventos e reuniões que são convidados, 40% dizem que às vezes as famílias comparecem no colégio.

Quanto ao uso de tecnologias na aula, 100% dos estudantes acham que é a internet no laboratório de informática que mais colabora para o ensino/aprendizagem e o Data Show (multimídias) também ajuda bastante na apreensão dos conteúdos. Somente 75% consideram a TV Pendrive, Vídeos e TV e Rádios e Músicas essencial para melhorar a aprendizagem. Mesmo assim, para 95% dos alunos o uso da tecnologia é essencial e ajuda muito na aprendizagem dos estudantes, mas os professores têm que saber usar de forma competente.

Quanto ao ambiente escolar 90% dos alunos da quinta e sexta séries dizem que é um ambiente agradável, de convivência harmoniosa, onde existe o respeito e a ética entre os profissionais da educação e os estudantes da escola e assim facilita a aprendizagem. Já para os estudantes da sétima e a oitava série somente 60% concordam com esta afirmação.

Segundo os alunos do Ensino Fundamental os principais problemas do colégio são a indisciplina de alguns estudantes, a falta de perspectivas dos

estudantes em relação ao futuro e a estrutura física que está colocando as atividades em risco.

Na questão de atividades e eventos nossos alunos e alunas preferem atividades esportivas, teatros, informática, danças e ginásticas e gostariam que o intervalo fosse maior. Também querem café da manhã, pois saem muito cedo de casa para virem ao colégio.

Um diagnóstico dos alunos do Ensino Médio

Aproximadamente 40 alunos do Ensino Médio responderam e entregaram na secretaria do colégio os questionários que foram distribuídos a todos os alunos.

Segundo os alunos do Ensino Médio: 60% consideram o trabalho da Gestão Escolar excelente e ótimo e para 35% é bom o trabalho da Gestão Escolar. Quanto aos Agentes Educacionais, 40% dos alunos consideraram o trabalho excelente e ótimo e 55% disseram ser bom o trabalho dos nossos agentes. Ao falar dos professores do colégio, 75% dos estudantes os consideram excelentes e ótimos em seus fazeres em sala, e apenas 20% considerou bom o trabalho dos mestres.

Os alunos do Ensino Médio só lêem quando os professores pedem nas disciplinas para trabalhos e avaliações. Somente 10% possuem o hábito de ler diariamente.

Nossos alunos são na maioria católicos sendo mais de 90%. Alguns são evangélicos sendo menos de 5% do total.

As atividades de lazer dos nossos alunos são assistir filmes, praticar esportes e curtir a família.

Quanto a metodologia e aula ideal os alunos disseram que preferem aulas teóricas e práticas com projetos direcionados e interdisciplinares, mas querem também que os educadores diferenciem as metodologias para tornarem os conteúdos mais significativos. Quanto a avaliação preferem que sejam através de trabalhos, avaliações formais, avaliações orais, atividades diárias valendo nota, avaliações em grupo quando possível e atividades extra – classe.

Segundo a pesquisa, 90% dos estudantes concordam que para aprender em sala de aula precisam ter atenção, concentração, mostrar interesse pelos conteúdos, trocar idéias com os colegas sobre as atividades e ter um comportamento adequado.

Quanto aos projetos de vida, 90% dos nossos alunos e alunas querem ter um emprego bem remunerado, querem fazer uma faculdade e também querem se formar um cidadão consciente e sabedor de seus direitos e deveres.

Segundo a resposta dos alunos e alunas: 95% dos pais incentivam os estudos e dão suporte para que eles estudem, mas 70% dos alunos responderam que as famílias às vezes comparecem nas reuniões e eventos promovidos pelo colégio.

Quanto as tecnologias e as formas de uso no colégio os estudantes disseram que as mais significativas (100% dos estudantes) são a internet no laboratório, o DataShow (multimídias) e a TV e Vídeos nesta ordem. O rádio e a Tv Pendrive são valorizados por apenas 70% dos estudantes.

Quanto às atividades extraclasse 100% dos estudantes concordam plenamente que as gincanas pedagógicas, recreativas e culturais; Excursões, Intercâmbios e Cinema são ótimas ativas para tornar a escola mais atrativas. Já 70% dos alunos e alunas também incluem as salas de apoios e os projetos com apresentações e exposições, como atividades muito importantes para melhorar a aprendizagem do Ensino Médio.

Os alunos do Ensino Médio querem mais torneios e gincanas, aulas de informática nos finais de semana, quadra poliesportiva aberta nos finais de semana, recreio divertido, armários nas salas de aula e vestiários e banheiros na quadra de esportes.

Quanto aos problemas os estudantes citam a estrutura física do colégio que espera reforma a mais de 04 anos, a indisciplina de alguns estudantes, a falta de perspectiva de estudos dos alunos e que a Gestão Escolar deve ouvir mais os alunos.

Quanto a Equipe de Professores

É formada por todos os profissionais que atuam no Estabelecimento como regentes, em sala de aula ou em outra função pedagógica. Além de participar ativamente na elaboração do PPP, suas funções estão relacionadas no Regimento Escolar e no Estatuto do Magistério do Paraná. O Paraná realiza a Avaliação de Desempenho do Professor do Quadro Próprio do Magistério englobando critérios de

produtividade, participação, assiduidade e pontualidade, que foi concebido como uma forma de melhorar o desempenho dos docentes.

Segundo o Doutor em Educacão Gabriel Chalita, "A alma de qualquer instituição de ensino é o professor. Por mais que se invista na equipagem das escolas, em laboratórios, bibliotecas, anfiteatros, quadras esportivas, piscinas, campos de futebol - sem negar a importância de todo esse instrumental, tudo isso não se configura mais do que aspectos materiais se comparados ao papel e à importância do professor."

Portanto, o professor é o grande agente do processo educacional. Para que um professor desempenhe com maestria a aula na matéria de sua especialidade, ele precisa conhecer as demais matérias, as leis e diretrizes dos conselhos de educação e os conteúdos que deverão perpassar as disciplinas e, acima de tudo, conhecer o aluno.

Segundo a L.D.B no seu Artigo 13 - Os docentes incumbir-se-ão de:
I. participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
II. elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
III. zelar pela aprendizagem dos alunos;
IV. estabelecer estratégias de recuperação dos alunos de menor rendimento;
V. ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
VI. colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Quanto aos Agentes Educacionais e suas atribuições

Agente Educacional I

Compete ao Agente Educacional I
I. zelar pelo ambiente físico da escola e de suas instalações, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária vigente;

II. utilizar o material de limpeza sem desperdícios e comunicar à direção, com antecedência, a necessidade de reposição dos produtos;
III. zelar pela conservação do patrimônio escolar, comunicando qualquer irregularidade à direção;
IV. auxiliar na vigilância da movimentação dos alunos em horários de recreio, de início e de término dos períodos, mantendo a ordem e a segurança dos estudantes, quando solicitado pela direção;
V. atender adequadamente aos alunos com necessidades educacionais especiais temporárias ou permanentes, que demandam apoio de locomoção, de higiene e de alimentação;
VI. auxiliar na locomoção dos alunos que fazem uso de cadeira de rodas, andadores, muletas, e outros facilitadores, viabilizando a acessibilidade e a participação no ambiente escolar;
VII. auxiliar os alunos com necessidades educacionais especiais quanto a alimentação durante o recreio, atendimento às necessidades básicas de higiene e as correspondentes ao uso do banheiro;
VIII. auxiliar nos serviços correlatos à sua função, participando das diversas atividades escolares;
IX. cumprir integralmente seu horário de trabalho e as escalas previstas, respeitado o seu período de férias;
X. participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional;
XI. coletar lixo de todos os ambientes do estabelecimento de ensino, dando-lhe o devido destino, conforme exigências sanitárias;
XII. participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;
XIII. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;
XIV. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;
XV. exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.

Agente educacional II

Compete ao Agente Educacional II

I. cumprir as obrigações inerentes às atividades administrativas da secretaria, quanto ao registro escolar do aluno referente à documentação comprobatória, necessidades de adaptação, aproveitamento de estudos, progressão parcial, classificação, reclassificação e regularização de vida escolar;

II. atender a comunidade escolar e demais interessados, prestando informações e orientações;

III. cumprir a escala de trabalho que lhe for previamente estabelecida;

IV. participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;

V. controlar a entrada e saída de documentos escolares, prestando informações sobre os mesmos a quem de direito;

VI. organizar, em colaboração com o(a) secretário(a) escolar, os serviços do seu setor;

VII. efetivar os registros na documentação oficial como Ficha Individual, Histórico Escolar, Boletins, Certificados, Diplomas e outros, garantindo sua idoneidade;

VIII. organizar e manter atualizado o arquivo ativo e conservar o arquivo inativo da escola;

IX. classificar, protocolar e arquivar documentos e correspondências, registrando a movimentação de expedientes;

X. realizar serviços auxiliares relativos à parte financeira, contábil e patrimonial do estabelecimento, sempre que solicitado;

XI. coletar e digitar dados estatísticos quanto à avaliação escolar, alimentando e atualizando o sistema informatizado;

XII. executar trabalho de mecanografia, reprografia e digitação;

XIII. participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;

XIV. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XV. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XVI. exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.

Quanto aos Profissionais da Educação – Um diagnóstico da realidade do Colégio Jaelson Biácio

Vinte e quatro (24) Profissionais da Educação do colégio responderam o questionário entregue pela Gestão Escolar e Equipe Pedagógica.

Assim, percebemos que: 80% dos Profissionais do colégio são casados e com filhos. Mais de 80% se dedicam profissionalmente exclusivamente ao Magistério/Educação. Percebeu-se a partir do questionário que: 50% dos profissionais possuem casa e que 40% moram em casa alugada ou cedida, sendo que as famílias possuem na maioria 3 a 4 pessoas. As atividades de lazer dos profissionais são: curtir a família, sair com os amigos, leituras, assistir filmes, ir ao cinema e praticar esportes.

Na questão leitura, 60% dos profissionais dizem estar lendo e que lêem freqüentemente. Quanto a religião: 80% dos profissionais são católicos e 20% evangélicos. Segundo o levantamento, 90% dos profissionais possuem um curso superior e que 65% destes fizeram a graduação na FECILCAM (Universidade do Paraná). Constatou pela pesquisa que: 60% dos profissionais são concursados.

A maioria dos funcionários e professores avaliam que hoje o processo de ensinar e aprender no Colégio Jaelson Biácio está entre ótimo e excelente. Segundo os profissionais que aqui trabalham a escola é pequena, possui poucos alunos, e esses são muito educados, disciplinados e participativos. A família e as instâncias colegiadas são participativa e atuante em nosso colégio e todos desempenham suas funções com dedicação, compromisso e competência. Mas todos tem consciência que podemos e devemos melhorar para elevar o nosso padrão de ensino.

Os profissionais dizem que apesar da aprendizagem ser boa, para elevar o padrão da aprendizagem os estudantes precisam de mais força de vontade, ter mais ambição em relação aos estudos, instigar a curiosidade e se dedicar mais; pois temos alunos e alunas com defasagem de conteúdos e alguns que apresentam dificuldades no aprendizado. Somos uma escola que a família participa de todos os

eventos e o ambiente escolar é harmonioso, portanto, podemos melhorar na qualidade do ensino e da aprendizagem, para isso, precisamos de cursos de capacitação, melhorar a remuneração, termos vale cultura para comprar livros, ampliar a quantidade de salas de aulas; enfim reforma e ampliação do colégio, entre outros que foram citados.

Todos os profissionais da educação estão satisfeitos com o colégio, pois mais de 85% destes assinalaram ótimo e excelente no questionário. Quanto à participação da família: 55 % dos profissionais acham boa essa participação, enquanto que para 40% essa participação é excelente e ótima.

Perguntados de que maneira os pais podem estar participando da vida escolar dos filhos e ajudando na promoção do saber, ficou assim a porcentagem de concordância: 75% participando das reuniões; 62,5% ajudando mais os alunos em suas tarefas escolares; 50% ajudando a escola promover festas; 50% fazendo trabalho voluntário no Colégio; 41,6% visitando mais o colégio. E sugeriram que os pais cobrem mais compromisso dos filhos e filhas.

Os profissionais foram unanimes em considerar que o trabalho pedagógico no espaço escolar necessita de um professor competente, para tanto ele precisa ter postura positiva, acreditar no potencial do aluno, ter objetivos claros de aprendizagem e conhecer os conteúdos científicos para que assim desenvolva um ensino de qualidade.

Os Profissionais da Educação do nosso colégio dizem que trabalham para formar alunos que sejam bons cidadãos, críticos, éticos, honestos e que questionem, argumentem, discutem e que reajam. Alunos com consciência crítica e senso de humor; conhecedores de seus direitos e deveres perante a sociedade. Pessoas que saibam buscar o conhecimento, que tenham garra e busquem um lugar na sociedade e assim amanhã serem bons profissionais e pessoas do bem.

Segundo a pesquisa, a sociedade que se quer ajudar a construir é justa e igualitária. Uma sociedade mais segura, mais íntegra, mais humana, com menos diferenças na questão social; uma sociedade de seres humanos capazes de escolher, fazer crítica, que respeitem a opinião dos outros e que consigam defender seus pontos de vista. Uma sociedade de cidadãos com direitos e deveres, que consigam serem solidários, participativos e conscientes de seus limites e possibilidades. E assim todos podem viver em paz com sabedoria e conhecimento em um planeta vivo.

Os valores que nortearam o trabalho pedagógico são aqueles que contribuem para formar esse novo homem: a igualdade, a humildade, o amor, o respeito, o companheirismo,a perseverança, a dedicação e o comprometimento. Também não se esqueceram da ética, do respeito ao próximo, da responsabilidade, da criatividade, da paz e da valorização do outro.

Quanto aos projetos preferem aqueles que aliam Teoria e Prática.

Quanto os problemas e dificuldades pedagógicas os docentes e agentes sentem falta de comprometimento por parte de alguns profissionais da educação que são às vezes descompromissados e que gostariam que tivessem mais comprometimento com o trabalho de excelência.

A falta de perspectivas dos alunos frente aos estudos e futuro, e a desmotivação de alguns alunos também preocupam. Esses sonhos e ambições frente aos saberes escolares inexistentes em muitos alunos dificultam sua concentração e interesse nas aulas. A não valorização da leitura, e a falta de limites de muitos alunos (que a família deveria impor) também é um problema detectado pelos profissionais do colégio.

Alguns profissionais citaram também a falta de material esportivo, limpeza da quadra, a falta de participação de alguns alunos nas atividades, a Infra estrutura precária, a dualidade entre escola municipal e estadual, a internet que cai e o acervo limitado da biblioteca como problemas a serem resolvidos.

Quanto ao apoio que recebem da equipe pedagógica; os profissionais dizem que recebem orientação e formação no dia a dia e principalmente nas reuniões e encontros específicos e sempre recebem apoio e direcionamento quando precisam. Dizem que há uma integração entre todos e que são apoiados e incentivados quando necessário. Falaram também que acha importante que a equipe pedagógica apóie e ajude nos projetos extras classes e atividades diferenciadas e que no colégio isso acontece constantemente.

Para que melhore ainda mais os profissionais dizem que o colégio precisa de uma reforma urgente e ter um salão nobre para realização de eventos e aulas diferenciadas. Querem quadro de funcionários fixos e aumento de carga horária tornando o Ensino Fundamental Integral, pois já somos um colégio do campo. No caso de não ter a reforma e ampliação logo, tem que ter pelo menos uma pintura e consertos urgentes. Citam também a internet que precisa ser melhor e o trabalho

que precisa melhorar de autoestima e motivação tão necessária na gestão de pessoas.

Para melhorar a Gestão Democrática e Participativa, os profissionais citam a transparência de todas as ações que já acontece, mas pode melhorar ainda mais. A importância do envolvimento de toda a Comunidade Escolar, mais principalmente as Instâncias Colegiadas. Falam também da importância de dar sempre oportunidade e espaço para as participações, onde podem estar sugerindo mudanças. Colocar sempre a co-responsabilidade legal da família na educação das crianças e adolescentes. E assim, ter sabedoria para acolher a opinião de todos, para que tenham voz e vez nas decisões da Gestão Escolar, e assim contribua a sua maneira para a evolução de nossa escola.

Quanto à apreensão dos conteúdos os profissionais da educação do colégio dizem que está bom, mas poderia ser melhor, pois temos todas as condições para elevar o padrão. Explicam que a maioria tem apresentado evolução, e progredido de forma satisfatória. Aqueles que apresentam dificuldades; são por falta de interesse, apatia, dificuldades no raciocínio lógico, limitações intelectuais e faltas excessivas em aulas. Alguns agentes educacionais e docentes dizem que, quando há um comprometimento do professor, o resultado é muito bom, então precisamos avançar com o grupo.

Quanto ao trabalho com as tecnologias, os profissionais da escola dizem que tem muito a aprender, mas conseguem usar todos os disponíveis no colégio e se não, pedem ajuda para quem sabe. Então o trabalho não é prejudicado no que diz respeito à Internet, TV Pendrive, Multimídias, Rádios, TV Vídeos e outras. Reclamam de que, as vezes a internet cai e dificulta o uso. Os profissionais comentam da importância de treinamentos e formação especifica e que às vezes falta tempo para o preparo destas aulas especificas. Dizem que hoje temos o suporte do CRTE e isso ajuda bastante, mas a metodologia deve ser acompanhada pela equipe pedagógica.

Na afirmação: “Um dos problemas que dificulta a relação professor/aluno e a aprendizagem diz respeito a necessidade de silencio para a construção de um clima favorável a aprendizagem. No entanto ele não pode ser exigido com rigor”, 50 % dos profissionais concordam totalmente e 40% concordam parcialmente.

Na Gestão de Sala, os docentes dizem que propõem sempre conteúdos que contemplem também momentos dialógicos, onde o aluno participe com opiniões e

comentários aluno/professor e aluno/aluno em equipes. Outros salientam a importância de organizar bem as aulas com tempo para atenção, construções, interações (troca de ideias) e experiências. Destacam também a importância do docente usar o bom senso e o equilíbrio para tomada de decisões. Mas temos também profissionais da educação que defendem o rigor na questão de ensino/aprendizagem.

Quanto a coesão e trabalho coletivo da equipe, 65% disseram que estamos caminhando nesse sentido e alguns colocaram que a rotatividade de profissionais, principalmente docentes dificulta o processo de formação interna.

Ao darem sugestões para melhorar o ensino aprendizagem do colégio, os profissionais colocam a urgência da ampliação e reforma da escola, que projetos específicos poderiam ajudar (hoje conseguimos a sala de apoio de Matemática e Língua Portuguesa e também vamos ter um Clube de Ciências). Os profissionais também citam que auto-avaliação, troca de experiências, promover uma maior integração entre as disciplinas, verificar falhas e pontos positivos é de grande valia para criarmos ações mais eficazes.

A BIBLIOTECA ESCOLAR

A biblioteca escolar (BE) propicia informação e ideias que são fundamentais para que seus usuários sejam bem sucedidos na atual sociedade-baseada na informação e no conhecimento. Habilita os estudantes para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, tornando-os cidadãos responsáveis.

A biblioteca escolar oferece livros, recursos e serviços como apoio à aprendizagem. Possibilita a todos os membros da comunidade escolar tornarem-se pensadores críticos e efetivos usuários dos vários tipos de suportes documentários e meios de comunicação. As bibliotecas escolares ligam-se às mais extensas redes de bibliotecas e de informação.

O quadro de pessoal da biblioteca constitui-se em suporte ao uso de livros e outra fonte de informação, desde obras de ficção a outros tipos de documentos, quer no formato impressos como eletrônicos tanto para a consulta presencial como para a remota. Este acervo se complementa e se enriquece com manuais, obras didáticas e metodológicas.

Já está comprovado que bibliotecários e professores, trabalhando em conjunto, influenciam o desempenho dos estudantes para o alcance de maior nível na literária na leitura e na escrita, na resolução de problemas, no uso da informação e das tecnologias de comunicação/informação.

Nossas crianças chegam ao inicio do Ensino Fundamental Séries Finais, mas infelizmente muitos não sabem ler e interpretar frases complexas e pequenos textos. Nossa cultura é de total desvalorização da leitura e assim cada vez mais os analfabetos funcionais crescem em grande escala no Brasil. A escola é chamada neste contexto para ajudar a mudar esse quadro lamentável. Projetos de Leitura podem contribuir para reverter este quadro, e assim, mudar a cara da educação.

Então a necessidade de um trabalho coletivo de toda comunidade escolar e aqui a parceria com as famílias é muito importante. Chamar a família para orientar e direcionar para o exemplo e a co-responsabilidade no processo educativo das crianças é essencial. Os agentes de transformação social devem ajudar para levar a leitura e a reflexão a toda a comunidade e assim colaborar na humanização das pessoas. No nosso colégio esse trabalho é feito com o apoio da Gestão Escolar e direcionamento e trabalho da bibliotecária que juntamente com professores e mães de alunos estão desenvolvendo o hábito da leitura nas crianças.

A biblioteca Escolar do nosso colégio

A biblioteca **Vivian Silvana Becher**, do Colégio Estadual do Campo Professor Jaelson Biácio – Ensino Fundamental e Médio tem por finalidade subsidiar a pesquisa, leitura e a informação ao educando, professores, funcionários e comunidade em geral em todos os níveis.

Ela deve ser um espaço de aprendizagem, de desenvolvimento cultural, autonomia intelectual e pensamento crítico e a formação ética, tornando-se assim, um espaço aprazível através de um ambiente que gere transformação com mudanças de hábitos nos quais o educando possa ampliar o universo da leitura.

Pretendemos em curto prazo, que nossa biblioteca seja reformada e ampliada no seu acervo bibliográfico, para que nossos professores possam melhor direcionar seus projetos, pesquisas, visando um aprofundamento cientifico do educando e consequentemente a melhoria da qualidade de ensino.

Pretendemos construir na escola, uma política de formação de leitores, mas para isso, temos que provocar momentos de leitura (dias chuvosos ou criar momentos exclusivos), pois para aprender a ler e criar hábitos de leitura é preciso “aprender a ler lendo”, e para que isso aconteça precisamos desenvolver muito mais do que a capacidade de ler. A escola terá que se mobilizar internamente, pois criar bons hábitos de leitura requer muitos esforços.

O professor deverá conscientizá-los de que a leitura é algo interessante e desafiador, com a leitura o educando terá mais autonomia e independência.

Outro projeto que estamos dando continuidade é o que podemos chamar de "Roda de Leitores”, periodicamente os alunos tomam emprestados livros (do acervo da biblioteca) para ler em casa, como também ocorre semestralmente o Projeto Feirão do Livro, onde há troca, venda e doação de livros entre alunos, isto para que criemos bons leitores.

Quem foi Vivian Silvana Becher?

Vivian Silvana Becher, nasceu no dia 17 de setembro de 1980 em Campo Mourão – Paraná. Filha de Leonir Becher e Eunice de Oliveira Becher, cursou o pré-escolar e 1ª a 4ª série na Escola Municipal Narciso Simão, de 5ª a 8ª série no Colégio Estadual Professor Jaelson Biácio – EPSG, no Distrito de Piquirivaí – Campo Mourão – Paraná.

Vivian Silvana Becher teve uma curta passagem por esta vida, pois faleceu aos 14 anos de idade, em um trágico acidente de carro, onde findou sua jornada terrena, na data de 07/01/1995 em Campo Mourão – Paraná.

Vivian era ativa, inteligente, participativa, por ser temente a Deus ensinava aos pequenos seus preceitos e doutrina Católica.

Ótima filha e uma irmã protetora, dedicada aos estudos, uma aluna exemplar, só deixou saudades nas escolas por onde passou. Fez uma legião de admiradores, pois era criativa e muito simpática. Foi criança alegre e adolescente que transbordava vida.

Vivian deixou uma coletânea de vinte e duas poesias repletas de sonhos, dúvidas, amor a Deus, aos seres humanos e a natureza.

Vivian fez do seu caminho aqui na terra um caminho verdadeiro e o pouco que viveu “brilhou”, foi estrela guia para a família e amigos...Sendo homenageada pelo Colégio Estadual do Campo Professor Jaelson Biácio EFM do Distrito de Piquirivaí – Campo Mourão - Paraná, que nominou sua Biblioteca com o nome de: “VIVIAN SILVANA BECHER” em fevereiro de 1995.

SOBRE A REALIDADE DO COLÉGIO JAELSON BIÁCIO PARA ATENDER O ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS

A escola está preparada de forma regular para atender o Ensino Fundamental de 09 anos. Porém, falta adequação do espaço físico, pois, necessita de uma reforma urgente. Também se faz necessário uma formação para os professores para uma reflexão maior sobre as novas concepções de alfabetização e letramento, de infância e adolescência, de ludicidade e de trabalho democrático.

Também estamos reformulando o nosso Projeto Político Pedagógico e os professores estão fazendo as adequações nas Propostas Pedagógicas Curriculares para cada disciplina da nossa Grade Curricular.

Precisamos também de mais materiais didáticos concretos, acervo bibliográfico adequado para a faixa etária dos alunos para a Biblioteca Escolar, um espaço físico mais adequado para laboratório de Física, Química e Biologia, alguns equipamentos didático-pedagógicos etc. Nossos professores estão preparando e estudando/pesquisando didáticas eficazes e metodologias diferenciadas para receber as crianças e adolescentes que ingressarão no sexto ano do Ensino Fundamental.

Quanto à organização do espaço e do tempo tudo está bem organizado, só necessita de uma maior dinamização.

De manhã, o ambiente escolar é um pouco confuso devido a dualidade município/estado, mas conseguimos uma certa harmonia, apesar das condições físicas do prédio.

No quesito formação, temos feitos na medida do possível reuniões com os professores para promover leituras, reflexões e elaborar estratégias para atender melhor os alunos. A escola está iniciando um trabalho de capacitação teórica dos profissionais de educação da escola.

Para essa formação tão importante estão organizando reuniões pedagógicas com a Gestão Escolar e Equipe Pedagógica, vamos convidar profissionais capacitados para estar discutindo essas novas tendências com os profissionais da educação da escola.

Essa articulação entre o Ensino Fundamental Séries Iniciais (município) e Ensino Fundamental Séries Finais (estado) é muito importante e esperamos que aconteça de fato. Aqui nós sempre estamos dialogando com o município visto que coexistem a instância municipal e a instância estadual.

O Núcleo Regional de Educação tem iniciado uma conversa com a Secretaria de Educação do município e estamos discutindo e redirecionando as expectativas de aprendizagens afim de nos organizarmos para a implantação simultânea do Ensino Fundamental de 09 anos na Rede Estadual de Ensino. Assim, queremos garantir a não ruptura entre as Séries Iniciais e as Séries Finais do Ensino Fundamental.

Enquanto escola procuraremos nos inteirar dos conteúdos programáticos e as expectativas de aprendizagens das P.P.C.s, para poder realizar um trabalho de sequência articulado.

Os alunos já são avaliados, pois, temos o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação.

Portanto, ao fazer a reformulação do nosso P.P.P (Projeto Político Pedagógico) estamos ouvindo toda a Comunidade Escolar através de reuniões e questionários para alunos, professores e famílias. Assim, todos poderão ajuda nesta importante discussão e estarão informados das modificações que acontecerão no colégio.

Pois sabemos que quando todo o coletivo participa ativamente o resultado é maior.

O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O índice é formado pela conjunção de dados da Prova Brasil - avaliação feita com todos os alunos das públicas de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental - e resultados de evasão escolar e de aprovação. O conceito vai de 1 a 10, sendo que 6 - nota que os países desenvolvidos, em conjunto, já alcançam em exames internacionais – é a meta do governo para 2022.

Quanto ao resultado brasileiro de 2010, relativo à 2009

Os estudantes brasileiros sabem mais português do que há dois anos, mas evoluíram muito pouco em matemática. A constatação é feita a partir dos dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2009, divulgados pelo Ministério da Educação (MEC). As metas para todos os segmentos foram superadas, puxadas principalmente pelo melhor rendimento em Língua Portuguesa. Apenas nos anos iniciais do Ensino Fundamental o desempenho em Matemática teve aumento expressivo.

Não à toa, foi este segmento que atingiu o melhor resultado, Ideb igual a 4,6, previsto para ser atingido apenas em 2011. O melhor rendimento dos alunos nas provas de português, que na média nacional cresceu quase nove pontos, e matemática, com aumento de 11 pontos, foi o responsável pelo bom desempenho. A taxa de aprovação também cresceu, quase 3%.

Já o Ensino Médio superou por apenas 0,1 a meta programada para 2009, que era de 3,5. O rendimento dos estudantes nas provas de matemática se manteve estável, enquanto o resultado em português foi 7 pontos melhor. A taxa de aprovação variou positivamente pouco mais de 1%.

Os anos finais do Ensino Fundamental conseguiram Ideb igual a 4,0, sendo 0,3 ponto acima do resultado esperado, de 3,7, influenciado pelo bom aproveitamento em português, que cresceu quase 10 pontos em relação a 2007. Já o rendimento em matemática ficou praticamente igual, assim como a taxa de aprovação.

Em relação a 2007, quando o Ideb foi calculado pela última vez, todos os índices apresentaram melhora. No Ensino Fundamental, o crescimento foi de 0,4 nos anos iniciais, e 0,2 nos anos finais. No Ensino Médio, o aumento foi de 0,1 ponto.

Somente 0,09% dos municípios (cinco entre 5.498) atingiram a nota 6, considerada meta, no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) nos anos finais do ensino fundamental em escolas públicas. É o que revela a análise dos dados por cidades divulgados pelo MEC (Ministério da Educação). Nos anos iniciais, a situação é um pouco melhor: 405 de 5.467 municípios avaliados – 7,4% do total – já chegaram à meta.

A nota 6 foi estabelecida como padrão pelo MEC de acordo com os índices obtidos pelos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Esse total precisa ser alcançado pelos anos iniciais em 2021 e, pelos anos finais, em 2024. No Ideb de 2009, divulgado neste ano, a nota do Brasil está em 4,6 no primeiro caso e em 4,0 no segundo.

Segundo Carlos Eduardo Sanches, presidente da Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), a própria característica das políticas educacionais impede uma melhora mais acelerada. “A gente não vai conseguir saltar tão rapidamente para os percentuais [de meta]”, disse. “Começa a aparecer agora o resultado de todo esse investimento [em educação], mas é algo de longo prazo.”

Ele citou o Ensino Fundamental de Nove Anos como um dos fatores que podem provocar melhora nos índices. “Os três primeiros anos reservamos para a alfabetização. Conseguimos também aumentar o número de matriculas na Educação Infantil. [A criança que passa por ela] Tem uma trajetória escolar melhor”, afirma.

A realidade do Colégio Jaelson Biácio (Ideb)

Hoje na questão de resultados, já estivemos melhor, mas o único parâmetro que temos é o IDEB e o ENEM. O IDEB só vê os resultados de Matemática e de Língua Portuguesa e no caso do ENEM, por termos poucos alunos e suas perspectivas de estudos serem mínimas, sempre menos de 10 alunos fazem as provas do ENEM. Assim, não há uma nota do colégio, pois o INEP só disponibiliza nota das escolas que mais de 10 alunos fazem as provas até o fim. Ficamos assim sem parâmetros de avaliação.

Na questão do IDEB em 2009 ficamos com uma nota baixa 3,8, infelizmente. Já tínhamos conseguido 4,4 em 2007. Acreditamos que a rotatividade de professores tenha prejudicado, pois, somos uma escola do campo e de Distrito.

Nossos alunos precisam ser despertados para o interesse pelos estudos, pois não convivem em um ambiente letrado. Acreditamos que aumentando a autoestima dos alunos, desenvolvendo o gosto pelo aprendizado, formando uma equipe de professores fixa no colégio com formação e autoformação constante e construindo um ambiente leitor, vamos elevar as perspectivas dos nossos estudantes em relação aos estudos.

A qualidade do processo de ensino e aprendizagem não depende apenas da escola, mas principalmente de políticas públicas voltadas para a qualidade da Educação. E para que isso ocorra é preciso que se garanta o acesso e a permanência do aluno na escola e a valorização dos profissionais da educação através de uma remuneração digna e da oferta de cursos de formação continuada.

Enquanto escola há a necessidade de se colocar o ensino e a aprendizagem dos conhecimentos como centro do processo educativo pela oferta de um ensino que promova a interação do aluno com o conhecimento, de modo a possibilitar ao mesmo o acesso e a incorporação de elementos culturais essenciais à sua transformação, enquanto síntese das múltiplas relações sociais.

Uma educação de qualidade tem como objetivo o combate à evasão e a repetência, através de professores capacitados, valorizados e estimulados, cumprindo a sua nobre missão de educar, dando especial atenção àqueles alunos que se mostram mais indisciplinados e que apresentam maiores dificuldades no aprendizado, exercendo sua autoridade, estabelecendo limites e responsabilidades, com conselho escolar realmente participativo, com instalações adequadas, organização e segurança, enfim que haja um ambiente propício ao estudo e à aprendizagem, no qual o aluno se sinta estimulado a permanecer e a aprender.

No quadro a seguir, podemos observar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – I.D.E.B do Colégio do Campo Professor Jaelson Biácio – Ensino Fundamental e Médio:

IDEB OBSERVADO DA ESCOLA, MUNICÍPIO, ESTADO E NACIONAL			
ESFERA/INSTANCIA	**2005**	**2007**	**2009**
NACIONAL /BRASIL	**3,3**	**3,6**	**3,8**
ESTADUAL /PARANÁ	**3,3**	**4,0**	**4,1**
MUNICIPAL/CAMPO MOURÃO	**3,5**	**4,1**	**3,8**
ESCOLA/JAELSON BIÁCIO	**-------**	**4,4**	**3,8**

Quanto a Distorção Idade Série (Aprovação e Reprovação)

Nossos alunos apresentam dificuldades em disciplinas que exige muito do raciocínio lógico matemático e nas disciplinas dialógicas, onde precisam ler,

interpretar, compreender, interpretar e expor oralmente os conteúdos. Outro fator que dificultou o trabalho pedagógico nos últimos anos foi a grande rotatividade de docentes e pedagogos/pedagogas. Isso tornou os resultados bastantes diversificados e inconstantes e houveram reprovações ou aprovações em conselho de classe que automaticamente elevou em algumas turmas o índice de distorção idade/série.

No ano de 2010, tivemos maiores reprovações ou aprovados em conselho nas disciplinas de História, Língua Portuguesa, Matemática e Ciências; no caso do Ensino Fundamental. Quanto ao Ensino Médio, os alunos obtiveram baixa aprendizagem nas disciplinas de Química, Física, Geografia, Língua Portuguesa e Inglesa e Matemática.

Percebe-se que grande parte dos alunos não conseguem médias para serem aprovados nas dinâmicas normais de sala de aula. Essa é uma preocupação e sempre é colocado em discussão e reflexão de todo colegiado dos Profissionais da Educação da Escola nos encontros e reuniões de formação e de redirecionamento de metas e ações.

Assim, no ano de 2011, a reflexão foi mais intensa no foco aprendizagem e estamos propondo para 2012 um Plano de Ação do Colégio, onde as ações e metas vem de encontro as nossas necessidades de ensino/aprendizagem.

Podemos observar no quadro a seguir os resultados de Aprovação e Aprendizagem dos estudantes do nosso colégio.

CRITÉRIOS DE ORGANIZAÇÃO INTERNA DA ESCOLA

A escola, de forma geral, dispõe de dois tipos básicos de estrutura: administrativa e pedagógica. A primeira assegura, praticamente, a locação e a gestão de recursos humanos, físicos e financeiros. A pedagógica, que, teoricamente, determina as ações da administração “organizam as funções educativas para que a escola atinja eficientemente e eficaz suas finalidades".

A escola deve assumir como uma de suas principais tarefas, “o trabalho de refletir sobre sua intencionalidade educativa”. A escola procura alicerçar o conceito de autonomia, enfatizando a responsabilidade de todos, sem deixar de lado os outros níveis da esfera administrativa educacional. A autonomia é importante para: “a criação de uma identidade para a escola, de um ethos cientifico e diferenciador,

que facilite a adesão dos diversos atores e a elaboração de um projeto próprio". A escola cria seu Projeto-Político Pedagógico e tem autonomia para executá-lo e avaliá-lo ao assumir uma nova atitude de liderança, no sentido de refletir sobre as finalidades sociopolíticas e culturais da escola.

"Assim, torna-se importante reforçar a compreensão cada vez mais ampliada de projeto educativo como instrumento de autonomia e domínio do trabalho docente pelos profissionais da educação, com vistas à alteração de uma prática conservadora vigente no sistema público de ensino. É essa concepção de Projeto Político-Pedagógico como espaço conquistado que deve construir o elemento diferencial para o aparente consenso sobre as atuais formas de orientação da prática pedagógica" (Pinheiro, 1998).

A autonomia implica também responsabilidade e comprometimento com as instâncias colegiadas que representam a comunidade (Conselho Escolar, A.P.M.F., Grêmio Estudantil, e outras) para que haja participação e compromisso de todos em prol da melhoria da qualidade de ensino.

CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR E HORÁRIOS LETIVOS/ NÃO LETIVOS

O calendário escolar é planejado pela Secretaria de Estado da Educação de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) que possibilita a flexibilidade para cada Estado, de acordo com os feriados federais e estaduais. O calendário é elaborado pela SEED que repassa aos Núcleos Regionais de Educação para a consulta junto aos professores sobre os recessos e feriados municipais, sempre respeitando os 200 dias letivos e as 800 horas/aulas que são obrigatórios. Após discussão e aprovação do calendário escolar este entra em vigor e as escolas não têm autonomia para definir outros dias de recesso ou dispensas de aulas sem justificativa pedagógica.

CRITÉRIOS PARA ORGANIZAÇÃO DE TURMAS E DISTRIBUIÇÃO DE AULAS

No primeiro momento, a Direção faz o levantamento das turmas conforme a procura da comunidade por matrículas, considerando sempre a disponibilidade dos espaços físicos. Após levantamento do número de alunos a serem atendidos, as

turmas são organizadas e a direção elabora um mapa com as séries e o horário/período que serão ofertadas. Na sequência reúne os professores do quadro próprio do magistério para distribuição das aulas conforme os direitos de cada um no processo de escolha das turmas e horários de aulas.

No segundo momento, quando há sobras de aulas na escola, a direção é convocada para proceder à distribuição de aulas no Núcleo Regional da Educação, conforme normatização da SEED.

Para formação das turmas a escola adota o seguinte critério: organização de turmas heterogêneas - alunos (as) com diferentes ritmos de aprendizagem, de socialização e de progressão escolar.

O Colégio Estadual do Campo Professor Jaelson Biácio - Ensino Fundamental e Médio, oferta o Ensino Fundamental no período diurno – matutino e Ensino Médio Regular período noturno.

Período da Manhã:

Ensino Fundamental:

6º ao 9º ano.

Período da Tarde:

Curso Básico de Língua Espanhola **(CELEM)**

Sala de Apoio à Aprendizagem **(Língua Portuguesa e Matemática)**

Período da Noite:

Ensino Médio Regular:

1º, 2º, 3º ano.

O colégio oferta também **Sala de Apoio à Aprendizagem**, no período da TARDE para os alunos da 5ª série e uma turma do **Curso Básico de Língua Espanhola (CELEM)**, no período da tarde.

REGIME ESCOLAR

Classificação: Conforme as orientações do Regimento Escolar.

Segundo o CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO do Estado do Paraná: Classificação é o procedimento que o Estabelecimento adota, segundo critérios próprios, para posicionar o aluno na etapa de estudos compatível com a idade, experiência e desempenho, adquiridos por meios formais ou informais.

A classificação pode ser realizada: a) por promoção, para alunos que cursaram com aproveitamento, a série, etapa, ciclo, período ou fase anterior na própria escola; b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas do país ou do exterior, considerando a classificação na escola de origem; c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série, ciclo, período, fase ou etapa adequada.

Parágrafo Único – Fica vedada a classificação para o ingresso na primeira série do Ensino Fundamental.

A classificação tem caráter pedagógico centrado na aprendizagem, e exige as seguintes medidas administrativas para resguardar os direitos dos alunos, das escolas e dos profissionais: a) proceder avaliação diagnóstica documentada pelo professor ou equipe pedagógica; b) comunicar ao aluno ou responsável a respeito do processo a ser iniciado para obter deste o respectivo consentimento; c) organizar comissão formada por docentes, técnicos e direção da escola para efetivar o processo; d) arquivar atas, provas, trabalhos ou outros instrumentos utilizados;
e) registrar os resultados no histórico escolar do aluno.

Reclassificação: Conforme as orientações do Regimento Escolar.

Segundo o CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO do Estado do Paraná: Reclassificação é o processo pelo qual a escola avalia o grau de experiência do aluno matriculado, levando em conta as normas curriculares gerais, a fim de

encaminhá-lo à etapa de estudos compatível com sua experiência e desempenho, independentemente do que registre o seu histórico escolar.

O resultado do processo de reclassificação realizado pela escola, devidamente documentado, será encaminhado à SEED para registro. Caberá ao órgão competente da SEED, acompanhar durante dois anos, o aproveitamento escolar do aluno beneficiado por processo de reclassificação, nos casos que julgar necessários.

Ficam vedadas a classificação ou reclassificação para etapa inferior à anteriormente cursada.

Promoção: Conforme as orientações do Regimento Escolar.

Será considerado **promovido** para a série seguinte ou concluinte do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio, o aluno que atender as seguintes exigências, antes da realização dos estudos de recuperação intensiva previstos para o fim do quarto bimestre letivo**:**

I - obtiver em todos os componentes curriculares da série, Nota Final igual ou superior a 6,0 (seis).

II - obtiver freqüência igual ou superior a 75% do total de horas letivas fixadas na Carga Horária para cada Componente Curricular.

Parágrafo único – Será considerado promovido após a realização dos estudos de Recuperação previstos para o último bimestre letivo, o aluno que obtiver Média Final igual ou superior a 6,0 (seis).

Observação: Em última instância o aluno/aluna que não conseguiu a média 6,0 é submetido ao Conselho de Classe da escola e pode ou não ser aprovado pelo colegiado.

Progressão Parcial: Conforme as orientações do Regimento Escolar.

Não temos Progressão Parcial no Colégio.

GESTÃO FINANCEIRA

O Fundo Rotativo

O Fundo Rotativo é oriundo de programas descentralizados de recursos financeiros desenvolvidos pela Secretaria de Estado da Educação ao longo dos anos. Foi uma das soluções criativas encontradas, passando a ser um instrumento ágil, viabilizando com maior rapidez o repasse de recursos aos Estabelecimentos de Ensino da Rede Estadual, para a manutenção e outras despesas relacionadas com a atividade educacional.

Ele foi criado pela Lei nº. 10.050, de 16 de Julho de 1992 e regulamentado pelo Decreto nº. 2.043, de 12 de Janeiro de 1993, reestruturado pela Lei nº 14.267, de 22 de Dezembro de 2003 e pelo Decreto nº 3.392, de 21 de Julho de 2004.

Programa Escola Cidadã

Implantado no exercício de 2005, com a finalidade de repassar recursos financeiros, por meio do Programa Fundo Rotativo aos Estabelecimentos de Ensino, atendidos pelo Programa Estadual de Alimentação Escolar, para aquisição de produtos in natura, preferencialmente cultivados por métodos orgânicos, de forma a promover práticas alimentares saudáveis através da inclusão de gêneros perecíveis.

PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola

Consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica, das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial, mantidas por entidades sem fins lucrativos. O objetivo desses recursos é a melhoria da infra-estrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica. Os recursos do programa são transferidos de acordo com o número de alunos, de acordo com o censo escolar do ano anterior ao do repasse.

Recursos Próprios (A.P.M.F)

Todo ano a Associação de Pais, Mestres e Funcionários realiza algumas promoções e eventos com a Comunidade Escolar para angariar recursos para suprimir as necessidades do colégio e para realizar projetos diferenciados e que envolva toda a Comunidade Escolar. Estes recursos são administrados pelas instâncias colegiadas.

AS INSTÂNCIAS COLEGIADAS

O Conselho Escolar

O Conselho Escolar é um órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar, de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora, sobre a organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar em conformidade com as políticas e diretrizes educacionais da SEED, observando a Constituição, a LDB, o ECA, o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento da Escola/ Colégio, para o cumprimento da função social e específica da escola.

A função deliberativa, refere-se à tomada de decisões relativas às diretrizes e linhas gerais das ações pedagógicas, administrativas e financeiras quanto ao direcionamento das políticas públicas, desenvolvidas no âmbito escolar.

A função consultiva refere-se à emissão de pareceres para dirimir dúvidas e tomar decisões quanto às questões pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito de sua competência.

A função avaliativa refere-se ao acompanhamento sistemático das ações educativas desenvolvidas pela unidade escolar, objetivando a identificação de problemas e alternativas para melhoria de seu desempenho, garantindo o cumprimento das normas da escola bem como, a qualidade social da instituição escolar.

A função fiscalizadora refere-se ao acompanhamento e fiscalização da gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, garantindo a legitimidade de suas ações.

São atribuições do Conselho Escolar.

I. Analisar e aprovar o Plano Anual do Estabelecimento de ensino;

II. Acompanhar e avaliar o desempenho do estabelecimento face às diretrizes, prioridades e metas estabelecidas no Plano Anual;

III. Analisar projetos propostos por todas as categorias que compõem a comunidade escolar, no sentido de avaliar sua necessidade de implantação, e aprovar-se se for o caso;

IV. Apreciar e julgar em grau de recurso os casos de alunos que forem punidos por infringirem as normas no Estabelecimento de ensino;

V. Apreciar e emitir parecer quanto as reivindicações e consultas da comunidade escolar sobre questões de seu interesse ou que digam respeito ao cumprimento do Regimento Escolar;

VI. Apreciar e aprovar o Plano de Aplicações e Prestação de Contas de Recursos Financeiros;

VII. Apreciar e emitir parecer sobre desligamento de um ou mais membros do Conselho Escolar, quando do não cumprimento das normas estabelecidas, encaminhando-o ao órgão competente;

VIII. Supervisionar, juntamente com o Diretor, a exploração da Cantina Comercial, conforme Lei vigente;

IX. Aprovar o calendário da unidade escolar e enviar ao NRE para homologação;

Deliberar sobre outros assuntos encaminhados pela Direção pertinentes ao âmbito de ação do estabelecimento.

Associação de Pais, Mestres e Funcionários

APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários, e similares, - pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação dos pais e profissionais do estabelecimento, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus Dirigentes e Conselheiros, sendo constituído por prazo indeterminado.

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários é um órgão de representação dos pais, professores e funcionários do estabelecimento de ensino. A

APMF rege-se por Estatuto próprio. Esse órgão é de extrema importância para as ações da escola, tendo como objetivos:

- Discutir e decidir sobre as ações para a assistência ao educando, o aprimoramento do ensino e a integração da família, da comunidade e da escola.
- Prestar assistência ao educando assegurando-lhe melhor condições de eficiência escolar.
- Integrar a comunidade no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa mesma comunidade.
- Proporcionar condições ao educando de criticar, participar de todo o processo escolar, estimulando sua livre organização em grêmios estudantis.
- Representar os reais interesses da comunidade e dos pais de alunos junto à escola, contribuindo dessa forma para a melhoria do ensino e da melhor adequação dos planos curriculares.
- Promover o entrosamento entre pais, alunos, professores, funcionários e membros da comunidade através de atividades sócio-educativa-cultural-desportiva.
- Contribuir para a melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolar, sempre dentro de critérios de prioridade, sendo as condições dos educandos fator de máxima prioridade.

São inúmeras as atividades que poderão ser desenvolvidas pela APMF, objetivando a colaboração e promovendo desta forma uma escola de qualidade onde todos aqueles que dela fazem parte direta ou indiretamente, sintam-se co-responsáveis pelos resultados obtidos. Porém, todas as iniciativas deverão estar em consonância com o Projeto Político Pedagógico elaborado coletivamente.

O Grêmio Estudantil

O grêmio é uma organização sem fins lucrativos que representa o interesse dos estudantes e que tem fins cívicos, culturais, educacionais, desportivos e sociais.

O grêmio é o órgão máximo de representação dos estudantes da escola. Atuando nele, você defende seus direitos e interesses e aprende ética e cidadania na prática.

O Grêmio estudantil estimula o relacionamento e a convivência entre os jovens. Por serem institucionalizados, podem representar melhor a rica experiência que é a busca coletiva dos anseios, desejos e aspirações dos estudantes.

São os jovens que devem reconhecer a sua importância e definir o seu perfil, pois os Grêmios organizados exercem influência na formação do aluno, que deve ter um bom relacionamento social, cultural e também político.

O Grêmio Estudantil viabiliza a luta coletiva dos jovens educandos. O bom educador enriquece, ganha, enxergando mais e melhor a realidade do jovem aluno, pois este deve ser “agente” e não um mero paciente. Um aluno que seja, que haja, que viva.

O Grêmio é formado apenas por alunos, de forma independente, desenvolvendo atividades culturais e esportivas, produzindo jornal, organizando debates sobre assuntos de seus interesses e que fazem parte do Currículo Escolar.

O Grêmio Estudantil deverá ter um plano de ação paralelo ao P.P.P. e aos planos de ação da Direção e Equipe Pedagógica.

É muito importante a existência do Grêmio Estudantil na escola, pois ele é um órgão que auxilia a Direção escolar.

A Secretaria de Estado da Educação do Paraná entende que toda representação estudantil deve ser estimulada, pois ela aponta um caminho para a democratização da Escola. Por isso, o Grêmio nas Escolas públicas deve ser estimulado pelos gestores da Escola, tendo em vista que ele é um apoio à Direção numa gestão colegiada.

Os Grêmios Estudantis compõem uma das mais duradouras tradições da nossa juventude. Pode-se afirmar que no Brasil, com o surgimento dos grandes estabelecimentos de ensino secundário, nasceram também os Grêmios Estudantis, que cumpriram sempre um importante papel na formação e no desenvolvimento educacional, cultural e esportivo da nossa juventude, organizando debates, apresentações teatrais, festivais de música, torneios esportivos e outras festividades.

As atividades dos Grêmios Estudantis representam para muitos jovens os primeiros passos na vida social, cultural e política. Assim, os Grêmios contribuem,

decisivamente, para a formação e o enriquecimento educacional de grande parcela da nossa juventude.

Por que um Grêmio na escola?

Em todo lugar sempre tem algo importante a ser melhorado ou construído. Na sua escola, com certeza, não é diferente.

O Grêmio Estudantil é uma das primeiras oportunidades que os jovens têm de participar da sociedade. Com o Grêmio, os alunos têm voz na administração da escola, apresentando suas ideias e opiniões.

Mas toda participação exige responsabilidade! Um Grêmio Estudantil compromissado deve procurar defender os interesses dos alunos, firmando, sempre que possível, uma parceria com todas as pessoas que participam da escola.

É importante trabalhar principalmente com os diretores, coordenadores e professores. Somente assim o Grêmio atuará verdadeiramente em benefício da escola e da comunidade.

Objetivos do Grêmio Estudantil

- Congregar e representar os estudantes da escola;
- Defender seus direitos e interesse;
- Cooperar para melhorar a escola e a qualidade do ensino;
- Incentivar e promover atividades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais.
- Realizar intercâmbio e colaboração de caráter cultural e educacional com outras instituições de caráter educacional.

Exemplos de Atividades para o Grêmio

- Integrar os alunos e a comunidade, promovendo eventos culturais como projeção de filmes, peças teatrais, gincanas, concursos de poesia, coral, festival de dança, de música, etc.

- Cursos de artesanato;
- Campeonatos esportivos nas diversas modalidades;
- Palestra sobre, violência, drogas, sexualidade e meio ambiente, etc.
- Campanhas de agasalho, de alimentos e de outros recursos para as populações carentes;
- Jornal da escola;
- Premiação dos alunos destaques nas diversas modalidades;

Aluno Representante de Turma

O Representante de Turma é o aluno que, eleito democraticamente por sua turma, ajuda na organização, na participação e representa o pensamento da maioria dos alunos de sua sala junto à Direção, à Equipe Pedagógica, ao Professor Monitor e ao Representante de Alunos no Conselho Escolar deste estabelecimento de ensino.

CONCEPÇÕES QUE NORTEIAM O NOSSO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Concepção de Gestão Escolar

Para conquistar e obter a educação de qualidade que tanto almejamos, a gestão escolar deve considerar todos os interesses. A escola precisa escutar a todos (professores, funcionários, equipe pedagógica, pais e alunos) antes de tomar decisões, assim será uma gestão democrática, e se a participação for colegiada, remete à organização, o diálogo, a opiniões e pontos de vistas divergentes. Portanto, de grande valia para o processo educacional da instituição.

Segundo Paro (2008) a especificidade da Gestão Escolar só pode dar-se pela oposição à administração escolar capitalista, pois, em termos políticos, o que possa haver de próprio, de específico, numa Gestão Escolar voltada à transformação social, tem de ser necessariamente antagônico ao modo de administrar da empresa, visto que tal modo de administrar serve a propósitos conservadores e elitistas. O Conselho Escolar, como instância máxima de decisão da escola e na escola, é incentivado e fortalecido nas escolas públicas estaduais. Isto se dá no processo de composição do Conselho através da eleição direta de todos representantes dos diferentes segmentos, respeitando o princípio da representatividade e da proporcionalidade. Com isso, o Conselho Escolar passa a ter legitimidade para deliberar, fiscalizar, avaliar e ser consultado pela comunidade escolar. Porém, ainda há muito que se avançar na efetividade dos Conselhos Escolares e isso passa, sobremaneira, pela concepção de gestão do diretor e da participação da comunidade escolar. Por outro lado, e aos poucos, o Conselho Escolar começa a ser valorizado por algumas direções, pois assumiu-se o desafio de democratizar as decisões da escola pública.

A Administração Escolar transformadora,deve atender e ter como centro e base as especificidades do ato educacional, opondo-se firmemente ao modelo empresarial, capitalista e conservador imposto pela classe dominante. Assim, o desejo que deve mover a coletividade escolar é o de fazer com que as classes menos favorecidas tomem consciência política e absorvam o conhecimento historicamente acumulado, para que, assim, se entendam também como classes

transformadoras, como agentes da história e não como meros espectadores. Entende-se, assim, que a participação e incentivo a esses segmentos de gestão é algo que precisa ser construído a cada dia dentro das escolas públicas. Por isso, é necessário estar constantemente revendo os principais documentos das escolas, repensando o papel de cada um na construção de uma coletividade, independente de ser professor, diretor, funcionário, aluno, pai ou pedagogo. Compartilhamos a significativa consideração de Spósito (2002), para a qual é preciso fazer da educação um serviço público, ou seja, transformá-lo a partir do eixo central da res publica, e não dos interesses privados, patrimoniais, clientelistas ou meramente corporativistas.

Portanto, o papel do diretor, dos professores, alunos, agentes educacionais, equipe pedagógica e pais ou responsáveis é fortalecer o trabalho coletivo no intuito de organizar uma escola voltada ao processo de ensino aprendizagem e combater, a cada dia, dentro e fora da escola, à visão fragmentada de escola e sociedade.

Concepção de Educação

"Cada indivíduo aprende a ser um homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não basta para viver em sociedade. É lhe preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana. (LEONTIEV, 1978, p.267)"

A escola deve conceber a educação como processo para o desenvolvimento integral do ser humano, sendo este instrumento gerador das transformações sociais. Deve se base para a aquisição da autonomia, fator de progresso econômico, político e social.O elemento essencial para integração do sentimento e da consciência de cidadania. Valorizar as origens do educando, suas experiências na família e na comunidade onde vive. A efetivação da educação possibilita assim ao educando perceber-se como agente transformador numa atitude de liberdade, visão crítica e humanitária. "(...).

A educação, portanto, não transforma de modo direto e imediato e sim de modo indireto e mediato, isto é, agindo sobre os sujeitos da prática". (Saviani, 1995, p.85). A educação deve agir sobre os sujeitos da prática com a finalidade de formar

cidadãos capazes de analisar, compreender e intervir na realidade, visando ao bem estar do ser humano, no plano pessoal e coletivo. Para tanto, este processo deve desenvolver a criatividade, o espírito crítico, a capacidade de análise e síntese, e se dará por meio de uma educação intencional, com objetivos claros visando construir uma sociedade justa e responsável.

O processo educacional deve oportunizar aos educandos um conhecimento científico e cultural, visando uma formação consciente dos direitos e deveres no preparo da vida em sociedade, capacitando-os a interagir com o outro e com o meio ambiente de forma equilibrada.

A nossa escola trabalha na linha (tendência) histórico cultural ou histórico - critico – social, pautada em Vygotsky. Para Vygotsky, a criança nasce inserida num meio social, que é a família, e é nela que estabelece as primeiras relações com a linguagem na interação com os outros. Nas interações cotidianas, a mediação (necessária intervenção de outro entre duas coisas para que uma relação se estabeleça) com o adulto acontece espontaneamente no processo de utilização da linguagem, no contexto das situações imediatas. Essa teoria apóia-se na concepção de um sujeito interativo que elabora seus conhecimentos sobre os objetos, em um processo mediado pelo outro. O conhecimento tem gênese nas relações sociais, sendo produzida na inter subjetividade e marcado por condições culturais, sociais e históricas.

Segundo Vygotsky, o homem se produz na e pela linguagem, isto é, é na interação com outros sujeitos que formas de pensar são construídas por meio da apropriação do saber da comunidade em que está inserido o sujeito. A relação entre homem e mundo é uma relação mediada, na qual, entre o homem e o mundo existem elementos que auxiliam a atividade humana.

Assim, pretendemos uma educação voltada para transformação social, sendo esta libertadora, crítica e humanitária, oportunizando ao educando um conhecimento científico, político e cultural, visando formar um cidadão consciente de seus direitos e deveres, preparando-o para a vida. Um indivíduo capaz de interagir com o outro e com o meio ambiente de forma equilibrada, onde prevaleça o respeito e a dignidade humana.

Aqui citamos o grande educador Paulo Freire, “Conhecimento ... necessita a presença curiosa de sujeitos confrontados com o mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma constante busca ... No processo

de aprendizagem a única pessoa que realmente aprende é aquela que... re-inventa o que aprende.” . Portanto, ao interagir com esses conhecimentos, o ser humano se transforma: aprender a ler e a escrever, obter o domínio de formas complexas de cálculos, construir significados a partir das informações descontextualizadas, ampliar seus conhecimentos, lidar com conceitos científicos hierarquicamente relacionados, são atividades extremamente importantes e complexas, que possibilitam novas formas de pensamento, de inserção e atuação em seu meio. Isto quer dizer que as atividades desenvolvidas e os conceitos aprendidos na educação escolar introduzem novos modos de operação intelectual: abstrações e generalizações mais amplas acerca da realidade (que por sua vez transformam os modos de utilização da linguagem). Como conseqüência, na medida em que o sujeito expande seus conhecimentos, modifica sua relação cognitiva com o mundo.

Então como nos explica Vygotsky, a zona de desenvolvimento proximal refere-se, assim, ao caminho que o indivíduo vai percorrer para o desenvolver funções que estão em processo de amadurecimento e que se tornarão funções consolidadas, estabelecidas no seu nível de desenvolvimento real. A zona de desenvolvimento proximal é, pois, um domínio psicológico em constante transformação; aquilo que uma criança é capaz de fazer com a ajuda de alguém hoje, ela conseguirá fazer sozinha amanhã. É como se o processo de desenvolvimento progredisse mais lentamente que o processo de aprendizado; o aprendizado desperta processos de desenvolvimento que, aos poucos, vão tornar-se parte das funções psicológicas consolidadas do indivíduo.

De acordo com essa concepção de educação, nesta Instituição pretendemos trabalhar com uma concepção de educação que valorize os conhecimentos prévios do aluno e a realidade em que está inserido. Na escola pretendemos contribuir para a formação de um ambiente educativo onde se respeite o direito de falar, as opiniões, solidária, participativa, bem equipada, isenta de poluições visuais, limpa, com profissionais qualificados.

Concepção de homem

O homem só pode existir efetivamente na exata medida em que vai se relacionando com a natureza, através da prática social, e consigo mesmo, pelo

cultivo da própria subjetividade. Estas três dimensões atuam de maneira integrada, interligada e complementar no processo real da vida das pessoas.

Tornar viável a existência dos homens numa dada realidade histórica e social, significa hoje construir a efetiva cidadania e garantir a todos os indivíduos humanos, sem qualquer forma de discriminação, as condições para o exercício pleno de todas estas três práticas, de modo que possa ser um produtor e fruidor de bens naturais, sociais, e culturais na sociedade a qual vive.

O Ser Humano deve ser atendido em toda a sua dimensão e deve dispor de recursos que satisfaçam as suas necessidades, para que analise, compreenda e intervenha na realidade, buscando transforma-lá para o bem comum.

[...] isto porque o homem não se faz homem naturalmente; ele não nasce sabendo ser homem, vale dizer, ele não nasce sabendo sentir, pensar, avaliar, agir. Para saber pensar e sentir; para saber querer, agir ou avaliar, é preciso aprender, o que implica o trabalho educativo. (Saviani, 1997, p.11).

Partindo do pressuposto de que o indivíduo é um ser histórico, pode este escrever a sua história de maneira crítica e construtiva, traçando metas e buscando alcançá-las. Ter consciência do desenvolvimento, buscando-o com consciência crítica reflexiva, participativa e transformadora. É necessário para tanto o domínio do conhecimento, o respeito mútuo, a aceitação das diferenças, para a conquista da sua autonomia como Ser Humano e antes de tudo, um ser de vontade, e que se pronuncia sobre sua realidade.

Ao considerar o homem um ser social, atuante e que interfere junto com o outro nas relações familiares, comunitárias, políticas e produtivas na sociedade como um todo, tendo participação ativa e criativa nas diversas esferas.

O homem participativo faz sua história em sociedade e através dela garante sua convivência e compreende suas condições existenciais, superando a condição de objeto e sendo sujeito de uma história coletiva idealizando a sua emancipação.

Quando o homem deixa de ser um ser natural e passa a constituir-se um ser histórico dentro da sociedade é necessário compreendê-lo em suas relações inerentes em meio a sociedade e a natureza, porque ele é, um ser de vontade, um ser idealizador e um ser que pronuncia sobre sua realidade.

O processo de desenvolvimento do ser humano caracteriza-se por ser contínuo e integrado que abrange os aspectos físicos, emocional, cognitivo e social

da vida humana. Isso significa que para os sujeitos se desenvolverem e aprenderem sobre o mundo, precisa interagir com o meio sócio-cultural em que estão inseridas.

Segundo Vygotsky (1988) o desenvolvimento humano está intrinsecamente ligado à aprendizagem, sendo por ele modificado, quando o processo de aprendizagem está adequadamente organizado resulta em desenvolvimento e põe em movimento vários processos, que sem o ensino seriam impossíveis de acontecer.

O homem por natureza é um ser social e natural, ele está em sociedade e age livremente sobre ela e sobre a natureza através da transformação para completar suas necessidade e além delas. Nesse processo de transformação interage de maneira múltipla, acumulando experiências e produzindo conhecimentos. Através disto, sua ação passa a ser intencional e planejada, sendo mediada pelo trabalho, envolvendo múltiplas relações com a produção de bens materiais e não-materiais que vão sendo apropriados de diferentes formas nos determinados momentos históricos.

Pois segundo Luria e Leontiev (1978, p. 267), “o homem munido de signos e instrumentos ao interagir com outros homens e agir sobre a natureza, modifica e transforma a si próprio e cria uma natureza nova.” Ele vai adquirindo, assim, um controle cada vez maior sobre as forças da natureza e produzindo uma variedade de capacidades e necessidades que se tornam o ponto de partida de novos processos de auto-desenvolvimento.

Nesta perspectiva busca-se a construção de um homem que se aproprie do conhecimento com sabedoria, seja agente de transformação, produtor de conhecimento, um ser com consciência social e reflexivo na busca da equidade; um homem que entenda e perceba as suas singularidades, emoções e afetividade como produto do meio e de suas interações sociais cotidianas; que seja condutor ativo no processo de construção do real, e consciente do processo de produção do saber, para deste modo, contribuir para uma sociedade mais justa, menos excludente, com ações planejadas, que partilham e respeitam a diversidade.

Assim, o cidadão será comprometido, participativo, consciente de seus direitos e deveres, crítico, autônomo, renovador e ético, porque o homem velho, um ser competitivo e individualista, resultado das relações impostas pelo modelo de sociedade materialista ainda em vigor, está decrépito, precisa se reformular. Assim, a luta deve ser por um homem social, voltado para o seu bem próprio, mas, acima

de tudo, para o bem estar do grupo do qual faz parte; homem que modifica a si mesmo pela apropriação dos conhecimentos, modifica também a sociedade por meio do movimento dialético “do social para o individual e do individual para o social”, condutor da sua história para lançar-se e tornar-se sujeito da História.

Concepção de infância/adolescência

A infância é o período que vai desde o nascimento até aproximadamente o décimo - segundo ano de vida de uma pessoa, e também é um período onde o ser humano desenvolve-se psicologicamente, envolvendo graduais mudanças no comportamento da pessoa e na aquisição das bases de sua personalidade.

O período da infância portanto é a fase que vai alicerçar a estrutura de homem que no futuro teremos. Este alicerce começa na família e perpassa pela Escola. Segundo Henri Wallon, o emocional, cognitivo e sensório motor da criança devem estar em perfeito equilíbrio e desenvolvimento em todos os momentos de sua vida, ou pelo menos na maioria deles. “O desenvolvimento da inteligência está ligado ao desenvolvimento de sua personalidade”, nos fala o pesquisador.

A Criança estará nesse período de tantas transformações, dentro da Escola, nos cabe oportunizar nesse momento que se desenvolvam da melhor maneira possível, favorecendo as crianças um ambiente acolhedor, que seja exemplo de um convívio de respeito entre as pessoas diante de um mundo com tantas diversidades, ensino de ética e moral, porém não esquecendo dos conteúdos sistematizados, que a Escola é responsável. Todo esse conteúdo sendo trabalhado com a criança de maneira contextualizada, fazendo-o perceber como sujeito histórico, responsável pelos seus próprios atos, capaz de transformar o meio em que vive, podendo melhorá-lo com seus pequenos gestos a cada dia.

Em 13 de julho de 1990, é promulgada a Lei no. 8069 – o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essa lei representa uma mudança de paradigma na área da infância e da juventude, incorporando uma nova concepção de criança e adolescente. Estes passam a ser considerados como “sujeitos de direitos”, e não mais como “menores” objetos da ação do poder público, principalmente em casos de abandono e/ou delinqüência, passíveis de medidas assistencialistas, segregadoras e repressivas como nos Códigos de Menores de 1927 e 1979.

Trata-se de uma mudança de concepção na qual as crianças e os adolescentes eram vistas exclusivamente como “portadoras de carências” e, a partir de então, como cidadãos, sujeitos de direitos.

Pensar a infância e a adolescência nessa nova perspectiva significa reconhecer que nessa fase da vida os indivíduos encontram-se em pleno desenvolvimento biopsicossocial e que, portanto, necessitam de atendimento e cuidados especiais para se desenvolverem plenamente.

Essas necessidades e cuidados são postos em termos de direitos, estendendo-se ao conjunto desse segmento, sem discriminação de qualquer tipo, cabendo ao poder público, à família e à sociedade, assegurar com absoluta prioridade a efetivação desses direitos relativos à sobrevivência e ao seu desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.

O termo **proteção integral** traduz-se em um conjunto de princípios e normas com a perspectiva da efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente. Preconiza a proteção e a garantia do pleno desenvolvimento humano, ressaltando-se a condição peculiar de pessoas em desenvolvimento. A efetivação desses direitos deve-se dar por meio da articulação das responsabilidades entre a família, a sociedade e o Estado e da realização de políticas sociais públicas.

"Se a imagem da criança é contraditória, é precisamente porque o adulto e a sociedade nela projetam, ao mesmo tempo, suas aspirações e repulsas. A imagem da criança é, assim, o reflexo do que o adulto e a sociedade pensam de si mesmos. Mas este reflexo não é ilusão; tende, ao contrário, a tornar-se realidade. Com efeito, a representação da criança assim elaborada transforma-se, pouco a pouco, em realidade da criança. Esta dirige certas exigências ao adulto e à sociedade, em função de suas necessidades essenciais"

O ECA baseia-se na filosofia dos direitos humanos, que, por sua vez, representam uma conquista histórica, resultado da atuação coletiva de muitas pessoas, em movimentos sociais, desde o século XVIII.

Os direitos da criança e do adolescente integram o elenco de direitos da pessoa humana. Foram propostos, no caso brasileiro, para chamar a atenção de todos para a situação específica das pessoas na faixa de 0 a 18 anos, pessoas em desenvolvimento, que necessitam de proteção especial.

As freqüentes e absurdas violações dos direitos das crianças e adolescentes, no Brasil e em outros países, não devem ser tomadas como razão para descrédito nas

leis que os afirmam (ou nas declarações), mas como encorajamento para buscar transformar – coletivamente – as condições que geram a sua não-observância.

Conhecer, respeitar, valorizar e reivindicar os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente é continuar a luta de gerações que nos precederam para que essas idéias pudessem ser reconhecidas e aceitas.

Quanto ao seu desenvolvimento cognitivo, a ênfase não pode ser naquilo que a criança ainda não dá conta, mas sim naquilo que só ela é capaz de fazer. Uma literatura que tenha essa concepção de infância vai, então, privilegiar "o lado espontâneo, intuitivo, analógico e concreto da natureza humana" e ver seu leitor como um ser de desejos e pensamentos próprios.

Concepção de Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade específica da Educação Básica que se propõe a atender a um público ao qual foi negado o direito à educação durante a infância e adolescência seja pela oferta irregular de vagas, seja pelas inadequações do sistema de ensino ou pelas condições socioeconômicas desfavoráveis.

“São homens e mulheres, trabalhadores/as empregados/as e desempregados/as ou em busca do primeiro emprego; filhos, pais e mães; moradores urbanos de periferias, favelas e vilas. São sujeitos sociais e culturais, marginalizados nas esferas socioeconômicas e educacionais, privados do acesso à cultura letrada e aos bens culturais e sociais, comprometendo uma participação mais ativa no mundo do trabalho, da política e da cultura. Vivem no mundo urbano, industrializado, burocratizado e escolarizado, em geral trabalhando em ocupações não qualificadas. Trazem a marca da exclusão social, mas são sujeitos do tempo presente e do tempo futuro, formados pelas memórias que os constituem enquanto seres temporais. São, ainda, excluídos do sistema de ensino, e apresentam em geral um tempo maior de escolaridade devido a repetências acumuladas e interrupções na vida escolar. Muitos nunca foram à escola ou dela tiveram que se afastar, quando crianças, em função da entrada precoce no mercado de trabalho, ou mesmo por falta de escolas. Jovens e adultos que quando retornam à escola o fazem guiados pelo desejo de melhorar de vida ou por exigências ligadas ao mundo

do trabalho. São sujeitos de direitos, trabalhadores que participam concretamente da garantia de sobrevivência do grupo familiar ao qual pertencem.” (Oliveira, 1999)

A educação de jovens e adultos (EJA), nova designação do ensino supletivo, caracteriza-se como uma proposta pedagógica flexível que considera as diferenças individuais e os conhecimentos informais dos alunos, adquiridos a partir das vivências diárias e no mundo do trabalho. É uma modalidade diferente do ensino regular em sua estrutura, enquanto a sua metodologia, duração e própria estrutura como afirma Lima (2006).

A educação de jovens e adultos na visão de Freire tinha como preocupação o analfabetismo e para ele o pior analfabeto era aquele que não lia o mundo. Destacando isso em seu livro “A importância do ato de ler.” A educação de jovens e adultos ou a educação freireana seja aqui no Brasil ou qualquer outro país, sempre esteve voltado para a conscientização em vencer primeiro o analfabetismo político, depois ensinar ao aluno ler o seu mundo a partir da sua experiência, do seu meio.

Segundo Freire o bom professor é aquele que se coloca junto com o educando e procura superar com o educando o seu não saber e as suas dificuldades, com uma relação de trocas onde ambas as partes aprendem.

O professor de jovens e adultos deve estar preparado para trabalhar com cada tipo de vida inserida na sala de aula. Além de uma boa interação professor-aluno, a qual vai contribuir no processo ensino-aprendizado para o próprio crescimento do educando e do educador em proporcionar meios que venham ajudar no desenvolvimento do aluno no meio escolar. E que dentro da sala de aula, devem existir grupos com pessoas de idades diferentes (adulto/jovem) na qual eles têm que se juntar para formar um grupo de cultura dentro da educação de adultos.

O conceito de educação de adultos vai se movendo na direção ao de educação popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e a competência cientifica dos educadores e educadoras. Uma destas exigências tem a ver com a compreensão crítica dos educadores do que vem ocorrendo na cotidianidade do meio popular.(GADOTTI, 2003).

Para que possamos estabelecer com clareza a parcela da população a ser atendida pela modalidade EJA, é fundamental refletir sobre o seu público, suas características e especificidades. Tal reflexão servirá de base para a elaboração de processos pedagógicos específicos para esse público. Segundo Marta Kohl, a Educação de Jovens e Adultos refere-se não apenas a uma questão etária, mas

sobretudo de especificidade cultural, ou seja, embora defina-se um recorte cronológico, os jovens e adultos aos quais dirigem-se as ações educativas deste campo educacional não são quaisquer jovens e adultos, mas uma determinada parcela da população.

Concepção de sociedade

Para a sociedade que queremos, faz-se necessário proporcionar ações que contribuam para o pleno desenvolvimento do cidadão que vive na cidade e no campo, viabilizando uma sociedade mais esclarecida, que tenha conhecimento do seu processo histórico e compreenda que as relações que ocorrem entre os indivíduos não são naturais, mas sim construídas historicamente. Uma sociedade que busca construir oportunidades de participação efetiva, de indivíduos que a compõe, com direitos e deveres.

Vivemos numa sociedade globalizada, num contexto de grandes descobertas e avanços nas áreas científicas e tecnológicas, de outro lado, a área social, o respeito à vida e à natureza, os valores éticos e morais estão ainda em constante construção. O ser humano existente hoje, muitas vezes comporta-se de maneira passiva e submissa, deixando-se alienar pela ideologia da mídia, acaba muitas vezes acomodando-se e desistindo dos seus sonhos. Por outro lado temos um sistema econômico e político pautados num ideário neoliberal, o qual explora e determina impondo diminuição do Estado no que se refere aos direitos do cidadão.

Acreditamos que a educação seja uma das maneiras de reverter este quadro. Queremos uma sociedade justa e igualitária, onde todos tenham sua dignidade respeitada e que seus direitos sejam concedidos como determina a constituição. Queremos que o homem desperte para sua importância na sociedade como um ser que seja capaz de interagir no mundo onde vive. Que possa ousar, buscar, construir, modificar. Homens sensíveis e solidários às necessidades do seu próximo e que possam ser construtores de sua própria história. Para que isso ocorra é preciso que todos sejam defensores de uma educação voltada para o “ser humano”, a qual seja efetivamente dinâmica, crítica, libertadora, que resgate valores esquecidos no tempo e principalmente saiba respeitar e valorizar a diversidade cultural, bem como, atenda nesses mesmos princípios a todos os alunos com necessidades educacionais

especiais, para que realmente a inclusão aconteça. A escola deve trabalhar numa perspectiva de escola democrática e gratuita, pois, é responsável pela forma da classe trabalhadora da sociedade. Deve ser atendida pelas autoridades competentes nas suas reivindicações como o suporte administrativo e pedagógico, para que a educação seja de qualidade.

A sociedade é mediadora do saber e através da educação, presente no trabalho concreto dos homens, é que se oportunizam novas possibilidades de cultura e de agir social a partir das contradições geridas pelo processo de transformação da base econômica. A educação deve possibilitar ao homem o conhecimento e os instrumentos necessários para interpretar e decifrar a realidade realiza escolhas e agir sobre seu próprio destino.

Uma sociedade atende à sua função quando é justa, participativa, solidária e democrática. Justa quando proporciona a toda: educação, saúde, moradia, empregos, salários justos, benefícios sociais, respeitando a dignidade do ser humano para que este possa sentir-se realizado e feliz. Solidária quando as pessoas são fortalecidas pela desafiante participação comunitária, encontra apoio e confiança mútua que possibilite às populações menos favorecidas socialmente a superação da miséria e marginalização, oportunizando-lhes uma melhor interação social. Democrática quando participativa na elaboração de leis e normas, com igualdade de deveres, direitos e oportunidades políticas e sociais organizadas e assumidas por todos como expressão da própria cidadania, onde todos sejam ouvidos e não haja exploração do homem pelo homem.

Especificamente nesta sociedade capitalista a tendência é tornar o saber produzido histórica e socialmente propriedade exclusiva da classe dominante. Desta forma o trabalhador adquire algum tipo de conhecimento para poder produzir, mas não o suficiente para transformar a sociedade.

De acordo com Saviani, para tanto é preciso considerar que:

“A produção do saber é social, se dá no interior das relações sociais. A elaboração do saber implica em expressar de forma elaborada o saber que surge da prática social. Essa expressão elaborada supõe o domínio dos instrumentos de elaboração e sistematização.” (Saviani, 1997, p. 91).

A sociedade é o resultado de um processo histórico construído pelas pessoas, a partir de ações que contribuem para o pleno desenvolvimento do cidadão, possibilitando conhecimento da sua realidade, e a busca por oportunidades

de participação e efetivação dos indivíduos que a compõe. Desta forma, faz-se necessário proporcionar atitudes que combatam o individualismo, e que tragam no seu bojo atitudes da valorização do SER e não do TER.

Concepção de cidadania

A cidadania requer uma atitude de independência, que o indivíduo adquire quando passa a pensar sobre a realidade em que se encontra. Nessa dinâmica do pensar, a escola exerce um papel fundamental, bem como, todos os profissionais que nela se encontram inseridos.

De acordo com Leonardo Boff, “cidadania é um processo histórico-social que capacita a massa humana a forjar condições de consciência, de organização e de elaboração de um projeto e de práticas no sentido de deixar de ser massa e de passar a ser povo, como sujeito histórico, plasmador de seu próprio destino” (BOFF, 2000, p. 51). Sendo assim, a formatação da cidadania acontecerá quando o indivíduo conseguir sair do conformismo em que se encontra, onde o poder público assume um papel paternalista/assistencialista e o indivíduo o papel de dependência desse sistema.

Para atingir o objetivo de construir uma escola democrática, igualitária, participativa, formativa e crítica, é necessária a concepção de uma cidadania plena e consciente dos direitos e deveres atribuídos a todas as pessoas.

O grande desafio histórico é dar condições ao povo brasileiro de se tornar cidadão consciente, (sujeito de direitos), organizado e participativo do processo de construção político-social e cultural.

Portanto, a educação como um dos principais instrumentos de formação da cidadania, deve ser entendida coma a concretização dos direitos que permitem ao indivíduo sua inserção na sociedade.

A realidade social e educacional atual de nosso país requer o enfrentamento e a superação da contradição da estrutura que existe entre a declaração constitucional dos direitos sociais (dentre eles a educação) e a negação da prática desses direitos; da ideologia que associa a pobreza material à cultural; de recolocar-se o problema da escola pública em termos de direito de todos, de acesso ao conhecimento elaborado; recolocar a questão do trabalho como atividade de

produção/apropriação de conhecimento não apenas como mera operação mecânica, em repensar a relação escola/trabalho.

Os indivíduos devem ter ciência da importância da educação para a formação da pessoa humana como um todo, assim como das instituições que contribuem para esse processo. Cidadão que não aceite de forma passiva tudo o que é imposto pela sociedade, mas que almeje a mudança, certo de que ela começa do interior para o exterior, do individual para o coletivo.

Concepção de cultura

A cultura é resultado de toda a produção humana e segundo Saviani, “para sobreviver o homem necessita extrair da natureza ativa e intencionalmente, os meios de sua subsistência. Ao fazer isso ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano, o mundo da cultura.” (1992, p 19)

Pode-se considerar que do ponto de vista antropológico cultura é tudo o que o ser humano elaborou e elabora, e transmite de geração em geração, desde a mais sublime música ou obra literária até as formas de destruir a si mesmo, as técnicas de torturas, a arte, a ciência, a linguagem, os costumes, os hábitos de vida, os sistemas morais, as instituições sociais, as crenças, as religiões, as formas de trabalhar. Toda produção de conhecimento, é cultura.

Toda a organização curricular, por sua natureza e especificidade precisa completar várias dimensões da ação humana, entre eles a concepção de cultura. Na escola, em sua prática há a necessidade da consciência de tais diversidades culturais, especialmente da sua função de trabalhar as culturas populares de forma a leva-los à produção de uma cultura erudita, como afirma Saviani: “a mediação da escola, instituição especializada para operar a passagem do saber espontâneo ao saber sistematizado, da cultura popular à cultura erudita; assume um papel político fundamental.” (SAVIANI, apud, Frigotto, 1994 p. 189).

Analisando a realidade na qual convivemos em nossa escola consideramos que se faz necessário uma concepção de cultura que identifique, conheça e vivencie o multiculturalismo, que vise à transformação do ser humano, da sociedade e do mundo.

Não existe uma cultura superior ou inferior a outra, o que temos é uma diversidade cultural que precisa ser aceita, valorizada, respeitada e reconhecida como parte do ser humano.

Na escola, em sua prática há a necessidade da consciência de tais diversidades culturais, especialmente da sua função de trabalhar as culturas populares de forma a levá-las à produção de uma cultura erudita ou mais elaborada.

Concepção de escola

A escola é considerada por todos, como um espaço e lugar privilegiado de ensino-aprendizagem. Escola é um lugar da busca "do saber, do saber-fazer, do saber-ser e do saber-conviver" – é o espaço que possibilita o desenvolvimento e o gosto pelas múltiplas dimensões do conhecimento, ampliando a visão do mundo, também, através da socialização da cultura e humanização das relações.

Assim, a escola propõe uma ação democrática em sua organização global, sobretudo na metodologia, nos conteúdos, na avaliação e nas pessoas envolvidas no processo.

Portanto, a escola deve garantir o exercício de processos participativos e relações democráticas; desenvolvimento saudável onde se promova da paz, a justiça, a solidariedade e a dignidade humana; cultivo e vivência dos valores que humanizam e libertam; construir uma educação que ensine a lidar com os avanços tecnológicos, bem como valorizar a emoção, a intuição, a criatividade e para a inserção no processo do conhecimento; instigar o compromisso com a formação crítica e consciente na construção de estruturas mais justas na sociedade; criar processos pedagógicos que fortaleçam a responsabilidade de educadores e educandos na compreensão e problematização do conhecimento como um desafio a ser perseguido; deixar claro a transparência e verdade na condução do processo educativo, assumindo erros e limitações como possibilidade de crescimento; promover a dinamização do currículo como meio de produção de significados, considerando os saberes, as vivências e a cultura na organização e no desenvolvimento do processo educativo e possibilitar ambientes aprendentes que oriente para a formação de limites e da responsabilidade consciente.

A escola contemporânea tem passado por expressivas transformações de caráter social, político e econômico. Essas transformações originam-se nos

pressupostos que vêm sendo direcionados aos modos de vida. Os modos de vida estão sendo vivenciados pela escola.

"[...] a escola tem uma função específica educativa, propriamente pedagógica, ligada à questão do conhecimento; é preciso, pois, resgatar a importância da escola e reorganizar o trabalho educativo, levando em conta o problema do saber sistematizado, a partir do qual se define a especificidade da educação escolar. (Saviani, 1997, p.114)."

Todas as partes da escola devem estar abertas às diversidades e receptiva ao novo. Sobre este prisma concebemos a gestão escolar como a "porta de entrada da escola para a sociedade", é imperioso que esta divida responsabilidades e se renove para estar sempre atual, nesse inconstante cenário de mudanças denominado escola, pois planejar e gerir a educação é ter uma visão ampla é achar detalhes, encontrar soluções é preciso achar o contexto de onde ela vem e onde ela desemboca na própria sociedade e para isso acreditamos e ressaltamos a constante necessário de revermos a nossa concepção de ensinar e aprender.

A escola deve objetivar a qualidade do ensino, ser espaço de formação cultural, tecnológica e científica, efetivando-se enquanto parte do conhecimento elaborado e sistematizado, instaurando-se como formadora de pessoas capazes de atuar na construção histórica da sociedade em que estão inseridos. A escola deve ser um espaço democrático de formação continuada e desenvolvimento integral do ser humano, formando sujeitos históricos e sociais que precisam estar em constante processo de reflexão de sua práxis, de crescimento emocional e cognitivo.

Concepção de ensino e aprendizagem

Aprender é uma tarefa árdua, na qual se convive o tempo inteiro com o que ainda não é conhecido. Para o sucesso do ensino-aprendizagem, é fundamental que exista uma relação de confiança e respeito mútuo entre professor e aluno, de maneira que a situação escolar possa dar conta de todas as questões de ordem afetiva.

Para que o ensino-aprendizagem possa acontecer, é necessário investir em ações que potencializem a disponibilidade do aluno para a aprendizagem, o que se traduz, por exemplo, no empenho em estabelecer relações entre seus conhecimentos prévios sobre um assunto, adquiridos no campo, juntamente com

seus familiares e o que está sendo apreendido sistematicamente sobre ele na escola. Essa disponibilidade exige ousadia para se buscar soluções e experimentar novos caminhos visando transformar sua realidade, relacionando teoria à prática.

Os processos de ensino-aprendizagem adquirem um enfoque social e chamam à discussão: o modo como devem ser entendidas as relações entre desenvolvimento e aprendizagem, a importância da relação na qual vivem nossos educandos, relação esta entre cultura e educação, o papel da ação educativa ajustada às situações de aprendizagem e às características da atividade mental construída pelo educando em cada momento da aprendizagem.

Na percepção Vygotskyana, a criança além de apresentar-se ativa, é sobretudo interativa. Nesse prisma, a teoria sócio-histórica define o conhecimento como uma construção social, que é resultado da apropriação do sujeito, dos saberes, das produções culturais da sociedade pela interrelação e mediação da própria sociedade.

Faz-se necessário refletir sobre o conceito de aprendizagem postulado por Vygotsky. Para ele, a linguagem humana é o viés simbólico fundamental para a mediação do sujeito e o objeto de conhecimento. Pois ao longo do desenvolvimento do indivíduo, a linguagem é internalizada através das interações sociais, e passa a funcionar como instrumento imprescindível de organização do conhecimento.

Nesse contexto, Wallon adverte que o desenvolvimento humano é estabelecido sob o foco do potencial genético combinado com vários fatores ambientais. Dessa forma, a ênfase da teoria do desenvolvimento é justamente a interação da criança com o meio. Em linhas gerais, é claramente perceptível que o pensamento de Wallon propõe um relacionamento bastante proximal com as idéias de Vygotsky.

O processo ensino-aprendizagem consiste num conjunto de ações e estratégias que o sujeito/educando, individual ou coletivamente, realiza contando para tal, com a gestão orientadora do professor, atingindo assim os objetivos propostos num plano de formação acadêmica. O processo de ensino-aprendizagem está centrado no educando e no educador e dá ênfase tanto ao método quanto ao conteúdo a ser trabalhado em cada modalidade de ensino, que vai desde a organização do ambiente educativo, passando pela motivação dos participantes, a definição e o desenvolvimento das atividades de aprendizagem, bem como a avaliação, pois o processo de ensino-aprendizagem está constituído essencialmente do trabalho escolar, cujo produto é o conhecimento construído de acordo com as

habilidades específicas de cada modalidade. Para o sucesso do processo ensino-aprendizagem, é fundamental que exista uma relação de confiança e respeito mútuo entre o professor e aluno, de maneira que a situação escolar possa dar conta de todas as questões afetivas.

A aprendizagem deve provocar uma modificação na capacidade de pensar e agir do homem, que não pode ser atribuída apenas ao processo de crescimento biológico. Mediante a aprendizagem, o sujeito adquire e desenvolve conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para compreender, melhorar e transformar se meio.

A boa aprendizagem é aquela que consolida e, sobretudo, cria zonas de desenvolvimento proximal sucessivas, as quais se podem entender como “funções emergentes” no sujeito, as capacidades ainda manifestadas com o apoio e recursos auxiliares oferecidos por outros. Portanto o professor deve orientar a interação, propondo situações problemáticas que estimulem a curiosidade discente e a busca de compreensão da teoria, envolvendo o aluno na construção do conhecimento, estimulando-o a participar permanentemente do processo educativo, o qual implica em: complexibilidade, diversidade, transformação, adaptação, significação afetiva, cognitiva, ética e social.

Concepção de alfabetização/letramento

O sistema de escrita e as convenções para seu uso constituem uma tecnologia inventada e aperfeiçoada pela humanidade ao longo de milênios: desde os desenhos e símbolos usados inicialmente até a extraordinária descoberta de que, em vez de desenhar ou simbolizar aquilo de que se fala, podiam ser representados os sons da fala por sinais gráficos, criando-se assim o sistema alfabético; desde a escrita em tabletes de barro, em pedra, em papiro, em pergaminho, até a também extraordinária invenção do papel; desde o uso de estiletes e pincéis como instrumentos de escrita até a invenção do lápis, da caneta.

Assim, um dos passaportes para a entrada no mundo da escrita é a aquisição de uma tecnologia – a aprendizagem de um processo de representação: codificação de sons em letras ou grafemas e decodificação de letras ou grafemas em sons; a aprendizagem do uso adequado de instrumentos e equipamentos: lápis, caneta, borracha, régua...; a aprendizagem da manipulação de suportes ou espaços de escrita: papel sob diferentes formas e tamanhos, caderno, livro, jornal...; a

aprendizagem das convenções para o uso correto do suporte: a direção da escrita de cima para baixo, da esquerda para a direita.

A essa aprendizagem do sistema alfabético e ortográfico de escrita e das técnicas para seu uso é que se chama ALFABETIZAÇÃO.

Apenas com a aquisição da tecnologia da escrita – um dos “passaportes” – não se temnentrada no mundo da escrita, um outro “passaporte” é necessário: o desenvolvimento de competências para o uso da leitura e da escrita nas práticas sociais que as envolvem.

A esse desenvolvimento de competências para o uso da tecnologia da escrita é que se chama LETRAMENTO.

Letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno.

Magda Becker Soares, professora titular da Faculdade de Educação da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e doutora em educação, explica que ao olharmos historicamente para as últimas décadas, poderemos observar que o termo alfabetização, sempre entendido de uma forma restrita como aprendizagem do sistema da escrita, foi ampliado. Já não basta aprender a ler e escrever, é necessário mais que isso para ir além da alfabetização funcional (denominação dada às pessoas que foram alfabetizadas, mas não sabem fazer uso da leitura e da escrita).

O sentido ampliado da alfabetização, o letramento, de acordo com Magda, designa práticas de leitura e escrita. A entrada da pessoa no mundo da escrita se dá pela aprendizagem de toda a complexa tecnologia envolvida no aprendizado do ato de ler e escrever. Além disso, o aluno precisa saber fazer uso e envolver-se nas atividades de leitura e escrita. Ou seja, para entrar nesse universo do letramento, ele precisa apropriar-se do hábito de buscar um jornal para ler, de freqüentar revistarias, livrarias, e com esse convívio efetivo com a leitura, apropriar-se do sistema de escrita.

Afinal, a professora defende que, para a adaptação adequada ao ato de ler e escrever, “é preciso compreender, inserir-se, avaliar, apreciar a escrita e a leitura”. O letramento compreende tanto a apropriação das técnicas para a alfabetização quanto esse aspecto de convívio e hábito de utilização da leitura e da escrita.

A educadora argumenta que a criança precisa ser alfabetizada convivendo com material escrito de qualidade. “Assim, ela se alfabetiza sendo, ao mesmo

tempo, letrada. É possível alfabetizar letrando por meio da prática da leitura e escrita."

Para isso, Magda diz ser preciso usar jornal, revista, livro. Sobre as antigas cartilhas que ensinavam o 'Vovô viu a uva', a educadora afirma que muitas crianças nunca viram e nem comeram uma uva. "Portanto, é necessária a prática social da leitura que pode ser feita, por exemplo, com o jornal, que é um portador real de texto, que circula informações, ou com a revista ou, até mesmo, com o livro infantil. Tem que haver uma especificidade, aprendizagem sistemática seqüencial, de aprender."

A professora Magda Soares afirma que o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), desenvolvido pelo MEC (Ministério da Educação), é excelente porque "avalia o livro didático segundo critérios sensatos". Mas ela enfatiza que na alfabetização e letramento há um problema a ser resolvido. "As cartilhas desapareceram do mercado. Não se fala mais em cartilha, fala-se em livro de alfabetização. Mas com o desaparecimento das cartilhas, praticamente desapareceu também o conceito de método. Não é possível ensinar a ler e escrever, ou qualquer coisa em educação, sem um método. Há poucos livros de alfabetização que tenham uma organização metodológica para orientar professores e crianças envolvidos neste processo de aprendizagem. Os professores usam precariamente os livros de que dispõem ou buscam as cartilhas nas prateleiras da biblioteca da escola."

Uma observação interessante apontada pela educadora Magda Soares diz respeito à possibilidade de uma pessoa ser alfabetizada e não ser letrada e vice-versa. "No Brasil as pessoas não lêem. São indivíduos que sabem ler e escrever, mas não praticam essa habilidade e alguns não sabem sequer preencher um requerimento." Este é um exemplo de pessoas que são alfabetizadas e não são letradas. Há aqueles que sabem como deveria ser aplicada a escrita, porém não são alfabetizados. No universo infantil há outro bom exemplo: a criança, sem ser alfabetizada, finge que lê um livro. Se ela vive em um ambiente literário, vai com o dedo na linha, e faz as entonações de narração da leitura, até com estilo. Ela é apropriada de funções e do uso da língua escrita. Essas são pessoas letradas sem ser alfabetizadas."

É um equívoco acreditar que é a escola a única responsável por propiciar à criança os dois "passaportes" de entrada no mundo da escrita.

No entanto, esses primeiros passos da criança no mundo da escrita, fora e antes da instituição educativa, ocorrem, em geral, de forma assistemática, casual, sem planejamento; é a escola que passará a orientar de forma sistemática, metódica, planejada, esses processos de alfabetização e letramento.

Conclui-se que é infrutífera uma discussão sobre se é possível ou não alfabetização e letramento aos 6 anos, se é conveniente ou não alfabetização e letramento na Educação Infantil; à instituição educativa cumpre dar prosseguimento ao processo de inserção da criança no mundo da escrita, a partir do estágio em que ela estiver – e, em nossas sociedades grafocêntricas, ela sempre estará já em algum estágio de alfabetização e letramento (ainda que, para algumas, muito inicial) – tornando esse processo sistemático, metódico, orientado por planejamento fundamentado em princípios psicológicos, lingüísticos, pedagógicos.

Assim, para que a criança se insira de forma plena no mundo da escrita, é fundamental que alfabetização e letramento sejam processos simultâneos e indissociáveis. Respondendo à pergunta que dá título a este tópico: quando aprende a ler e a escrever, a criança deve aprender, simultaneamente e indissociavelmente, o sistema alfabético e ortográfico da escrita e os usos e funções desse sistema nas práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita.

Por outro lado, o desenvolvimento de competências para a leitura e a escrita – o letramento – deve ser orientado por objetivos específicos: familiarização da criança, na leitura e na escrita, com diferentes gêneros de texto e suas características específicas, manipulação adequada de diferentes portadores de textos, particularmente livros, utilização de livros de referência (dicionários, enciclopédias), conhecimento e uso de biblioteca, entre muitos outros objetivos orientados pelo e para o letramento. Mas essas atividades podem e devem aproveitar-se de todas as oportunidades que levem a criança a identificar e a compreender a tecnologia que possibilita a produção do material escrito com que convive.

Outro fato destacado por Magda é que o letramento não é só de responsabilidade do professor de língua portuguesa ou dessa área, mas de todos os educadores que trabalham com leitura e escrita. “Mesmo os professores das disciplinas de geografia, matemática e ciências. Alunos lêem e escrevem nos livros didáticos. Isso é um letramento específico de cada área de conhecimento. O correto é usar letramentos, no plural. O professor de geografia tem que ensinar seus alunos

a ler mapas, por exemplo. Cada professor, portanto, é responsável pelo letramento em sua área."

Em razão disso, a educadora diz acreditar que é preciso oferecer contexto de letramento para todo mundo. "Não adianta simplesmente letrar quem não tem o que ler nem o que escrever. Precisamos dar as possibilidades de letramento. Isso é importante, inclusive, para a criação do sentimento de cidadania nos alunos."

Para Magda, um grave problema é que há pessoas que se preocupam com alfabetização sem se preocupar com o contexto social em que os alunos estão inseridos. "De que adianta alfabetizar se os alunos não têm dinheiro para comprar um livro ou uma revista?" A escola, além de alfabetizar, precisa dar as condições necessárias para o letramento. A educadora faz uma critica ao Programa Brasil Alfabetizado, do Ministério da Educação que prevê a alfabetização de 20 milhões de brasileiros em quatro anos.

Para ela, o programa irá, na melhor das circunstâncias, minimamente alfabetizar as pessoas num sentido restrito. "Onde elas aprendem o código, a mecânica, mas depois não saberão usar."

Um ponto importante para letrar, diz Magda, é saber que há distinção entre alfabetização e letramento, entre aprender o código e ter a habilidade de usá-lo. Ao mesmo tempo que é fundamental entender que eles são indissociáveis e têm as suas especificidades, sem hierarquia ou cronologia: pode-se letrar antes de alfabetizar ou o contrário. Para ela, essa compreensão é o grande problema das salas de aula e explica o fracasso do sistema de alfabetização na progressão continuada. "As crianças chegam no segundo ciclo sem saber ler e escrever. Nós perdemos a especificidade do processo", diz.

Para os professores que trabalham com alfabetização, Magda recomenda: "Alfabetize letrando sem descuidar da especificidade do processo de alfabetização, especificidade é ensinar a criança e ela aprender. O aluno precisa entender a tecnologia da alfabetização. Há convenções que precisam ser ensinadas e aprendidas, trata-se de um sistema de convenções com bastante complexidade. O estudante (além de decodificar letras e palavras) precisa aprender toda uma tecnologia muito complicada: como segurar o lápis, escrever de cima pra baixo e da esquerda para a direita; escrever numa linha horizontal, sem subir ou descer. São convenções que os adultos letrados acham óbvias, mas que são difíceis para as

crianças. E no caso dos professores dos ciclos mais avançados do ensino fundamental, é importante cuidar do letramento em cada área específica".

Concepção de ludicidade

A função da brincadeira no desenvolvimento e, por sua vez, no trabalho pedagógico com a pequena infância é destacada por diferentes autores (OLIVEIRA, 1992; FRIEDMANN, 1996; CRAIDY e KAERCHER, 2001, entre outros). Nesse sentido é preciso garantir que a criança de seis anos, ao frequentar a escola de Ensino Fundamental, tenha assegurado o seu direito à brincadeira, como se propõe na Educação Infantil.

É importante lembrar que a brincadeira é uma maneira privilegiada de as crianças se expressarem, representarem, compreenderem e transformarem o mundo. Portanto, educar crianças pequenas requer que os professores incluam e valorizem os muitos "brincares" no cotidiano da educação infantil.

Aos olhos das pessoas que não compreendem a importância do brincar para o desenvolvimento humano, as brincadeiras nas instituições de educação infantil podem dar a impressão de desorganização, bagunça, por isso, serem incompatíveis com o processo educativo. No entanto, a aprendizagem e a organização estão nas próprias brincadeiras. Nestas, as crianças criam situações que precisam solucionar, entender, e isso não pode ser menosprezado pelos adultos, principalmente pelos professores, que têm na brincadeira a oportunidade de observar e intervir nas interações, propor novas situações, ensinar novas brincadeiras, potencializar a aprendizagens e ampliar as experiências (PARANÁ, SEED, 2006, p. 31).

Com isso, podemos compreender que o ser humano, em todas as suas experiências, realiza-se e expressa-se em suas quatro dimensões, ainda que não possamos, ao mesmo tempo, estar conscientes de todas elas, da: individual, externa, visível, observável, comportamental (dimensão individual externa, representada no gráfico pelo quadrante superior direito); ao mesmo tempo, interna, que tem a ver com sentimento, com mente, com a compreensão interna, interpretativa, hermenêutica do sujeito (dimensão interna representada no gráfico pelo quadrante superior esquerdo).

Freud compreendeu que o brinquedo[1] é o caminho real para o inconsciente da criança, assim como o sonho é o caminho real para o inconsciente do adulto. Ou seja, a experiência do brincar tem seu lado interno; que se expressa no externo. A meta de Freud, como sabemos, foi desvendar e compreender as operações do inconsciente através de suas manifestações externas.

Em Piaget, os jogos são compreendidos como recursos fundamentais dos quais o ser humano lança mão em seu processo de desenvolvimento, possibilitando a organização de sua cognição e seu afeto, portanto a organização do seu mundo interior na sua relação com o mundo exterior.

Usualmente, em nossa sociedade, nós damos pouco lugar aos sentimentos. Em função de nossa herança iluminista, queremos aprender e ensinar somente pelo processo cognitivo e, em função de nosso comprometimento com a produtividade, buscamos sempre mais e mais atividades. Com isso, nossa experiência de sentir permanece relegada ao segundo plano; ou ao terceiro, quarto,... último plano! Portanto, nosso caminho predominante é viver no desequilíbrio dos nossos elementos constitutivos, psíquicos e corporais, ao mesmo tempo.

As atividades lúdicas, por serem atividades que conduzem a experiências plenas e, conseqüentemente, primordiais, a meu ver, possibilitam acesso aos sentimentos mais indiferenciados e profundos, o que por sua vez possibilita o contato com forças criativas e restauradoras muito profundas, que existem em nosso ser. A vivência dessas experiências, vagarosamente, possibilita a restauração das pontes entre as partes do corpo, assim como a restauração do equilíbrio entre os componentes psíquicos-corporais do nosso ser. Na atividade lúdica, o ser humano, criança, adolescente ou adulto, não pensa, nem age, nem sente; ele vivencia, ao mesmo tempo, sentir, pensar e agir. Na vivência de uma atividade lúdica, como temos definido, o ser humano torna-se pleno, o que implica o contato com e a posse das fontes restauradoras do equilíbrio.

“As maiores aquisições de uma criança são conseguidas no brinquedo, aquisições que no futuro tornar-se-ão seu nível básico de ação real e moralidade (Vygotsky, 1998). O lúdico em situações educacionais proporciona um meio real de aprendizagem.

A importância do prazer é enfatizada assim por Rubem Alves: “O lúdico privilegia a criatividade e a imaginação, por sua própria ligação com os

1

fundamentos do prazer. Não comporta regras preestabelecidas, nem velhos caminhos já trilhados, abre novos caminhos, vislumbrando outros possíveis".

É preciso haver uma conscientização de mudanças, pois é de entendimento que a escola tem como grande desafio fazer seu PPP – Projeto Político Pedagágico e que a maioria das escolas ainda não contempla tão rica ferramenta de aprendizagem, ou seja desconhece ou ignora o processo significativo de aprendizagem que faz uso da ludicidade.

Nas SALAS DE RECURSOS e SALAS DE APOIO, o trabalho pedagógico tem uma outra qualidade quando a ludicidade está presente. A tecnologia é importante nesse processo, pois ela se apropria do lúdico para efetivar a aprendizagem nas crianças e jovens. "O ensino com tecnologia, precisa contemplar a inserção dos estudantes em ambientes de ensino que privilegiem a construção do conhecimento e possibilitem uma visão global de mundo." Assim quando eles são envolvidos emocionalmente na ação, torna-se mais fácil e dinâmico o processo de ensino e aprendizagem. E não podemos esquecer que quando o conhecimento movimenta as nossas emoções e nossos sentimentos aprendemos muito mais.

O lúdico deve ser altamente valorizado para que a criança, sem medo, desenvolva sua espontaneidade, seu gosto, o prazer de ver e sentir os objetos e saiba que é capaz de fazer, concretizar um ato a que se propõe ou que lhe é apresentado. O lúdico não pressupõe ser um ato facilitador para o fazer da criança, mas um elo entre ela e aquilo que deseja alcançar.

O lúdico lida com o afeto, o prazer e a interação. Deve ser proposto por atividades que respeitem esses balizadores, para que as crianças cheguem ao divertimento, à brincadeira e ao respeito com seus companheiros. A atitude séria com que a criança se entrega aos brinquedos e com eles se envolve com amor e dedicação leva-a também à apreensão e construção dos diversos tipos de conhecimento.

Assim, o lúdico, por lidar com as emoções, as experiências de liberdade e criatividade que a criança precisa, expressa também o pensamento sobre o mundo, o mundo interno da criança nesse espaço de interação consigo, sua turma, seu professor, sua instituição.

Seja pelos jogos simbólicos, pela brincadeira de faz-de-conta, seja por brincadeiras organizadas pelo educador para atender algumas necessidades mais urgentes de seu alunado. O lúdico deve servir para que a criança expresse sua

capacidade de ver e representar o mundo.

Concepção de conhecimento ambiental

“Só que a casa não é essa tenda, não é o apartamento que nós temos, ou a casa onde moramos. Hoje a casa é o planeta Terra. Nós não temos outra casa para morar, só temos essa casa comum.” **(Leonardo Boff).**

O mundo atravessa uma crise ambiental, que tem como principal vilão a falta de conscientização da população. Mas, o problema pode ser minimizado pela transformação da maneira com que o indivíduo percebe, analisa e age sobre o ambiente. A educação ecológica desperta nas pessoas a consciência da importância da integração do homem com o meio-ambiente, do diagnóstico de problemas ambientais e da busca por soluções, a começar pelas atitudes dos cidadãos.

Essa consciência ecológica deve ser instigada na criança desde pequenina, onde nas atividades cotidianas ela se percebe parte de um único ambiente que precisa ser preservado e cuidado e assim garantir a continuidade da vida.

Essa visão holística e global traz um saber que permite a multiplicação do conhecimento necessário a nossa evolução como pessoa e como fazedores de ciência e de progresso.

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

No Brasil a Educação Ambiental assume uma perspectiva mais abrangente, não restringindo seu olhar à proteção e uso sustentável de recursos naturais, mas incorporando fortemente a proposta de construção de sociedades sustentáveis.

A Educação Ambiental brasileira assume uma perspectiva mais abrangente, não restringindo seu olhar à proteção e uso sustentável de recursos naturais, mas incorporando fortemente a proposta de construção de sociedades sustentáveis. Mais do que um segmento da Educação, a Educação em sua complexidade e completude.A legislação brasileira ampara-se na lei de 27 de Abril de 1999, Lei N° 9.795 – Lei da Educação Ambiental, em seu Art. 2° afirma: "A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.A educação ambiental procura despertar

em todos a consciência de que o ser humano é parte do meio ambiente, superando a visão antropocêntrica, que fez com que o homem se sentisse sempre o centro de tudo esquecendo a importância da natureza, da qual é parte integrante.

“Estamos num momento critico na história da humanidade, o momento que a humanidade deve decidir o seu futuro, deve escolher o seu futuro, e a escolha é essa: ou formar uma aliança de cuidado do planeta, de cuidarmos uns dos outros e da vida, ou arriscar a nossa extinção e a devastação da diversidade da vida”. **(Leonardo Boff).**

A Concepção Ambiental pressupõe o conhecimento de como o homem em suas relações com outros homens e com a natureza pensam, produzem e organizam o espaço ao longo de uma acumulação desigual dos tempos. Implica, portanto, em irmos para além da simples descrição e enumeração dos elementos visíveis das paisagens e penetrarmos no significado das diferentes configurações espaciais em toda a sua complexidade.

A transmissão-assimilação dos saberes se dará na sua totalidade e considerando professor e aluno como sujeitos que atuam numa realidade histórica, e, portanto capazes de transformá-la num processo de reelaboração constante. Essa Concepção Ambiental ocorrerá numa orientação da prática educativa, formal ou não, mediante a qual as pessoas, individual ou coletivamente, busquem apreender as dinâmicas do meio, em termos das relações entre sociedade e natureza, entendendo as interdependências entre três noções centrais: a de Meio Ambiente, de Sustentabilidade e a Diversidade, para desenvolver atitudes críticas, a partir de questionamentos referenciados, bem como ações responsáveis e criativas, visando a qualidade de vida mediante a manutenção do patrimônio natural e cultural e a garantia de acesso aos bens da cidadania.

Entretanto, essa orientação não acontece ou se esgota num único momento, já que compreendem conhecimentos progressivos e de níveis crescentes, assim como decisões e ações igualmente de um alcance mais restrito ao mais amplo, mas que tem unidade e continuidade no processo educativo tomado em sua totalidade social, cultural, científica, econômica e política.

Os problemas causados pelo aquecimento global obrigaram o mundo a refletir sobre a necessidade de impulsionar a educação ambiental. O cenário é muito preocupante e deve ser levado a sério, pois as conseqüências vão atingir a todos, sem distinção.

Trata-se de processo pedagógico participativo permanente para incutir uma consciência crítica sobre a problemática ambiental, estendendo à sociedade a capacidade de captar a gênese e a evolução de problemas ambientais.

Concepção de conhecimento tecnológico

Há algum tempo tem-se visto nos meios de comunicação o debate acerca do impacto das novas tecnologias na sociedade e a cada dia o homem se vê obrigado a aprender a interagir com novas invenções que muitas vezes o deixa inseguro.

O avanço da tecnologia se deu de tal modo em todos os campos de atuação humana que as escolas viram-se ameaçadas diante da recusa de encarar os fatos de seu tempo histórico.

A entrada das novas tecnologias nas escolas não devem ser encaradas como a continuidade um pouco sofisticada do quadro pedagógico existente, mas sim como uma ruptura do paradigma de ensino aprendizagem hegemônico. Essa é a força da inovação.

Diante disso a escola precisa estar atenta e ser conscientemente ativa. Mais que informação e conhecimento é preciso aprender e descobrir de forma crítica.

Ao nascer a criança já está inserida num meio rodeado por tecnologias e como profissionais da educação, devemos ter plena consciência de nossas ações e responsabilidades, pois afinal teremos nas mãos frutos de uma era altamente tecnológica e que não se conformarão com conhecimentos fragmentados.

Concebendo a tecnologia como conhecimento técnico acumulado ela possibilita desenvolver no sujeito a capacidade ou a arte para projetar, investigar, produzir, refinar, reutilizar, reempregar técnicas, artefatos, ferramentas, utensílios, equipamentos e conhecimentos técnicos elaborados, face às novas exigências de uma sociedade que se torna cada vez mais tecnológica.

As novas tecnologias não substituem o professor, mas modificam algumas de suas funções. O professor transforma-se agora no estimulador da curiosidade do aluno por querer conhecer, por pesquisar, por buscar as informações. Ele coordena o processo de apresentação dos resultados pelos alunos, questionando os dados apresentados, contextualizando os resultados, adaptando-os para a realidade dos alunos.

A implantação de novas tecnologias na escola deve ser mediada por atitudes pedagógicas que permitam formar o cidadão que ocupará seu lugar neste novo espaço. As tecnologias, dentro de um projeto pedagógico inovador, facilitam e estimulam o processo de ensino-aprendizagem. Neste sentido, a hipermídia introduz a interatividade no aprendizado, propiciando o diálogo ativo com o mundo do conhecimento, apresentando informações através de um contínuo canal de escolhas individuais. Ela nos permite navegar e determinar os caminhos a seguir de acordo com nossos interesses e nosso próprio ritmo. Enfim, é descoberta, é pesquisa, é conhecimento, é participação, sensibilizando assim, para novos assuntos, novas informações, diminuindo a rotina e nos ligando com o mundo, trocando experiências entre si, conhecendo-se, comunicando-se, enfim, educando-se.

O uso da Internet, ou seja, o hiperespaço, é caracterizado como uma forma de comunicação que propicia a formação de um contexto coletivizado, resultado da interação entre participantes. Conectar-se é sinônimo de interagir e compartilhar no coletivo. A navegação em sites transforma-se num jogo discursivo em que significados, comportamentos e conhecimentos são criticados, negociados e redefinidos. Este jogo comunicativo tende a reverter o “monopólio” da fala do professor em sala de aula.

O uso das tecnologias muito contribui para a aprendizagem das crianças e jovens. Possibilitar a inclusão de todos é se responsabilizar pelo coletivo e colaborar com o desenvolvimento do país. O uso pedagógico das mídias contribui para dinamizar o ensino, enriquecer as práticas cotidianas e potencializar os conteúdos e despertar o gosto nos alunos.

Com ousadia e práticas inovadoras as escolas podem evoluir e trazer excelência para o seu fazer pedagógico oportunizando aos alunos acesso a meios e instrumentos que não utilizam no seu cotidiano normalmente. Portanto, teoria e prática estão relacionadas quando indicamos caminhos e direcionamos práticas que tem ligação com a vida e nos transforma enquanto seres humanos inacabados.

É importante deixar bem claro que o computador por si só não faz nada, o seu potencial será determinado pela metodologia de uso adotada, é importante que a máquina e os softwares sejam vivenciados em contextos educativos práticos, provocativos e inovadores.

É também muito importante que a inclusão digital esteja integrada aos conteúdos curriculares e isto requer um redesenho do projeto pedagógico e grade curricular atuais de ensino fundamental e médio.

O trabalho é um projeto de ação educativa que irá potencializar os planos de trabalho dos docentes e enriquecer as atividades e as pesquisas propostas de acordo com os conteúdos e a concepção de ensino explícita no Projeto Político Pedagógico da escola.

A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 ao propor a formação tecnológica como eixo do currículo assume, segundo KUERGER (2000), a concepção que a aponta como a síntese, entre o conhecimento geral e o específico, determinando novas formas de selecionar, organizar e tratar metodologicamente os conteúdos.

O uso de tecnologias como apoio ao ensino e à aprendizagem vem evoluindo vertiginosamente nos últimos anos, podendo trazer efetivas contribuições à educação. Entretanto, para evitar ou superar o uso ingênuo dessas tecnologias, é fundamental conhecer as novas formas de aprender e de ensinar, bem como de produzir, comunicar e representar conhecimento, possibilitadas por esses recursos, que favoreçam a democracia e a integração social.

Concepção de currículo

O currículo deve ser construído coletivamente, visando à realidade para que cumpra com sua função educacional, respeitando a identidade cultural e social do aluno, promovendo também a participação do mesmo em projetos desenvolvidos pela escola como a Agenda 21, Cultura Afro brasileira e indígena entre outros temas contemporâneos.

Na construção do currículo devem ser levadas em consideração as experiências que os alunos trazem de sua vida particular, ou seja, o conhecimento informal para que a escola a partir dele, possa trabalhar os conteúdos acadêmicos na sua totalidade de conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, considerando suas permanências e transformações.

De acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica (2008, p. 20), o currículo deve oferecer aos estudantes a formação necessária para o enfrentamento voltado à transformação da realidade social, econômica e política do seu tempo. O

currículo deve ser baseado nas dimensões científica, artística e filosófica do conhecimento que possibilite um trabalho pedagógico capaz de direcionar o educando para a totalidade do conhecimento, e sua relação com o cotidiano.

O currículo da escola pública deve ter como meta o desenvolvimento de uma prática pedagógica que articule os conteúdos ao processo educativo. Isto vem facilitar a aprendizagem do aluno empregando desta forma recursos didáticos pedagógicos diferenciados inseridos no contexto social.

Coll (1987/2000) expõe a função do currículo como um instrumento útil que orienta a prática dos professores e, por isso, ultrapassa os limites de uma carta de intenções e princípios, possibilitando a realização das finalidades educativas. Isto não indica que um currículo consiga incluir todos os fatores e as variáveis que caracterizam cada situação particular de ensino/aprendizagem, e que garante a sua plena realização como se fosse um guia de ações prévia e minuciosamente pré-estabelecido.

Desse modo, o currículo na visão de Coll (1987/2000) pode ser considerado, por um lado, como um projeto, que corresponde às intenções educacionais e, de outro lado, como um plano de ação. Embora as duas etapas da ação educativa tenham papéis distintos, são essencialmente complementares.

A seleção de conteúdos é fundamental porque pode levantar possibilidades amplas de trabalho, abrangendo todos os aspectos da formação humana e levando em consideração suas necessidades e especificidades, abrindo sempre espaços para o imprevisível. Significa definir eixos que dêem conta de abranger a infinidade de conhecimentos possíveis de ser trabalhados com as crianças e adolescentes e que, ao mesmo tempo, permitam a articulação com aspectos da vida cidadã e com todos os aspectos do seu desenvolvimento.

As diretrizes norteadoras da educação brasileira estão contidas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental.

Concepção de avaliação

A legislação atual concede uma grande importância à avaliação, assegurando que ela seja realizada de forma contínua, formativa e processual sendo assim mais um elemento do processo ensino–aprendizagem. É necessário articular o processo

de avaliação com a finalidade do objeto avaliado: contribuindo para o desenvolvimento das capacidades dos alunos, a avaliação converte-se em ferramenta pedagógica, em um elemento que melhora a aprendizagem do aluno e a qualidade do ensino.

A avaliação no contexto escolar deve centrar-se na forma como o aluno aprende, sem descuidar da qualidade do saber. A aprendizagem se dá numa construção pessoal do sujeito que aprende, influenciada tanto pelas características pessoais quanto pelo contexto social. Com tal abrangência, a avaliação deve ser contínua, formativa, na perspectiva do desenvolvimento integral do aluno, com objetivo de detectar e prevenir os problemas identificados, estabelecendo o diagnóstico correto para cada aluno e identificando as possíveis causas de seus fracassos ou dificuldades, visando uma maior qualificação da aprendizagem, promovendo a participação efetiva do professor nesse processo.

A avaliação é uma ação que ocorre durante todo o processo de ensino e aprendizagem e não apenas em momentos específicos. Para o aluno, é o instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização de seu investimento na tarefa de aprender. Para a escola, possibilita definir prioridades e localizar quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio.

A avaliação não deve ser um julgamento definitivo e dogmático, mas, comprovação do progresso do aluno no processo, onde se possa verificar a mudança de pensamento com o objetivo a transcender o conhecimento de forma crítica em relação a sociedade. Ela deve perceber o educando como indivíduo potencializado para aprender; promover parcerias e espírito de grupo.

A avaliação deve configurar-se como uma prática de investigação do processo educacional e como meio de transformação da realidade escolar partindo da observação, da análise, de reflexão crítica sobre a realidade/contexto. Esse processo exige o envolvimento, o comprometimento e a responsabilidade de todos no processo de avaliação, onde estabelecem as necessidades, prioridades e as propostas de ação para os processos de ensino e aprendizagem, na construção de uma educação transformadora, cidadã e responsável socialmente. De acordo com Cipriano Luckesi, “a prática da avaliação nas pedagogias preocupadas com a transformação deverá estar atenta aos modos de superação do autoritarismo e ao

estabelecimento da autonomia do educando, pois o novo modelo social exige a participação democrática de todos" (LUCKESI, 2002, p. 32).

A avaliação democrática é aquela que não exclui o educando, mas o inclui no círculo da aprendizagem. É o diagnóstico que permite a decisão de direcionar ou redirecionar o processo de ensino e aprendizagem. Para que a avaliação diagnóstica seja possível, é preciso compreendê-la e realizá-la comprometida com uma concepção pedagógica. Sendo essa preocupada com a perspectiva de que o educando deverá apropriar-se criticamente do conhecimento.

A avaliação assim compreendida deixa de ser indicador para a comparação entre alunos e a rotulação ou classificação passa a ser um acompanhamento dos progressos do aluno, permitindo ao professor tomar decisões quanto ao aperfeiçoamento das situações de aprendizagem e reformulação do currículo com a adequação dos conteúdos e métodos de ensino.

A avaliação não pode limitar-se apenas na etapa final de uma determinada prática. Ela deve estar sempre presente, indicando o caminho a seguir. Quando se constata que o aluno não aprendeu o que foi ensinado, o professor deve rever os programas, retificá-los, repensar a metodologia, descobrir falhas no processo, buscar outros caminhos, lançar novas indagações e partir para novas práticas em busca de melhores resultados. Mudar a avaliação não é tarefa simples e fácil, porém, imprescindível.

Para transformar a prática avaliativa, é necessário questionar a educação desde suas concepções, seus fundamentos, sua organização, suas normas burocráticas. Isso implica em mudanças conceituais, redefinição de conteúdos, das funções docentes e discentes, entre outros. A transformação da avaliação abrirá caminhos para a construção de novas possibilidades e de novas questões. Será mais um meio para fazer avançar o processo de ensino-aprendizagem, garantindo a qualidade social do ensino.

Sendo assim, é necessário pensar em conjunto, envolvendo todos os interessados para propor uma reestruturação interna da escola, quanto a sua forma de avaliar e se efetivar a aprendizagem. Para Celso Vasconcellos, "os educadores devem se comprometer com o processo de transformação da realidade, alimentando um novo projeto comum de escola e sociedade" (VASCONCELLOS, 1994, p. 85). Assim, o educador estará consciente que seu trabalho servirá para construir uma

sociedade mais humana e mais justa, onde o direito do saber não pertence só a uma determinada classe de pessoas.

Neste Colégio pretende-se adotar uma avaliação dentro das disposições orientadas como regras comuns ao Ensino Fundamental e Médio, previstas na LDB 9394/96, Art. 24, Inciso V e Deliberação nº 007/99, sendo contínua, cumulativa e diagnóstica, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A sistemática da avaliação do desempenho do aluno e de seu rendimento escolar será contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, de acordo com Regimento Escolar do Estabelecimento de Ensino e os resultados expressos em notas de 0,0 a10,0 (zero a dez vírgula zero).

A nota do Bimestre será resultante da somatória dos valores atribuídos em cada instrumento de avaliação, sendo valores cumulativos.

Avaliação no Contexto Escolar

Esta prática de avaliação, objetiva analisar as condições atuais do desempenho escolar do aluno, as habilidades emergentes, os aspectos socioculturais, a relação professor aluno e o contexto educacional como um todo. Trata-se de uma prática de avaliação de cunho não classificatório e seletivo, que reforce uma visão prática excludente.

A Avaliação no Contexto Escolar é uma avaliação psicoeducacional, preferencialmente no contexto escolar, tendo direcionamento pedagógico, com indicação das intervenções adequadas às necessidades educacionais levantadas; para que o professor possa direcionar os trabalhos e fazer as adaptações necessárias.

A avaliação psicoeducacional no contexto escolar atende a deliberação 02/03 do Conselho Estadual de Educação do Paraná que delibera sobre a educação especial e seu atendimento nas redes regulares. Neste documento o conselho reafirmar que é dever constitucional do Estado e da família oferecer educação as crianças e que a Educação Especial deve estar também na rede regular de ensino.

Portanto, no objetivo de assegurar educação de qualidade a todos os alunos com necessidades educacionais especiais, em todas as etapas da educação básica, e apoio, complementação e/ou substituição dos serviços educacionais regulares,

bem como a educação profissional para ingresso e progressão no trabalho, formação indispensável para o exercício da cidadania. O Colégio Estadual do Campo Professor Jaelson Biácio – Ensino Fundamental e Médio em face da lei realiza a Avaliação no Contexto Escolar com os alunos incluso ou que apresentem diagnósticos de necessidades especiais de aprendizagem.

Este processo de avaliação, possibilita a identificação dos sucessos, das dificuldades e fracassos, apoiando encaminhamentos e tomadas de decisões sobre ações necessárias, sejam elas de natureza pedagógica, estrutural ou administrativa.

As informações obtidas permitem conhecer, descrever, compreender, explicar, prever e formular um juízo de valor acerca da realidade avaliada e permitem também tomar decisões educativas, sociais e terapêuticas, para prevenir possíveis distorções ou disfuncionalidades, ou para modificar e, em suma, otimizar - quando necessário - a realidade avaliada. Esta avaliação configura-se tanto como uma prática de investigação do processo educacional quanto como um meio de transformação da realidade escolar. É a partir da observação, da análise, da reflexão crítica e do registro sobre a realidade/contexto, pelos profissionais envolvidos nesse modo de avaliar, que se estabelecem as necessidades, prioridades e as propostas de ação para os processos de ensino e de aprendizagem, proporcionando informações a fim de melhorar a ação docente do professor e a aprendizagem dos alunos.

Salientamos que, cabe a mantenedora (SEED) e o colégio, segundo legislação vigente: manter sistema atualizado de informação e interlocução com órgãos do censo demográfico e escolar, para conhecimento das demandas e acompanhamento da oferta de atendimento em Educação Especial; setor próprio para orientar, acompanhar, oferecer apoio técnico, pedagógico e administrativo, supervisionar e fiscalizar as instituições de ensino; serviços de atendimento especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, preferencialmente, na rede pública; construir interfaces com as secretarias de saúde, trabalho, cidadania e promoção social e outras, para assegurar serviços especializados de natureza clínico-terapêutica, profissionalizante, assistencial aos alunos com necessidades educacionais especiais no sistema de ensino público e conveniado; manter parcerias ou convênios com organizações públicas e privadas, que garantam uma rede de apoio interinstitucional, para assegurar atendimentos complementares, quando necessário; parcerias com instituições de ensino superior,

para implantação de temas e conteúdos relacionados ao atendimento das pessoas com necessidades educacionais especiais na formação de alunos de graduação e pós-graduação, realização de pesquisas e atividades de extensão, bem como programas e serviços relativos ao processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, visando o aperfeiçoamento desse processo educativo.

Objetivos da Avaliação no Contexto Escolar

- Obter informações sobre o processo de ensino e de aprendizagem.
- Analisar o contexto da aprendizagem e decidir qual tipo e intensidade do apoio requerido pelo aluno.
- Detectar e prevenir as dificuldades de aprendizagem antes que elas se agravem.
- Buscar soluções e alternativas para a remoção de barreiras da aprendizagem, através de medidas de intervenção pedagógicas.
- Promover um ensino de melhor qualidade para todos.
- Tomar decisões quanto ao processo avaliativo para identificação das necessidades educacionais.
- Promover uma participação efetiva do professor especializado no processo avaliativo.
- Instrumentalizar o professor da Classe Comum para que ele se torne um avaliador-investigador de seu aluno em sala de aula.
- Envolver a equipe pedagógica do Núcleo Regional da Educação (NRE), da escola e o professor especializado, junto ao professor da classe comum, na tomada de decisão quanto ao tipo e intensidade de apoio que o aluno irá necessitar.
- Propor flexibilização curricular.

O que avaliar?

- As estratégias utilizadas pelo aluno para a aprendizagem.
- Contexto sociocultural em que se encontra inserido este aluno.
- Desenvolvimento motor, cognitivo, socioafetivo e escolar deste aluno.
- A metodologia utilizada pelo professor na realização das intervenções no dia a dia.
- Identificar os conhecimentos do que o aluno manifesta na sala de aula

(conhecimentos prévios, cultura, assim como as dificuldades/necessidades individuais), em relação aos novos conteúdos de aprendizagem.

Como Avaliar?

▪Realizar entrevistas (professor, equipe técnico pedagógica, família, aluno).
▪Observar o aluno no coletivo e no individual.
▪Analisar a produção do aluno (material escolar).
▪Investigar as áreas do desenvolvimento: cognitivo, motor, afetivo e social e áreas do conhecimento: acadêmico.
▪Utilizar testes formais somente quando necessário e em situações específicas.
▪Utilizar instrumentos como: observações, jogos, avaliação dos conteúdos pedagógicos e outros.
▪Registrar todas as informações possíveis, no decorrer do processo avaliativo valorizando os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Quem avalia?

- Todos os profissionais da escola responsáveis pelo processo de ensino e de aprendizagem.
- Professor especializado, professores da classe comum e profissionais capacitados psicólogos, pedagogos, entre outros).
- Família do aluno.
- Equipe pedagógica do NRE.
- Contexto sociocultural em que se encontra inserido este aluno.
- Desenvolvimento motor, cognitivo, socioafetivo e escolar deste aluno.
- A metodologia utilizada pelo professor na realização das intervenções no dia a dia.
- Identificar os conhecimentos do que o aluno manifesta na sala de aula (conhecimentos prévios, cultura, assim como as dificuldades/necessidades individuais), em relação aos novos conteúdos de aprendizagem.

GESTÃO ESCOLAR PARTICIPATIVA E DEMOCRÁTICA

Estamos em busca de uma sociedade verdadeiramente democrática, sustentável para todos. No entanto, essa conquista não é fácil, pois deve ser fundamentada nos princípios da solidariedade, respeito e compromisso, zelando pela dignidade do ser humano em busca de uma transformação social.

Deve ser uma escola redimensionada para ajudar na construção de cidadãos reais capazes não só de explicar o mundo, como transforma-lo em benefício da humanização de todos.

E esta transformação não se faz apenas com palavras, deve ser uma prática participativa capaz de gerar a sensação de pertencimento, de compartilhamento, da possibilidade de ser igual na diferença.

Enquanto construção de cidadania, esta prática precisa ser coletiva e organizada, pensada, passo a passo na sua multiplicidade, sem determinismos ou exclusões.

A gestão é democrática quando:

- Quando da autonomia e apoio ao trabalho do pedagogo e valoriza -o mesmo perante os professores, os alunos e comunidade.
- Quando incentiva as abordagens que propõem uma mudança nos paradigmas e na filosofia da escola.
- Quando participa ativamente e efetivamente de todas as reuniões de cunho pedagógico, colaborando com o debate e com as discussões e facilitando o trabalho do pedagogo sem censura.
- Quando participa dos debates e discussões pedagógicas, cobrando resultados e planos de trabalhos docentes coerentes com a tendência / concepção de educação explicita na proposta pedagógica da escola.
- Quando mantém dialogo constante com os docentes, observando o trabalho e atendendo reivindicações ou contribuindo com suas dificuldades.
- Quando delega responsabilidades e funções e dá autonomia para o fazer acompanhando o processo como um todo. Portanto, reserva momentos para avaliações e planejamento de estratégias para intervenções.

- Quando aproveita os pré-conselhos e os conselhos de classe para traçar planos de ações e para avaliar os seus docentes.
- Quando valoriza os funcionários como agentes educacionais de fato, delegando tarefas e responsabilidades e decidindo os trabalhos democraticamente.

O perfil da gestão escolar adotado por essa instituição de ensino caracteriza-se pela “gestão democrática”, onde a participação consciente de todos contribui para que se alcancem objetivos coletivos e comuns.

Um modelo de gestão baseado no princípio democrático-participativo delega funções, responsabilidades e compromisso com a escola e certamente, com a educação. Assim, entende-se que a escola, sozinha, não realizará um trabalho que tenha amplo significado para a vida escolar e social do aluno. Por isso, Estado, Direção, Professores, Funcionários, Alunos, Pais, Instituições da Sociedade Civil, Instituições organizadas e comunidade devem, na coletividade, lutar pela construção de uma escola pública de qualidade. Ressalta-se como um dos grandes alicerces da democratização da gestão escolar, a participação dos pais e da comunidade na escola. Embora, ainda se tenha essa dificuldade de conquistar a participação em massa, continua-se na busca incessante de um dia a escola poder contar intensamente com os pais, no acompanhamento da vida escolar dos filhos, no diálogo constante entre pais, equipe pedagógica e professores, além da consciente participação e engajamento nos problemas e conquistas da escola.

A participação democrática insere-se no contexto de que “O público é de todos” e, por isso, vale que todos zelem pelo bom andamento de todas as atividades propostas dentro e fora da escola.

Os conceitos de democracia e prática democrática precisam ser compreendidos e interpretados no interior da escola para se, estabelecer um processo de gestão que, fundamentalmente esteja vinculado aos objetivos pedagógicos, políticos e culturais da escola.

A busca da gestão democrática inclui, necessariamente, a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões e ações administrativas e pedagógicas desenvolvidas no âmbito escolar.

Os aspectos pedagógicos e administrativos englobam a totalidade do trabalho escolar sendo que o administrativo trata da organização da escola como um todo, destacando a gestão escolar como colegiada e participativa, para as quais o diretor é agente promotor deste processo que envolve relacionamento com a comunidade e

com o sistema educacional no qual a escola está inserida. A gestão democrática envolve a criação de conselhos colegiados; a democratização de informação para a escola e para a comunidade; a definição de valores socioculturais que fundamentam e direcionam o trabalho escolar; e que possibilite a expansão do potencial da comunidade escolar.

Os aspectos administrativos estão articulados aos aspectos pedagógicos, ligados à identidade da escola, à sua missão social, aos educandos, aos resultados, ao projeto político pedagógico em sua essência; como na organização dos conteúdos curriculares,novas metodologias, programas especiais, medidas para reduzir evasão e repetência, produção de materiais didáticos diferenciados, desenvolver tecnologias educacional, adaptação e recuperação de estudos, atividades extras curriculares voltadas para o ensino e cultura.

CONTRADIÇÕES E CONFLITOS PRESENTES NA PRÁTICA DOCENTE

A ausência de uma política educacional comprometida com a universalização da escola pública com qualidade social aumenta os índices de evasão e reprovação. A massificação do ensino sem qualidade foi acompanhada de um processo de exclusão por dentro do sistema, com reprovação, evasão, gestão autoritária, avaliação punitiva, aceleração de estudos, prédios ruins, salas de aulas super-lotadas com iluminação inadequada, ausência de recursos didáticos, arrocho salarial e falta de condições de trabalho adequado para os trabalhadores em educação.

Vivemos numa sociedade em crise, sem perspectiva de sonhos, de projetos, de utopias, com modelos sociais que se desmancham e novos que vêm ocupando seu lugar Identificamos nossos jovens sendo movidos pelo imediatismo e hedonismo, que expressam valores de consumo fácil, do pouco esforço físico e intelectual. Neste contexto, a escola não tem conseguido ser espaço de socialização e reflexão coletiva no sentido de desvelar o mundo, problematizá-lo do ponto de vista ético, político e econômico e assim repensar sua função.

Desvelar uma sociedade injusta implica em explicitar as condições de trabalho, de salário e a intrínseca relação entre o pedagógico, o político e o econômico. A realidade da escola pública brasileira, ainda é, permeada por muitas

contradições. Nela lutamos, indagamos, sonhamos e provocamos, anunciando um mundo com perspectivas. Vamos refletir sobre o direito de toda criança e adolescente em estar na escola, permanecer na escola e aprender de forma integral nessa escola.

"Cada criança ou jovem brasileiro, mesmo de locais com pouca infra-estrutura e condições socioeconômicas desfavoráveis, deve ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania para deles poder usufruir (BRASIL, 1997, p. 35)."

Para muitos pais, o desempenho insatisfatório dos estudantes, de modo especial dos estudantes da rede pública de ensino, é objeto de preocupação porque isso é um forte indicativo de que seus filhos, ao término da educação básica, terão poucas condições de competir por uma vaga em universidades públicas, cuja concorrência aumenta a cada ano.

Sem desconsiderar a preparação para o mercado de trabalho, para o vestibular ou para o exercício da cidadania, demandas objetivas que a sociedade contemporânea atribui à escola, o nível de aprendizagem evidenciado nos resultados das avaliações oficiais nos preocupa por um motivo diferente dos apresentados anteriormente. Esses resultados se apresentam como foco da nossa atenção por aquilo que eles revelam acerca da formação e do desenvolvimento humanos, como função da escola para além das demandas imediatas e próprias da sociedade capitalista. Ao concebermos a escola como a instituição social cuja função é promover uma formação que extrapola os limites da adaptação à sociedade assentada em relações objetivas que limitam o espaço da humanização, uma questão nos vem à tona: o que representa a falta de domínio do conteúdo escolar na constituição do indivíduo como membro do gênero humano?

Assim o poder público tem organizado programas e mudanças constitucionais significativas para melhorar a qualidade da nossa educação, visando elevar o padrão do ensino público oferecido aos filhos dos trabalhadores.

A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM 09 ANOS NO BRASIL

Em 16/05/2005 o Governo Federal sancionou a Lei n.º 11.114, a qual alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para "tornar obrigatório o início do Ensino Fundamental aos seis anos de idade".

No ano seguinte, em 06/02/2006, o Governo Federal sancionou a Lei Federal n.° 11.274, a qual também alterou a LDB e dispôs sobre a duração mínima de **9 (nove) anos** para o Ensino Fundamental e reafirmou a matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade para todo ensino brasileiro. Essa Lei fixou o ano de 2010, como prazo final para implantação do Ensino Fundamental ampliado.

Pela Resolução CNE/CEB n.° 03, aprovada em 03 de agosto de 2005, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação definiu as normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para 9 (nove) anos de duração, e reiterou a antecipação da obrigatoriedade de matrícula no ensino fundamental aos seis anos de idade.

A Implantação do Ensino Fundamental de 09 anos na Rede Estadual de Educação do Paraná

Assim em 2012, os alunos egressos no Ensino Fundamental de 09 anos chegam à Rede Estadual de Educação. Então, foi solicitado ao Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná pela SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEED normatização para o atendimento desses alunos.

O PARECER CEE/CEB N.º 407/11 APROVADO EM 26/05/11, legalizou a Implantação do Ensino Fundamental, regime de nove (09) anos, 6º ao 9º ano, de forma simultânea no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

Assim a partir de 2012 os alunos serão atendidos mediante esse parecer e seguindo todas as recomendações que o parecer orienta.

O Ensino Fundamental de 09 anos: Algumas Considerações

Conforme o PNE, a determinação legal (Lei nº 10.172/2001, meta 2 do Ensino Fundamental) de implantar progressivamente o Ensino Fundamental de nove anos, pela inclusão das crianças de seis anos de idade, tem duas intenções: “oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade”.

É, assim, imprescindível debater com a sociedade um outro conceito de currículo e escola, com novos parâmetros de qualidade. Uma escola que seja um espaço e um tempo de aprendizados de socialização, de vivências culturais, de investimento na autonomia, de desafios, de prazer e de alegria, enfim, do desenvolvimento do ser humano em todas as suas dimensões. A construção dessa escola demanda, certamente, mais do que políticas promotoras do acesso à escola.

Assim, hoje, também a escola está inserida e constituída em um bairro, uma cidade, com suas histórias, geografias e instituições, com seus movimentos sociais, políticos e culturais. A renovação pedagógica vivenciada em muitas escolas brasileiras nos últimos anos tem transformado o entorno da escola também em escola, ou seja, está gestando a reconstrução daquela antiga comunidade.

Portanto é necessário levar em consideração:

- A estrutura espacial da escola e como os espaços de aprendizagens se organizam a partir dela.
- Os currículos e programas escolares e quais os critérios que orientam suas escolhas.
- O tempo escolar e como ele se organiza para propiciar e fazer cumprir a carga horária de estudos garantida em lei.

Para tanto, é preciso ressaltar que a formação de uma cidadania solidária, responsável e comprometida com a construção de um projeto nacional de qualidade social, assegurando o acesso, a participação e a permanência de todos na escola, é uma responsabilidade de todas as instâncias de governo, do Ministério da Educação, das secretarias estaduais e municipais de educação e da sociedade civil.

Pode-se dizer, então, que uma educação voltada para tais perspectivas precisa ser pensada também com o foco voltado para essas características:

• O ser humano é ser de múltiplas dimensões;

• Todos aprendem em tempos e em ritmos diferentes;

• O desenvolvimento humano é um processo contínuo;

• O conhecimento deve ser construído e reconstruído, processualmente e continuamente;

• O conhecimento deve ser abordado em uma perspectiva de totalidade;

• É importante uma gestão participativa, compartilhada e que tenha como referência a elaboração coletiva do Projeto Político-Pedagógico, contemplando a ampliação do Ensino Fundamental;

• A diversidade metodológica e a avaliação diagnóstica, processual e formativa devem estar comprometidas com uma aprendizagem inclusiva, em que o aluno, dentro da escola, aprenda de fato.

Estas ações requerem planejamentos e diretrizes norteadoras para o atendimento integral da criança em seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social, além de metas para a expansão do atendimento, com garantia de qualidade. Essa qualidade implica assegurar um processo educativo respeitoso e construído com base nas múltiplas dimensões e na especificidade do tempo da infância, do qual também fazem parte as crianças de sete e oito anos.

O art. 23 da LDB incentiva a criatividade e insiste na flexibilidade da organização da educação básica, portanto, do Ensino Fundamental: “A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.”

Tudo isso deve acontecer num contexto em que cuidados e educação se realizem de modo prazeroso, lúdico. Nesta perspectiva, as brincadeiras espontâneas, o uso de materiais, os jogos, as danças e os cantos, as comidas e as roupas, as múltiplas formas de comunicação, de expressão, de criação e de movimento, o exercício de tarefas rotineiras do cotidiano e as experiências dirigidas que exigem que o conhecimento dos limites e alcances das ações das crianças e dos adultos estejam contemplados.

O objetivo de um maior número de anos de ensino obrigatório é assegurar a todas as crianças um tempo mais longo de convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem mais ampla. É evidente que a maior aprendizagem não depende do aumento do tempo de permanência na escola, mas sim do emprego mais eficaz do tempo.

Não sendo um objeto de uso meramente escolar, as instituições educativas devem, ao trabalhar o processo de alfabetização das crianças, apresentar a escrita de forma contextualizada nos seus diversos usos.

Assim, é de suma importância que os sistemas induzam e estimulem as linhas de ação coletiva nas escolas, intencionalmente voltadas para a construção de um projeto pedagógico que reflita o desejo e o planejamento de cada comunidade escolar.

Esse é o trabalho coletivo posto como uma prática repleta de desafios a serem vencidos.

É um caminho reconhecidamente importante para uma escola que se quer democrática, para um processo pedagógico eficiente e para uma qualidade de ensino desejada por todos.

“A escola tem de ser encarada como uma comunidade educativa, permitindo mobilizar o conjunto dos atores sociais e dos grupos profissionais em torno de um projeto comum.” (Antonio Nóvoa).

A formação oferecida fora da escola, por meio de cursos, é de grande relevância para o aprimoramento profissional, podendo, inclusive, consolidar o processo de acompanhamento sistemático das redes de ensino estaduais e municipais, mediante discussões com os profissionais docentes.

No entanto, é decisivo o papel que o profissional da educação realiza no dia-a-dia da escola. Esse fazer precisa ser objeto de reflexão, de estudos, de planejamentos e de ações coletivas, no interior da escola, de modo intimamente ligado às vivências cotidianas.

A freqüência de encontros sistemáticos e coletivos para estudos e proposições permite uma articulação indissociada entre teoria e prática. A reflexão dos profissionais da educação sobre a sua prática pedagógica para a construção de um projeto político-pedagógico autônomo, bem como a implementação das diretrizes de democracia do acesso, condições para permanência e de democracia da gestão, são essenciais para a qualidade social da educação.

Por que aumento mais um ano no Ensino Fundamental?

Para uma implementação qualitativa do Ensino Fundamental de nove anos, é importante compreender que o conceito de infância sofreu transformações historicamente, o que se evidencia tanto na literatura pedagógica, quanto na legislação e nos debates educacionais, em especial a partir da década de 1980, no Brasil.

Entre os estudos sobre uma concepção de infância como fase distinta da vida adulta, ganha destaque o historiador francês Ariès. Em seus estudos, Ariès analisa diferentes significados atribuído à infância, em especial nos séculos XVII e XVIII. Segundo este autor, até o fim da Idade Média não existia um sentimento de infância

como etapa específica da vida humana, portanto com características e necessidades próprias. Ariès afirma que é no fim da Idade Média que se inicia um processo de mudança, pois a infância passa a ser encarada como sinônimo de fragilidade e ingenuidade, sendo alvo de atenção dos adultos. Já no século XVIII, a concepção sobre a infância passa pelo disciplinamento e pela moral, exercidas especialmente por um processo educacional impulsionado pela Igreja e pelo Estado. Esta concepção marca a educação das crianças, particularmente no período do capitalismo industrial, no século XIX. Embora com ressalvas, sua pesquisa é considerada relevante pelo fato de que contribuiu para a compreensão da infância como um conceito construído historicamente.

Para KRAMER (1995) o conceito de infância se diferencia conforme a posição da criança e de sua família na estrutura socioeconômica em que se inserem. Portanto, não há uma concepção infantil homogênea, uma vez que as crianças e suas famílias estão submetidas a processos desiguais de socialização e de condições objetivas de vida.

Pode-se afirmar que tem ocorrido avanços nos estudos sobre a infância à medida que se destaca esta etapa da vida humana como uma construção social, o que supera as compreensões de caráter inatista, pois se compreende que a aprendizagem se dá na interação social, não estando condicionada pela maturação biológica.

A concepção de infância e de desenvolvimento infantil como construção histórica foi uma das grandes contribuições dos estudos de Vygostsky (2007) que, ao analisar o desenvolvimento humano privilegia a interação social na formação da inteligência e das características essencialmente humanas. Em outras palavras, nos tornamos humanos a partir da interação com outros seres humanos. É, portanto “a partir de sua inserção num dado contexto cultural, de sua interação com membros de seu grupo e de sua participação em práticas sociais historicamente construídas, que a criança incorpora ativamente as formas de comportamento já consolidadas na experiência humana” (REGO, 1995, p. 55).

Na perspectiva de superação do distanciamento, muitas vezes, evidenciado entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, considera-se que este é um momento propício para aliar o acervo de conhecimentos sistematizados destes dois importantes níveis da Educação Básica. Esta aproximação é possível a partir de um trabalho que possibilite complementaridade e continuidade de processos de

aprendizagem, assegurando a característica de aprofundamento da complexidade dos conhecimentos sistematizados.

O desafio é pensar não apenas a criança de 6 anos que ingressa no Ensino Fundamental, mas também no conjunto de alunos de sete, oito, nove e dez anos que integram este nível de ensino.

A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL COMO PARÂMETRO DE COMPREENSÃO DOS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

A teoria de desenvolvimento humano elaborada por Vygotsky introduziu, na Psicologia, a idéia de transformação, o princípio histórico-cultural. Nessa vertente, as muitas investigações realizadas entre os anos 1920 e 1930 forneceram vasto material que permitiu a sistematização de um novo referencial teórico para explicar as funções psíquicas.

Desde o nascimento, a criança está em constante interação com os adultos, que compartilham com ela seus modos de viver, de fazer as coisas, de dizer e de pensar, integrando-a aos significados que foram sendo produzidos e acumulados historicamente (FONTANA e CRUZ, 1997, p. 57).

Para consolidar e dominar autonomamente as atividades e operações culturais, a criança necessita da mediação do outro. O mero contato da criança com os objetos de conhecimento ou mesmo sua imersão em ambientes informadores e estimuladores não garante a aprendizagem nem promove necessariamente o desenvolvimento, uma vez que ela não tem, como indivíduo, instrumentos para organizar ou recriar sozinha o processo cultural (FONTANA e CRUZ, 1997, p. 65).

Quando se pretende entender e atuar sobre os processos de aprendizagem e desenvolvimento, considerando as necessidades humanas, nessa conjuntura de profundas mudanças sociais, não é qualquer teoria psicológica que serve como parâmetro. Antes sim, aquela que, procedendo à crítica às teorias psicológicas existentes, explicita os limites de cada uma, superando-as.

Numa sociedade onde a desigualdade entre classes foi levada ao extremo, onde o acúmulo de riquezas contrasta com a exclusão e a miséria imposta à grande maioria dos homens, a educação escolar não pode tomar como finalidade maior a adaptação de crianças e jovens à ordem social estabelecida.

Nessa perspectiva, ao educador é mister conhecer a sociedade capitalista, seus embates políticos, econômicos e educacionais. É preciso indagar sobre a forma de ser dessa sociedade, sobre a natureza e a pertinência dos desafios que se põem para a educação. É no interior dessa ambiência relacional que se deve pensar na qualidade de aprendizagem, de desenvolvimento e, por conseguinte, de ensino a ser perseguida.

Sobre esse projeto formativo, Wolfgang Leo Maar (1995, p. 27), conhecedor da Teoria Crítica, participa: Não há sentido para a educação na sociedade burguesa senão o resultante da crítica e da resistência à sociedade vigente responsável pela desumanização [...]. É preciso romper com a educação enquanto mera apropriação de instrumental técnico e receituário para a eficiência, insistindo no aprendizado aberto à elaboração da história e ao contato com o outro não-idêntico, o diferente.

A formação, assim definida, orienta a ação – tanto no plano social como no individual – rumo a uma sociedade, do ponto de vista humano, superior à capitalista.

Filia-se, pois, a uma educação que tem, na aprendizagem de conteúdos vivos – porque ensinados no movimento histórico que lhes deu origem e que os transforma –, a fonte do desenvolvimento nas suas múltiplas dimensões.

É pelo caminho da ciência da história, com base no método dialético materialista, que Vygotsky examina e dá a conhecer seu objeto de estudo, o psiquismo humano.

“Estudar alguma coisa historicamente significa estudá-la no processo de mudança: esse é o requisito básico do método dialético” (VIGOTSKI, 1998, p. 85-86).

Assim, a formação humana, quando pensada como desenvolvimento das capacidades cognitivas, garante a internalização de conhecimentos que se transformam em elementos mediadores, com os quais o sujeito pode estabelecer com os objetos, fatos e fenômenos uma relação que dispensa o contato com o mundo perceptível. Portanto, diante de uma mesma situação, diferentes pessoas podem agir de forma completamente distinta de acordo com os instrumentos simbólicos de que dispõem para organizar mentalmente a sua atividade.

A escola, na perspectiva de construção de cidadania, precisa assumir a valorização da cultura de sua própria comunidade e, ao mesmo tempo, buscar ultrapassar seus limites, propiciando às crianças pertencentes aos diferentes grupos sociais, o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos

socialmente relevantes da cultura brasileira no âmbito nacional e regional como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade (BRASIL, 1997, p. 46).

Segundo Saviani (1986, p. 11), a natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sobre a base da natureza biofísica. Conseqüentemente, o trabalho

educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Nesta perspectiva, a aprendizagem é entendida como condição para a formação humana, e, aqui, formação é concebida como desenvolvimento das capacidades cognitivas.

O saber que Saviani considera como o conteúdo da educação é o chamado "saber da elite", aquilo que a esquerda geralmente chama de "cultura da classe dominante". O chamado saber popular é, na melhor das hipóteses, apenas um "ponto de partida" para a educação, que pode ser usado para estabelecer uma ponte com as classes populares. O "ponto de chegada", ao qual a educação deve levar essas classes, é o saber da classe culta. Daí a importância do papel do "professor tecnicamente competente" na pedagogia Saviani. O professor afirma Saviani: é preciso que ele realmente domine o saber da classe dominante, para poder transmiti-lo às classes dominadas. Daí também a importância do papel da escola, em sua especificidade de instituição destinado ao ensino.

LETRAMENTO NUMA CONCEPÇÃO HISTORICO CULTURAL

A escola brasileira não tem conseguido desenvolver nos alunos as capacidades fundamentais como a de ler, escrever e interpretar.

O ensino de qualidade que a sociedade demanda atualmente expressa-se aqui como a possibilidade de o sistema educacional vir a propor uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira, que considere os interesses e as motivações dos alunos e garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem (Brasil, 1997, p. 33).

Nesse sentido, o ensino é central no processo de aprendizagem, conseqüentemente, no desenvolvimento humano. É necessário ter em mente qual

formação a escola pretende promover: a formação voltada para a adaptação à sociedade atual, tal como está previsto em documentos oficiais, ou uma educação para o desenvolvimento humano, tal como, preconizam autores da Teoria Histórico-Cultural?

Nessas mudanças, está implicada tanto uma nova forma de conceber o processo de aquisição da leitura e da escrita, cujos estudos de Emília Ferreiro e colaboradores exerceram grande influência, como a definição de novos objetivos para a educação, tendo em vista as transformações no mundo do trabalho e a democratização do ensino. Podemos verificar no ensino da escrita o que Saviani (2000) denominou de “curvatura da vara”. Da consideração de que aprender a escrever não se restringe à compreensão do sistema da escrita, uma vez que envolve também o domínio de aspectos discursivos, derivou-se uma prática que privilegia a função social da escrita.

A partir de então, passou-se a defender que os aspectos gramaticais e ortográficos somente poderiam ser trabalhados em textos produzidos pelos alunos. Como, geralmente, os alunos se encontram em níveis diferentes no processo de aquisição dos conteúdos da língua escrita, cada texto apresenta aspectos específicos em relação ao código e à significação. Nesse sentido, torna-se praticamente impossível prever quando e como cada conteúdo será ensinado, ou seja, passa-se a não ter como organizar antecipadamente momentos ou etapas para o ensino dos aspectos notacionais; assim, muitas vezes, esses aspectos deixam de ser abordados. Portanto, assistimos à “curvatura da vara”: da cartilha excessivamente estruturada, passa-se à ideia da impossibilidade de planejar com antecedência quaisquer sequências didáticas, ou até mesmo definir conteúdos mínimos da língua escrita a serem dominados em cada série, a menos que sejam conteúdos bastante amplos e, por isso, praticamente os mesmos durante as quatro primeiras séries do ensino fundamental.

Leontiev afirma que a conscientização do texto lido sempre se produz, mas o estudante, muitas vezes, se conscientiza de algo muito diferente do que deveria para o domínio consciente da escrita. Para ele, esse fenômeno – a coincidência entre o conteúdo proposto e o realmente conscientizado na atividade escolar – nos coloca diante de uma grande tarefa sob a perspectiva psicológica e por que não dizer, também, didática: a tarefa de compreender qual é o objeto da consciência do homem, o que conscientiza e sob quais condições. “[...] a resposta habitual que se

dá a essa questão consiste em inferir que o objeto da consciência é aquele para o qual se dirige a atenção do sujeito" (Leontiev, 1983, p. 198).

Nas palavras de Leontiev (1983): Para que um conteúdo possa conscientizar-se é necessário que este ocupe dentro da atividade do sujeito um lugar estrutural de objetivo direto da ação e, desse modo, entre em uma relação correspondente com o motivo desta atividade. Este postulado tem validade tanto para a atividade interna como para a externa, tanto para a prática como para a teórica.

Vygotsky (2001), além de afirmar que não se aprendem conceitos científicos da mesma forma que conceitos cotidianos, apesar de haver um estreito vínculo entre eles, esclarece que o desenvolvimento da linguagem escrita não repete a mesma história do desenvolvimento da língua falada.

Os signos da linguagem escrita e o seu emprego são assimilados pela criança de modo consciente e arbitrário, ao contrário do emprego e da assimilação inconsciente de todo o aspecto sonoro da fala. A escrita leva a criança a agir de modo mais intelectual. Leva-a a ter mais consciência do próprio processo da fala. Os motivos da escrita são mais abstratos, mais intelectualísticos e mais distantes do emprego.

Para que seja objeto de reflexão, análise e generalização, como toda e qualquer apropriação conceitual, é necessário que o ensino da linguagem escrita seja organizado de forma que o sujeito tome consciência do conteúdo a ser internalizado.

Nesse processo, a mediação do professor é imprescindível, pois o sujeito não se apropria do significado apenas por estar inserido em ambientes propícios, sejam eles alfabetizadores, letrados ou científicos. A interação com o objeto de conhecimento é importante, mas não suficiente. Como afirma Davydov (1988) "[...] o homem realiza a correlação entre o singular e o universal graças a uma série de ações mentais".

O aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que de outra forma, seriam impossíveis de acontecer (VYGOTSKY, 1998, p.101).

A escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado [...] A escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não à cultura popular [...]

A escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. [...] a transmissão-assimilação do saber sistematizado. Este é o fim a atingir, é aí que cabe encontrar a fonte natural para elaborar os métodos e as formas de organização do conjunto das atividades da escola, isto é, o currículo. (SAVIANI, 1986, p.18-19).

Assim, acredita-se que esta inclusão obrigatória das crianças de 6 anos no Ensino Fundamental, é uma oportunidade para se refletir e efetivar uma práxis pedagógica que considere a infância, garantindo a aquisição do conhecimento nas dimensões artística, filosófica e científica, papel pedagógico essencial da instituição escolar, aliada à exploração da ludicidade também na escola de Ensino Fundamental.

A organização didática impõe certos desafios aos professores como, por exemplo, a adequação dos diferentes conteúdos no tempo escolar, de modo que todas as disciplinas tenham a mesma importância e se estabeleçam interações entre as mesmas. Acredita-se que a característica da unidocência14 dos professores que atuam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, fortalece a possibilidade de um trabalho interdisciplinar, uma vez que pode impulsionar uma ação de maior "cooperação e coordenação crescente entre as disciplinas" (FAZENDA, 1992, p. 38. Apud: SAVIANI, 2006, p. 117).

Educar, portanto, é humanizar. Isso significa afirmar que "a natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sobre a base da natureza biofísica.

Conseqüentemente, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens" (SAVIANI, 1992, p. 21).

Destaca-se que o trabalho é elemento central na constituição do homem como ser social. É por meio do trabalho que o homem supera a condição meramente animal e produz capacidades especificamente humanas. Pode-se afirmar esta passagem do ser natural para o social porque, o homem, ao trabalhar, além de modificar a natureza, modifica-se a si mesmo, em todos os aspectos que o constituem social e biologicamente18 (LUKÁCS, 1981).

O professor é diretamente responsável pelo processo pedagógico na sala de aula, portanto, cabe a este profissional, num encontro dialógico com outros

profissionais da escola, tais como outros professores, pedagogos e direção, definir, de maneira organizada e planejada, o processo intencional de ensino.

Uma educação que, embora situada num contexto de desigualdades, não forma sujeitos conformados com esta condição, mas pessoas conscientes de seu papel para a construção de uma sociedade que garanta o acesso de todas as pessoas aos bens produzidos coletivamente. A formação destes sujeitos críticos requer como já refletimos anteriormente, a superação do conhecimento cotidiano ou de senso comum, pela assimilação do conhecimento sistematizado, intencional.

DIREITOS PARA A INFÂNCIA NO BRASIL

Em 13 de julho de 1990, é promulgada a Lei no. 8069 – o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essa lei representa uma mudança de paradigma na área da infância e da juventude, incorporando uma nova concepção de criança e adolescente. Estes passam a ser considerados como “sujeitos de direitos”, e não mais como “menores” objetos da ação do poder público, principalmente em casos de abandono e/ou delinqüência, passíveis de medidas assistencialistas, segregadoras e repressivas como nos Códigos de Menores de 1927 e 1979.

Trata-se de uma mudança de concepção na qual as crianças e os adolescentes eram vistas exclusivamente como “portadoras de carências” e, a partir de então, como cidadãos, sujeitos de direitos.

Pensar a infância e a adolescência nessa nova perspectiva significa reconhecer que nessa fase da vida os indivíduos encontram-se em pleno desenvolvimento biopsicossocial e que, portanto, necessitam de atendimento e cuidados especiais para se desenvolverem plenamente.

Essas necessidades e cuidados são postos em termos de direitos, estendendo-se ao conjunto desse segmento, sem discriminação de qualquer tipo, cabendo ao poder público, à família e à sociedade, assegurar com absoluta prioridade a efetivação desses direitos relativos à sobrevivência e ao seu desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.

O termo proteção integral traduz-se em um conjunto de princípios e normas com a perspectiva da efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente. Preconiza a proteção e a garantia do pleno desenvolvimento humano, ressaltando-se a condição peculiar de pessoas em desenvolvimento. A efetivação

desses direitos deve-se dar por meio da articulação das responsabilidades entre a família, a sociedade e o Estado e da realização de políticas sociais públicas.

A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS

A função da brincadeira no desenvolvimento e, por sua vez, no trabalho pedagógico com a pequena infância é destacada por diferentes autores (OLIVEIRA, 1992; FRIEDMANN, 1996; CRAIDY e KAERCHER, 2001, entre outros). Nesse sentido é preciso garantir que a criança de seis anos, ao frequentar a escola de Ensino Fundamental, tenha assegurado o seu direito à brincadeira, como se propõe na Educação Infantil.

É importante lembrar que a brincadeira é uma maneira privilegiada de as crianças se expressarem, representarem, compreenderem e transformarem o mundo. Portanto, educar crianças pequenas requer que os professores incluam e valorizem os muitos "brincares" no cotidiano da educação infantil.

Aos olhos das pessoas que não compreendem a importância do brincar para o desenvolvimento humano, as brincadeiras nas instituições de educação infantil podem dar a impressão de desorganização, bagunça, por isso, serem incompatíveis com o processo educativo. No entanto, a aprendizagem e a organização estão nas próprias brincadeiras. Nestas, as crianças criam situações que precisam solucionar, entender, e isso não pode ser menosprezado pelos adultos, principalmente pelos professores, que têm na brincadeira a oportunidade de observar e intervir nas interações, propor novas situações, ensinar novas brincadeiras, potencializar a aprendizagens e ampliar as experiências (PARANÁ, SEED, 2006, p. 31).

Com isso, podemos compreender que o ser humano, em todas as suas experiências, realiza-se e expressa-se em suas quatro dimensões, ainda que não possamos, ao mesmo tempo, estar conscientes de todas elas, da: individual, externa, visível, observável, comportamental (dimensão individual externa, representada no gráfico pelo quadrante superior direito); ao mesmo tempo, interna, que tem a ver com sentimento, com mente, com a compreensão interna, interpretativa, hermenêutica do sujeito (dimensão interna representada no gráfico pelo quadrante superior esquerdo).

Freud compreendeu que o brinquedo é o caminho real para o inconsciente da criança, assim como o sonho é o caminho real para o inconsciente do adulto. Ou seja, a experiência do brincar tem seu lado interno; que se expressa no externo. A meta de Freud, como sabemos, foi desvendar e compreender as operações do inconsciente através de suas manifestações externas.

Em Piaget, os jogos são compreendidos como recursos fundamentais dos quais o ser humano lança mão em seu processo de desenvolvimento, possibilitando a organização de sua cognição e seu afeto, portanto a organização do seu mundo interior na sua relação com o mundo exterior.

Usualmente, em nossa sociedade, nós damos pouco lugar aos sentimentos. Em função de nossa herança iluminista, queremos aprender e ensinar somente pelo processo cognitivo e, em função de nosso comprometimento com a produtividade, buscamos sempre mais e mais atividades. Com isso, nossa experiência de sentir permanece relegada ao segundo plano; ou ao terceiro, quarto,... último plano! Portanto, nosso caminho predominante é viver no desequilíbrio dos nossos elementos constitutivos, psíquicos e corporais, ao mesmo tempo.

As atividades lúdicas, por serem atividades que conduzem a experiências plenas e, conseqüentemente, primordiais, a meu ver, possibilitam acesso aos sentimentos mais indiferenciados e profundos, o que por sua vez possibilita o contato com forças criativas e restauradoras muito profundas, que existem em nosso ser. A vivência dessas experiências, vagarosamente, possibilita a restauração das pontes entre as partes do corpo, assim como a restauração do equilíbrio entre os componentes psíquico-corporais do nosso ser. Na atividade lúdica, o ser humano, criança, adolescente ou adulto, não pensa, nem age, nem sente; ele vivencia, ao mesmo tempo, sentir, pensar e agir. Na vivência de uma atividade lúdica, como temos definido, o ser humano torna-se pleno, o que implica o contato com e a posse das fontes restauradoras do equilíbrio.

“As maiores aquisições de uma criança são conseguidas no brinquedo, aquisições que no futuro tornar-se-ão seu nível básico de ação real e moralidade (Vygotsky, 1998). O lúdico em situações educacionais proporciona um meio real de aprendizagem.

A importância do prazer é enfatizada assim por Rubem Alves: “O lúdico privilegia a criatividade e a imaginação, por sua própria ligação com os

fundamentos do prazer. Não comporta regras preestabelecidas, nem velhos caminhos já trilhados, abre novos caminhos, vislumbrando outros possíveis".

É preciso haver uma conscientização de mudanças, pois é de entendimento que a escola tem como grande desafio fazer seu PPP – Projeto Político Pedagógico e que a maioria das escolas ainda não contempla tão rica ferramenta de aprendizagem, ou seja desconhece ou ignora o processo significativo de aprendizagem que faz uso da ludicidade.

Nas SALAS DE RECURSOS e SALAS DE APOIO e nas ATIVIDADES COMPLEMENTARES CURRICULARES, o trabalho pedagógico tem uma outra qualidade quando a ludicidade está presente. A tecnologia é importante nesse processo, pois ela se apropria do lúdico para efetivar a aprendizagem nas crianças e jovens. "O ensino com tecnologia, precisa contemplar a inserção dos estudantes em ambientes de ensino que privilegiem a construção do conhecimento e possibilitem uma visão global de mundo." Assim quando eles são envolvidos emocionalmente na ação, torna-se mais fácil e dinâmico o processo de ensino e aprendizagem. E não podemos esquecer que quando o conhecimento movimenta as nossas emoções e nossos sentimentos aprendemos muito mais.

A EDUCAÇÃO PARA AS CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS DO CAMPO

Historicamente, a sociedade humana produziu inúmeros saberes, desenvolveu formas diferenciadas de organização das relações de trabalho, inventou técnicas e meios para a produção de sua base econômica, bem como construiu uma profícua gama de elementos simbólicos para significar toda a cultura produzida ao longo de sua trajetória.

Para Andery (1998), o ser humano atua sobre a natureza em função de suas necessidades e não se reduz ao imediatismo das situações com que se depara, ultrapassa limites e produz um conjunto de conhecimentos que, ao tornarem-se históricos, superam a simples sobrevivência individual. Esses conhecimentos produzidos são acumulados e ensinados de geração em geração, tornando-se elementos nucleares à cultura que, neste sentido, adquire o caráter de tradição.

No caso da sociedade capitalista, a intensa exclusão social, em diferentes níveis, está atrelada à divisão social e técnica do trabalho coletivo, cuja apropriação privada também é resultado dessa sociedade. Eis a origem da alienação do

trabalhador, não apenas dos resultados de seu trabalho, como também do conhecimento relativo à produção.

Para uma educação comprometida com a formação do ser humano, essa problemática é especialmente desafiadora, uma vez que exige da escola a tomada de posição frente à desigualdade estrutural da sociedade, no sentido de uma ação pedagógica voltada à superação desse caráter excludente.

A escola tem importante papel na socialização do conhecimento, processo este que deve ser desenvolvido em conjunto por educandos e educadores em sua tentativa de responder aos desafios de sua realidade e de lutar por uma sociedade igualitária. De acordo com Moreira (1994), para a escola convergem múltiplos saberes e nela é possível ampliar a leitura de mundo dos educandos, pela mediação entre os conhecimentos e os indivíduos, favorecendo assim o acesso à cultura e a elaboração de saberes pelos próprios sujeitos da prática educativa.

A Educação do Campo é uma política pública que nos últimos anos vem se concretizando no estado do Paraná, assim como no Brasil. Uma política pública pensada, mediante a ação conjunta de governo e sociedade civil organizada.

Caracterizada como o resgate de uma dívida histórica do Estado aos sujeitos do campo, que tiveram negado o direito a uma educação de qualidade, uma vez que os modelos pedagógicos ora marginalizavam os sujeitos do campo, ora vinculavam-se ao mundo urbano, ignorando a diversidade sociocultural do povo brasileiro, especialmente aquela expressa na prática social dos diversos sujeitos do campo.

O que caracteriza os povos do campo é o jeito peculiar de se relacionarem com a natureza, o trabalho na terra, a organização das atividades produtivas, mediante mão-de-obra dos membros da família, cultura e valores que enfatizam as relações familiares e de vizinhança, que valorizam as festas comunitárias e de celebração da colheita, o vínculo com uma rotina de trabalho que nem sempre segue o relógio mecânico.

Os sujeitos do campo têm direito a uma educação pensada, desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais. Sendo assim, as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo denotam um importante instrumento para a construção de uma educação pública e gratuita de qualidade, presente e que respeite e valorize a diversidade humana, contribuindo assim com a construção de uma sociedade cada vez mais justa e solidária.

Com a aprovação da Constituição de 1988, a educação se destacou como um direito de todos. E, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96, há o reconhecimento da diversidade do campo, uma vez que vários artigos estabelecem orientações para atender a essa realidade, adaptando as suas peculiaridades, como os artigos 23, 26 e 28, que tratam tanto das questões de organização escolar como de questões pedagógicas. Contudo, mesmo com esses avanços na legislação educacional, a realidade das escolas para a população rural continuava precária.

Em seu artigo 28, a LDB estabelece as seguintes normas para a educação do campo:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologia apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

No Paraná, em 2000, após vários encontros e reuniões, criou-se a Articulação Paranaense por uma Educação do Campo, concomitante à realização da II Conferência Paranaense: Por uma Educação Básica do Campo.

Em maio de 2001, a Articulação Paranaense definiu uma pauta de reivindicações para participar da semana de lutas pela agricultura, promovida por diversos movimentos e entidades.

A concepção de campo tem o seu sentido cunhado pelos movimentos sociais no final do século XX, em referência à identidade e cultura dos povos do campo, valorizando-os como sujeitos que possuem laços culturais e valores relacionados à vida na terra. Trata-se do campo como lugar de trabalho, de cultura, da produção de conhecimento na sua relação de existência e sobrevivência.

Um desafio está posto à educação do campo: considerar a cultura dos povos do campo em sua dimensão empírica e fortalecer a educação escolar como processo de apropriação e elaboração de novos conhecimentos.

Um Currículo para a Educação do Campo

A educação do campo tem sido historicamente marginalizada na construção de políticas públicas. Tratada como política compensatória, suas demandas e sua especificidade raramente têm sido objeto de pesquisa no espaço da academia e na formulação de currículos nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

Entre as características da educação do campo que se pretende construir, estão:

Concepção de mundo: o ser humano é sujeito da história, não está "colocado" no mundo, mas ele é o mundo, faz o mundo, faz cultura. O homem do campo não é atrasado e submisso; antes, possui um jeito de ser peculiar; pode desenvolver suas atividades pelo controle do relógio mecânico ou do relógio "observado" no movimento da Terra, manifesto no posicionamento do Sol. Ele pode estar organizado em movimentos sociais, em associações ou atuar de forma isolada, mas o seu vínculo com a terra é fecundo. Ele cria alternativas de sobrevivência econômica num mundo de relações capitalistas selvagens;

Concepção de escola: local de apropriação de conhecimentos científicos construídos historicamente pela humanidade e local de produção de conhecimentos em relações que se dão entre o mundo da ciência e o mundo da vida cotidiana. Os povos do campo querem que a escola seja o local que possibilite a ampliação dos conhecimentos; portanto, os aspectos da realidade podem ser pontos de partida do processo pedagógico, mas nunca o ponto de chegada. O desafio é lançado ao professor, a quem compete definir os conhecimentos locais e aqueles historicamente acumulados que devem ser trabalhados nos diferentes momentos pedagógicos.

Concepção de conteúdos e metodologias de ensino: conteúdos escolares são selecionados a partir do significado que têm para determinada comunidade escolar. Tal seleção requer procedimentos de investigação por parte do professor, de forma que possa determinar quais conteúdos contribuem nos diversos momentos pedagógicos para a ampliação dos conhecimentos dos educandos.

Estratégias metodológicas dialógicas, nas quais a indagação seja freqüente, exigem do professor muito estudo, preparo das aulas e possibilitam relacionar os conteúdos científicos aos do mundo da vida que os educandos trazem para a sala de aula;

Concepção de avaliação: processo contínuo e realizado em função dos objetivos propostos para cada momento pedagógico, seja bimestral, semestral ou anual.

Pode ser feita de diversas maneiras: trabalhos individuais, atividades em grupos, trabalhos de campo, elaboração de textos, criação de atividades que possam ser um "diagnóstico" do processo pedagógico em desenvolvimento. Muito mais do que uma verificação para fins de notas, a avaliação é um diagnóstico do processo pedagógico, do ponto de vista dos conteúdos trabalhados, dos objetivos, e da apropriação e produção de conhecimentos. É um diagnóstico que faz emergir os aspectos que precisam ser modificados na prática pedagógica.

Busca-se uma educação que seja crítica, cuja característica central é a problematização dos conhecimentos.

Há uma produção cultural no campo que deve se fazer presente na escola. Os conhecimentos desses povos precisam ser levados em consideração, constituindo ponto de partida das práticas pedagógicas na escola do campo.

Eixos Temáticos para a Educação dos filhos dos Camponeses

Trabalho: divisão social e territorial

Tendo em vista que trabalho é atividade humana de transformação da natureza e do próprio ser humano, considera-se pertinente que um dos eixos temáticos na educação do campo permita a reflexão sobre a organização produtiva na sociedade capitalista e em outros modos de produção.

Cultura e identidade

Cultura é entendida, neste contexto, como toda produção humana que se constrói a partir das relações do ser humano com a natureza, com o outro e consigo mesmo. Não pode ser resumida apenas a manifestações artísticas, devendo ser compreendida como os modos de vida, que são os costumes, as relações de trabalho, familiares, religiosas, de diversão, festas etc. Trata-se de elementos

culturais presentes os quais caracterizam os diferentes sujeitos no mundo e, portanto, os diferentes povos do campo.

Interdependência campo-cidade, questão agrária e desenvolvimento Sustentável

A interdependência campo-cidade ficou evidenciada a partir do início do século XX, com o início da industrialização no Brasil. Até então, havia predominância do campo no âmbito das relações capitalistas e da inserção do país nas relações econômicas internacionais. Com a ampliação do número de indústrias, houve necessidade de "atrair" trabalhadores do campo para as cidades. Com isso, ocorreram as demandas sociais (saúde, educação, transporte, creches etc) nas cidades. O campo passava por um momento de "expulsão" dos trabalhadores, em função da redefinição das atividades agrícolas, da concentração da terra e das políticas agrícolas, que mais tarde desencadearam a chamada "modernização agrícola conservadora", em que a questão agrária não foi tocada.

Organização política, movimentos sociais e cidadania

A organização política de um país, um estado ou um município guarda relação com a representação político-partidária, porém não somente isso. A existência de movimentos sociais, associações comunitárias, organizações sociais etc. indica a organização política dos moradores de um determinado local.

Pensar a interdisciplinaridade nas escolas pode ser um dos caminhos para superar o trabalho pedagógico fragmentado. Conforme Fazenda (1994, p. 62-63).

A tendência em olhar a sala de aula sob uma única e determinada perspectiva acarreta sérias limitações, quer no referente às análises, quer nas sínteses enunciadas [...] colocar em dúvida teorias construídas a partir de uma atitude disciplinar não significa isolá-las ou anulá-las, mas enfatizar nelas o seu caráter de provisoriedade. Essa provisoriedade justifica-se pela complexidade dos fenômenos envolvidos nas ocorrências de sala de aula. A atitude interdisciplinar visa, nesse

sentido, uma transgressão aos paradigmas rígidos da ciência escolar atual, na forma como vem se configurando, disciplinarmente.

A pesquisa é um dos caminhos sugeridos na elaboração de encaminhamentos metodológicos na educação do campo. Ela pode se dar no plano individual ou coletivo, mediante o diálogo, a indagação, o registro e a sistematização das informações como aspectos essenciais da mesma.

Cabe à escola valorizar as indagações feitas pelas crianças e seu aprofundamento, para que ocorra apropriação e produção de novos conhecimentos. A fim de que os alunos continuem a questionar a respeito do mundo, da vida, da sua história etc., é preciso que o professor seja um inquiridor nas aulas. “Ir a campo no campo” pode ser um lema para pesquisa.

A organização dos saberes escolares pode seguir diferentes encaminhamentos metodológicos, desde que haja clareza de qual é a concepção de educação do campo que se quer desenvolver.

Para além de todas as sementes lançadas, é preciso cultivar a idéia de que a educação do campo tem sentido superior quando pensada em sua relação com a questão agrária, que há muito inquieta os trabalhadores de todos os cantos, sobretudo aqueles que têm na terra a sua condição fundamental de cidadania.

A Educação do Campo oferecida hoje no Colégio Jaelson Biácio

A Educação do campo será valorizada no nosso Projeto Político Pedagógico através de práticas inclusas da Matriz Curricular envolvendo este aluno nas atividades escolares, particularizando características específicas como:

- Valorização do meio ambiente
- Uso de agrotóxico
- Transgênicos
- Pesquisas realizadas pela EMBRAPA de melhoramento genético etc.

Tais assuntos serão inseridos no currículo escolar para valorizar os temas pertinentes a práticas agrícolas para o aluno que mora no campo sinta se valorizado enquanto indivíduo participante do processo ensino/ aprendizagem, sentindo a necessidade de aprimoramento fixação na zona rural , e ao invés de excluir – se o mesmo deverá ser valorizado e incentivado a permanecer na zona rural, onde a

qualidade de vida deverá melhorar com a aplicação das praticas e teorias adquiridas no ambiente escolar.

A ANÁLISE DAS CONTRADIÇÕES E CONFLITOS PRESENTES NA PRÁTICA DOCENTE: REFLEXÃO TEÓRICO - PRÁTICA

Da Escola que temos para a Escola que estamos construindo

Nos últimos anos, a discussão da educação como um direito subjetivo tem-se evidenciado em todo o mundo. A Declaração de Jomtien de Educação para Todos (1990), da qual o Brasil é signatário, é um marco internacional e se constitui numa referência ao colocar a política educacional, a política social e o desenvolvimento como elementos fundamentais na construção de uma sociedade democrática e justa.

Diante da sociedade que se apresenta na atualidade, organizada com marcos de contradição entre capital e trabalho, a função da escola pública se manifesta primordial e libertadora diante das injustiças sociais, da exclusão, e da desagregação de valores. Acirram-se as exigências quanto a competência pessoal e profissional, cabendo as escolas buscarem atender a estas necessidades diante do contexto contemporâneo. Como desafio a escola pública busca efetivamente dar conta de garantir o acesso, a permanência e a promoção dos alunos que a ela são destinados.

A educação é um direito social e não uma questão de mercado. A educação enquanto organizadora e produtora da cultura se produz por meio de relações mediadas pelo trabalho, entendendo trabalho como produção material e cultural de existência humana. Para isso, a escola precisa investir em uma interpretação da realidade que possibilite a construção de conhecimentos potencializadores, de modelos de agricultura, de novas matrizes tecnológicas, da produção econômica e de relações de trabalho e da vida a partir de estratégias solidárias, que garantam a melhoria da qualidade de vida dos alunos que vivem no campo e na cidade.

A educação deve pensar o desenvolvimento levando em conta os aspectos da diversidade, da situação histórica particular de cada comunidade, os recursos disponíveis, as expectativas, os anseios e necessidades.

O currículo precisa ser estruturado a partir de uma lógica de desenvolvimento que privilegie o ser humano na sua integralidade, possibilitando a construção de sua cidadania e inclusão social, colocando os sujeitos do campo de volta ao processo produtivo com justiça, bem-estar social e econômico.

A educação para o desenvolvimento leva em conta a sustentabilidade ambiental, agrícola, agrária, econômica, social, política, cultural, a equidade de gênero, racial e étnica. Portanto, não são apenas os saberes construídos na sala de aula, mas também aqueles construídos na produção, na família, na convivência social, na cultura, no lazer e nos movimentos sociais. A sala de aula é um espaço específico de sistematização, análise e de síntese das aprendizagens se construindo assim, num local de encontro das diferenças, pois é nelas que produzem novas formas de ver, estar e se relacionar com o mundo.

A educação, isoladamente, pode não resolver os problemas do campo e da sociedade, mas é um dos caminhos para a promoção da inclusão social, educacional e do desenvolvimento sustentável.

Dentro desta realidade e com a mudança de concepção sinalizada na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº. 9.394/96, reflexo dos movimentos internacionais pela inclusão social, aponta-se uma ressignificação da inclusão educacional ampliando-se não apenas a sua abrangência - desde a Educação Infantil até o Ensino Superior - bem como o público alvo a que se destina: alunos com necessidades educacionais especiais.

As necessidades especiais dos educandos são definidas pelos problemas de desenvolvimento da aprendizagem apresentados pelos mesmos, em caráter temporário ou permanente, bem como pelos recursos e apoios que a escola deverá proporcionar, objetivando a remoção das barreiras para a aprendizagem, e compreendem:

-dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento;

-dificuldades de comunicação e sinalização;

-transtornos globais do desenvolvimento;

-superdotação / altas habilidades e deficiência física/neuromotora.

A escola deve ser um espaço democrático, significativo e singular para trabalhar com a diversidade humana, respeitando as limitações, percebendo as potencialidades para a aprendizagem e considerando as especificidades de cada educando, a favor da inclusão de todos. A inclusão, antes de ser educacional é social, portanto, é uma conquista de toda a sociedade.

Diante dessa realidade, pretendemos fazer com que todas as pessoas que integram nossa comunidade escolar se mobilizem para a mudança da concepção de educação especial tendo como pressuposto os direitos humanos.

Nesse contexto, nossa escola está se organizando, para melhorar a qualidade educacional e priorizando o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, onde na atual realidade, há urgência na realização de adaptações e remoção de barreiras arquitetônicas como: rampas de acesso, corrimões, banheiro adaptado, também necessidade de formação continuada aos professores, equipe pedagógica e funcionários, salas de apoio pedagógico especializado, entre outros.

A escola está se organizando para atender a todos, sejam educandos com, ou sem, necessidades educacionais especiais, visando um trabalho mais humano, dentro da diversidade, para isso, todos os profissionais que nela estão inseridos, devem adequar-se às necessidades de seus alunos. A diversidade deve ser respeitada, tendo em vista que todas as pessoas são diferentes e aprendem em ritmos, formas e maneiras diferentes.

O primeiro passo para que a escola se torne inclusiva, é a mudança de mentalidade de toda a equipe nela inserida, o segundo passo é a remoção das barreiras arquitetônicas, e o último passo são as adaptações de objetivos, conteúdos, métodos de ensino, avaliação e temporalidade, para que o educando adquira, dentro de suas limitações, sucesso na aprendizagem e a turma toda se beneficie dessa adversidade, criando um ambiente acolhedor, participativo e solidário. As salas de aula jamais serão homogêneas, por isso cabe ao professor, diversificar sua metodologia e práticas pedagógicas, para que todos tenham oportunidade de adquirir e aprimorar seus conhecimentos, obtendo progressão nas diversas áreas sejam elas: acadêmicas, culturais, sociais, afetivas, entre outras.

O que é pertinente afirmar é que o papel da educação é dar ao ser humano o acesso aos bens construídos no decorrer da história. Isto quer dizer que o homem é um ser histórico, que aponta para a liberdade, para a cultura e para a realização

como sujeito histórico. Nas palavras de Paro (2006, p13) [...] O educando se transforma em sua personalidade viva, se faz humano histórico na medida em que se apropria da cultura. Ele se diferencia de um simples animal na medida em que se apropria da cultura, em que se educa.

Uma proposta pedagógica que contemple o educando como ser humano, social e histórico, deve ter uma proposta curricular que na mesma proporção valorize a cultura, a diversidade, a ciência moderna. Para isto podem-se efetivar atividades pedagógicas específicas nas diversas temáticas são extremamente relevantes.

A Educação é um fenômeno que ocorre intencionalmente, visando a formação de indivíduos críticos, que se tornem atuantes transformando sociedade em que estão inseridos. Desta forma, é preciso dar um novo significado a ação educativa, direcionando o ato de ensinar para uma prática-reflexiva, onde todos os sujeitos desse processo sejam reconhecidos como construtores do conhecimento e da história que se faz a partir de suas atitudes.

Para que isso ocorra verifica-se a importância de se ter autonomia na gestão, assim como na prática pedagógica dos docentes os quais devem assumir o compromisso de promover intelectualmente seus alunos por meio da articulação do currículo, utilizando-se de instrumentos e critérios específicos para efetivar a avaliação diagnóstica, como forma de intervir no processo ensino aprendizagem.

A participação ativa dos pais e/ou responsáveis será parte fundamental desse processo fazendo-se valer o direito da criança e do jovem a uma educação de qualidade.

A prática educativa deverá favorecer a transformação grupal através do respeito mútuo, do diálogo, da participação ativa, da fraternidade, convivência harmônica e ética, respeitando as diferenças individuais.

Por meio de uma gestão democrática a escola deve essencialmente realizar um trabalho que envolva todos os membros pertencentes a comunidade escolar na busca de formar pessoas para a transformação que se deseja, e esse ideal somente se concretiza se houver a destruição de todas as condições de exclusão, de discriminação e preconceito. O compromisso escolar somente se efetiva ao se inserir no contexto os diversos aspectos da inclusão, da diversidade, do multiculturalismo.

PRÁTICAS PARA SUPERAÇÃO DOS PROBLEMAS E OFERECER UMA

EDUCAÇAO DE QUALIDADE PARA TODOS

A Formação Continuada dos professores e Profissionais da Instituição

A formação continuada de professores, entendida como um processo constante de busca do aprimoramento das praticas educativas, é uma das condições essenciais para a melhoria da educação pública. Para isso, o Departamento de Educação Básica desenvolve um programa de formação continuada com ações que privilegiem a formação teórico-metodológica, a reflexão sobre conceitos que fundamentam a disciplina de ensino, sobre a interdisciplinaridade e a análise crítica e produtiva da atividade docente, de modo a possibilitar mudanças efetivas na prática educacional.

De acordo com a LDB n° 9.394/96:

Dos Profissionais da Educação Titulo VI, Artigo. 63. III, 67. II

Art. 63. Os institutos superiores de Educação manterão:

III – programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis;

Art.67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais de educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público.

II – Aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim.

A formação continuada é um direito de todos os profissionais que trabalham na escola, uma vez que não só ela possibilita a progressão funcional baseada na titulação, na qualificação e na competência dos profissionais, mas também propicia, fundamentalmente, o desenvolvimento profissional dos professores articulado com as escolas e seus projetos.

A formação continuada deve estar centrada na escola e fazer parte do Projeto Político-Pedagógico. Assim, compete a escola:

a) proceder ao levantamento de necessidades de formação continuada de seus profissionais;

b) elaborar seu programa de formação, contando com a participação e o apoio dos órgãos centrais, no sentido de fortalecer seu papel na concepção, na execução e na avaliação do referido programa.

Assim, a formação continuada dos profissionais, da escola compromissada com a construção do Projeto Político-Pedagógico, não deve limitar-se aos conteúdos curriculares, mas se estender à discussão da escola como um todo e suas relações com a sociedade.

A Formação continuada é essencial e indispensável para os profissionais que atuam na Educação Básica, e constitui um direito de todos os profissionais da área envolvida, promovendo a qualificação, competência e articulando com a instituição de ensino e seus projetos.

De acordo com LDB em seu artigo 62: “a formação de docentes para atuar na Educação Básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de Educação admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, oferecida em nível médio, na modalidade normal.”

A formação continuada é um momento de integração e troca de experiências, de definição de atividades em grupos, de atendimento a anseios, ideais e experiências de professores novos e veteranos, apontando para um trabalho que respeita e engloba toda a comunidade e a equipe escolar.

É imprescindível avançar no entendimento sobre a organização do trabalho pedagógico, mantendo a reflexão sobre o cotidiano da aprendizagem, as nuances dialéticas, os processos avaliativos, o que implica foco no valor da escola pública, no direito do aluno de aprender, na importância da educação profissional e técnica, nos desafios da educação especial e inclusiva.

Embora a escola não seja o único lugar onde se educa, ela se caracteriza como espaço privilegiado em que se estabelecem relações formais de ensino e de aprendizagem, de forma articulada, planejada, visando à formação integral dos estudantes, de modo a propiciar o desenvolvimento de uma consciência crítica que possibilite a análise e a compreensão do mundo, da história, da cultura e dos processos de trabalho. (KRAMER, 1989, p. 27).

Toda escola, assim, precisa se transformar em um espaço de desenvolvimento das múltiplas atividades de aprendizagem, que demandam a participação ativa de cada um dos estudantes, mobilizando seus conhecimentos prévios e a ação mediadora do professor.

Ser educador é educar-se permanentemente, pois o processo educativo não se fecha, é contínuo. Portanto, dar continuidade à formação dos docentes nas escolas, seu local de trabalho, implica um permanente acompanhamento destes, para complementar, mudar e/ou melhorar a formação já obtida e também para o aprofundamento de estudos da prática cotidiana do contexto real de desempenho profissional, ou seja, a instituição escolar.

Programa Fica

Repetência e Evasão Escolar é um fator preocupante que constitui grandes problemas para a educação brasileira.

Desde 2005, no Estado do Paraná, o Programa Mobilização para a Inclusão Escolar e a Valorização da Vida instituiu nas escolas a ficha de comunicação do aluno ausente (Fica), utilizada para detectar e acompanhar os casos de evasão e fazer com que o aluno volte a freqüentar as aulas.

O programa consiste em acompanhar, permanentemente, as faltas e notas dos alunos, efetuando as intervenções necessárias e organizando as Ações de Apoio Pedagógico que visam o êxito no processo de ensino-aprendizagem e a convivência pacífica entre os alunos, a fim de evitar a reprovação e a evasão.

A ficha é preenchida pelo professor, caso o aluno se ausente por cinco dias consecutivos ou sete dias alternados no mês, sem justificativa. Depois, o professor comunica a equipe pedagógica do colégio que entra em contato com a família ou responsável para saber o que está acontecendo. A pedagoga conversa com o aluno família/responsável para entender o que o levou àquele comportamento. Muitas vezes é possível entender o motivo da evasão neste primeiro contato. Depois de ouvir a família e aluno, faz-se as orientações necessárias.

Além disso, é feito um monitoramento dos alunos pela equipe pedagógica, através de pastas de acompanhamento por séries, onde são descritas os acontecimentos e dificuldades do dia a dia em sala de aula. Ë feito também todo bimestre pré-conselhos com os docentes e discentes para diagnósticos de dificuldades e encaminhamento de ações de intervenções com os docentes e gestão escolar. Nessas oportunidades avaliam-se também todos os segmentos do colégio.

O manual FICA traz elementos que fundamentam os motivos que levam à evasão e proporciona aos pedagogos melhores condições de planejar ações na

busca de soluções para o problema. Indisciplina, transferência de moradia, defasagem entre série e idade são as principais causas de evasão no Paraná. As intervenções que se fizerem necessárias, em casos de faltas excessivas ou notas abaixo da média, serão decididas em Conselho de Classe e podem conjugar as mudanças na metodologia e avaliação dos professores;

Apenas quando se esgotam as alternativas de resolução dentro da escola, a ficha do aluno segue para o Conselho Tutelar. Não obtendo sucesso, segue para o Ministério Público.

O programa realmente funciona, e tem resultado positivo, quando todos os responsáveis trabalham em parceria e rapidez, pois atua compreendendo a realidade do aluno podendo ajudá-lo e trazê-lo de volta à sala de aula.

A Secretaria da Educação proporciona ainda, em parceria com a Secretaria da Criança e da Juventude, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Ministério Público, reuniões e encontros de formação continuada para orientar técnicos e pedagogos dos núcleos regionais.

A Educação Inclusiva

A perspectiva da inclusão de todos os alunos está contemplada nos princípios norteadores das ações da SEED, amplamente debatidos pelos profissionais da educação no processo de construção das diretrizes curriculares, as quais apresentam como linha condutora a universalização do acesso à escola pública gratuita e com qualidade para TODOS.

“As escolas inclusivas são escolas para todos, implicando num sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer dos alunos” (EDLER CARVALHO, 2004, p.26).

O insucesso na escola revela que não são apenas os alunos com deficiência os que apresentam necessidades referentes ao processo de aprendizagem e que devem ser beneficiados com recursos humanos, técnicos, tecnológicos ou materiais diferenciados que promoverão a sua inclusão.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) em cujo capítulo V refere-se à Educação Especial como modalidade da Educação Escolar, que deverá ser ofertada, preferencialmente, na rede regular de ensino,

particularmente aos alunos com necessidades especiais, havendo quando necessário serviços de apoio.

Educação Especial de acordo com a Deliberação Estadual número 02/03

No objetivo de assegura educação de qualidade a todos os alunos com necessidades educacionais especiais, em todas as etapas da educação básica, e apoio, complementação e/ou substituição dos serviços educacionais regulares, bem como a educação profissional para ingresso e progressão no trabalho, formação indispensável para o exercício da cidadania a Escola Municipal Professora Eroni Maciel Ribas em face da lei (Deliberação Número 02/03) que diz também que a educação é dever constitucional do Estado e da família oferece Educação Especial, na sua rede regular de ensino. Sabemos que é obrigatória a educação especial no início na educação infantil, faixa etária de zero a seis anos.

Nesse ambiente o atendimento educacional especializado será feito em classes especiais ou por serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível sua educação no ensino regular.

Cabe a Secretaria de Educação e a escola manter: sistema atualizado de informação e interlocução com órgãos do censo demográfico e escolar, para conhecimento das demandas e acompanhamento da oferta de atendimento em Educação Especial; setor próprio para orientar, acompanhar, oferecer apoio técnico, pedagógico e administrativo, supervisionar e fiscalizar as instituições de ensino; serviços de atendimento especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, preferencialmente, na rede pública; construir interfaces com as secretarias de saúde, trabalho, cidadania e promoção social e outras, para assegurar serviços especializados de natureza clínico-terapêutica, profissionalizante, assistencial aos alunos com necessidades educacionais especiais no sistema de ensino público e conveniado; manter parcerias ou convênios com organizações públicas e privadas, que garantam uma rede de apoio interinstitucional, para assegurar atendimentos complementares, quando necessário; parcerias com instituições de ensino superior, para implantação de temas e conteúdos relacionados ao atendimento das pessoas com necessidades educacionais especiais na formação de alunos de graduação e pós-graduação, realização de pesquisas e atividades de extensão, bem como programas e serviços relativos ao processo de ensino e

aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, visando o aperfeiçoamento desse processo educativo.

Diversidade e o Respeito às Diferenças

A diversidade é trabalhada em nosso colégio contemplando as Relações Étnicos Raciais e Afro descendência Africana e Brasileira como estabele a Lei 10.639/2003, Cultura Indígena Lei 11.645/2008, Gênero e diversidade Sexual Lei 11733 - 28 /05/1997, e outras deliberações e pareceres que vise promover a inclusão de todos os educandos.

As atividades são dinamizadas através de leituras, cartazes, seminários e produções textuais. Toda a organização curricular, por sua natureza e especificidade contempla várias dimensões da ação humana, entre elas a concepção de cultura. Em nossa escola, temos a equipe Multidisciplinar Implantada pela Lei que cumpre a responsabilidade de estudar, estruturar e orientar os professores , dando suporte pedagógico quando solicitado acerca de como introduzir estes conteúdos dentro de sua disciplina. Tentando assim efetivar a prática do respeito e do conhecimento das diversidades..

Respeitando a diversidade cultural e valorizando a cultura popular e erudita, cabe à escola aproveitar essa diversidade existente para conhecer e vivenciar o multiculturalismo, que vise a transformação do ser humano, da sociedade e do mundo. Não existe uma cultura inferior ou superior a outra, o que temos é uma diversidade cultural que precisa ser aceita, valorizada, respeitada e reconhecida como parte do ser humano. Entendemos que o preconceito é o resultado da falta do conhecimento.

Geralmente o preconceito e a discriminação, atinge com maior impacto as tais chamadas minorias: mulheres; negros; indígenas; pessoas com deficiências visuais; GLBTs, etc.

O cenário só será mudado, quando mudarmos o nosso olhar, quebrar nossos paradigmas e exigir o cumprimento dos direitos humanos de todas as pessoas.

Infelizmente trazemos pré-conceitos em nosso inconsciente, oriundos dos nossos antepassados, e isso só será mudado quando estivermos mais dispostos a romper hábitos antigos e o pior ainda reprimidos.

Vivemos em uma sociedade de classes na qual as desigualdades sociais são marcadas e legitimadas tendo raízes nas diferenças naturais. Acho até que no Brasil, as desigualdades por raça superam as desigualdades por gênero e situação sócio-econômica.

Como diz Adriana Barbosa que luta a muitas anos pelos direitos das minorias, “A Promoção da Diversidade é a salvação para as nossas mazelas, para o abismo social em que vivemos, acredito que só pelo fato dela estar em pauta nas empresas, nas escolas, na sociedade civil, no governo, já é um passo para quebrarmos a visão hegemônica que assola nosso país e se perpetua á muitos anos.”

Nome Social como um direito

Conforme os pareceres CP/CEE nº 01/09, nº 04/09 do Ministério Público do Paraná e a Instrução Conjunta nº 02/2010 – SEED/SUED/DAE estabelecem que o nome social é o nome pelo qual travestis e transexuais femininos ou masculinos se reconhecem e preferem ser chamados, sendo que os estabelecimentos do Sistema Estadual de Ensino do Paraná deverão incluir, a partir do ano letivo de 2010, o nome social do aluno e/ou aluna travesti ou transexual, maior de 18 anos, que queira, por escrito (declaração) esta inserção, nos documentos escolares internos, tais como: espelho do Livro Registro de Classe, Edital de Nota e Boletim Escolar. A referida declaração deverá ser arquivada na pasta individual do aluno e/ou aluna. Os documentos escolares oficiais deverão permanecer inalterados.

Atividades Complementares Curriculares em Contraturno

As **Atividades Complementares Curriculares** em Contraturno têm os seguintes objetivos:

a) promover a melhoria da qualidade do ensino por meio da ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas realizadas na escola ou no território em que está situada, em contraturno, a fim de atender às necessidades socioeducacionais dos alunos.

b) ofertar atividades complementares ao currículo escolar em contraturno vinculadas ao Projeto Político-Pedagógico da Escola, respondendo às demandas educacionais e aos anseios da comunidade.

c) possibilitar maior integração entre alunos, escola e comunidade, democratizando o acesso ao conhecimento e aos bens culturais.

d) articular teoria e prática, vinculando o trabalho intelectual com atividades práticas experimentais;

e) utilizar novas mídias e tecnologias educacionais, como processos de dinamização dos ambientes de aprendizagem;

Sala de Apoio a Aprendizagem

A necessidade de uma ação pedagógica como intervenção nas dificuldades nos alunos de 6º ano e 9º ano do Ensino Fundamental, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, conforme Resolução nº 2772/2011 e instrução nº 007/2011 que regularmente a criação de salas de apoio à aprendizagem.

Compete ao Professor Regente:

1. – Indicar à Equipe Pedagógica os alunos com dificuldades de aprendizagem na leitura, na escrita e/ou cálculos essenciais para as Salas de Apoio à aprendizagem.
2. – Encaminhar à Equipe Pedagógica justificativa da necessidade de estender o tempo do educando na escola e indicar as ações já desenvolvidas para a superação das dificuldades
3. – Participar com a Equipe Pedagógica e o professor da Sala de Apoio à Aprendizagem da definição de ações pedagógicas que possibilitem os avanços no processo de ensino do aluno.
4. - Manter contato permanente com o professor da Sala de Apoio à aprendizagem, discutindo e acompanhando os avanços do aluno.
5. – Informar a família do aluno sobre a necessidade do mesmo estender seu tempo escolar.
6. – Participar de formação continuada (cursos, oficinas, grupos de estudos, seminários, etc.) que contribuem para o enriquecimento de sua prática pedagógica.
7. – Definir com a Equipe Pedagógica e o professor da Sala de Apoio o momento de dispensa do aluno, considerando a superação das dificuldades apresentadas no parecer descritivo.
8. – Dar continuidade ao acompanhamento do aluno quando vindo da Sala de Apoio à Aprendizagem.

Compete ao Professor da Sala de Apoio á Aprendizagem:

1. – Planejar com a equipe pedagógica e o professor regente os encaminhamentos metodológicos necessários para atender às necessidades do aluno encaminhado.
2. – Planejar práticas de ensino, bem como encaminhamentos metodológicos pertinentes às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, que venham suprir a defasagem de conteúdo.
3. – Manter diálogo permanente com o professor regente para redirecionar ou adequar os encaminhamentos metodológicos, assim como

diagnosticar avanços ou dificuldades no processo ensino-aprendizagem dos alunos.

4. Comunicar o professor regente e a equipe pedagógica sobre as faltas dos alunos, buscando saber os motivos e apontando possíveis soluções.
5. – Registrar os avanços obtidos pelos alunos na avaliação em fichas próprias para , posteriormente, decidir com a equipe pedagógica e o professor regente, a permanência ou a dispensa dos mesmos.
6. – Participação da formação continuada, promovida pela SEED/Escola.
7. – Elaborar o Plano de Trabalho docente juntamente com a Equipe Pedagógica e Professores Regentes, adequados à superação das dificuldades pertinentes a cada ano, como segue:

6º ano: oralidade, leitura, escrita. Formas espaciais e quantidades nas suas operações básicas e elementares, dos anos iniciais do Ensino Fundamental,

9º ano: oralidade, leitura, escrita. Reconhecer as características e propriedades dos triângulos e quadriláteros, porcentagem, leitura, construção e interpretação de tabelas e gráficos, identificar e reconhecer números nas suas diversas representações, operações com números, cálculo de perímetro e área de polígonos, cálculo de conversão de medidas (tempo, temperatura, comprimento capacidade) noções de função afim e quadrática.

CELEM – Centro de Línguas Estrangeiras Modernas

Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (Celem), programa desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação, funciona como uma alternativa para que as escolas ofereçam o ensino plurilíngüe.

Isso significa que se a escola estadual não incorporou o espanhol à grade curricular, pode oferecê-la no centro, dando a oportunidade de o aluno escolher a disciplina que quer cursar. É oferecido o ensino de línguas como alemão, espanhol, inglês, francês, italiano, japonês, polonês, ucraniano e mandarim. A oferta da língua varia de acordo com a região do estado.

No Colégio é oferecido aos educandos a Língua Espanhola.

Equipe Multidisciplinar – Respeitando as Diferenças e Trabalhando em União

A Equipe Multidisciplinar em questão se faz necessária visto que a lei nº 10.639 de 2003 e posteriormente a Lei nº 11.645/08 tornou obrigatório o trabalho interdisciplinar da História e Cultura Afro-brasileira e Africana e também Indígena em todas as escolas. Hoje temos muito pouco conhecimento a respeito do tema, onde essas leituras são mais constantes entre os docentes e mesmo assim pontuais. Queremos organizar encontros para estudar essa história de luta dos movimentos sociais, dos profissionais da educação e da sociedade em busca de oportunidades e justiça real e continua para todos.

Assim a nossa Equipe Multidisciplinar ousar esclarecer a toda Comunidade Escolar esse assunto tão discutido e pouco estudado, para tanto vamos repensar nossas ações, promover pesquisas cientificas, gincanas pedagógicas e seminários que contemple a inclusão social, a diversidade do mundo, o respeito pelas diferenças e a construção de uma sociedade igualitária.

Objetivos:

- Informar e conhecer a história dos povos africanos no Brasil e como se formou os afrodescendentes brasileiros em face das oportunidades oferecidas e lutas sociais ao longo destes 511 anos de invasão branca.
- Conscientizar sobre a importância dos povos africanos e indígenas na formação da cultura brasileira e na economia deste rico país.
- Proporcionar a Equipe Multidisciplinar do Colégio Estadual do Campo Professor Jaelson Biácio formação sobre a lei Nº 11.645/08 através de encontros para leituras e discussões e assim garantir o trabalho que está inserido no P.P.P do Colégio.
- Instigar a Comunidade Escolar para a Importância das Mobilizações e práticas educativas que ousam discutir e debater as conquistas sociais atuais, superando essa visão excludente que ainda se pratica em nossa sociedade capitalista.

Propostas de Intervenções e Ações Efetivas

- Reunião dos Integrantes da Equipe para debates, leituras e elaboração de um Cronograma de trabalhos, definindo datas e ações efetivas.
- Estudo dos textos e Leis sugeridos pela Secretaria de Estado, assim como as orientações do Plano Nacional para Implementação das Diretrizes Nacionais das Relações Étnico-Raciais onde o ensino da História e Cultura Afro Brasileira e Indígena é garantida.
- Analise do Regimento Escolar, do P.P.P do Colégio e estudo da Constituição Federal e do ECA e assim verificar se os documentos do colégio estão de acordo com a lei.
- Convite de Professores e Autoridades na área para palestras para os alunos e comunidade escolar, para esclarecimentos e informações legais.
- Reunião com professores para saber do trabalho em sala de aula e como esses conteúdos estão sendo efetivados no Currículo.
- Organizar projetos e eventos como gincanas, pesquisa/ação e apresentações artísticas para valorizar os trabalhos e conteúdos trabalhados no dia a dia da escola.
- Organizar nas aulas de Artes nos projetos flauta Doce e Projeto Violão a inserção de músicas africanas e musicas afro brasileira, assim como musicas indígenas; para estudos e apresentações, valorizando assim a cultura africana e a indígena como um todo.

- Elaborar e postar os relatórios referente aos estudos e eventos que a equipe participou e realizou.

A agenda 21 no Trabalho da Educação Ambiental

“Só que a casa não é essa tenda, não é o apartamento que nós temos, ou a casa onde moramos. Hoje a casa é o planeta Terra. Nós não temos outra casa para morar, só temos essa casa comum.” (Leonardo Boff)

O mundo atravessa uma crise ambiental, que tem como principal vilão a falta de conscientização da população. Mas, o problema pode ser minimizado pela transformação da maneira com que o indivíduo percebe, analisa e age sobre o

ambiente. A educação ecológica desperta nas pessoas a consciência da importância da integração do homem com o meio-ambiente, do diagnóstico de problemas ambientais e da busca por soluções, a começar pelas atitudes dos cidadãos.

Essa consciência ecológica deve ser instigada na criança desde pequenina, onde nas atividades cotidianas ela se percebe parte de um único ambiente que precisa ser preservado e cuidado e assim garantir a continuidade da vida.

Essa visão holística e global traz um saber que permite a multiplicação do conhecimento necessário a nossa evolução como pessoa e como fazedores de ciência e de progresso.

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

No Brasil a Educação Ambiental assume uma perspectiva mais abrangente, não restringindo seu olhar à proteção e uso sustentável de recursos naturais, mas incorporando fortemente a proposta de construção de sociedades sustentáveis.

A Educação Ambiental brasileira assume uma perspectiva mais abrangente, não restringindo seu olhar à proteção e uso sustentável de recursos naturais, mas incorporando fortemente a proposta de construção de sociedades sustentáveis. Mais do que um segmento da Educação, a Educação em sua complexidade e completude.A legislação brasileira ampara-se na lei de 27 de Abril de 1999, Lei N° 9.795 – Lei da Educação Ambiental, em seu Art. 2° afirma: "A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.A educação ambiental procura despertar em todos a consciência de que o ser humano é parte do meio ambiente, superando a visão antropocêntrica, que fez com que o homem se sentisse sempre o centro de tudo esquecendo a importância da natureza, da qual é parte integrante.

“Estamos num momento critico na história da humanidade, o momento que a humanidade deve decidir o seu futuro, deve escolher o seu futuro, e a escolha é essa: ou formar uma aliança de cuidado do planeta, de cuidarmos uns dos outros e da vida, ou arriscar a nossa extinção e a devastação da diversidade da vida”. (Leonardo Boff)

A Concepção Ambiental pressupõe o conhecimento de como o homem em suas relações com outros homens e com a natureza pensam, produzem e

organizam o espaço ao longo de uma acumulação desigual dos tempos. Implica, portanto, em irmos para além da simples descrição e enumeração dos elementos visíveis das paisagens e penetrarmos no significado das diferentes configurações espaciais em toda a sua complexidade.

A transmissão-assimilação dos saberes se dará na sua totalidade e considerando professor e aluno como sujeitos que atuam numa realidade histórica, e, portanto capazes de transformá-la num processo de reelaboração constante. Essa Concepção Ambiental ocorrerá numa orientação da prática educativa, formal ou não, mediante a qual as pessoas, individual ou coletivamente, busquem apreender as dinâmicas do meio, em termos das relações entre sociedade e natureza, entendendo as interdependências entre três noções centrais: a de Meio Ambiente, de Sustentabilidade e a Diversidade, para desenvolver atitudes críticas, a partir de questionamentos referenciados, bem como ações responsáveis e criativas, visando a qualidade de vida mediante a manutenção do patrimônio natural e cultural e a garantia de acesso aos bens da cidadania. Entretanto, essa orientação não acontece ou se esgota num único momento, já que compreendem conhecimentos progressivos e de níveis crescentes, assim como decisões e ações igualmente de um alcance mais restrito ao mais amplo, mas que tem unidade e continuidade no processo educativo tomado em sua totalidade social, cultural, científica, econômica e política.

É responsabilidade de toda uma sociedade, o trabalho desenvolvido pela Agenda 21 Um processo de avaliação permanente, capaz de identificar os problemas de ordem ambientais, sociais e econômicos. Esta avaliação trás informações diagnósticas que indicará quais os rumos a serem tomados no futuro, que se traduz em manifestar a opção por um desenvolvimento sustentável.

Somente com a participação democrática de todos é possível construir um desenvolvimento sustentável, capaz de reverter o processo de destruição causado pelo próprio homem.

O trabalho na escola é conscientizar os alunos e comunidade da importância do crescimento econômico sem destruição ambiental, promover o cuidado e respeito pela biodiversidade.

Incentivar a pesquisa e conhecimento pela Biodiversidade do Brasil, que é um dos países mais ricos em fauna e flora no conjunto dos seus Ecossistemas, composto pela Floresta Amazônica, Pantanal, Caatinga, Mata Atlântica, Campos,

Zona Costeira e Marinha, que ao longo do tempo tem sofrido ações do Homem e que gradativamente esses Ecossistemas estão sendo destruídos.

Buscar fontes de pesquisas que indiquem problemas antigos que ainda não foram solucionados e continuam gerando graves dificuldades de desenvolvimento sustentável, como: reforma agrária; diminuição da Biodiversidade pela exploração dos recursos naturais, poluição dos rios, mares, lagos, lagoas e do ar, crise energética e a fome. É preciso conhecer as leis brasileiras, em relação ao desenvolvimento sustentável e fazer com estas sejam cumpridas.

CONTEÚDOS E ATIVIDADES INTEGRADORAS DO CURRÍCULO

A história e cultura afro-brasileira, africana e indígena ao atendimento à LEI Nº11.645/08

Sabedores da legalidade de incluir esses conteúdos ao currículo escolar o trabalho pedagógico do colégio procura:

- Promover e incentivar políticas de reparações, em cumprimento ao disposto no Art. 205 da Constituição Federal, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, como pessoa, cidadão ou profissional.

- Implementar na rede estadual da educação as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira e para a Educação para as Relações Étnico-Raciais.

- Desenvolver políticas públicas de educação fundamentadas nos direitos humanos, na valorização da diversidade étnico-racial, cultural e sexual, e no combate a todas as formas de discriminação.

- Promover políticas públicas educacionais de reparação e inclusão de populações historicamente discriminadas na sociedade brasileira, prioritariamente de negros, de gênero e de sexualidade.

Assim, nas Propostas Pedagógicas Curriculares estão explicitas essas vontades e conteúdos e suas metodologias.

A história do Paraná para atender a LEI Nº13381/01

Em 18 de dezembro de 2011, essa lei estadual veio dar essa obrigatoriedade, percebidos nos artigos e incisos abaixo:

Art. 1º. Torna obrigatório um novo tratamento, na Rede Pública Estadual de Ensino, dos conteúdos da disciplina História do Paraná, no Ensino Fundamental e Médio, objetivando a formação de cidadãos conscientes da identidade, potencial e valorização do nosso Estado.

§ 1º. A disciplina História do Paraná deverá permanecer, como parte diversificada, no currículo, em mais de uma série ou distribuídos os seus conteúdos em outras matérias, baseada em bibliografia especializada.

§ 2º. A aprendizagem dos conteúdos curriculares deverão oferecer abordagens e atividades, promovendo a incorporação dos elementos formadores da cidadania paranaense, partindo do estudo das comunidades, municípios e microrregiões do Estado.

Art. 2º. A Bandeira, o Escudo e o Hino do Paraná deverão ser incluídos nos conteúdos da disciplina História do Paraná.

Parágrafo único. O hasteamento da Bandeira do Estado e o canto do Hino do Paraná se constituirão atividades semanais regulares e, também, nas comemorações festivas nos estabelecimentos da Rede Pública Estadual.

Art. 3º. As instituições escolares e a comunidade poderão concorrer para a eficácia da aprendizagem da História do Paraná, através de um processo de cooperação permanente.

O Ensino da Música para atender à LEI 11.769/08

A música é uma prática social que está presente em todas as sociedades e culturas. De uma forma ou de outra, os seres humanos se relacionam com música em diferentes momentos de suas vidas, em atividades simples ou complexas. Assim, também faz parte da escola. Ou, melhor dizendo, deveria fazer parte com maior regularidade das atividades escolares. Mas como a música tem estado presente nas escolas brasileiras nos últimos anos? Como tem sido organizada e o quanto tem contribuído com os processos de desenvolvimento humano de alunos e alunas?

A partir da Lei 11.769, aprovada em agosto de 2008 e que sustenta a obrigatoriedade do conteúdo de música na escola, é possível apontar algumas proposições para sua implementação nas escolas de educação básica. Para a compreensão do contexto no qual surge a lei, é importante relembrarmos pontos da história recente da área.

Como podemos perceber no recorte abaixo do Órgão Oficial Nacional:

"§ 6o A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo." (NR)

"Art. 3º Os sistemas de ensino terão 3 (três) anos letivos para se adaptarem às exigências estabelecidas nos arts. 1º e 2º desta Lei. Brasília, 18 de agosto de 2008; 187º da Independência e 120º da República."

Assim a partir de 2012, o ensino da música será obrigatório em todas as escolas brasileiras.

Educação Ambiental para atendimento à LEI No 9.795, de 27 de abril de 1999.

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Assim, no nosso colégio o trabalho é realizado em várias disciplinas e no trabalho da Agenda 21.

Enfretamento à violência contra a Criança e ao Adolescente para atender à Lei Federal nº 11525/07

O desrespeito aos direitos da infância e adolescência, foi ampla e intensamente debatido durante a década de 80 por instituições governamentais e movimentos sociais, culminando na extinção do código de menores (1979), pelo qual, crianças e adolescentes, excluídos socialmente, eram considerados em “situação irregular”, e, na inclusão do art. 227: ”É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação (...)” na Constituição Federal (1988); a partir deste momento, a criança / adolescente, tornam-se legalmente sujeitos de direitos, o que respalda a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.69 / 1990), regido pela doutrina da Proteção Integral (art. 1º /

ECA) reafirmando a premissa de que crianças / adolescentes são pessoas em desenvolvimento e sujeitos de direitos.

Muitas iniciativas (governamentais ou não governamentais), são implantadas pelo país e no mundo, com resultados positivos, contudo, ainda estão aquém da realidade de muitas vidas, subjugadas ao abandono, a fome e ao descaso das autoridades, sendo o artigo 5º do ECA, uma meta ainda a ser alcançada: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

Algumas das formas de violência contra a criança e adolescente:

“A violência sexual contra crianças e adolescentes tem origem nas relações desiguais de poder. Dominação de gênero, classe social e faixa etária, sob o ponto de vista histórico e cultural, contribuem para a manifestação de abusadores e exploradores. (Andi / 2002).

“A violência psicológica é uma relação de poder desigual entre adultos dotados de autoridade e crianças e adolescentes dominados. Esse poder é exercido por meio de atitudes de mando arbitrário (...) de agressões verbas, de chantagens, de regras excessivas, de ameaça (...)” (Formação de Educadores / 2006).

“Violência física é uma relação social de poder que se manifesta nas marcas que ficam principalmente no corpo, machucando-o, causando-lhes lesões, ferimentos, fraturas (...) e até a morte”. (Formação de Educadores / 2006)

“A negligência é um tipo de relação entre adultos e crianças ou adolescentes, baseada na omissão, rejeição, no descaso, na indiferença (...)” (Formação de Educadores / 2006).

As diversas formas de violência, as quais a população infanto-juvenil é submetida, revela um quadro dramático de privação de direitos elementares como moradia e alimentação. A violência intrafamiliar, especificamente, tem dentre outras causas, a violência social, que impõe a desigualdade entre as classes, gerando a pobreza e a miséria. No entanto, a violência não se restringe a privação de recursos materiais para a sobrevivência, se revela também nos abusos sexuais, espancamentos e negligências, que têm como aliado o silêncio da família e da comunidade.

Lei nº **11.525**, de 25 de setembro de 2007

§ 5º O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado.” (NR)

O que a escola pode fazer?

Palestras / oficinas, nas escola, abordando a violência contra a criança / adolescente e como a família e a comunidade podem participar do processo de enfrentamento.

Pesquisa com os profissionais nas áreas da educação através da aplicação de um questionário, cujas perguntas, tais como: conhece o Conselho Tutelar? Sabe identificar os casos de violência?

Elaborar formação para os profissionais para detectar e encaminhar os casos de violência.

Promover palestras para a comunidade com profissionais especialistas no tema violência.

Acompanhamento escolar nos casos de riscos. É feito um estudo da vida escolar das crianças / adolescentes, através do questionário educativo, inclusão na rede regular de ensino, nas situações de evasão escolar e encaminhamento, quando necessário, para atendimento psicopedagógico especializado.

O Enfrentamento da violência contra a infância e adolescência só é possível, se realizada em rede e não de instituições que se conhecem, mas não interagem, não formulam em conjunto as dificuldades e as estratégias para superá-las.

O trabalho de prevenção ao uso indevido de drogas e sobre sexualidade humana

A prevenção ao uso indevido de drogas, no âmbito das escolas públicas estaduais, pode ser entendida como um processo complexo e desafi ador que requer uma abordagem desprovida de preconceitos e discriminações, bem como ser fundamentada teoricamente, por meio de conhecimentos científicos.

As propostas de prevenção predominantes na sociedade legitimam um discurso moralista e repressivo, limitando, assim, a compreensão das múltiplas manifestações das drogas na sociedade. Diante disso, percebe-se a necessidade de

problematizá-las e desconstruí-las, a fi m de avançar em outras perspectivas que possibilitem uma análise contextualizada sobre a questão das drogas e sua prevenção.

O tema que articula juventude, violência e drogas tem um lugar destacado nos diferentes programas informativos, fazendo parte de um cenário urbano. A difusão dessas notícias, na maioria das vezes, é associada à imagem negativa, contribuindo para formar uma opinião estereotipada e uma relação, quase imediata, entre a juventude que, sob o efeito de drogas ou em busca de droga, provoca violência nos grandes centros urbanos.

A mídia tem um papel importante nessa engrenagem ao apresentar imagens – reais – de violência sempre dolorosas, que retratam sujeitos comuns – provocadores ou vítimas – como qualquer pessoa que relacionamos no nosso cotidiano ou pessoas que poderiam fazer parte de nosso próprio grupo. Desta forma, generaliza a fragilidade – e de certa forma incentiva este sentimento através de mensagens que instrui ao agredido a não reagir diante de uma ameaça – do cidadão, espalhando o medo, a desconfiança e a paranóia. A violência é interpretada como algo de fora, do outro, da periferia, dos negros, dos imigrantes, dos drogados e dos demais grupos considerados socialmente marginalizados.

O fato é que precisamos projetar um novo desenho das arenas de enfrentamento ao uso indevido de drogas, trazendo novas possibilidades de arranjos e soluções no processo de formulação e implementação da Política Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. É nesse contexto, que a instituição Escola e seus representantes se inserem. Espera-se que inicialmente cada tomada de decisão que ocorra nos municípios provoque uma modificação no olhar dos atores. E um ponto de partida é a constituição de uma nova representação de problemas no âmbito da Educação.

A Educação Tributária em Atendimento ao Dec. nº1143/99, portaria nº 413/02

Educação Tributária é sim, um desafio, quando se trata de um processo de inserção de valores na sociedade com o retorno de longo prazo: da formação de futuros cidadãos conscientes do seu dever de cumprimento das obrigações tributárias, e do seu direito ao exercício da cidadania mediante a cobrança da

coerente destinação dos recursos provenientes dos tributos arrecadados pelo Estado.

O conhecimento do papel social do tributo através da conscientização para o exercício da cidadania deve ser o objetivo primordial de um Programa de Educação Tributária.

A Educação Tributária deve caminhar nesse sentido: informar, para que todos conheçam; educar, para que todos pratiquem. O Estado deve exercer, além do papel de fornecedor de condições sociais básicas, o de provedor de informações e valores, na missão de promover o exercício da cidadania por cada membro da sociedade.

A Educação Fiscal

A **Educação Fiscal** tem por missão "Conscientizar a sociedade, através da escola da função sócio-econômica do tributo. Além disso, busca o despertar do cidadão para acompanhar a aplicação dos recursos postos à disposição da Administração Pública, tendo em vista o benefício de toda a população".

O Programa visa abranger todas as redes de ensino: estadual, municipal e particular. Atendendo os níveis e modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Superior, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional. Como também, os servidores da Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado da Fazenda e Receita Federal, e por fim, a sociedade em geral.

A Educação Fiscal propõe como prática educacional, o desenvolvimento de valores e atitudes, competências e habilidades necessárias ao exercício dos direitos e obrigações, na relação recíproca entre o cidadão e o Estado. E que a educação no espaço escolar seja uma educação cidadã, que reflete diretamente na vida das pessoas e da sociedade, no exercício diário dos princípios e dos valores culturais locais, regionais ou nacionais, possibilitando o resgate da dignidade humana.

Alguns objetivos que podemos citar no trabalho da Educação Fiscal.

I - conscientizar os cidadãos para a função sócio-econômica dos tributos;

II - socializar conhecimentos sobre a administração pública, a alocação de recursos, o controle dos gastos públicos e a tributação;

III - incentivar o acompanhamento e a fiscalização, pela sociedade, da aplicação dos

recursos públicos;
IV - proporcionar condições para que o cidadão amplie seus conhecimentos com vistas ao exercício do controle social;
V – promover, através de ações voltadas à educação fiscal, a harmonia nas relações entre o Estado e o cidadão;
VI – promover ações tendentes a aumentar a responsabilidade fiscal com vistas à obtenção de equilíbrio em médio e longo prazo;
VII – fortalecer, por meio de ações relacionadas à educação fiscal, o comportamento ético na administração pública e na iniciativa privada.

Comprometimento com a construção da cidadania, solidariedade, ética, transparência na administração pública, responsabilidade fiscal e social.

QUANTO À INCLUSÃO DO ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO DE ALUNOS QUE CURSAM O ENSINO MÉDIO, NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A inserção do estágio não obrigatório no Projeto Político-Pedagógico da escola não pode contrapor-se à própria concepção de escola pública, ainda que o estágio seja uma atividade que vise a preparação para o trabalho produtivo, conforme Lei n° 11788 / 2008. A função social da escola vai para além do aprendizado de competências próprias da atividade profissional e, nesta perspectiva, vai para além da formação articulada às necessidades do mercado de trabalho.

Conceber trabalho como princípio educativo pressupõe oferecer subsídios, a partir das diferentes disciplinas, para se analisar as relações e contradições sociais, as quais se explicam a partir das relações de trabalho. Isto implica em oferecer instrumentos conceituais ao aluno para analisar as relações de produção, de dominação, bem como as possibilidades de emancipação do sujeito a partir do trabalho.

Formar para o mundo do trabalho, portanto, requer o acesso aos conhecimentos produzidos historicamente pelo conjunto da humanidade, a fim de possibilitar ao futuro trabalhador se apropriar das etapas do processo de forma conceitual e operacional. Isto implica em ir para além de uma formação técnica que

secundariza o conhecimento, necessário para se compreender o processo de produção em sua totalidade.

Os conhecimentos escolares, portanto, são a via para se analisar esta dimensão contraditória do trabalho, permitindo ao estudante e futuro trabalhador atuar no mundo do trabalho de forma mais autônoma, consciente e crítica.

Para tanto, o acesso aos conhecimentos universais possibilita ao aluno estagiário, não somente sua integração nas atividades produtivas, mas a sua participação nela, de forma plena, integrando as práticas aos conhecimentos teóricos que as sustentam.

Nesta perspectiva, o estágio pode e deve permitir ao estagiário que as ações desenvolvidas no ambiente de trabalho sejam trazidas para a escola e vice-versa, relacionando-as aos conhecimentos universais necessários para compreendê-las a partir das relações de trabalho.

LEI DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO: LEI NO 11788/2008 - INSTRUÇÃO NO 028/2010

A escola é o lugar de socialização do conhecimento. Através deste conhecimento nele socializado os alunos podem compreender sua condução como sujeitos históricos e a importância de sua participação na construção de uma sociedade mais inclusiva, mais justa.

A escola pública no cumprimento de sua função social vai além da formação articulada às necessidades do mercado de trabalho bem como de uma formação técnica que secundariza o conhecimento, tão necessário para que se possa bem compreender o processo de produção, suas relações. É o conhecimento que possibilita a emancipação do sujeito a partir do trabalho. O estudante, futuro trabalhador, ao apropriar-se dos conhecimentos escolares atuará no mundo do trabalho de forma consciente, crítica e mais autônoma. Este integrar-se-á nas atividades produtivas de forma plena estabelecendo as devidas relações entre a prática e a teoria que a fundamenta.

Assim sendo o estágio permitirá ao estagiário que as ações desenvolvidas no ambiente de trabalho sejam trazidos para a escola e da escola ao ambiente de trabalho sempre estabelecendo relações com os conhecimentos universais necessários para compreender estas ações a partir das relações do trabalho.

Um pedagogo acompanhará as práticas de estágio desenvolvidos pelo aluno, ainda que em via não presencial, para que este possa mediar a natureza do estágio e as contribuições do aluno estagiário com o plano de trabalho docente, de forma que os conhecimentos transmitidos sejam instrumentos para se compreender de que forma tais relações se estabelecem histórica, econômica, política, cultural e socialmente.

A escola deverá acompanhar as práticas de estágio desenvolvidas pelo aluno, ainda que em via não presencial, para que este possa mediar a natureza do estágio e as contribuições do aluno estagiário com o plano de trabalho docente, de forma que os conhecimentos transmitidos sejam instrumentos para se compreender de que forma tais relações se estabelecem histórica, econômica, política, cultural e socialmente. Para tanto, deve-se manter os professores informados sobre as atividades desenvolvidas, de modo que esses possam contribuir com os alunos que desenvolvem atividades de estágio.

O pedagogo manterá, também, os professores das turmas, cujos alunos desenvolvem atividades de estágio, informados sobre as atividades desenvolvidas, de modo que esses possam contribuir para esta relação prática. Ao estagiário será exigido pelo pedagogo relatório periódico do estágio para que sejam avaliadas suas atividades. O pedagogo também zelará pelo cumprimento do termo de compromisso firmado entre as instituições.

Na implementação do estágio serão seguidas as orientações legais conforme **Lei n° 11.788 de 25 de setembro de 2008** bem como as instruções da SUED/SEED que se seguirem.

A **Instrução N.o 028/2010 – SUED/SEED** orienta os procedimentos do Estágio dos estudantes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, do Ensino Médio, da Educação Especial e dos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade Profissional e da Educação de Jovens e Adultos

De acordo com a instrução o estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, cujas atividades devem estar adequadas às exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento cognitivo, pessoal e social do educando, de modo a prevalecer sobre o aspecto

produtivo.Sendo que poderão ser estagiários os estudantes que frequentam o ensino da Educação Profissional, de Ensino Médio, inclusive na modalidade de

Educação de Jovens e Adultos, de Educação Especial, e dos anos finais do Ensino Fundamental, exclusivamente na modalidade Profissional da Educação de Jovens e Adultos.

O estágio poderá ser:

Profissional obrigatório, quando previsto na legislação vigente, nas Diretrizes Nacionais, devendo objetivar o atendimento de exigências para o curso, decorrentes da própria natureza dos eixos tecnológicos dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, planejado, executado e avaliado de acordo com o perfil profissional exigido para conclusão do curso. A instrução ressalta que no estágio não-obrigatório a idade mínima exigida é de 16 anos.

Profissional não-obrigatório, assumido pela instituição de ensino a partir da demanda dos alunos, desenvolvido como atividade opcional para o aluno, acrescida à carga-horária regular e obrigatória. A escola é o lugar de socialização do conhecimento. Através deste conhecimento nele socializado os alunos podem compreender sua condução como sujeitos históricos e a importância de sua participação na construção de uma sociedade mais inclusiva, mais justa.

Assim sendo o estágio permitirá ao estagiário que as ações desenvolvidas no ambiente de trabalho sejam trazidas para a escola e da escola ao ambiente de trabalho sempre estabelecendo relações com os conhecimentos universais necessários para compreender estas ações a partir das relações do trabalho.

Observação: Estágio não obrigatório

Referendado pelo Conselho Escolar o Estágio **Não Obrigatório** foi inserido no Projeto Político Pedagógico da nossa escola, em atendimento à lei nº 1.788/25/09/2008.

As atividades de Estágio, obrigatório ou não, previstas e desenvolvidas nos cursos de Educação Profissional e do Ensino Médio, são consideradas curriculares, configurando-se como Ato Educativo.

PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA ESCOLA

Usamos como prática transformadora os projetos educativos interdisciplinares, realizados em horários extraclasse.

Os projetos educativos formulados na escola são elaborados juntamente com os alunos e equipe escolar. Eles são realizados mediante um processo contínuo de reflexão sobre a prática pedagógica, em que a equipe escolar discute, propõe, realiza, acompanha, avalia e registra as ações que vão desenvolver para atingir os objetivos coletivamente delineados.

Nesse processo, a equipe escolar, produz seu conhecimento, construindo e reconstruindo cotidianamente na sala de aula, com base em estudos teóricos e na área de educação e em outras áreas do ensino aprendizagem, na troca de experiências entre eles, com outros agentes da comunidade, incluindo alunos e pais.

Ao elaborar seus projetos educativos, o professor e a escola discutem e expõem, de forma clara, valores coletivos, delimitam prioridades, define resultados desejados e incorpora a auto-avaliação ao seu trabalho, em função dos conhecimentos da comunidade em que atua e de sua responsabilidade para com ela.

Elaboramos projetos educativos claramente definidos que permitem investimentos que estejam de acordo com as diferentes necessidades da comunidade e que busquem, cada vez mais, um equilíbrio entre as condições de trabalho de cada escola.

No trabalho por projetos, cabe ao professor e o diretor, coordenar a elaboração dos mesmos e buscar, nas demais instituições da comunidade, (órgãos públicos, privados e empresas), a possibilidade de realização de parcerias e convênios de cooperação.

Família na Escola

São realizados eventos em datas especiais onde a família pode participar ativamente. Podemos citar os eventos com sorteios, gincanas e mostras que acontecem no decorrer do ano todo como: Dia das Mães, Páscoa, Festa Julina, Gincana dos estudantes e Gincana dos pais, Mostras de trabalhos pedagógicos entre outros.

Feira de Ciências

Nas disciplinas de ciências, química, física e biologia, mas com apoio de todas as disciplinas é realizada anualmente a feira de ciências. Assim a teoria e a pratica caminham juntos e o padrão do colégio se eleva. Na mostra de trabalhos a comunidade escolar é convidada a participar e a adesão é espetacular.

O trabalho com a leitura

A leitura é trabalhada de forma magnífica pelos nossos professores de Língua Portuguesa e demais professores (temos a Noite Literária). No ano de 2011 começou no Ensino Fundamental um trabalho de promoção da leitura, onde a bibliotecária junto com algumas mães estão realizando um trabalho, dando maior ênfase a turma da quinta série / sexto ano da escola. A intenção da Gestão Escolar e expandir o projeto para o Ensino Médio também.

Projeto Coletivo e Interdisciplinar Semestral

Todo ano são pensado de 1 a 2 temas para o trabalho coletivo e interdisciplinar de conhecimento. São escolhidos temas atuais e que estão nas mídias.

No primeiro momento é feito o trabalho de pesquisa em todas as disciplinas. Em um segundo momento é confeccionado painéis, slides e material para apresentação oral dos trabalhos. Depois é exposto os trabalhos para todos os alunos da escola. Então fazemos a Mostra Científica Pedagógica para toda a comunidade escolar. E para finalizar é realizada uma gincana cultural, esportiva e pedagógica com toda a comunidade escolar, onde são misturados os dois turnos: matutino (Ensino Fundamental) e noturno (Ensino Médio) e as famílias dos estudantes. Assim o aprendizado se torna prazeroso, divertido e propicia o crescimento intelectual.

O projeto de Musicalização

O trabalho de musicalizaçao é feito nas aulas de artes e é de forma diferenciada no nosso colégio. Direcionados pelo prof Jorge, os estudantes

aprendem na teoria e fazem na pratica. Temos o projeto Flauta Doce no Ensino Fundamental e o projeto Violão no Ensino Médio. Assim os eventos do colégio são enriquecidos pela música, onde os alunos se apresentam para toda a comunidade escolar. A Comunidade Escolar tem apoiado e valorizado bastante o trabalho.

O Projeto Cinema

A Equipe Pedagógica realiza em contraturno sessões de cinemas para alunos e familiares. Os filmes são escolhidos de acordo com os valores e ensinamentos que as famílias necessitam para melhor educar seus filhos e filhas. Um dos objetivos também é oportunizar momentos de convivência produtiva de pais e filhos.

Assim tentamos dinamizar o pedagógico e oferecer a todos um ensino de qualidade, mas sem perder a magia e os valores humanos e familiares.

Os Jogos Intercalasses

O Grêmio Estudantil em Parceria com a Gestão Escolar realizam os Jogos interclasses, onde participam todos os estudantes do colégio e as famílias sempre são convidadas; ora para assistir, outras vezes para participarem juntos com os estudantes. É sempre um sucesso garantido.

METAS DO COLÉGIO PARA OS PRÓXIMOS ANOS

PRIORIDADES	OBJETIVOS	AÇÕES	PERÍODO	PÚBLICO ALVO	RECURSOS	RESPONSÁVEIS PELA AÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS
1.IDEB **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.**	Melhorar a qualidade do ensino e conseqüentemente elevar o padrão da Aprendizagem dos alunos.	- Rever metodologias e otimizar tempos e espaços para uma maior eficácia do trabalho.	O ano todo.	Ensino Fundamental Séries Finais.	Os disponíveis no Colégio (todos os citados no Plano de Ação do Estabelecimento) e os que a Mantenedora (SEED) ofertar.	Gestão Escolar, Equipe Pedagógica, Docentes e Agentes Educacionais.	Em **2013** queremos uma nota acima de **5,0.**
2.MELHORAR A PARTICIPAÇAO DAS FAMÍLIAS	Melhorar a co-responsabilidade das famílias na educação dos filhos e filhas, aumentando a qualidade de suas participações.	- Realizar reuniões bimestrais - Convidar sempre as famílias para participar dos eventos onde os alunos sejam sujeitos do processo. - Realizar eventos onde haja interação e participação da família com os estudantes.	O ano todo.	Alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio e suas famílias.	Os Recursos Disponíveis (Recursos Próprios da APMF)	Gestão Escolar e Instâncias Colegiadas estão a frente. Toda a Comunidade Escolar apoiando e participando.	Que todas as famílias participem ativamente e de forma eficiente de todo o processo escolar de seus filhos e filhas.
3.ELEVAR O PADRÃO DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS	- Oferecer a todos os alunos um ensino de qualidade e assim possibilitar a todos acesso e	- Promover encontros com os profissionais da educação e com a Comunidade	O ano todo.	Ensino Fundamental e Médio.	Todos os Recursos citados na Gestão de Apoio do Plano	Equipe Pedagógica, Docentes, Gestão Escolar e Instâncias	Alunos aprovados em vestibulares, com notas altas no ENEM e na

	oportunidades nas suas aspirações profissionais e pessoais.	para reflexão sobre avaliação, metodologias, currículo e padrão de ensino almejado.			de Ação.	Colegiadas. Toda a Comunidade Escolar apoiando e participando.	PROVA BRASIL e um cidadão conhecedor de seus direitos e deveres.
4.PROMOVER A PAZ E O COLEGUISMO NO AMBIENTE ESCOLAR	- Construir um ambiente saudável e harmonioso (acolhedor) onde a solidariedade e o respeito sejam valores básicos e indispensáveis.	- Promover momentos de dialogo e formação de toda Comunidade Escolar.	O ano todo.	Toda a Comunidade Escolar, mas principalmente os estudantes do Colégio.	Os disponíveis no Colégio (todos os citados no Plano de Ação do Estabelecimento) e os que a Mantenedora (SEED) ofertar.	Equipe Pedagógica, Docentes, Gestão Escolar e Instâncias Colegiadas. Toda a Comunidade Escolar apoiando e participando.	Em um ambiente saudável e acolhedor a aprendizagem acontece de forma mais eficaz e a produtividade se eleva em todos os âmbitos.
5.PROJETOS INTERDISCIPLINARES, PESQUISAS E GINCANAS	- Desenvolver o gosto e o hábito pelos estudos e assim melhorar a aprendizagem e as perspectivas de futuro dos nossos estudantes.	- Organizar, direcionar e construir no Colegiado do Colégio os projetos e as pesquisas com os docentes e discentes.	Será Semestral.	Toda a Comunidade Escolar.	Todos os Recursos citados na Gestão de Apoio do Plano de Ação. Também buscaremos patrocínio nas instituições e empresas privadas.	Profissionais da Educação do Colégio e todas as Famílias de nossos alunos e alunas.	- Os alunos terão mais interesse nos Conteúdos Curriculares. - A família será mais participativa na escola. - Os Profissionais da Educação terão momentos de trabalho coletivo, coleguismo, onde a interação

							enriquece a aprendizagem.
6.BIBLIOTECA ESCOLAR	- Promover o livro e a leitura no ambiente escolar e assim melhorar a aprendizagem dos estudantes.	- Expandir o Projeto de Leitura para todo o colégio e atualizar o acervo, considerando a faixa etária.	Trabalho Contínuo	Ensino Fundamental e Ensino Médio.	Fundo Rotativo, PDDE e Recursos Próprios da APMF.	Gestão Escolar, Bibliotecária e Equipe Pedagógica.	O interesse dos alunos pelos estudos irá aumentar. A aprendizagem e as perspectivas de futuro aumentará.
7.MATERIAIS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS E EQUIPAMENTOS	- Enriquecer as aulas dos professores do Ensino Fundamental, oportunizar novas metodologias.	- Adquirir materiais pedagógicos concretos. - Adquirir materiais pedagógicos lúdicos. - Promover momentos para interação da equipe docente com os equipamentos e materiais didáticos disponíveis.	Durante o ano todo. Aproveitar as Reuniões Pedagógicas e os dias de Formação Continuada.	Alunos do Ensino Fundamental e Docentes do Colégio.	Fundo Rotativo, PDDE e Recursos Próprios da APMF.	Gestão Escolar. Professores.	A aprendizagem dos alunos vai melhorar e o padrão de ensino do colégio vai se elevar.

8.LABORATORIOS DE FISICA, QUIMICA E BIOLOGIA.	Melhorar o espaço e adquirir equipamentos e materiais para enriquecer as aulas práticas.	Levantar as necessidades de materiais e equipamentos e adquirir de acordo com os recursos os materiais e equipamentos necessários.	Durante o ano todo. Gestão 2012/2014.	Todos os estudantes do Ensino Médio e Ensino Fundamental do colégio.	Fundo Rotativo, PDDE e Recursos Próprios da APMF. De acordo com as regras e normas.	Gestão Escolar e Professores de Física, Química e Biologia.	As aulas de Física, Química e Biologia terão maior qualidade e a aprendizagem dos alunos irá melhorar.
9. CONSTRUÇÃO DE UMA CASA PARA PERMISSIONÁRIO NO COLÉGIO	- Abrir a escola no fim de semana para disponibilizar esportes e atividades recreativas para os alunos e comunidade escolar.	- Reivindicar através de oficio junto a mantenedora a construção da casa e conseguir uma pessoa idônea para morar no colégio.	Urgente.	Toda a Comunidade Escolar.	Os Recursos da SEED (mantenedora.	A Gestão Escolar do Colégio.	A Segurança da Escola vai melhorar e os alunos e as famílias terão atividades recreativas. Também irá aproximar as famílias do colégio.
10-PARCERIAS COM UNIVERSIDADES, FACULDADES, ESCOLAS, ENTIDADES FILANTRÓPICAS, ONGs E EMPRESAS PRIVADAS PARA CURSOS,	- Enriquecer nosso Currículo, oportunizando cursos e estudos que vem de encontro aos interesses dos nossos estudantes e familiares.	- Encaminhar ofícios ou procurar as instituições e entidades para estabelecer as parcerias. - Promover as atividades, cursos e palestras na Comunidade Escolar.	Gestão 2012 a 2014.	Comunidade Escolar.	Conforme as necessidades, pois as instituições, entidades e empresas possuem recursos para esses fins.	Gestão Escolar.	Maior integração dos alunos, interesse das famílias e alunos pelo aprendizado, valorização da escola como espaço aprendente e melhora da aprendizagem

PALESTRAS, SEMINÁRIOS E ATIVIDADES DIFERENCIADAS.							como um todo.
11- EXCURSÕES, PASSEIOS, VISITAS E CINEMA.	- Enriquecer o conhecimento dos nossos alunos com práticas diferenciadas promovendo a curiosidade e o interesse dos mesmos.	- Buscar juntos aos órgãos públicos meios de transportes, agendar as visitas, promover junto as famílias a importância e se possível convidar a família para participar.	Durante toda a Gestão, quando possível e houver interesse e necessidades.	Discentes e Famílias.	Recursos Próprios e de doações.	Gestão Escolar, Equipe Pedagógica, Docentes e Agentes Educacionais.	Melhoria do Conhecimento Cultural dos alunos, melhorando o interesse e a satisfação de estudantes e família pelo colégio.

PLANO DE AÇÃO DO COLÉGIO EM TODAS AS GESTÕES

CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO

INDICADORES	**A ESCOLA QUE TEMOS**	**A ESCOLA QUE QUEREMOS**	**O QUE VAMOS FAZER (CURTO, MÉDIO E LONGO)**
GESTÃO DE RESULTADOS EDUCACIONAIS	**- POTENCIALIDADES:** - Entrega de boletim bimestral sendo no ensino fundamental com as famílias em sala. - Acompanhamento de rendimento escolar individual e conversa com as famílias, quando necessário. - Motivação aos alunos e argumentação da importância dos conteúdos para sua formação e que nem sempre está expresso em notas bimestrais. - Conversa com os professores sobre recuperação de conteúdos e faltas dos alunos devido sermos uma escola do campo e nossos alunos e familiares trabalham na agricultura. - Combatemos a evasão com reuniões com as famílias e quando necessário encaminhamos a ficha FICA. **- DIFICULDADES:** - Há muito alunos aprovados em conselho de classe. - Há algumas evasão de alunos do Ensino Médio, após completarem 18 anos. - Alguns alunos apresentam baixo rendimento escolar.	**- PARA IR ALÉM...** - Gráficos do desempenho de aprendizagem dos alunos - Estatísticas de desempenho escolar nas reuniões - Garantir o trânsito de informações por meio de reuniões, e-mails, editais e convocações. - Construir um Plano de Metas e Ações pedagógicas para intervenções para os alunos que apresentam baixo rendimento na aprendizagem.	**- AÇÕES** - Promover reuniões com os agentes Educacionais II para realizarmos juntos as intervenções necessárias. - Incentivar a comunidade escolar no acompanhamento do rendimento escolar dos alunos. - Direcionar e cobrar da equipe Pedagógica um trabalho de conscientização de docentes e discentes para elevarmos o padrão de ensino de nosso colégio. - A partir dos diagnósticos da aprendizagem retirados dos Pré – Conselho e Conselho de Classe, reunir-se com os docentes e equipe pedagógica e construir estratégias para recuperar alunos com baixo rendimento escolar.

GESTÃO **PARTICIPATIVA** **E** **DEMOCRÁTICA**	**- POTENCIALIDADES:** - Assembléia semestral com a comunidade escolar - Eventos pedagógicos, culturais e recreativos com a comunidade escolar durante todo o ano, pois é uma forma que encontramos para enriquecer a comunicação e a parceria entre escola e família. - Aproveitar as comemorações das datas especiais para enriquecer a parceria e comunicação entre a família e a escola. - Colaborar e facilitar a participação e a organização do Grêmio Estudantil do Colégio, assim como promover reuniões com representantes de turmas para coleta de informações e diagnostico do ensino/aprendizagem e do ambiente escolar do colégio. - Oportunizar e instigar a participação de todos os profissionais do colégio nas decisões importantes do colégio. - Promover reuniões bimestrais com o Conselho Escolar e com a Associação de Pais, Mestres e Funcionários. **- DIFICULDADES:** - As vezes, a Comunidade escolar tem dificuldades de expor opiniões, pontos de vista, falar suas críticas e dizer sugestões pela timidez.	**- PARA IR ALÉM...** - Instigar a participação ativa e produtiva de todas as Instancias colegiadas. - Oportunizar e disponibilizar todos os espaços do colégio para a comunidade escolar de forma organizada e direcionada, inclusive nos finais de semana quando possível. - Continuar o trabalho que já fazemos para tornar a Gestão Participativa e Democrática. - Rever e reelaborar o Regimento Interno com a Comunidade Escolar. - Divulgar na Comunidade Escolar através de Jornal Escolar ou outras formas de comunicação todos os resultados, as atividades do colégio e as prestações de contas, tornando as ações da escola transparente a todos. - Convidar as instâncias colegiadas para reuniões bimestrais e sempre que necessário e melhorar a qualidade de suas participações nas decisões da escola.	**- AÇÕES** - Preparar e incentivar a participação da comunidade escolar em participar das reuniões, assembléias e eventos do colégio. - Promover o trabalho em equipe dos profissionais da educação do colégio. - Construir e desenvolver com os discentes, docentes e agentes educacionais os valores cívicos, promovendo interação e momentos de solidariedade com respeito e ajuda mutua, onde o trabalho em equipe é valorizado como algo indispensável para o sucesso do trabalho escolar formativo. - Participar de todos os momentos pedagógicos e eventos de promoção democrática do colégio, e assim valorizar esses importantes espaços de construção de cidadania. - Garantir a todos os Profissionais da Educação do colégio tratamento igualitário e permitir a todos voz e vez na Gestão Escolar.

GESTÃO **PEDAGÓGICA**	**- POTENCIALIDADES:** - Dar autonomia para a Equipe Pedagógica fazer o seu trabalho com liberdade e sempre dar suporte quando necessário. - Manter dialogo com os pedagogos constantemente para tomada de decisões e para planejar estratégias de intervenções nas turmas e junto aos docentes do colégio. - Participar e Acompanhar as reuniões pedagógicas e os Conselhos de Classe e dar suporte para as decisões sempre pensando na inclusão de todos os alunos e a garantia de aprendizagem de todos como um direito. - Promover Eventos Pedagógicos com docentes e famílias para que os estudantes possam expor em praticas o que aprenderam. - Apoiar a Feira de Ciências e Projetos Coletivos Interdisciplinares, dando suporte e condições humanas e materiais para executá-los. - Redimensionar e enriquecer o Projeto de Leitura da Biblioteca em parcerias com as famílias e sempre estar atualizando o acervo. - Incentivar e promover junto as famílias o projeto de Musicalização no Colégio, apoiando o professor(a) e os alunos no que for preciso. - Apoiar e incentivar projetos e programas curriculares como: Agenda 21, Equipe Multidisciplinar	**- PARA IR ALÉM...** - Vamos dar continuidade em todos os projetos e programas, pois vão de encontro com os anseios dos estudantes e familiares e os resultados são excelentes. - Trabalhar com Representantes de Turmas, Grêmio Estudantil e Equipe Pedagógica a questão da indisciplina que prejudica o ensino/aprendizagem dos alunos; com encontros para definir estratégias e metas para buscar soluções para o este problema, sempre salientando que a participação das famílias é primordial. - Ser suporte em parceria com equipe pedagógica para que os docentes possam dinamizar as metodologias na promoção de aulas teóricas e práticas inovadoras, onde as aulas e projetos sejam significativos e instiguem o gosto pelo aprendizado, e assim, aumentar suas perspectivas de sucesso escolar. - Promover o Livro e a Leitura, desenvolvendo assim o hábito de estudo e	**- AÇÕES** - Aproveitar os momentos de Formação Continuada para trabalhar com os profissionais da educação a importância do foco na aprendizagem e que todos responsáveis em propiciar um ambiente acolhedor, organizado e com trabalho pedagógico eficiente, para que os discentes tenham o sentimento de pertencimento. Assim portanto, o ensino/aprendizagem acontece com qualidade. - Promover Reuniões Pedagógicas Bimestrais com foco no ensino de qualidade onde possamos relembrar os compromissos e responsabilidades dos Profissionais da Educação com os discentes, explícito no nosso Projeto Político Pedagógico. -Realizar os pré-conselhos com os professores, pois dessa forma temos um diagnostico da aprendizagem dos alunos por disciplina e podemos realizar um conselho de Classe Participativo com qualidade e eficaz.

	(Cultura Afro Brasileira e outros), Gincanas Recreativas e Pedagógicas, Jogos Interclasses, Projeto Cinema, etc. - Assinamos vários periódicos como: Revistas, Jornais para enriquecer o acervo da biblioteca escolar. **- DIFICULDADES:** - Rotatividade de Professores no Colégio. - Desinteresse de muitos alunos pela leitura e pelo conhecimento científico de uma forma geral. - Alguns professores possuem dificuldade para ensinar com metodologias inovadoras e eficazes. - Não há espaço físico para Atividades Curriculares Complementares, Celem, Sala de Apoio, etc.	instigando a curiosidade pelos conteúdos científicos. - Vamos continuar as assinaturas de periódicos, pois esses colaboram para o hábito da leitura entre os alunos e professores	

GESTÃO **DE** **INCLUSÃO** **SOCIOEDUCACÃO**	- **POTENCIALIDADES** - Nosso ambiente escolar é acolhedor com todos e o respeito as diferenças existe e é trabalhado no cotidiano pela Gestão Escolar e Equipe Pedagógica. - Nossos eventos são direcionados para a socialização e interação de todos da Comunidade Escolar e há diversidade é vista como algo bom e enriquecedor enquanto desenvolvimento humano. - Os Profissionais da Educação da escola são formados com uma visão de Inclusão e recebem Formaçao Continuada e assim trabalham com práticas inclusivas, onde a solidariedade é instigada e praticada por todos. - Temos uma escola onde os Profissionais da Educação possuem atitudes democráticas e inclusivas e são abertos à mudança e não vêem problema em flexibilizar os conteúdos e as metodologias quand o necessário. **- DIFICULDADES** - Não há acessibilidade para as pessoas com necessidades especiais - Não há espaço para sala de recursos e apoio, pois sempre trabalhamos em salas improvisadas. - Falta embasamento teórico e formação específica para os Profissionais da Educação.	**- PARA IR ALÉM...** - Cobrar da mantenedora construção e/ou ampliação dos espaços físicos e assim tornar o colégio acessível a todos. - Aproveitar as reuniões pedagógicas e os encontros para leituras que falem da diversidade, da inclusão e do respeito as diferenças. - Promover entre os estudantes debates e conversas sobre importância do trabalho coletivo. - Construir estratégias para os alunos com condutas atípicas e comportamentos diferentes.	**- AÇÕES** - Construir uma equipe de professores comprometidos com a inclusão de todos e diminuir a rotatividade de docentes. - Promover um trabalho pedagógico a longo prazo com os docentes para que eleve o padrão de ensino em relação aos conteúdos. - Realizar reuniões pedagógicas e encontros para formação são fundamentais para que ocorra essa inclusão. - Usar as horas atividades e os murais da sala dos professores para relembrar dos compromissos e das orientações da direção e equipe pedagógica. - Reivindicar cursos de formação continuada específicos para que possamos trabalhar as diferenças em todos os aspectos: racismo, preconceito social, homossexualismo, questão religiosa, etnias, sexualidade, etc.

GESTÃO **DE** **PESSOAS**	**- POTENCIALIDADES** - Promover Formação Continuada para todos os profissionais da educação do colégio para instigar a busca pelo conhecimento. - Buscamos através dos eventos pedagógicos, recreativos e culturais oportunizar a integração e a socialização de todos da Comunidade Escolar. - A Gestão Escolar e a APMF, faz encontros mensais com os profissionais da escola para conversas, descontração e assim valorizando-os com respeito e coleguismo. - Trabalhamos sempre a autoestima com todos os profissionais da educação; buscando a construção de um ambiente de solidariedade, união, compromisso e companheirismo. - A Gestão valoriza o trabalho dos Agentes Educacionais e dos Docentes do Colégio nos eventos e nas promoções realizadas com a Comunidade Escolar. - Valorizar os discentes de baixo rendimento escolar buscando alternativas eficazes de autoestima e de construção de relacionamentos inter-pessoais para auxiliar na sua formação pessoal.	**- PARA IR ALÉM...** - Melhorar o dialogo com os estudantes para que se sintam a vontade e motivados para críticas, sugestões e opiniões e assim melhorar o relacionamento e conseqüentemente a aprendizagem. -Promover encontros para troca de experiências e vivencias educativas e valorizar e reconhecer o trabalho, a dedicação e a criatividade dos docentes e discentes. - Promover e instigar a solidariedade dentro do colégio para superarmos nossas limitações e dificuldades. - Incluir as estâncias colegiadas em todo o processo escolar quanto ao trabalho de gestão de pessoas.	**- AÇÕES** - Colocar em praticas todas as ações e responsabilidades explicitas no Projeto Político Pedagógico. - A Gestão sempre estar promovendo encontros para interação, formação e valorização dos profissionais da escola. - Realizar uma avaliação de desempenho real para atitudes novas e sempre propor mudanças. - Realizar uma Avaliação Institucional de todas as instancias do colégio, para verificar o padrão do ensino e a satisfação dos recursos humanos. - Promover colaboração mutua entre os discentes em sala, entre os professores nas horas atividades e encontros diversos.

	- DIFICULDADES - Nem sempre os profissionais aceitam as críticas e acatam as sugestões e direcionamento da Gestão Escolar. -Há por parte de alguns profissionais dificuldades de relacionamento interpessoal e o trabalho coletivo e em equipe as vezes é prejudicada. -Nem todos os profissionais entendem a filosofia que norteia a concepção em que todos são Profissionais da Educação dentro de uma escola.		

GESTÃO **DE** **SERVIÇOS** **DE** **APOIO** (RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS)	**- POTENCIALIDADES** - Temos um APMF ativa democrática e que participa de todo o processo escolar, inclusive nas promoções realizadas pela Gestão para arrecadar fundos (**Recursos Próprios**). - Recebemos através do **Fundo Rotativo** mensalmente um quantidade para manter o colégio; pedagógico, limpeza, didático e equipamentos. - Todo ano recebemos do governo Federal os recursos do **PDDE** para ajudar na manutenção do colégio. - Fazemos anualmente uma festa pedagógica, recreativa e cultural com a comunidade escolar para complementar nosso orçamento visto que o que recebemos não é suficiente. - Quanto a parte física estamos aguardando ampliação e reforma a **04 anos**. - Temos uma Cantina Escolar que funciona com produtos e lanches saudáveis no colégio e assim arrecadamos recursos. - **DIFICULDADES** **-** Ampliação e Reforma deve ser prioridade, pois todos os ambientes estão precários. - Os recursos que a escola recebe não são suficientes para pagar todos os gastos da escola.	**PARA IR ALÉM...** - Continuaremos investindo e aplicando os recursos recebidos do Fundo Rotativo e do PDDE com sabedoria e de forma democrática. - Realizar se possível, **02 eventos** anuais para adquirirmos recursos que serão investidos nos projetos e nas promoções pedagógicas e culturais do colégio. - Reivindicar a mantenedora a construção de banheiros e vestiários na Quadra Poliesportiva Coberta. - Preitear junto aos órgãos competentes espaço físico para Almoxarifado, Lavanderia, Cantina Escolar, Ampliar Cozinhas.	**- AÇÕES** - Promover reuniões com as instâncias colegiadas para plano de aplicação de recursos. - Colocar em editais as prestações de contas do colégio. - Envolver toda Comunidade Escolar nos eventos e promoções do colégio. - Reivindicar através de ofícios as necessidades de estrutura física da escola. - Enriquecer a Cantina Escolar, pois os alunos pedem muito isso.

A AVALIAÇÃO ESCOLAR

Avaliação do Desenvolvimento Integral do Aluno

Atualmente, muito se tem discutido sobre a avaliação no contexto escolar. Busca-se uma verdadeira definição para o seu significado, justamente porque esse tem sido um dos aspectos mais problemáticos na prática pedagógica.

Apesar de ser a avaliação uma prática social ampla, pela própria capacidade que o ser humano tem de observar, refletir e julgar, na escola sua dimensão não tem sido muito clara. Ela vem sendo utilizada ao longo das décadas como atribuição de notas, visando a promoção ou reprovação do aluno.

Sabe-se que a educação é um direito de todos os cidadãos, assegurando-se a igualdade de oportunidades (Constituição Brasileira). Inseridas neste contexto, ao estudarem, as pessoas passam muitas e muitas vezes pela avaliação, cujos aspectos legais norteiam o processo educacional através dos regimentos escolares. Assim, as avaliações são tidas como obrigatórias e, através delas, é expresso o "feedback" pelo qual se define o caminho para atingir os objetivos pessoais e sociais.

Hoje a avaliação, conforme define Luckesi (1996, p. 33), "é como um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão". Ou seja, ela implica um juízo valorativo que expressa qualidade do objeto, obrigando, conseqüentemente, a um posicionamento efetivo sobre o mesmo.

A avaliação no contexto educativo, quer se dirija ao sistema em seu conjunto quer a qualquer de seus componentes, corresponde a uma finalidade que, na maioria das vezes, implica tomar uma série de decisões relativas ao objeto avaliado.

A finalidade da avaliação é um aspecto crucial, já que determina, em grande parte, o tipo de informações consideradas pertinentes para analisar os critérios tomados como pontos de referência, os instrumentos utilizados no cotidiano da atividade avaliativa.

Nem sempre o professor tem definido os objetivos que quer alcançar com seus alunos. Nesse sentido, a avaliação muitas vezes tem sido utilizada mais como instrumento de poder nas mãos do professor, do que como feedback para os seus alunos e para o seu próprio trabalho. Na realidade, é comum ouvir dos professores, os famosos "chavões" sempre indicando o desempenho ruim de alguns alunos, esquecendo-se de que esse desempenho pode estar ligado a outros fatores que não só o contexto escolar.

Segundo Sant'Anna (1995, p. 27), "há professores radicais em suas opiniões, só eles sabem, o aluno é imbecil, cuja presença só serve para garantir o miserável salário detentor do poder".

Nos dias de hoje, sabe-se que o professor tem "fortes concorrentes": a televisão, videocassete, computador, e aquele, em contrapartida, na sala de aula, tem o quadro negro e o giz. Não seria pertinente pensar na questão da utilização dos recursos no dia-a-dia, explorando mais o que o aluno tem fora, em casa, não só para as suas aulas, mas também para o processo de avaliação? Ezpeleta & Rockwell (1986, p. 25) declaram que "o conhecimento que um professor desenvolve ao trabalhar com um grupo de criança, incorpora necessariamente elementos de outros domínios de sua vida".

Na realidade, muitos professores fazem uso da avaliação, cobrando conteúdos aprendidos de formas mecânicas, sem muito significado para o aluno. Chegam até mesmo a utilizar a ameaça, vangloriam-se de reprovar a classe toda e/ou realizar vingança contra os alunos inquietos, desinteressados, desrespeitosos, levando estes e seus familiares ao desespero.

Enfatiza Hoffmann (1993) que geralmente os professores se utilizam da avaliação para verificar o rendimento dos alunos, classificando-os como bons, ruins, aprovados e reprovados. Na avaliação com função simplesmente classificatória, todos os instrumentos são utilizados para aprovar ou reprovar o aluno, revelando um lado ruim da escola, a exclusão. Segundo a autora, isso acontece pela falta de compreensão de alguns professores sobre o sentido da avaliação, reflexo de sua história de vida como aluno e professor.

De acordo com Moretto (1996, p. 1) a avaliação tem sido um processo angustiante para muitos professores que utilizam esse instrumento como recurso de repressão e alunos que identificam a avaliação como o "momento de acertos de contas", "a hora da verdade", "a hora da tortura".

Percebe-se que a avaliação tem sido utilizada de forma equivocada pelos professores. Estes dão sua sentença final de acordo com o desempenho do aluno.

Luckesi (1996) alerta que a avaliação com função classificatória não auxilia em nada o avanço e o crescimento do aluno e do professor, pois constitui-se num instrumento estático e frenador de todo o processo educativo. Segundo o autor, a avaliação com função diagnóstica, ao contrário da classificatória, constitui-se num momento dialético do processo de avançar no desenvolvimento da ação e do crescimento da autonomia.

Essa problemática em torno da avaliação ocorre não só na educação infantil, mas no ensino regular, médio e superior. E a exigência de um processo formal de avaliação surge por pressões das famílias.

Exercendo a função de avaliador, deve-se ter claro o desenvolvimento integral do aluno pois, segundo Jersild (apud Sant"Anna, 1995, p. 24, "a autocompreensão e a auto

aceitação do professor constituem o requisito mais importante em todo o esforço destinado a ajudar os alunos a se compreenderem e forjar neles atitudes sadias de auto-aceitação".

O professor deve ver seu aluno como um ser social e político, construtor do seu próprio conhecimento. Deve percebê-lo como alguém capaz de estabelecer uma relação cognitiva e afetiva com o seu meio, mantendo uma ação interativa capaz de uma transformação libertadora e propiciando uma vivência harmoniosa com a realidade pessoal e social que o envolve. O professor deverá, ainda, ser o "mediador" entre o aluno e o conhecimento, proporcionando-lhe os conhecimentos sistematizados. Assim, nessa visão, o professor deixa de ser considerado "o dono do saber" e o aluno, um mero receptor de informações.

O ato de avaliar não pode ser entendido como um momento final do processo em que se verifica o que o aluno alcançou. A questão não está, portanto, em tentar uniformizar o comportamento do aluno, mas em criar condições de aprendizagem que permitam a ele, qualquer que seja seu nível, evoluir na construção de seu conhecimento.

A avaliação tem um significado muito profundo, à medida que oportuniza a todos os envolvidos no processo educativo momentos de reflexão sobre a própria prática. Através dela, direciona o trabalho, privilegiando o aluno como um todo, como um ser social com suas necessidades próprias e também possuidor de experiências que devem ser valorizadas na escola. Devem ser oportunizados aos alunos os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade.

Nesse sentido, faz-se necessário redimensionar a prática de avaliação no contexto escolar. Então, não só o aluno, mas o professor e todos os envolvidos na prática pedagógica podem, através dela, refletir sobre sua própria evolução na construção do conhecimento.

O educador deve ter, portanto, um conhecimento mais aprofundado da realidade na qual vai atuar, para que o seu trabalho seja dinâmico, criativo, inovador. Assim, colabora para um sistema de avaliação mais justo que não exclua o aluno do processo de ensino-aprendizagem, mas o inclua como um ser crítico, ativo e participante dos momentos de transformação da sociedade.

A Avaliação da Aprendizagem

A avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho , com a

finalidade de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir – lhes valor.

A relevância da avaliação deve estar centrada em aspectos substancias do processo educativo, ou seja , na aquisição e assimilação de conhecimentos significativos , bem como na habilidade de transformar e aplicar tais conhecimentos, no contexto de uma prática social.

A avaliação assim compreendida deixa de ser indicador para a comparação entre alunos e a rotulação ou classificação passa a ser um acompanhamento dos progressos do aluno, permitindo ao professor tomar decisões quanto ao aperfeiçoamento das situações de aprendizagem e reformulação do currículo com a adequação dos conteúdos e métodos de ensino.

A avaliação do aproveitamento escolar deverá ser feita pela observação constante do aluno em diferentes experiências de aprendizagem, tais como: debates, experiências, testes orais e escritos, tarefas específicas, trabalhos práticos, pesquisas, participação em trabalhos coletivos e ou individuais, criatividade, responsabilidade e outras formas que se mostrarem aconselháveis e de aplicação possível, cumprimento a sua finalidade educativa de ser contínua, permanente e acumulativa.

Dar-se á maior importância à atividade crítica, à capacidade de síntese e a elaboração sobre a memorização.

A sistemática da avaliação do desempenho do aluno e de seu rendimento escolar será contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, de acordo com Regimento Escolar do Estabelecimento de Ensino e os resultados expressos em notas de 0,0 a 10,0 (zero a dez vírgula zero).

A nota do Bimestre será resultante da somatória dos valores atribuídos em cada instrumento de avaliação, sendo valores cumulativos.

Alguns Instrumentos e Critérios Avaliativos utilizados pelo Colégio.

Atividade de leitura – a avaliação de leitura possibilita ao professor verificar a compreensão dos conteúdos abordados em aula e, nesse sentido, faz-se necessário a escolha criteriosa do texto, o roteiro de análise e os critérios de avaliação, de forma a permitir a reflexão e a discussão, bem como a ampliação de conhecimento.

Projeto de Pesquisa Bibliográfica - a solicitação de uma pesquisa exige enunciado claro e recortes precisos do que se pretende.

Produção de Texto - a atividade de produção escrita deve considerar a característica dialógica e interativa da linguagem e o processo interlocutivo. Portanto, precisa ser relacionada ao que se escreve fora da escola, atendendo aos diferentes gêneros textuais.

Palestra/Apresentação Oral - a atividade de palestra/apresentação oral possibilita ao aluno demonstrar sua compreensão a respeito do conteúdo abordado, bem como argumentar, organizar e expor suas idéias.

Atividades Experimentais – estas atividades requerem clareza no enunciado e propiciam ao aluno criar hipóteses sobre o fenômeno que está ocorrendo, levando em consideração as dúvidas, o erro, o acaso, a intuição, de forma significativa. Nessa atividade, o aluno pode expressar sua compreensão do fenômeno experimentado, do conceito a ser construído ou já construído, a qualidade da interação quando o trabalho se realiza em grupo, entre outras possibilidade.

Projeto de Pesquisa de Campo – essa atividade exige um planejamento prévio que demande a busca de informações nos lugares que se pretende trabalhar. Nesse sentido, colabora para a construção de conhecimentos e formação dos alunos como agentes sociais.

O Relatório - é um conjunto de descrições e análise da atividade desenvolvida, auxiliando no aprimoramento da habilidade escrita, possibilitando ainda, a reflexão sobre o que foi realizado e a reconstrução de seu conhecimento. No relatório deve apresentar quais dados ou informações foram coletadas ou desenvolvidas e como esses dados foram analisados, bem como quais resultados podem-se extrair deles. São elementos do relatório: introdução, metodologia e materiais, análise e considerações finais.

Seminário - oportuniza a pesquisa, a leitura e a interpretação de textos. Trata-se de uma discussão rica de idéias, na qual cada um participa questionando, de modo fundamentado, os argumentos apresentados, colocando o estudante em contato direto com a atividade científica e engajando-o na pesquisa.

Debate – possibilita a exposição de idéias, avaliação dos argumentos, permitindo que haja turno de fala entre os ouvintes. Mas, para que isso ocorra, é preciso garantir a participação de todos.

Atividades com textos literários - possibilita discussões acerca do conteúdo que está sendo discutido, no contexto de outra linguagem. Esse trabalho passa por três momentos necessários para sua efetivação: a escolha do texto, a elaboração da atividade em si (seja através de questões, seja por um roteiro de leitura), os critérios de avaliação.

Atividades a partir de recursos Audiovisuais - o trabalho com filmes, documentários, músicas, teatro, entre outros. Qualquer que seja o recurso escolhido, é preciso considerar

que o conteúdo abordado naquela mídia não está didatizado, vem apresentado em linguagem específica e com intencionalidade diferente daquela que existe na escola. A didatização do conteúdo cabe ao professor.

Trabalho em grupo – desenvolve dinâmicas com pequenos grupos, na tentativa de proporcionar, aos alunos, experiências que facilitem o processo de aprendizagem. Nesse sentido, possibilita a interação social, conduzindo o aluno a compartilhar seu conhecimento. O trabalho em grupo pode ser proposto a partir de diferentes atividades, sejam elas, escritas, orais, gráficas, corporais, construção de maquetes, painéis, mural, jogos e outros, abrangendo os conhecimentos artísticos, filosóficos e científicos.

Questões discursivas - Essas questões possibilitam verificar a qualidade da interação do aluno com o conteúdo abordado em sala de aula. Uma questão discursiva possibilita que o professor avalie o processo de investigação e reflexão realizado pelo aluno durante a exposição/discussão do conteúdo, dos conceitos. Além disso, a resposta a uma questão discursiva permite que o professor identifique com maior clareza o erro do aluno, para que possa dar a ele a importância pedagógica que tem no processo de construção do conhecimento.

Questões objetivas - Este tipo de questão tem como principal objetivo a fixação do conteúdo. Uma questão objetiva deve apresentar um enunciado objetivo e esclarecedor, usando um vocabulário conceitual adequado, possibilitando ao aluno a compreensão do que foi solicitado. Para a construção desse tipo de questão o professor não deve desconsiderar um bom planejamento, ou seja, definir o grau de dificuldade de cada questão direcionada para cada série com vistas a não cometer injustiças.

Recuperação de Estudos e Recuperação Paralela

Conforme consta no Regimento Escolar, a oferta da recuperação de estudos dar-se-á, concomitantemente, ao processo ensino aprendizagem, considerando a apropriação dos conhecimentos básicos, sendo direito de todos os educandos, independentemente do nível de apropriação dos mesmos.

A Recuperação de Estudos será planejada, constituindo-se num conjunto integrado ao processo de ensino, além de se adequar às dificuldades dos alunos.

Na Recuperação de Estudos, o professor, considera a aprendizagem do aluno no decorrer do processo e, para aferição do bimestre, entre a notas das Avaliações e a das Recuperações, prevalecerá sempre a maior.

Os resultados da recuperação serão incorporados às avaliações efetuadas durante o período letivo, constituindo-se em mais um componente do aproveitamento escolar, sendo obrigatória sua anotação no Livro Registro de Classe.

A Recuperação Paralela tem como finalidade a retomada dos conteúdos não apropriados pelos alunos, e deverá assumir várias formas: Pesquisas, oficinas, gincanas, relatórios, provas orais e/ou escrita, trabalhos em grupos e individuais, entre outras.

A avaliação é realizada em função dos conteúdos, utilizando métodos e instrumentos diversificados, coerentes com as concepções e finalidades educativas expressas no Projeto Político-Pedagógico da escola.

Parágrafo Único - É vedado submeter o aluno a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação.

O resultado da avaliação deve proporcionar dados que permitam a reflexão sobre a ação pedagógica, contribuindo para que a escola possa reorganizar conteúdos/instrumentos/métodos de ensino.

A recuperação de estudos é direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos.

A recuperação será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados.

Parágrafo Único - A proposta de recuperação de estudos deverá indicar a área de estudos e os conteúdos da disciplina.

Segundo a LDB... "(...) O processo de avaliação deve ter como objetivo detectar problemas, servir como diagnóstico da realidade em função da qualidade que se deseja atingir. Não é definitivo nem rotulador, não visa a estagnar, e sim a superar as deficiências."

Art. 9o. - A União incumbir-se-á de:

VI. Assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino.

Assim, todas as avaliações serão sempre diagnósticas e com Recuperação de Estudos.

A recuperação de Estudos constará da retomada de conteúdos sempre que necessário e obrigatoriamente em cada bimestre.

O professor planejará junto com o aluno: conteúdo, forma e data para realização da reavaliação.

A recuperação de estudos dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo ensino aprendizagem.

A Reavaliação incidirá sobre as avaliações realizadas no decorrer do bimestre, sendo direito do aluno, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos.

O valor da Recuperação Paralela será de 0,0 à 10,0 (zero á dez vírgula zero) pontos, podendo ser subdividido a critério do professor, em mais de uma aferição.

A Reavaliação da Recuperação de Estudos poderá assumir várias formas tais como:

I – Provas Escritas;

II- Demonstrações;

III- Pesquisas Bibliográficas;

IV- Desenvolvimento de Projetos;

V- Relatórios;

VI- Oficinas;

VII- Gincanas;

VIII- Trabalhos em Grupos;

Todos os alunos terão direito à Reavaliação quando a somatória das suas nota atingir a média inferior a 6,0 (seis vírgula zero) e também aqueles que atingiram acima de 6,0 (seis vírgula zero) se desejarem adquirir mais conhecimentos e aumentar a média bimestral.

Quando não houver cumprimento do horário e data da Reavaliação, o aluno permanecerá com a média obtida na avaliação processual daquele bimestre, salvos os casos justificados.

O professor deverá registrar em lugar próprio do Livro Registro de classe as avaliações bimestrais e as notas referentes à Recuperação de Estudos.

Portanto, conforme a legislação atual LDB 9394/96. art. 24, a Recuperação Paralela deve ser oferecida ao longo do ano, por meio de atividades extra-classe, diante de uma avaliação processual retomando os conteúdos não apreendidos durante o processo. Entretanto faz-se necessário que o professor, ao perceber o aproveitamento insatisfatório, procure reorientar a sua prática pedagógica traçando metas e ações em parceria com os pedagogos antes do término do bimestre, no sentido de realmente realizar uma recuperação paralela efetiva.

Avaliação Institucional

A Avaliação Institucional objetiva fortalecer um movimento coletivo de reflexão, que auxilie os professores na construção de parâmetros que os orientem em sua prática educativa, consolidada pelos estudos e atualização permanente. É também uma tarefa oportuna e muito necessária para cumprir as exigências de reorientação e renovação das ações educacionais e de posicionamento ético de todos os sujeitos envolvidos na educação. Fornece subsídios ao trabalho educacional e contribui para uma formação emancipadora tanto por parte dos trabalhadores na educação como dos educandos.

A avaliação aqui proposta centra-se na formação humana, na mediação do saber historicamente produzido e na construção da cidadania. Propõe-se o desafio de avaliar de forma sistemática a prática escolar, na perspectiva de uma avaliação crítica e transformadora; fiel à realidade educacional; processual e evolutiva, abrangente e articulada; formativa e emancipadora e, principalmente, realizada coletivamente por todos aqueles que acreditam e se comprometem com a construção de uma educação de qualidade para todos os alunos da escola pública.

“A avaliação precisa ser espelho e lâmpada, precisa não apenas refletir a realidade, mas iluminá-la, criando enfoques e perspectivas, mostrando relações e atribuindo significado às ações e aos resultados (Dilvo Ristoff)”.

O oferecimento de uma educação completa com qualidade tem como objetivo diminuir e combater a evasão e repetência, através de professores capacitados, valorizados e estimulados cumprindo a sua nobre missão de educar, dando especial atenção àqueles alunos que se mostram mais indisciplinados e que apresentam maiores dificuldades no aprendizado, exercendo sua autoridade, estabelecendo limites e responsabilidades com autoridade e afetividade, conselhos escolares participativos, representativos e atuantes; com instalações adequadas, asseio, organização e segurança, enfim que haja um ambiente propício ao estudo e à aprendizagem, no qual o aluno se sinta estimulado a permanecer e aprender.

Para minimizar o problema da evasão pedimos o apoio da família e quando não somos atendidos, solicitamos o apoio do Conselho Tutelar a fim de que o aluno retorne para a escola. Fazemos este trabalho num pequeno espaço de tempo para que o aluno não tenha muito prejuízo no processo de ensino-aprendizagem.

Quanto aos alunos que apresentam fracasso escolar, as iniciativas são: pedido de apoio à família para que auxilie a criança e/ou adolescente nas tarefas escolares e estabeleça horário de estudos e incentive a participação, formação de grupo de estudos e atendimentos eventuais por parte dos professores na hora atividade, remanejamento do

aluno em sala mantendo-o o próximo da mesa do professor, encaminhamento para especialistas (psicólogos, neurologistas, entre outros).

A avaliação institucional ocorrerá por meio de mecanismos criados pelo estabelecimento de ensino e/ou por meio de mecanismos criados pela SEED. A avaliação institucional ocorrerá anualmente, preferencialmente no fim do ano letivo, e subsidiará a organização do Plano de Ação da Escola no ano subseqüente.

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico aqui proposto estarão centrados na formação humana, na gestão democrática, no trabalho coletivo, na formação continuada dos professores, na mediação, na construção e reconstrução do saber historicamente produzido pelo homem e no exercício da cidadania. Propõe-se o desafio de avaliá-lo de forma sistemática, na perspectiva de uma avaliação crítica e transformadora. O acompanhamento e a avaliação do projeto serão realizados coletivamente pelos envolvidos direta e indiretamente com o processo educativo: alunos, família, professores, pedagogos, direção e agentes educacionais.

O Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Campo Professor Jaelson Biácio – Ensino Fundamental e Médio é muito mais que um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. Ele é o documento que explicita a identidade da escola. Ele deverá ser reconstruído sempre que necessário e vivenciado na prática cotidiana por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

O acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico deverá ser realizado em período semestral, considerando que durante o semestre o projeto será vivenciado no contexto escolar, permitindo assim a percepção da sua efetivação.

As instâncias envolvidas serão as mesmas que participaram da elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico, sendo estas responsáveis também pela sua efetivação.

As instâncias envolvidas são o Conselho Escolar, a APMF, o Grêmio Estudantil e todos os profissionais da educação e as famílias compõem a comunidade escolar do Colégio.

BIBLIOGRAFIAS

DAVYDOV, V. V. La Enseñanza escolar y El desarrollo psíquico. Habana: Editorial Progresso, 1988.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 33.ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

VYGOTSKY, L. S. A Construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEONTIEV, Alexei. Cuestiones psicológicas de la teoría de la consciencia. In: Actividad, conciencia, personalidad. Habana: Pueblo y Educación, 1983.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resultados do Saeb atualizam panorama de qualidade da educação básica.

BRASIL. Resultado do censo escolar 2005. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília-DF, 2006.

VYGOTSKY, Lev S. O desenvolvimento psicológico na infância. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. 36ª ed. São Paulo, Cortez, 1986.

ARIÈS, Philippe. A história social da criança e da família. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

BAZÍLIO, Luiz e KRAMER, Sonia. Infância, educação e direitos humanos. São Paulo: Ed. Cortez,

2003.

BRASIL. Constituição Brasileira. Brasília, 1988.

———. Estatuto da Criança e do Adolescente. Organização dos textos, notas e índices por Juarez de Oliveira. 6.ed. Atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 1996.

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

BRASIL. Ministério da Educação. Proinfantil, Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil, 2005.

JOBIM e SOUZA, S. Infância e Linguagem – Bakhtin, Vygotshy e Benjamin. São Paulo. Papirus,1995.

BENJAMIN, W. Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação. São Paulo: Summus, 1984.

BROUGÈRE, G. A criança e a cultura lúdica. In: KYSHIMOTO, T.M. (Org.). O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

VYGOTSKY, L.S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

BAKHTIN, Mikail (Volochinov). Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: Hucitec, 1992a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, Resolução CEB nº 2, de 7 de abril de 1998.

SOARES, M. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FERRAZ, Petronilha Trevisan. Aprendizagem e avaliação. Nova Escola, 116. p. 50-51, 1998.

LERNER, Delia. Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil: 1988. São Paulo : Saraiva 1988.

EZPELETA, Justa, ROCKWELL, Elsie. Pesquisa participante. São Paulo : Cortez, 1986.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação mito & desafio: uma perspectiva construtiva. 11. ed. Porto Alegre : Educação & Realidade, 1993.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. 4. ed. São Paulo : Cortez, 1996.

CAMARGO, Alzira leite Carvalhais. Mudanças na avaliação da aprendizagem escolar na perspectiva da progressão continuada: questão teoria e prática. In: Bicudo, Maria Ap. V: Silva Junior, Celestino da (orgs). Formação do educador: Avaliação Institucional, ensino e aprendizagem. S. P. ed. UNESP, 1999.

DALBEN, Ângela I. L. de Freitas. Concepções de avaliação escolar x concepção de relação pedagógica. In: conselho de classe e avaliação: pespectivas na gestão pedagógica da escola. Campinas, S.P. Papirus, 2004..

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Ministérios da Educação – Assessoria de Comunicação Social – Brasília: MEC 2004.

GADOTI, Moacir, ROMÃO, José E. (orgs.). Autonomia da Escola: Princípios e Propostas. São Paulo: Cortez, 1997.

GAUDÊNCIO – Fundamentos de um projeto político. In Dermeval Saviani e a Educadora: o simpósio de Marília, S.P. – Cortez, 1994.

LDBEN nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

FREIRE, Paulo – Projeto Político-Pedagógico - São Paulo – Cortez, 1995.

LUCKESI, Cipriano C. – Avaliação da aprendizagem: um ato amoroso. In. avaliação da aprendizagem escolar: estudos e preposição – 15ª erd. – São Paulo, Cortez, 2003.

LUCKESI, Cipriano C. Verificação ou avaliação: o que pratica a escola? In; Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições – 15ª ed. S. P. Cortez, 2003, p. 85 – 101.

PARECER Nº 17/2001 de 03/072001 – Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Conselho Nacional de Educação.

PIMENTA, Selma Garrido. A Construção do Projeto Pedagógico na Escola de 1º Grau. In: Série Idéias nº 8. São Paulo: FDE/Governo do estado de São Paulo, 1992.

RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de.; VEIGA, Ilma Passos (orgs.). Escola: espaço do projeto Político-Pedagógico. Campinas: Papirus, 1998.

ROSSA, Leandro - Projeto Político-Pedagógico: uma construção coletiva, inclusiva e solidária. Revista da AEC. Brasília, V. 28, nº 111, p. 63-72 , abril / junho – 1999.

SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia: Polêmicas do tempo. Campinas: Autores Associados, 1994.

SAVIANI, Demerval. Pedagogia Histórico-Crítica – Primeiras Aproximações, Campinas – SP, 1986.

SEVERINO, Antonio Joaquim - O Projeto político Pedagógico: a saída para a escola. Revista da AEC. Brasília, V. 27, nº 107, p. 81 a 91 – Abril / Junho-1998.

VEIGA – Ilma Passos. Projeto Político da Escola: uma construção coletiva. Projeto Político Uma Construção Possível. Campinas - SP – Papirus.

COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO PROFESSOR JAELSON BIÁCIO – ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

PROPOSTAS PEDAGÓGICAS CURRICULARES

PIQUIRIVAI – CAMPO MOURÃO
DEZEMBRO, 2011

COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO PROFESSOR JAELSON BIÁCIO
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

DISCIPLINA: ARTE

CAMPO MOURÃO - 2011

1- APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A disciplina de Arte no ensino regular nos mostra a necessidade básica do ser humano se comunicar. E mais, ele se dá, também, pela necessidade da humanização dos nossos educandos. E segundo, ARCO-VERDE (2003), quando o aluno em contato com este instrumento, “a arte”, tende a perceber quem somos e a que viemos. Assim estamos possibilitando a eles o domínio dos sentidos para a vida; instrumentalizando-os para as batalhas que se apresentam no dia-a-dia.

A arte possibilita, dentro de seu processo de criação, o recriar do ser humano. E nessa produção dialética nasce um ser propenso a perceber a si e ao outro.

Acreditamos, também, que o processo histórico de formação desta disciplina é imprescindível para a compreensão de quem realmente somos. Assim passemos a um breve relato do como tudo ocorreu.

- 1549 a 1759 – No território do Brasil colônia e principalmente onde hoje é o Estado do Paraná, ocorreu, nas cidades, vilas e missões jesuítas a primeira forma registrada de arte na educação. A congregação católica denominada Companhia de Jesus (Jesuítas), instituída na contra reforma, veio no Brasil e desenvolveu uma educação de tradição religiosa para todas as camadas sociais. Nas missões das comunidades indígenas, realizaram um trabalho de catequização com os ensinamentos de artes e ofícios, através da retórica, literatura, escultura, pintura, música e artes manuais. Essa arte era de tradição da alta idade média e renascentista européia.
- 1792 a 1800 – Com influência do projeto iluminista, que rompeu com o teocentrismo medieval, propondo a razão como a salvação do ser humano (antropocentrismo), o governo do Marquês de Pombal extingue o currículo dos Jesuítas a apresenta a primeira reforma Educacional Brasileira – Reforma Pombalina – que dá ênfase ao ensino da Ciência com o objetivo de desenvolver o Brasil. O Ensino de Arte se torna irrelevante e, apenas o desenho associado à matemática, é considerado importante. Neste período são implantadas as aulas régias, que eram aulas avulsas que supriam as disciplinas antes oferecidas pelos jesuítas.
- 1808 – a família real, fugindo da invasão de Napoleão Bonaparte a Portugal, vem para o Brasil e D. João VI inicia uma série de obras e ações para acomodar, em termos materiais e culturais, a corte portuguesa. Entre estas ações está o convite a vários artistas para virem ao Brasil com a finalidade de instituírem escolas de arte e promover um ambiente cultural aos moldes europeus.
- 1816 a 1826 – chega ao Brasil um grupo de artistas franceses encarregados da fundação da Academia de Belas Artes, na qual os alunos poderiam aprender as artes e ofícios artísticos.
- No Brasil, apesar dos artistas já estarem desenvolvendo uma arte Barroca, com características próprias, sofrem a imposição do neoclassicismo.
- A partir deste período, foram disseminadas as aulas de piano domiciliares.
- Em 1886, no Paraná, iniciou-se um processo de constituição da “Escola Profissional Feminina”, oferecendo desenho, pintura, corte e costura, flores e bordado, que faziam parte da formação da mulher.
- 1890 – surge a primeira reforma educacional, direcionando o ensino, novamente, para a valorização da ciência e da geometria.
- 1920 – em contraposição a todas as formas anteriores de ensino que impõem modelos que não correspondem a cultura dos alunos inicia-se um movimento de valorização da cultura nacional, expressada na educação pela escola nova. Esse movimento valorizava a cultura do povo.
- 1922 – a semana da Arte moderna é considerada um marco importante para a arte brasileira e os movimentos nacionalistas.
- Esta semana influenciou os artistas brasileiros valorizando o ensino da arte

para a educação das crianças através da expressividade, espontaneidade e a criatividade. Este ensino rompeu com padrões da escola tradicional.

- 1931 – foi instituído, nas escolas, o ensino de música através do canto orfeônico com grande incentivo do compositor Heitor Villa Lobos. A música foi muito difundida nas escolas e conservatórios com ensino de hinos, canto coral com apresentações para grandes públicos.
- 1948 – Augusto Rodrigues cria, no Rio de Janeiro, a 1ª escolinha de arte no Brasil na forma de Atelier – livre com a finalidade de desenvolver a criatividade, incentivando a expressão individual, seguindo a pedagogia da Escola Nova.
- 1954 – É criada a primeira Escola de Arte na Educação Brasileira do Paraná, no (C.E.P.) em Curitiba, com o objetivo de trabalhar a dimensão criativa do aluno através das Artes Plásticas, Música e Teatro.
- 1971 – Lei Federal n.º 5692-71, no seu artigo 7, determinou a obrigatoriedade do ensino da arte nos currículos do Ensino Fundamental (a partir da 5ª série) e Médio. Cabia ao professor trabalhar com o aluno o domínio dos materiais que seriam utilizados na sua expressão.
- 1990 – durante os anos 80, houve uma grande mobilização dos movimentos sociais para a redemocratização do país e para a constituinte de 1988. Também neste período, no ano de 1992, a Escola Profissional República Argentina, passa a denominar-se Centro de Artes Guido Viaro, voltada ao ensino de arte.
- 1996 – Lei Federal n.º 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – mantém a obrigatoriedade do ensino da arte nas escolas de Educação Básica. Essa lei propõe a formação geral dos alunos em oposição a lei federal n.º 5692/71.
- 1998 – São normatizadas, pelo Conselho Nacional de Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (D.C.N. E. M.) .
- 2003 – Inicia-se o processo de Construção Coletiva das Orientações Curriculares do Ensino Médio.

2- OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA

Formar o cidadão apto a construir gradualmente sua identidade cultural, conhecedor de seus direitos e deveres; tendo na arte desenvolvidas as suas possibilidades de corporeidade holística. Interagindo assim, com os indivíduos advindos de todas as regiões (urbanas ou rurais), portadores ou não de necessidades especiais, nas dinâmicas diárias; objetivando o processo inclusivo. Partindo da utilização da estrutura desenvolvida para o Ensino Médio das Diretrizes Curriculares que são: os elementos formais, a composição e os movimentos e períodos.

3- CONTEÚDOS ESTRUTURANTES DA DISCIPLINA

Valendo se de todas as linguagens disponíveis, no momento, nas artes (meios tecnológicos[2] para sua produção e veiculação.) para a construção do pensamento de uma sociedade realmente preocupada com o seu meio iniciamos a reorganização e a reordenação dos conteúdos específicos do Ensino Médio, partindo dos conteúdos estruturantes determinados para esta disciplina.

6º ANO

	• CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

[2] Tecnológicos aqui entendidos como: todas as descobertas realizadas pelo homem; partindo de uma simples marreta para esculpir até o computador com a internet.

Artes

Áreas	ELEMENTOS BÁSICOS DAS LINGUAGENS ARTÍSTICAS	PRODUÇÕES / MANIFESTAÇÕES ARTISTICAS	ELEMENTOS CONTEXTUALIZADORES
	• Conteúdos Específicos		
ARTES VISUAIS	*a) Forma: – Suporte – Especialidade – Texturas – Movimento *b) Luz: – Sombra – Decomposição da luz	– Imagens bidimensionais (desenho, pintura, gravura, fotografia,propaganda visual); – Imagens tridimensionais (esculturas, instalações,	– Contextualização histórica – Autores/artistas – Gêneros – Estilos – Técnicas – Correntes artísticas (evolução da arte brasileira)
MÚSICA	* Som ▪Melodia ▪Ritmo ▪Harmonia ▪Intensidade ▪Duração ▪Altura ▪Timbre	▪Composições musicais ▪Improvisações musicais ▪Interpretações musicais	
TEATRO	a) Personagem: ▪Expressões corporal ▪Expressões gestual ▪Expressões vocal ▪Expressões facial ▪Caracterização da personagem b) Espaço Cênico:	▪presentação teatral direta e indireta ▪Improvisação cênica ▪Dramatização ▪Educação ambiental ▪Educação fiscal ▪Enfrentamento à violência contra a criança e ao adolescente	
DANÇA	a) Movimento: ▪Espaço ▪Ações ▪Dinâmicas/ritmo ▪Relacionamentos	▪Composições coreográficas ▪Improvisações coreográficas	

7º ANO

	• CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

ÁREAS	ELEMENTOS BÁSICOS DAS LINGUAGENS ARTÍSTICAS	PRODUÇÕES / MANIFESTAÇÕES ARTISTICAS	ELEMENTOS CONTEXTUALIZADORES
	• Conteúdos Específicos		
ARTES VISUAIS	*a) Forma: – Suporte – Especialidade – Texturas – Movimento *b) Luz: – Sombra – Decomposição da luz branca – Cor	– Imagens bidimensionais (desenho, pintura, gravura, fotografia,propaganda visual); – Imagens tridimensionais (esculturas, instalações, construções arquitetônicas);	– Contextualização histórica – Autores/artistas – Gêneros – Estilos – Técnicas – Correntes artísticas (arte pré-histórica, idade antiga e Antiguidade clássica)
MÚSICA	* Som ▪Melodia ▪Ritmo ▪Harmonia ▪Intensidade ▪Duração ▪Altura ▪Timbre	▪Composições musicais ▪Improvisações musicais ▪Interpretações musicais	
TEATRO	a) Personagem: ▪Expressões corporal ▪Expressões gestual ▪Expressões vocal ▪Expressões facial ▪Caracterização da personagem b) Espaço Cênico: ▪Cenografia ▪Iluminação ▪Sonoplastia c) Ação Cênica: ▪Enredo ▪Roteiro ▪Texto	▪presentação teatral direta e indireta ▪Improvisação cênica ▪Dramatização ▪Educação ambiental ▪Educação fiscal ▪Enfrentamento à violência contra a criança e ao adolescente	

DANÇA	a) Movimento: ▪Espaço ▪Ações ▪Dinâmicas/ritmo ▪Relacionamentos	▪Composições coreográficas ▪Improvisações coreográficas	

8º ANO

ÁREAS	• CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
	ELEMENTOS BÁSICOS DAS LINGUAGENS ARTÍSTICAS	PRODUÇÕES / MANIFESTAÇÕES ARTISTICAS	ELEMENTOS CONTEXTUALIZADORES
	• Conteúdos Específicos		
ARTES VISUAIS	*a) Forma: – Suporte – Especialidade – Texturas – Movimento *b) Luz: – Sombra – Decomposição da luz branca – Cor – Percepção da cor	– Imagens bidimensionais (desenho, pintura, gravura, fotografia,propaganda visual); – Imagens tridimensionais (esculturas, instalações, construções arquitetônicas); – Imagens virtuais (cinema, televisão, computação gráfica, vídeo-arte) – História do Paraná – Prevenção ao uso indevido de drogas	– Contextualização histórica – Autores/artistas – Gêneros – Estilos – Técnicas – Correntes artísticas (idade média e idade moderna)
MÚSICA	* Som ▪Melodia ▪Ritmo ▪Harmonia ▪Intensidade ▪Duração ▪Altura ▪Timbre	▪Composições musicais ▪Improvisações musicais ▪Interpretações musicais	

TEATRO	a) Personagem: ▪Expressões corporal ▪Expressões gestual ▪Expressões vocal ▪Expressões facial ▪Caracterização da personagem b) Espaço Cênico: ▪Cenografia	▪presentação teatral direta e indireta ▪Improvisação cênica ▪Dramatização ▪Educação ambiental ▪Educação fiscal ▪Enfrentamento à violência contra a criança e ao adolescente	
DANÇA	a) Movimento: ▪Espaço ▪Ações ▪Dinâmicas/ritmo ▪Relacionamentos	▪Composições coreográficas ▪Improvisações coreográficas	

9º ANO

ÁREAS	• CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
	ELEMENTOS BÁSICOS DAS LINGUAGEN	PRODUÇÕES / MANIFESTAÇÕES ARTISTICAS	ELEMENTOS CONTEXTUALIZADORES
	• Conteúdos Específicos		

ARTES VISUAIS	*a) Forma: – Suporte – Especialidade – Texturas – Movimento *b) Luz: – Sombra – Decomposição da luz branca – Cor – Percepção da cor	– Imagens bidimensionais (desenho, pintura, gravura, fotografia,propaganda visual); – Imagens tridimensionais (esculturas, instalações, construções arquitetônicas); – Imagens virtuais (cinema, televisão, computação gráfica, vídeo-arte) – História do Paraná – Prevenção ao uso indevido de drogas	– Contextualização histórica – Autores/artistas – Gêneros – Estilos – Técnicas – Correntes artísticas (idade contemporânea, século XX e arte dos dias atuais)
MÚSICA	* Som ▪Melodia ▪Ritmo ▪Harmonia ▪Intensidade ▪Duração ▪Altura ▪Timbre	▪Composições musicais ▪Improvisações musicais ▪Interpretações musicais	

TEATRO	a) Personagem: ▪Expressões corporal ▪Expressões gestual ▪Expressões vocal ▪Expressões facial ▪Caracterização da personagem b) Espaço Cênico: ▪Cenografia ▪Iluminação ▪Sonoplastia c) Ação Cênica: ▪Enredo ▪Roteiro ▪Texto dramático	▪presentação teatral direta e indireta ▪Improvisação cênica ▪Dramatização ▪Educação ambiental ▪Educação fiscal ▪Enfrentamento à violência contra a criança e ao adolescente	
DANÇA	a) Movimento: ▪Espaço ▪Ações ▪Dinâmicas/ritmo ▪Relacionamentos	▪Composições coreográficas ▪Improvisações coreográficas	

1º ANO

ÁREAS	• CONTEÚDOS ESTRUTURANTES		
	ELEMENTOS BÁSICOS DAS LINGUAGENS ARTÍSTICAS	PRODUÇÕES / MANIFESTAÇÕES ARTISTICAS	ELEMENTOS CONTEXTUALIZADORES
	• Conteúdos Específicos		
ARTES VISUAIS	– Ponto – Linha – Superfície – Textura – Volume – Luz – Cor	– Figurativa – Abstrata – Figura/fundo – Bidimensional/tridimensional – Semelhanças – Contrastes – Ritmo Visual	– Paleolítico Superior – Neolítico – Arte Africana – Egito – Arte grega – Arte romana – Arte bizantina – Arte românica

MÚSICA	▪Altura ▪Duração ▪Timbre ▪Intensidade ▪Densidade	▪Ritmo ▪Melodia ▪Harmonia ▪Intervalo Melódico ▪Intervalo Harmônico ▪Total ▪Modal ▪Gêneros ▪Técnicas ▪Improvisação	– Arte gótica – Renascimento – Barroco – Rococó – Neoclassicismo – Romantismo – Realismo – Impressionismo – Neoimpressionismo – Pós-impressionismo – Expressionismo – Fauvismo – Cubismo – Futurismo – Abstracionismo – Surrealismo – Pop art – Op art – Arte dos Índios Brasileiros – Arte Africana – Arte afro-brasileira – O barroco no Brasil – A influência da missão artística Francesa – A pintura acadêmica Brasileira – Arte no final do Império e começo da
TEATRO	* Personagem: ▪Expressões corporais ▪Vocais, gestuais e faciais * Ação * Espaço Cênico	▪Representação ▪Sonoplastia/iluminação/cenografia/figurino/caracterização/maquiagem ▪Adereços ▪Jogos teatrais ▪Roteiro ▪Enredo ▪Gêneros ▪Técnicas	
DANÇA	▪Movimento corporal ▪Tempo ▪Espaço	▪Ponto de apoio ▪Salto e queda ▪Rotação ▪Formação ▪Deslocamento ▪Sonoplastia ▪Coreografia ▪Gêneros ▪Técnicas	

* Conforme a Lei 11.645

CONTEÚDOS COMPLEMENTARES

▪Festival Cultura Afro-Brasileira e Africana
▪Festival de Folclore
▪100% Cultura
▪Datas comemorativas
▪História do Paraná
▪Música
▪Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana
▪Educação Ambiental
▪Educação Fiscal
▪Enfrentamento à violência contra a Criança e ao Adolescente
▪Educação Tributária

4- METODOLOGIA DA DISCIPLINA

A educação pela Arte possibilita ao educando a ampliação de sua visão construindo sua corporeidade holística. Entendendo visão não só como o olhar e ver um objeto, mas sim a compreensão desse objeto em relação a si e ao outro. A arte é um instrumento que alavanca os sentidos, as percepções, auxiliando na construção de sua identidade cultural, independente das diversidades socio-culturais e das necessidades especiais

Ao utilizar os recursos artísticos, é importante que ocorra dentro da visão de ensino-aprendizagem da pedagogia Histórico-Critíca. Para tanto a escola deve ser percebida com um todo e vista como um "centro de experiência permanente". Deve também possibilitar a co-responsabilidade do professor e aluno no processo de aprendizagem. É fundamental que durante as aulas o professor, num primeiro momento, deixe claro para os alunos a importância do conteúdo, partindo do seu ponto de vista e indo para a explicação dos porquês e dos como serão trabalhados. A postura do professor deve ser a de quem: explica, informa, questiona, corrige. Isso é agir na zona de desenvolvimento imediato do aluno, segundo Vigotski. Com isso buscar a catarse[3] no aluno para que este possa explicar, agir e interagir as informações adquiridas com os colegas, com o professor, com a escola, enfim com o meio que o cerca, o mundo.

Os conteúdos devem ser, como já dito acima, abordados partindo do conhecimento prévio dos alunos, incluindo as suas idéias pré-concebidas sobre o ensino da arte. Para tanto a cada conteúdo serão realizadas discussões em sala de aula sobre a importância que estes têm na vida prática do aluno. Os trabalhos serão realizados em grupos ou individuais, pesquisas, oficinas, visitas a museus, teatros e bibliotecas; visando atender a toda diversidade que se encontra na comunidade escolar.

Para Ana Mae Barbosa ao trabalharmos com o ensino da arte devemos ter em mente o tripé: do fazer, do sentir e do perceber as dimensões artísticas. Assim, o trabalho em sala de aula poderá iniciar por qualquer desses eixos ou pelos três simultaneamente. Uma vez que para o Ensino Fundamental as formas de relação da arte com a sociedade serão tratadas numa dimensão ampliada, enfatizando a associação da arte com a cultura e da arte com a linguagem.

Visando que os conteúdos complementares da disciplina serão realizados dentro das eventualidades realizadas na escola, como: Palestras, projetos e atividades extra classe.

□□□□□□□□História e Cultura afro-brasileira, africana e indígena (Lei n°11,645/08); (OBRIGATÓRIOS)

- História do Paraná (Lei n°13381/01);
- Música (Lei n°11,769/08); (OBRIGATÓRIOS).
- Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana;
- Educação Ambiental (Lei n°9795/99), Dec.4201/02;
- Educação Fiscal;
- Enfrentamento à violência contra a criança e ao adolescente (Lei Federal n°11525/07);
- Educação Tributária Dec. N°1143/99, portaria n°413/02.

Os conteúdos obrigatórios elencados acima deverão ser abordados quando estiverem inter-relacionados com o conteúdo da disciplina e, por isso, serão mencionados na metodologia do planejamento do professor.

X. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO ESPECÍFICOS DA DISCIPLINA

A Arte em toda a sua trajetória contou a história da humanidade e o seu meio, e dentro da disciplina de Artes procuramos contemplar todos os alunos, independentemente de suas características físicas, mental, social e espiritual, buscando dentro do social

[3] Segundo GASPARIN catarse é a síntese, ou seja, é a sistematização do conhecimento adquirido, a conclusão que o aluno chegou; dentro de um processo com seus objetivos já determinados.

abranger o maior conhecimento, nunca obstante se esquecendo que cada ser é único em seu universo e que respeitar estas diferenças é nos respeitar. Deixando o fluir das artes aflorar diante dos alunos para que estes busquem o conhecimento na compreensão das realidades e que, ao se ampliar sua sensibilidade, possa discutir assuntos os mais variados com propriedade, aguçando os seus sentidos.

De acordo com a LDBEN (nº. 9.394/96, art. 24, inciso V) e com Deliberação 07/99 do Conselho Estadual de Educação (Capitulo I, art. 8º.), a avaliação em Arte deverá levar em conta as relações estabelecidas pelo aluno entre os conhecimentos em arte e a sua realidade, evidenciada tanto no processo, quanto na produção individual e coletiva desenvolvidas a partir desses saberes.

Avaliar exige, acima de tudo, que se defina onde se quer chegar; que se estabeleçam os critérios, para em seguida, escolherem seus procedimentos, inclusive aqueles referentes à seleção dos instrumentos que serão usados no processo de ensino aprendizagem. E se tratando de avaliação devemos ter o cuidado de conduzir a teoria de forma específica, contextualizando, trazendo para a Arte a realidade de cada sala de aula e para a realidade de cada aluno e, sendo neste ou no momento oportuno dispor de materiais expositivos, para maior clareza e para que possam atuar na prática com o conhecimento, diante disso é notório que o professor deva ter o conhecimento de linguagem artística em questão, bem como da relação entre criador e o que foi criado. pois assim , que o aluno dentro do conhecimento gerando critérios adquiridos, possa se expressar de uma forma pessoal, ampla e irrestrita, abandonando a prática pragmática.

Neste processo oportunizamos o surgir da pessoa crítica, conhecedora de sua realidade, diante de um social a que envolve, podendo traçar metas, objetivos para poder mudar a realidade de si e de seus, buscando a felicidade. Isto nos dará com clareza as soluções das problematizações apresentadas.

Assim a avaliação será continua, ou seja, se dará constantemente a cada encontro, e será considerado o avanço individual de cada aluno em relação as suas potencialidades. E em cada atividade serão focados os pontos determinados pelos conteúdos estruturantes.

BIBLIOGRAFIA

APOSTILA NOBEL. O Multiverso das Artes – Artes Visuais. Maringá: Editora Nobel, 2003.

BERTELLO, Maria Augusta. Palavra em Ação – Minimanual de Pesquisa – ARTE. Uberlândia: Claranto Editora, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio. Brasília, 1998.

CANTELE, Bruna R. & LEONARDI, Ângela C. Arte Linguagem Visual. São Paulo: IBEP, 2000.

CHAUÍ, Marilena. Convite a Filosofia. 8º edição. São Paulo: Editora Ática, 1997.

D'ANDREA, Flávio Fortes. Desenvolvimento da Personalidade; enfoque psicodinâmico. 9º edição. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.

FEIST, Hildegard. Pequena viagem pelo mundo da arte. São Paulo: Editora Moderna, 1996.

GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a pedagogia histórico-critíca. 3.ed.ver. – Campinas: Editora Autores Associados, 2005. 191p.

GOMBRICH, E. A. A história da Arte. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1999.

JASON, H. W. e JASON, Anthony F.; [tradução Jefferson Luiz Camargo]. Iniciação a História da arte. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARCHESI JÚNIOR, Isaías. Atividades de Educação Artística. São Paulo: Editora Ática, 1995.

MANGE, Marilyn Diggs. Arte brasileira para crianças. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

NEWBERY, Elizabeth. Os segredos da Arte. São Paulo: Ed. Ática, 2004.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretrizes Curriculares de Arte para o Ensino Médiol. Curitiba: SEED/DEPG, 2006.
POUGY, E. Descobrindo as Artes Visuais. São Paulo: Ed. Ática, 2001.
PROENÇA, Graça. História da Arte. São Paulo: Ed. Ática, 1990.
REVERBEL, Olga. Teatro na Escola. Porto Alegre: Ed. Ática.
VYGOTSKY, Lev Semenovitch. Psicologia da arte. São Paulo: M. Fontes, 1999.
WELL, Pierre & TOMPAKOW, Roland. O Corpo Fala; A linguagem silenciosa da comunicação não verbal. 3º edição. Petrópolis: Ed. Vozes, l973.

COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO PROFESSOR JAELSON BIÁCIO
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR
DISCIPLINA: BIOLOGIA

CAMPO MOURÃO - 2011

1. APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

É impossível ignorar a fascinante presença da Biologia entre nós. Ao folharmos uma revista ou jornal, somos envolvidos por uma série de informações e transformações que nos evidenciam a incansável e ininterrupta ação humana sobre a natureza e vice-versa.

A formação do nosso educando se faz cada vez mais no campo científico e tecnológico. Nesse contexto a Biologia e a Pesquisa pretendem colaborar para que este aluno tenha uma compreensão do mundo e suas transformações, onde o homem e o meio ambiente possam juntos, evoluir para a construção da autonomia de pensamento e ação no campo social, ambiental, físico e tecnológico.

2. OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA

A disciplina de Biologia tem como objeto de estudo o fenômeno VIDA, onde ela não apresenta um acúmulo de conhecimentos definitivos, prontos e acabados, mas um processo em constante questionamento da realidade.

2.1 CONTEÚDO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Mecanismos Biológicos
Organização dos seres vivos
Biodiversidade
Implicações dos avanços biológicos no fenômeno Vida

1º ANO

CONTEÚDOS BÁSICOS E ESPECÍFICOS

1º BIMESTRE

Origem da Vida
O que é Biologia?
Caracterizando os seres vivos
Níveis de Organização dos seres vivos
Geração espontânea ou abiogênese
Louis Pasteur: o fim da geração espontânea
A Terra primitiva: onde tudo começou
Outros experimentos: Fox e Calvin.
Composição química da célula
Água
Sais Minerais
Carboidratos
Lipídios
Proteínas
Ácidos Nucléicos
Vitaminas.

2º BIMESTRE

Introdução ao estudo da célula
O Microscópio
Organização celular (procariontes e eucariontes)

Membrana Plasmática
Composição química e estrutura da membrana
Especializações da membrana plasmática
Permeabilidade da membrana plasmática
Transporte ativo
Endocitose
Citoplasma
Hialoplasma
Orgânulos citoplasmáticos (ribossomos, retículo endoplasmático, complexo de Golgi, lisossomos, centríolos, plastos, mitocôndrias, peroxissomos e esferossomos, vacúolos).
Respiração celular.

3º BIMESTRE
Núcleo celular
Componentes do núcleo interfásico
Ciclo Celular
Interfase
Mitose
Meiose
Reprodução
Conceitos básicos de reprodução
Reprodução assexuada
Reprodução sexuada
Gametogênese humana

4º BIMESTRE
Embriologia
Segmentação ou clivagem
Fases do desenvolvimento embrionário.
Destino dos folhetos embrionários
Histologia Animal
Tecido epitelial
Tecido conjuntivo
Tecido muscular
Tecido nervoso

2º ANO

CONTEÚDOS BÁSICOS E ESPECÍFICOS

1º BIMESTRE
Sistemática, classificação e biodiversidade.
Desenvolvimento da classificação biológica
Sistemática moderna
Vírus
A estrutura dos vírus
Doenças causadas por vírus
Atualizações sobre vírus e suas descobertas
Reino Monera
As bactérias
Principais doenças bacterianas que afetam o homem.
Importância econômica e ecológica das bactérias.

As cianobactérias.
Reino Protista
Protistas autótrofos (euglenófitas, pirrófitas e crisófitas).
Algas Pluricelulares (clorofíceas, rodofíceas e feofíceas).
Protistas heterótrofos (protozoários)
Doenças causadas por protozoários.
Reino Fungi
Estrutura e reprodução dos fungos.
Importância econômica e ecológica dos fungos.
Os líquens.

2º BIMESTRE
Histologia Vegetal
Tecidos meristemáticos
Tecidos permanentes
Reino Plantae
Criptógamas
Briófitas
Pteridófitas
Fanerógamas
Gimnospermas
Angiospermas
Morfologia das Angiospermas (raiz, caule, folha, flor, fruto e semente).
Fisiologia Vegetal
Equilíbrio Hídrico
A absorção
O transporte da seiva bruta e da seiva orgânica
A transpiração Hormônios Vegetais
Movimentos Vegetais
Plantas regionais
Nome popular das Plantas do cotidiano

3º BIMESTRE
Reino Animália
Filo Poriphera
Filo Celenterata
Filo Platyhelminthes
Filo Nematelminthes
Filo Annelida
Filo Arthropoda
Filo Mollusca
Filo Echinodermata

4º BIMESTRE
Reino Animalia
Filo Chordata
Protocordados
Urochordata
Cephalochordata
Eucordados
Pisces (Chondrichthyes e Osteichthyes)
Tetrapoda (Amphibia, Reptilia, Aves e Mammalia).

3º ANO

Mecanismos Biológicos
Organização dos seres vivos
Biodiversidade
Implicações dos avanços biológicos no fenômeno vida

CONTEÚDOS BÁSICOS ESPECÍFICOS

1º BIMESTRE

As origens da genética
Primeiras idéias sobre herança biológica
As bases da hereditariedade
A Primeira Lei de Mendel
Genealogias ou Heredogramas
Interação entre alelos de um mesmo gene
Pleitropia
Co-dominância Gênica
Alelos Múltiplos
Herança de grupos sangüíneos
Os grupos sanguíneos do sistema ABO.
Os grupos sanguíneos do sistema MN
Os grupos sangüíneos do sistema RH

2º BIMESTRE

A Segunda Lei de Mendel.
Mendel e a herança de dois caracteres
Probabilidade
Interação Gênica
Epistasia
Herança Quantitativa
Pleiotropia Herança do Sexo
Herança e sexo
Herança ligada ao sexo
Herança restrita ao sexo
Herança influenciada pelo sexo.
Determinação do sexo na espécie humana (aberrações cromossômicas).

3º BIMESTRE

Mapeamento dos genes nos cromossomos
Linkage e Mapeamento Genético
Aplicações dos conhecimentos genéticos
Melhoramento genético
Aconselhamento genético
Genética molecular
Genoma humano
Idéias evolucionistas
Conceito de adaptação
Lamarck e o mecanismo evolutivo
Darwinismo
Neodarwinismo

Evidências da evolução
Teorias modernas da evolução
Fatores evolutivos
Bases genéticas da evolução
Avanço tecnológico
Avanços tecnológicos (biotecnologias, bioética, eutanásia, transgênicos, célula tronco, etc.).
Genética e suas modernidades

4º BIMESTRE
Fundamentos da Ecologia
Conceitos básicos; componentes do ecossistema.
Cadeias e teias alimentares.
Pirâmides ecológicas.
Ciclos biogeoquímicos.
Sucessões ecológicas.
Desequilíbrios ambientais.
Dinâmica das populações.
Relações entre os seres vivos.
Divisão da biosfera.
Os grandes biomas da Terra e do Brasil.
Anatomia e Fisiologia Humana.
Sistema digestório;
Cardiovascular;
Respiratório;
Excretor;
Nervoso;
Endócrino.

3- METODOLOGIA DA DISCIPLINA

O objeto de estudo da Biologia é o fenômeno Vida em toda sua diversidade de manifestações. Divido nos Conteúdos apresentados nessa proposta, percebe-se que esse fenômeno se caracteriza por um conjunto de processos organizados e integrados, quer no nível de uma célula, de um indivíduo, ou ainda, de organismos no seu meio.

Podemos dizer também, que um sistema vivo é sempre fruto da interação entre seus elementos constituintes e da interação entre esse mesmo sistema e os demais componentes de seu meio.

No decorrer do tempo e do espaço, as diferentes formas de vida estão sujeitas a transformação, podem sofrer mudanças e/ou provocar mudanças.

O conhecimento do campo da Biologia deve subsidiar a análise e reflexão de questões polêmicas que dizem respeito ao desenvolvimento, ao aproveitamento de recursos naturais e a utilização de tecnologias que implicam em intensa intervenção humana no ambiente, levando-se em conta a dinâmica dos ecossistemas, dos organismos, enfim, o modo como a natureza se comporta e a vida se processa.

A metodologia aplicada na disciplina de Biologia, parte da idéia de uma ação integrada onde um Conteúdo Estruturante é estudado a partir da base formada dos demais conteúdos da disciplina. Ou seja, o conteúdo Mecanismos Biológicos ajudam a compreender Biodiversidade.

A pratica docente parte das conceituações de Dermeval Saviani(1997) e Gasparin(2002), que preconizam os seguintes passos para essa ação: prática social

inicial, problematização, instrumentalização, cartase e nova prática social. Esses passos podem ser resumidos dessa forma:

1 - Prática Social: É o ponto de partida de todo o trabalho docente. É perceber e verificar as concepções alternativas do aluno. É explicitar a visão dele, que pode ser, sincrética, desorganizada e de senso comum.

2 – Problematização: é o momento de detectar que questões precisam ser resolvidas no âmbito da Prática Social e, em conseqüência, que conhecimento é necessário para resolver essas indagações.

3 – Instrumentalização: É o momento de apresentar os conteúdos sistematizados, científicos, para que possam superar o saber desorganizado. É nessa fase que o aluno apropria-se das ferramentas culturais necessárias às lutas que travam diuturnamente para se libertar das condições de exploração em que vivem.

4 – Catarse: Agora é à hora de perceber o que o aluno adquiriu de conhecimento para a solução dos problemas anteriormente levantados (problematização). Esta é a fase em que o educando manifesta a que assimilou os conteúdos.

5 - Retorno à Prática Social: O pensamento desorganizado e sincrético do aluno, apresentado no início do processo educativo a uma fase de maior clareza e compreensão das concepções da vida e realidade que o cerca. O aluno está com melhores condições para agir no processo de transformação das relações de produção que imperam na sociedade.

História e Cultura Afro-brasileira e Africana previstas na Lei 9.394 de 20/12/1996, apresentação de atividades construídas pelos alunos específicas;

Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana;

Educação Ambiental prevista na Lei 9795/99 decreto 4201/02;

Enfrentamento à Violência contra a Criança e ao Adolescente prevista na Lei Federal 11525/07;

Educação Fiscal e Educação Tributária prevista no Decreto 1143/99 portaria 413/02 serão trabalhadas ao longo das quatro séries do Ensino Fundamental durante o ano letivo, juntamente com os conteúdos estruturantes, onde poderão serem abordados quando necessário e não somente em determinada data.

3.1 – PROPOSTAS PARA OS ENCAMINHAMENTOS EM SALA

Organização dos Seres Vivos – Metodologia descritiva. Propõe a observação e a descrição dos seres vivos. Deve-se ampliar a discussão para a comparação das características estruturais anatômicas e comportamentais dos seres, bem como, debatendo os diversos critérios de definição e estudo da organização dos seres humanos.

Mecanismos Biológicos – Paradigma mecanicista. Análise dos conhecimentos biológicos de forma fragmentada. Concepção insuficiente para que se perceba a totalidade das relações entre os diversos mecanismos do fenômeno vida. O professor deve procurar superar a visão mecanicista através do aprofundamento da investigação criteriosa e do conhecimento objetivo, compreendendo a importância da interação entre os sistemas vivos, dos elementos constitutivos e a relação com o meio.

Biodiversidade – Paradigma evolutivo. Entendendo que a Ciência é uma construção humana, essa metodologia se propõe a idéia de valorizar a diversidade da VIDA como um conjunto de processos organizados e integrados, seja no nível celular, do indivíduo e do organismo e seu meio. Aqui entram o fenômeno vida, o meio ambiente, genética e a relação com a ecologia.

Implicações dos avanços biológicos no fenômeno vida – Paradigma da manipulação genética. É aqui nesse momento, que se busca a reflexão sobre os avanços científicos do campo da Biologia, dentre elas, da Engenharia Genética. Problematizando questões como Bioética e Biotecnologia, Clonagem Humana, num contexto de fornecer conhecimento que os habilitem a compreender e atuar na sociedade de forma crítica.

3.2 RECURSOS DIDÁTICOS

Como recursos didáticos, temos a aula dialogada, a leitura, a escrita, a experimentação, as analogias, debates, entre outros, devem ser utilizados no sentido de possibilitarem a participação dos alunos, favorecendo a expressão de seus pensamentos, suas percepções, significações, interpretações, uma vez que aprender envolve a produção/criação de novos significados, tendo em vista que esse processo acarreta o encontro e o confronto das diferentes idéias que circulam em sala de aula.

O uso de imagens como vídeo, transparências, fotos, atividades experimentais e a tecnológica, com a informática, devem estar presentes na aula de Biologia como instrumentos no processo de problematização e apresentação dos conteúdos.

A experimentação e as aulas descritivas são recursos imprescindíveis para a disciplina de Biologia. Elas estão ligadas ao processo de reflexão e discussão dos fenômenos biológicos e não a utilização de equipamentos sofisticados.

A atividade de resolução de problemas e a reflexão sobre hipóteses do fenômeno vida, como instrumentos de aprendizagem pode contribuir para compreensão da realidade e capacitar o aluno a uma leitura do mundo mais global e integral.

Pensamos como importante a utilização de jogos e simulações, exploração bibliográfica, recursos tecnológicos e midiáticos, entrevista, experimentação, seminários, valorizando a vivência dos estudantes e desenvolvendo a interdisciplinaridade e multidisciplinariedade, buscando situações significativas, temática, integrando a questão da Agenda 21, Sexualidade, Educação Fiscal e Cultura e História afrodescendente que devem favorecer a construção, pelos estudantes, de uma visão de mundo como um todo formado por elementos inter-relacionados, entre os quais o ser humano, agente de transformação.

4- CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação deve considerar o desenvolvimento da capacidade dos estudantes com relação a aprendizagem, não só de conceitos, mas também de procedimentos e atitudes, informando ao professor o que foi aprendido pelo estudante e quais são seus avanços, dificuldades e possibilidades.

Devemos romper com concepções espontâneas do processo de avaliação da aprendizagem, que estão presentes no cotidiano da escola, com a afirmação de que o fracasso na disciplina de Biologia é comum, pois o conteúdo é difícil e o conhecimento da Biologia não é para todos.

A avaliação é uma prática emancipadora. Ela encaminha o professor para uma reflexão sobre sua ação e sua prática educativa, e, desse modo orienta o ajuste de sua intervenção pedagógica para que o estudante aprenda, construa o seu próprio conhecimento e adquira condições de agir na sociedade de forma autônoma e consciente.

É necessário pensar o ato de avaliar como uma superação do simples ato de memorizar os conteúdos e sim como uma forma de perceber o que foi apreendido, bem como, o que ainda necessita ser aprofundando dos conceitos biológicos e do fenômeno vida.

Pensando numa avaliação inclusiva, ela tem o objetivo de facilitar para o professor, a adoção de decisões fundamentadas de adaptação do ensino, tanto no seu planejamento, quanto no seu desenvolvimento (modificando-se e ajustando-se de acordo com o andamento da avaliação inicial em função do que os alunos vão fazendo e aprendendo). Em relação à aprendizagem, uma avaliação inclusiva tem como objetivo que os alunos sejam capazes de responder com autonomia e responsabilidade sobre os seus processos de aprendizagem.

Uma avaliação inclusiva é caracterizada também pelo fato de que as decisões de ordem social (habilitação, aprovação, titulação), que são tomadas a partir dos resultados da avaliação, mantenham a maior coerência possível com a função predominantemente pedagógica que deve cumprir. Isso pressupõe que essas decisões sejam tomadas a partir de um processo de coleta de informações e de critérios de avaliação coerentes com os princípios de um ensino adaptativo.

Pensando na avaliação inclusiva, compreendendo os alunos que foram excluídos por questões sociais, ou étnicas, ou por deficiências, é preciso conhecer a realidade do aluno e buscar instrumentos de avaliação compatível com a necessidade do mesmo, buscando sua inserção no sistema de ensino e no mundo.

A avaliação da disciplina de Biologia será diagnóstica, contínua e cumulativa, podendo ser individual e coletiva, oral e escrita, através da participação dos estudantes durante as aulas, debates, pesquisas, filmes, provas dissertativas ou de múltiplas escolhas.

O processo avaliativo da disciplina de Biologia, aqui exposto, integra a proposta de avaliação da aprendizagem escolar do Colégio Estadual Novo Horizonte de Campo Mourão, apresentada no Projeto Político Pedagógico do mesmo.

5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMABIS, José Mariano & MARTHO, Gilberto Rodrigues. Biologia. São Paulo: Moderna. 2004. Volumes 1, 2, 3.

BURNIE, David. Dicionário Temático de biologia. São Paulo: Scipione, 1997.

CESAR, Sezar. Biologia. São Paulo. Atual, 1990

FAVARETTO, José Arnaldo & MERCADANTE, Clarinda. Biologia. São Paulo: Moderna. 2004. Volume único.

GASPARIN, J. L. Uma didática para a Pedagogia Histórico-Crítica. Campinas – SP: autores Associados, 2002.

KUENZER,A . Z. Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2002.

LIBÂNEO, J.C. Didática. 15.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LOPES, Sônia, Bio. São Paulo: Saraiva. 2000. Volume único.

LUCKESI. C.C. Avaliação da aprendizagem escolar. 9. ed.São Paulo: Cortez, 1999.

MOURÃO, Colégio Estadual de Campo. Projeto Político Pedagógico. Campo Mourão, 2011.

PAULINO, Wilson Roberto. Biologia. São Paulo:Ática,2000. Volume único.

_____. Regimento Escolar. Campo Mourão, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. 8a. ed. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1997.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: Primeiras aproximações. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1997.

SEED. Secretaria de Estado da Educação. Biologia. Livro Didático Público. Secretaria de Estado da Educação - SEED: Curitiba, 2006.

SEED. Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes curriculares da educação especial para a construção de Currículos inclusivos. Secretaria de Estado da Educação - SEED: Curitiba, junho de 2006.

SEED. Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares de Biologia. Secretaria de Estado da Educação - SEED: Curitiba, 2008.

SEED. Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes para a educação das relações étnicos- raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Secretaria de Estado da Educação - SEED: Curitiba, junho de 2006.

COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO PROFESSOR JAELSON BIÁCIO
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR
DISCIPLINA: LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA – CELEM

CAMPO MOURÃO - 2011

1. APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

Sabe-se que toda língua é constituída a partir da história e dos valores culturais de um povo. Sendo assim, partimos do pressuposto que a Língua Estrangeira é "[...] um princípio social e dinâmico que não se limita a uma visão sistêmica e estrutural do código linguístico" (DCE, 2008). Nesse sentido, a sala de aula se configura num espaço discursivo em que professores e educandos se constituem socialmente.

O ensino da Língua Estrangeira Moderna (LEM), nesse caso, a Língua Espanhola, tem por objetivo expandir as formas de conhecimento, logo pode ser propiciadora da construção das identidades dos sujeitos (educandos) ao oportunizar o desenvolvimento da consciência sobre o papel exercido pela língua estrangeira na sociedade brasileira e no panorama internacional, favorecendo ligações entre a comunidade local e a de fronteira latino-americana.

Dessa forma, a oferta do ensino da Língua Espanhola no CELEM atende às expectativas e demandas sociais contemporâneas, propiciando a aprendizagem dos conhecimentos historicamente produzidos às novas gerações. Para tanto, o ensino partirá do trabalho com textos significativos, orais ou escritos, oriundos de diferentes esferas sociais, bem como pertencentes a diferentes gêneros discursivos.

Diante do exposto, a oferta da Língua Espanhola, em nosso estabelecimento de ensino, oportunizará aos educandos, profissionais da educação e membros da comunidade a interação com a língua alvo, envolvendo o conhecimento linguístico, discursivo, cultural e sócio-pragmático, o que resultará no desenvolvimento das capacidades de ação, discursiva, linguístico-discursiva (DOLZ E SCHNEUWLY, 1998) exigidas dos seus atores, nas diferentes práticas sociais - entendidas aqui como formas de organização de uma sociedade, das atividades e das ações realizadas pelos indivíduos em grupos organizados, as quais se diferem de época para época, de cultura para cultura e de lugar para lugar.

2. OBJETIVOS

O Ensino de Língua Estrangeira objetiva contemplar as relações com a cultura, o sujeito e a identidade, bem como, a aprendizagem das percepções de mundo e maneiras distintas de atribuir sentidos, reafirmar subjetividades e permitir que se reconheça, no uso da língua os diferentes propósitos comunicativos, independentemente do grau, de proficiência atingido (PARANÁ, 2008).

As aulas de Língua Estrangeira, nesse caso, a Língua Espanhola, devem proporcionar ao aluno uma análise das questões sociais, políticas e econômicas da nova ordem mundial, desenvolvendo, dessa forma, a consciência crítica e transformadora do aluno, permitindo, portanto, por meio da prática da leitura, da escrita e da oralidade, o incentivo a pesquisa e a reflexão.

Sendo assim, o uso da língua deve ocorrer em situações de comunicação oral e escrita estabelecendo relações entre ações individuais e coletivas, para que o aluno tenha uma maior consciência sobre o papel das línguas na sociedade, reconhecendo, dessa maneira, a diversidade cultural e os benefícios para o desenvolvimento cultural do país,

formando sujeitos sociais, historicamente construídos e passíveis de transformação na prática social.

3. CONTEÚDOS

CONTEÚDO ESTRUTURANTE
Discurso como prática social

CONTEÚDOS BÁSICOS

Os conteúdos básicos, a seguir, serão trabalhados sempre a partir de um texto significativo, atendendo aos gêneros textuais, as esferas de circulação e às especificidades de cada ano.

LEITURA

- Identificação do tema, do argumento principal e dos secundários;
- Interpretação textual, observando: conteúdo veiculado, fonte, intencionalidade e intertextualidade;
- Linguagem não-verbal;
- As particularidades do texto em registro formal e informal;
- Finalidades de texto;
- Estética do texto literário;
- Realização de leitura não linear dos diversos textos;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como: (aspas, travessão, negrito) e figuras de linguagem;
- Semântica: operadores argumentativos, ambigüidade, sentido conotativo e denotativo das palavras no texto e expressões que denotam ironia ou humor no texto.

ESCRITA

- Tema do texto;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Discurso direto e indireto;
- Informatividade;
- Elementos composicionais do gênero;
- Ambigüidade;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Sentido conotativo e denotativo;
- Adequações ao gênero: elementos composicionais, elementos formais e marcas linguísticas;
- Acentuação gráfica;
- Ortografia;
- Concordância verbo/nominal
- Clareza de ideias;
- Paragrafação.

ORALIDADE

- Tema do texto;
- Finalidade do texto oral;
- Papel do locutor e interlocutor;
- Aceitabilidade do texto;
- Informatividade;
- Elementos extralingüísticos: entonação, pausas, gestos,...;
- Adequação do discurso ao gênero;
- Particularidades e pronuncias da língua estudada em diversos países;
- Variações linguísticas;
- Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias e repetições);

ANÁLISE LINGUÍSTICA

- Coesão e coerência;
- Função dos pronomes, artigos, numerais, adjetivos, palavras interrogativas, substantivos, preposições, verbos, concordância verbal e nominal e outras categorias como elementos do texto;
- Pontuação e seus efeitos de sentido no texto;
- Acentuação;
- Vocabulário

ESFERA DE CIRCULAÇÃO E GÊNERO TEXTUAIS PARA CADA ANO

1º ANO

COTIDIANA	Exposição Oral; Álbum de Família; Fotos; Cartão pessoal; Carta Pessoal; Cartão Felicitações; Cartão Postal; Bilhetes; Convites; Musicas/Cantigas (Folclore); Quadrinhas; Provérbios; Receitas; Relatos de experiências vividas; Trava-línguas.
LITERÁRIA/ ARTÍSTICA	Autobiografia; Biografias; Histórias em quadrinho; Lendas; Letras de Músicas; Narrativas; Poemas.
ESCOLAR	Exposição Oral; Cartazes; Diálogo/Discussão; Mapas; Resumo.
IMPRENSA	Artigo de Opinião; Caricatura; Cartum; Charge; Classificados; Entrevista (oral e escrita); Fotos; Horóscopo; Infográfico; Manchete; Notícia; Reportagens; Sinopses de Filmes; Tiras.
PUBLICITÁRIA	Anúncios; Cartazes; Comercial para TV; E-mail; Folder; Fotos; Slogan; Músicas; Outdoor; Paródia; Placas; Publicidade Comercial.
PRODUÇÃO E CONSUMO	Bulas; Regras de jogo; Placas; Rótulos/embalagens.
MIDIÁTICA	Chat; Desenho Animado; E-mail; Entrevista; Filmes; Telejornal, Telenovelas, Torpedos, Vídeo Clip.

2º ANO

COTIDIANA	Exposição oral; Cartão pessoal; Cartas (pessoal); Cartões (sociais); Convites; Advinhas; Anedotas; Diário; Canções (culturais); Curriculum Vitae.
LITERÁRIA/ ARTÍSTICA	Biografias; Contos Fadas/ Contemporâneos; Histórias em quadrinho; Lendas; Letras de Músicas; Narrativas (Aventura, Ficção, etc.) Paródias; Poemas; Romances; Textos dramáticos.
ESCOLAR	Diálogo/Discussão Argumentativa; Resenha; Exposição Oral; Mapas; Resumo; Relatos; Texto Argumentativo; Texto de Opinião; Verbetes de Enciclopédias.
IMPRENSA	Artigo de Opinião; Caricatura; Cartazes; Carta ao Leitor; Carta do Leitor; Cartum; Charge; Classificados; Crônica Jornalística; Editorial; Entrevista (oral e escrita); Fotos; Horóscopo; Infográfico; Manchete; Mapas; Notícia; Reportagens; Sinopses de Filmes; Tiras.
PUBLICITÁRIA	Anúncios; Caricatura; Comercial para TV; E-mail; Folder; Fotos; Slogan; Músicas; Outdoor; Paródia; Placas; Publicidade Comercial; Publicidade Institucional; Publicidade Oficial; Texto Político.
PRODUÇÃO E CONSUMO	Bulas; Regras de Jogo; Placas; Rótulos/ Embalagens;

4. ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Para a realização do trabalho norteado pelo discurso e em atendimento ao que propõem as DCE (2008, p.63) ao apontar que,

> o trabalho com a Língua Estrangeira em sala parte do entendimento do papel das línguas nas sociedades como mais que meros instrumentos de acesso à informação: as línguas estrangeiras são possibilidades de conhecer, expressar e transformar modos de entender o mundo e de construir significados,

far-se-á um estudo que considere a funcionalidade da língua alvo, propiciando que o educando vivencie situações concretas de uso dessa língua.

Para tanto, elaborar-se-á atividades que envolvam diferentes gêneros discursivos que permeiam as práticas sociais; explorando a função social de cada texto, o conteúdo temático, o estilo, os elementos composicionais, bem como a problemática dos elementos da situação de comunicação que condicionam o funcionamento de todo ato de linguagem (quem fala, sobre o que fala, com quem fala, com qual finalidade, qual o suporte), perpassando pelas questões linguísticas, sociopragmáticas (análise da língua em seu contexto de uso, considerando os aspectos sociais), culturais e discursivas.

Na realização das atividades de leitura com o texto haverá exploração do conhecimento prévio do aluno referente ao tema que será abordado por meio de exposição de ideias e questionamentos feitos pelo professor; pré- leitura e, em seguida, uma leitura mais aprofundada com o objetivo de extrair informações mais específicas e assim proporcionar uma maior compreensão dos mesmos; pós-leitura através de debates, projetos, filmes, etc., e tarefas realizadas em duplas ou grupos para favorecer a interação social na construção do conhecimento através da língua.

No tocante a oralidade os estudantes terão acesso a textos orais, pertencentes aos diferentes discursos, os quais possibilitarão que se familiarizem com sons específicos da língua, entonação, a fim de que percebam as variantes da língua que estão aprendendo.

Serão incentivados a expressarem suas ideias na língua alvo, respeitando seu nível linguístico.

Com relação à escrita serão propostas atividades sociointerativas, significativas, com delimitação do gênero, da finalidade, da temática, do objetivo da produção, do suporte, da esfera social de circulação e do locutor e do interlocutor, para que o aluno perceba o uso real da língua, sempre considerando o processo, ou seja, haverá escrita e reescrita.

Possíveis atividades a serem realizadas com vistas ao desenvolvimento das práticas discursivas de leitura, oralidade e escrita:

4- Atividades de leitura nos níveis de compreensão, inferência e interpretação;
5- Atividades para a construção de significados: estratégias de seleção, de antecipação, de verificação;
6- Atividades de leitura compartilhadas e individuais;
7- Atividades de observação da gestão monológica do texto: locutor e leitor ausentes nos textos produzidos pelos alunos;
8- Planejamento, leitura e revisão do texto produzido pelos alunos;
9- Atividades que propiciem o estudo do tipo discursivo predominante (da ordem do expor ou do narrar) e das sequências narrativas, argumentativa, explicativa, descritiva, dialogal e injuntiva;
10- Atividades que abordem os mecanismos de coesão por conexão, por coesão nominal e verbal, bem como tratem de unidades gramaticais, lexicais e sintáticas;
11- Atividades envolvendo ortografia, acentuação, pontuação e paragrafação;
12- Atividades relacionadas às dificuldades de escrita diagnosticadas;

A presente proposta também contempla a inclusão das temáticas “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Lei nº 11,645/08), Prevenção ao uso Indevido às Drogas, Sexualidade Humana, Enfrentamento à Violência contra a Criança e o Adolescente, Direito da Criança e Adolescente (L.F. Nº 11525/07), Educação Ambiental (L.F. Nº 9795/99, Dec. Nº 4201/02)” nos conteúdos a serem trabalhados, de acordo com o que for oportunizado pelo texto, dada a importância que essas temáticas trazem para a construção de um Estado Democrático de Direito, de acordo com o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil e a obrigatoriedade de seu ensino, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como a Deliberação Estadual 04/06.

Os recursos didáticos e tecnológicos para a realização das atividades da prática da leitura, da oralidade, da escrita serão: livros e revistas, fitas de vídeo, DVDs, CDs, TV Multimídia, cartazes, desenhos, recortes, letras de músicas, e cópias de atividades diversas.

5. AVALIAÇÃO

No que diz respeito ao ensino de línguas estrangeiras, a avaliação deve ser compreendida como um conjunto de ações organizadas com a finalidade de obter informações sobre o que o aluno aprendeu, de que forma e quais as condições. Nesse sentido as avaliações serão:

- formal – acontece a cada instante da relação com os estudantes por meio de diferentes instrumentos avaliativos;
- diagnóstica – verifica como está o processo de construção do conhecimento, se a metodologia está dando resultado efetivos e a partir destas constatações toma-se decisões e promove mudanças em relação à continuidade do trabalho;
- contínua – permite avaliar o grau de aprendizagem do estudante ao longo do período, neste caso, bimestralmente, de modo contínuo e cumulativo do desempenho, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- formativa – após avaliar o processo como um todo, realimenta-se o processo

para sanar falhas e atingir objetivos proposto sempre priorizando o repensar sobre as ações e não o resultado;

– somativa – dá uma visão geral, de maneira concentrada, dos resultados obtidos no processo de ensino e aprendizagem. Sua aplicação informa quanto ao nível de aprendizagem alcançada; visa a atribuição de notas; fornece feedback ao aluno, de forma que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos.

Ao se adotar a perspectiva do trabalho com o texto significativo, seja ele verbal ou não-verbal, o processo avaliativo será norteado, principalmente, pela avaliação formativa, a qual se fundamenta nos processos de aprendizagem, em seus aspectos cognitivos, afetivos e relacionais; partindo de aprendizagens significativas e funcionais que se aplicam em diversos contextos e se atualizam o quanto for preciso para que o estudante possa se apropriar do conhecimento.

Sob esse enfoque, adota-se como princípio fundamental que deve-se avaliar o que se ensina, encadeando a avaliação no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, parte-se da avaliação inicial, retomando sempre que necessário o processo de aprendizagem, até que se chegue à avaliação final.

Ao longo do processo, as avaliações serão constantes e deverão abranger:

- a aprendizagem escrita
- a aprendizagem oral
- a aprendizagem de leitura
- atividades extraclasse

Assim, a avaliação, com instrumentos e critérios previamente estabelecidos, servirá para que o professor repense sua metodologia e planeje suas aulas de acordo com as necessidades de seus alunos. Será por meio dela que o professor perceberá quais são os conhecimentos que ainda não foram suficientemente trabalhados e que precisam ser abordados mais exaustivamente para garantir a efetiva interação do aluno com os discursos em/na Língua Espanhola.

A nota bimestral será a somatória dos valores atribuídos em cada instrumento avaliativo e atenderá ao que consta na Proposta Pedagógica Curricular, bem como na Instrução Normativa nº 019/2008 de 31 de outubro de 2008, conforme segue:

- A avaliação da aprendizagem terá os registros de notas expressos em uma escala de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero).
- Na promoção e certificação de conclusão a média final mínima exigida é de 6,0 (seis vírgula zero), conforme o disposto na Resolução 3794/2004.

Além disso, será oportunizada ao aluno a recuperação de estudos, a qual dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo de ensino e aprendizagem. A recuperação será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados e os resultados da recuperação deverão ser incorporados às avaliações efetuadas durante o período letivo, constituindo em mais um componente do aproveitamento escolar como é garantido pelo Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar deste Estabelecimento de Ensino.

6. INSTRUMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

1. Atividades de leitura compreensiva de textos: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: compreende as ideias presentes no texto; interage com o texto por meio de questionamentos, concordância ou discordâncias; fala sobre o texto, expressa suas ideais com clareza e sistematiza o conhecimento de forma adequada; estabelece relações entre o texto e o conteúdo abordado em sala.
2. Projeto de pesquisa bibliográfica: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: apresenta em seu texto os seguintes passos: 1. Contextualização – introdução ao tema; 2. Problema - questões levantadas sobre o

tema; 3. Justificativa argumentando sobre a importância da pesquisa 4. Consulta bibliográfica - texto produzido pelo aluno a partir das leituras que fez, através de paráfrases, citações referenciando adequadamente. 5. Referência – cita as fontes pesquisadas.

3. Produção de textos: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: atende as três etapas articuladas da prática escrita como: planeja o que será produzido, faz a escrita da primeira versão sobre a proposta apresentada a partir daí, revisa, reestrutura e reescreve o texto na perspectiva da intencionalidade definida. A partir disso, o professor observará se o aluno: produz o texto atendendo as circunstâncias de produção (gênero, interlocutor, finalidades, etc.); expressa as idéias com clareza (coerência e coesão); adequa a linguagem às exigências do contexto de produção, dando diferentes graus de formalidade ou informalidade, atende os termos de léxico, de estrutura; elabora argumentos consistentes; respeita o tema; estabelece relações entre as partes do texto e estabelece relação entre a tese e os argumentos elaborados para sustentá-la.
4. Palestra/apresentação Oral: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: demonstra conhecimento do conteúdo; apresenta argumentos selecionados; adequa a linguagem; apresenta sequência lógica e clareza na exposição oral e se usa os recursos adequadamente.
5. Relatório: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno atende aos seguintes tópicos:
   - Introdução: fornece informações iniciais apresentando o trabalho (atividade) que deu origem ao relatório, apontando quais são (foram) os objetivos desta atividade, bem como a relevância do conteúdo abordado, dos conceitos construídos.
   - Metodologia e materiais: descreve, objetiva e claramente, como realmente se deu o trabalho ou atividade desenvolvida. Embora seja uma descrição sucinta, não pode omitir informações que sejam relevantes para que o leitor compreenda a respeito do que se está falando, ou para que o leitor faça uma reflexão que permita o aprimoramento da atividade.
   - Análise: consta os elementos e situações interessantes que tenham acontecido. É importante, na análise, que se estabeleçam as relações entre a atividade, os procedimentos realizados e o objeto de estudo que deram origem à atividade em questão.
   - Considerações Finais: apresenta os resultados obtidos de forma crítica, confrontando-os com os objetivos da atividade realizada. Este é um item importante, pois vai possibilitar que o aluno faça a apreciação sobre o trabalho (atividade) realizado, seus objetivos, a aprendizagem alcançada.
6. Seminário: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: apresenta os argumentos com consistência; compreende o conteúdo abordado, faz adequação da linguagem, faz uso e referencia as fontes de pesquisa com pertinência, traz relatos para o enriquecimento da apresentação, adequação e relevância das intervenções dos integrantes do grupo que assiste a apresentação.
7. Debate: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: aceita a lógica da confrontação de posições; está disposto e aberto a ultrapassar os limites das suas posições pessoais; explicita racionalmente os conceitos e valores que fundamentam a posição e admite o caráter, por vezes contraditório, da sua argumentação; faz uso adequado da língua portuguesa em situações formais; apresenta o conhecimento sobre o conteúdo da disciplina envolvido no debate, demonstra compreensão do assunto específico debatido e sua relação com o conteúdo da disciplina.
8. Atividades com textos literários: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: compreende e interpreta a linguagem utilizada no texto;

articula o conceito/conteúdo/tema discutido nas aulas com o texto literário lido; reconhece os recursos expressivos específicos do texto literário.

9. Atividades a partir de recursos audiovisuais: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: compreende e interpreta a linguagem utilizada; articula o conceito/conteúdo/tema discutido nas aulas com o conteúdo apresentado pelo audiovisual; reconhece os recursos expressivos específicos daquele recurso.
10. Trabalho de grupo: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: demonstra conhecimentos formais da disciplina, estudados em sala de aula, na produção coletiva de trabalhos na sala de aula ou em espaços diferenciados; compreende a origem da construção histórica dos conteúdos trabalhados e sua relação com a contemporaneidade.
11. Questões discursivas: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: demonstra compreensão do enunciado da questão; comunica por escrito, com clareza utilizando-se da norma padrão da Língua Portuguesa, sistematiza o conhecimento de forma adequada.
12. Questões objetivas: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: realiza leitura compreensiva do enunciado; demonstra apropriação de alguns aspectos definidos do conteúdo; é capaz de utilizar os conhecimentos adquiridos e principalmente a fixação do conteúdo.

7. REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1988.

BIÁCIO, Colégio Estadual do Campo Professor Jaelson. Projeto Político-Pedagógico. Campo Mourão, 2011.

_____. Regimento Escolar. Campo Mourão, 2008.

BRASIL. Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

_____. Lei nº 9795/99, 27 de Abril de 1999.

_____. Lei nº 11.525/07, 25 de Setembro de 2007.

_____. Lei nº 11.645/8, de 10 de Março de 2008.

_____. Lei nº 11.769/08, de 20 de dezembro de 1996.

BRONCKART, Jean-Paul. Atividade de linguagem, textos e discursos. Por um interacionismo sócio-discursivo. Trad. Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. 2ª ed. São Paulo: EDUC, 2007.

DOLZ, Joaquim, NOVERRAZ, Michele & SCHNEWLY, Bernard. “Seqüências Didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento”. In: Gêneros orais e escritos na escola. Campinas: Mercado d Letras, 2004.

LEFFA, V J. A interação na aprendizagem das Línguas. Pelotas: EDUCAT, 2006.

PARANÁ. Grupo de estudos. Disponível em

http://www.seed.pr.gov.br/portals/bancoquestaoavaliativa/OrientacoesGeraisGE2008.pdf?PHPSESSID=2010080411160589 acesso em 04/08/2010

_____. Instrução Normativa nº. 019/2008. Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM) Curitiba, 2008.22p. Disponível em http:diaadia.pr.gov.br/sued/arquivos/File/Instrucao_2008/Instrução_019_CELEM.pdf

_____. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Básica. Diretrizes Curriculares da Educação Básica. Língua Estrangeira Moderna. Curitiba, 2008.

VYGOTSKY, L, S. Pensamento e linguagem. 2ed. São Paulo: 1999

COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO PROFESSOR JAELSON BIÁCIO
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR
DISCIPLINA: CIÊNCIAS

CAMPO MOURÃO – PR
2011

1– APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

Desde que o homem começou a se interessar pelos fenômenos à sua volta e aprender com eles, a ciência já estava presente, embora não apresentasse o caráter sistematizador do conhecimento. O conhecimento científico está em permanente transformação, levando em conta o desenvolvimento o aspecto da sociedade em que está inserida. Além disso, não há acumulação linear, contínua e sucessiva de conhecimentos, decorre do pensamento, da observação dos fenômenos naturais e das necessidades cotidianas.

Buscando sempre satisfazer suas necessidades cotidianas, em um determinado período de sua evolução, a partir das observações que fazia da natureza, aperfeiçoou técnicas fabricou instrumentos, aprendeu a armazenar o excesso de suas produções, etc. Assim, aprendeu a formular teorias, crenças e valores.

Durante toda a história, processos importantes marcou o pensamento da humanidade e em conseqüência, a ciência. Marcas que tanto foram positivas como negativas, uma vez que o desenvolvimento tecnológico movido pelos avanços da ciência ou vice-versa determina e é determinado por relações de poder implícitas.

Resultado de uma construção humana coletiva, o conhecimento científico, tem suas aplicações, é falível, intencional e está diretamente relacionado com o avanço da tecnologia e com as relações sociais e está, portanto em permanente transformação.

Dessa forma não existem neutralidade e objetividade absolutas e as afirmações científicas precisam ser vistas como provisórias e nunca aceitas como completas ou definitivas.

Por isso, o ensino de ciências deve atender as necessidades cotidianas de pessoas comuns e, ao mesmo tempo, expandir seus horizontes e sua imaginação. Mesmo antes da descoberta do fogo, o homem já utilizava técnicas de conservação de alimentos, tingimento de peles, confecção de ferramentas entre outras. Toda nova descoberta gera novas necessidades fazendo com que o homem evolua seu pensamento em busca de soluções possíveis para cada situação problema que surge no dia-a-dia.

Quando analisamos a educação e o currículo de Ciências, em cada momento histórico, percebemos que o seu desenvolvimento seguiu uma trajetória de acordo com os interesses políticos, econômicos e sociais de cada período, determinando assim várias mudanças de foco do processo de ensino e de aprendizagem.

Diante de todo contexto histórico, um programa de Ciências precisa contemplar uma abordagem crítica e histórica dos conteúdos, priorizando os conhecimentos científicos químicos, físicos e biológicos no estudo dos fenômenos naturais, levando em conta as implicações da relação entre a ciência, a tecnologia e a sociedade.

O processo de ensino e de aprendizagem de Ciências, deve então a partir dessa concepção, valorizar a dúvida, a contradição, a diversidade e a divergência, o questionamento das certezas e incertezas. Superar o tratamento curricular dos conteúdos por eles mesmos, questionar a natureza do conhecimento científico e ir além do ensino de uma ideologia da Ciência que supervaloriza métodos e técnicas é, sobretudo priorizar a função social da Ciência, é permitir o acesso ao conhecimento necessário para embasar decisões conscientes e autônomas, frente às produções científicas, típicas da cidadania que se deseja a todos.

2– OBJETIVO GERAL

O processo de ensino e aprendizagem de Ciências deverá fornecer subsídios ao aluno para que ele seja capaz de:

Reconhecer que a Ciência não é um conjunto de conhecimentos definitivamente estabelecidos, mas que se modificam ao longo do tempo e que são construídos pela cooperação dos membros de toda uma comunidade de pesquisadores;

Compreender os conceitos científicos básicos de modo que possa entender melhor os fenômenos, sobretudo aqueles relacionados ao cotidiano e acompanhar as descobertas científicas divulgadas pelos meios de comunicação, avaliando os aspectos éticos dessas descobertas;

Entender a natureza como um todo dinâmico, sendo o ser humano parte integrante e agente transformador do mundo em que vive e onde se relaciona de maneira essencial com os demais seres vivos e outros componentes do ambiente;

Perceber as relações existentes entre o conhecimento científico, a tecnologia e a sociedade, no mundo de hoje e em sua evolução histórica, podendo assim posicionar-se de maneira crítica, responsável, construtiva e ética frente às produções tecnológicas, distinguindo usos corretos e necessários daqueles prejudiciais ao equilíbrio da natureza e do homem;

Utilizar conceitos científicos básicos para formular questões, diagnosticar e propor soluções para problemas da realidade social;

Colocar em prática conceitos e procedimentos desenvolvidos no aprendizado escolar, agindo como sujeito transformador da sociedade onde vive, seja através da suas próprias atitudes ou da cobrança perante as autoridades governamentais;

Conhecer o próprio corpo e dele cuidar valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva.

A disciplina de ciências nas séries do Ensino Fundamental deve ter como objetivo, o entendimento das ocorrências astronômicas como fenômenos da natureza; discutir os modelos científicos que explicam a origem e evolução do Universo; conhecer a história da ciência, a respeito das teorias do Geocentrismo e Heliocentrismo, e compreenda os movimentos de Rotação e Translação dos Planetas constituintes do Sistema Solar; entender a composição físico-química do Sol e a respeito da produção de energia solar; compreender os movimentos celestes a partir do referencial do Planeta Terra; comparar os movimentos aparentes do céu, noites e dias, eclipses do Sol e da Lua; entender as Leis de Kepler para as órbitas dos planetas e as Leis de Newton no tocante a gravitação Universal; entender a constituição e propriedades da matéria, suas transformações, como fenômenos da natureza; compreender a constituição do Planeta Terra, no que se refere à atmosfera e crosta, solos, rochas, minerais, manto e núcleo; conhecer os fundamentos teóricos da composição da água presente no Planeta Terra; entender a constituição do Planeta Terra primitivo, antes do surgimento da vida; compreender a constituição da Atmosfera terrestre primitiva, dos componentes essenciais ao surgimento da vida; conhecer os fundamentos da estrutura química da célula; conhecer o conceito a sua

constituição, com base nos modelos atômicos; conceituar átomo, íons, elementos químicos, substancias,ligações químicas, reações químicas; conhecer as Leis da conservação da massa; conhecer os compostos orgânicos e relações destes com a constituição dos organismos vivos; entender a constituição dos sistemas orgânicos e fisiológicos; reconhecer as características gerais dos seres vivos; conhecer os níveis de organização celular, os mecanismos de constituição da célula e as diferenças entre os tipos celulares; compreender o fenômeno da fotossíntese e dos processos de conversão de energia na célula; estabelecer relações entre os órgãos e sistemas animais e vegetais; entender os conceitos que fundamentam os sistemas digestório, cardiovascular, respiratório, excretor e urinário; compreender os fundamentos teóricos que descrevem os sistemas nervoso, sensorial, reprodutor e endócrino; entender os mecanismos de herança genética, os cromossomos, genes, os processos de mitose e meiose. - Interprete o conceito de energia por meio da analise das suas mais diversas formas de manifestação; conhecer a respeito da conversão de uma forma de energia em outra; interpretar o conceito de transmissão de energia; entender o conceito de energia luminosa e sua relação com os seres vivos; entender os conceitos de movimento, deslocamento, velocidade, aceleração, trabalho e potencia; entenda o conceito de energia elétrica e sua relação com o magnetismo; reconhecer a diversidade das espécies e sua classificação; entender a relação entre ecossistema, comunidade e população; conhecer a respeito da extinção de espécies; conhecer a respeito da classificação dos seres vivos; entender as interações e sucessões ecológicas, cadeia alimentar, seres autótrofos e heterótrofos; entender as teorias evolutivas; entender os fundamentos teóricos que descrevem os ciclos biogeoquimícos.

Dentro da perspectiva dos conteúdos escolares como saberes, o termo “conteúdo” não se refere apenas a fatos, conceitos, explicações ou acontecimentos destinados aos alunos. Para que estes conheçam, memorizem, compreendam, apliquem e relacionem estes conteúdos é preciso que o professor explane cada assunto em tópicos facilitando o conhecimento do aluno.

Hoje, o critério que decide se certos conhecimentos concretos devam ser incluídos no currículo não se restringe ao seu valor epistemológico e aceitação como conhecimento válido, a relevância cultural, o valor que lhes é atribuído no âmbito de uma cultura particular em um determinado momento histórico, é subdividido nos conteúdos estruturantes que é divido por séries que serão explanados.

3– CONTEÚDOS

As Diretrizes Curriculares de Ciências para Ensino Fundamental organiza os vários saberes que constituem essa disciplina em conteúdos estruturantes: Astronomia, Matéria, Energia, Sistemas Biológicos e Biodiversidade.

Propõe ainda que seja estabelecida uma relação entre os conhecimentos físicos, químicos e biológicos ao se trabalhar os conteúdos específicos para que haja uma compreensão das diferenças e inter-relações entre essas ciências de referência que compõem a área de ciências, durante o processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com essas orientações o Currículo de Ciências ficou assim definido:

6ª ANO:

ASTRONOMIA

- Universo;
- Sistema Solar;
- Movimentos celestes;
- Astros;

MATÉRIA

- Constituição da matéria;

SISTEMAS BIOLÓGICOS

- Níveis de Organização;

ENERGIA

- Formas de energia;
- Conversão de energia;
- Transmissão de energia;

BIODIVERSIDADE

- Organização dos Seres Vivos
- Ecossistemas;
- Evolução dos Seres Vivos;

7ª ANO:

ASTRONOMIA

- Astros;
- Movimentos terrestres;
- Movimentos celestes;

MATÉRIA

- Constituição da matéria;

SISTEMAS BIOLÓGICOS

- Célula
- Morfologia e fisiologia dos seres vivos

ENERGIA

- Formas de energia;
- Transmissão de energia;

BIODIVERSIDADE

- Origem da vida
- Organização dos Seres Vivos
- Sistemática

8ª ANO:

ASTRONOMIA

- Origem e evolução do Universo;

MATÉRIA

- Constituição da matéria;

SISTEMAS BIOLÓGICOS

- Célula
- Morfologia e fisiologia dos seres vivos

ENERGIA

- Formas de energia;

BIODIVERSIDADE

- Evolução dos Seres Vivos

9ª ANO:

ASTRONOMIA

- Astros
- Gravitação universal;

MATÉRIA

- Propriedades da matéria;

SISTEMAS BIOLÓGICOS

- Morfologia e fisiologia dos seres vivos;
- Mecanismos de herança genética;

ENERGIA

- Formas de energia;
- Conversão de energia;

BIODIVERSIDADE

- Interações ecológicas

4– METODOLOGIA

As Diretrizes Curriculares de Ciências para o Ensino Fundamental, propõem uma abordagem de conteúdos de forma crítica e histórica, priorizando a Ciência como construção humana, sua função social e sua relação com a tecnologia e a sociedade.

Para que isso se efetive torna-se necessário um encaminhamento metodológico realizado de maneira que os conhecimentos físicos, químicos e biológicos uma vez que eles permeiam os diversos fenômenos estudados em todas as séries finais do Ensino Fundamental, tornando assim mais fácil a sua compreensão.

As temáticas de História e Cultura Afro-brasileira e Africana previstas na Lei 9.394 de 20/12/1996; Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana; Educação Ambiental prevista na Lei 9795/99 decreto 4201/02; Enfrentamento à Violência contra a Criança e ao Adolescente prevista na Lei Federal 11525/07; Educação Fiscal e Educação Tributária prevista no Decreto 1143/99 portaria 413/02 serão trabalhadas ao longo das quatro séries do Ensino Fundamental durante o ano letivo, juntamente com os conteúdos estruturantes, onde poderão serem abordados quando necessário e não somente em determinada data.

Dessa forma o encaminhamento metodológico para o ensino da disciplina de Ciências não pode ficar restrito a um único método. Algumas possibilidades de encaminhamentos possíveis são:

· Problematização da realidade;
· Discussão, análise e reflexão da prática social;
· Elaboração de modelos;
· Pesquisa bibliográfica;
· Entrevistas;
· Trabalho de campo;
· Jogos e simulações;
· Visitas a locais e entidades;
· Palestras;
· Debates;
· Seminários;
· Projetos individuais e em grupos;
· Atividades coletivas envolvendo música, desenho, poesia, livros de literatura, jogos didáticos, dramatizações, história em quadrinhos, painéis, murais, exposições e feiras, entre outras.

Para o desenvolvimento das atividades, poderão ser utilizados:

· Slides;
· fitas VHS;
· DVD’s, CDs;
· CD-ROM’s educativos;
· softweares livres;
· revistas e jornais;
· transparências;
· material de laboratório;
· cartazes;
· livros didáticos e para-didáticos, entre outros.

Os alunos podem participar de projetos que forem elaborados pelo colégio no decorrer do ano letivo, tais como Feira das Ciências, Festival da Amizade, Gincanas, Agenda 21 e outros. Também poderão discutir e refletir sobre temas sociais contemporâneos pertinentes aos problemas de natureza sócio-cultural como a clonagem, violência, drogas, sexualidade, células tronco, qualidade de vida, obesidade, desnutrição e outros.

Em conformidade com Diretrizes Curriculares para o ensino de Ciências que propõem uma prática pedagógica que leve à integração dos conceitos científicos e valorize o pluralismo metodológico. Para isso é necessário superar práticas pedagógicas, comprovação de teorias e leis apresentadas previamente aos alunos.

Ao selecionar os conteúdos a ser ensinado na disciplina de Ciências, o professor deverá organizar o trabalho docente tendo como referências: o tempo disponível para o trabalho pedagógico (horas/aula semanais); o Projeto Político Pedagógico da escola, os interesses da realidade local e regional onde a escola está inserida, a análise crítica dos livros didáticos de Ciências disponíveis e informações atualizadas sobre os avanços da produção científica.

5– AVALIAÇÃO

A avaliação se dará ao longo de processo de ensino e aprendizagem, de forma sistemática. Os critérios utilizados no processo avaliativo levarão em consideração os seguintes aspectos:

- · O conhecimento que os alunos possuem sobre os conteúdos, a prática social desses alunos;
- · A capacidade do aluno em confrontar seus conhecimentos prévios com os conteúdos específicos e de relacioná-los no seu cotidiano;
- · O quanto o aluno compreende a necessária relação entre os conhecimentos físicos, químicos e biológicos trabalhados nos conhecimentos específicos;
- · Em que medida o aluno consegue relacionar aspectos sociais, políticos, econômicos e éticos envolvidos na relação ciência, tecnologia e sociedade e que está presente nos conteúdos específicos;

A capacidade de o aluno compreender o quanto o conhecimento científico abordados nos conteúdos específicos se aplica à sua prática social.

É preciso compreender a avaliação como prática emancipadora. Deste modo, a avaliação na disciplina de ciências, passa a ser entendida como instrumento cuja finalidade é obter informações necessárias sobre o desenvolvimento da prática pedagógica para nela intervir e reformular os processos de aprendizagem. Pressupõe-se uma tomada de decisão, onde o aluno toma conhecimento dos resultados de sua aprendizagem e organiza-se para as mudanças necessárias.

O processo de avaliação não termina com a elaboração de avaliações. A análise dos resultados é uma etapa importantíssima, responsável por validar todo o trabalho desenvolvido até o momento. Se o professor apenas lançar notas e não analisar o que elas significam, a avaliação não serviu para nada.

O professor deve definir o que precisa ser avaliado com clareza e objetividade, além de equilíbrio entre o número de itens e questões também são essenciais.

Enfim, a avaliação como instrumento reflexivo prevê um conjunto de ações pedagógicas pensadas e realizadas pelo professor ao longo do ano letivo. Professores e alunos tornam-se observadores dos avanços e dificuldades a fim de superar os obstáculos.

Os instrumentos para a realização da avaliação podem ser:

Atividade de leitura – a avaliação de leitura possibilita ao professor verificar a compreensão dos conteúdos abordados em aula e, nesse sentido, faz-se necessário a escolha criteriosa do texto, o roteiro de análise e os critérios de avaliação, de forma a permitir a reflexão e a discussão, bem como a ampliação de conhecimento.
Critérios:
O aluno:

- Compreende as idéias presentes no texto e interage com o texto por meio de questionamentos, concordâncias ou discordâncias.
- Ao falar sobre o texto, expressa suas idéias com clareza e sistematiza o conhecimento de forma adequada.
- Estabelece relações entre o texto e o conteúdo abordado em sala de aula.

Projeto de Pesquisa Bibliográfica - a solicitação de uma pesquisa exige enunciado claro e recortes precisos do que se pretende.
Critérios:
O aluno, quanto:

- A contextualização, identifica a situação e o contexto com clareza;
- Ao problema, apresenta de forma clara, objetiva o tema levantado, delimitando o foco da pesquisa na busca de solução;
- a justificativa, aponta argumentos sobre a importância da pesquisa;
- O aluno, na escrita, remete-se aos textos lidos, por meio de citações ou paráfrases, referenciando-os adequadamente.

Produção de Texto - a atividade de produção escrita deve considerar a característica dialógica e interativa da linguagem e o processo interlocutivo. Portanto, precisa ser relacionada ao que se escreve fora da escola, atendendo aos diferentes gêneros textuais.
Critérios
O aluno:

- Produz textos atendendo às circunstâncias de produção (gênero, interlocutor, finalidade, etc.)
- Adéqua a linguagem às exigências do contexto de produção, dando-lhe diferentes graus de formalidade ou informalidade, atendendo especificidades da disciplina em termos de léxico, de estrutura;
- Expressa as idéias com clareza (coerência e coesão);
- Elabora argumentos consistentes;
- Estabelece relações entre as partes do texto;
- Estabelece relação entre a tese e os argumentos elaborados para sustentá-la.

Palestra/Apresentação Oral - a atividade de palestra/apresentação oral possibilita ao aluno demonstrar sua compreensão a respeito do conteúdo abordado, bem como argumentar, organizar e expor suas idéias.

Critérios
O aluno:

- Demonstra conhecimento do conteúdo;
- Apresenta argumentos selecionados;
- Demonstra seqüência lógica e clareza na apresentação;
- Faz uso de recursos para ajudar na sua produção.
-

Atividades Experimentais – estas atividades requerem clareza no enunciado e propiciam ao aluno criar hipóteses sobre o fenômeno que está ocorrendo, levando em consideração as dúvidas, o erro, o acaso, a intuição, de forma significativa.

Nessa atividade, o aluno pode expressar sua compreensão do fenômeno experimentado, do conceito a ser construído ou já construído, a qualidade da interação quando o trabalho se realiza em grupo, entre outras possibilidade.

Critérios

O aluno ao realizar seu experimento:

- Registra as hipóteses e os passos seguidos;
- Demonstra compreender o fenômeno experimentado;
- Sabe usar adequadamente e de forma conveniente os materiais ;
- Consegue utilizar apropriadamente o ambiente e os instrumentos necessários.

Projeto de Pesquisa de Campo – essa atividade exige um planejamento prévio que demande a busca de informações nos lugares que se pretende trabalhar. Nesse sentido, colabora para a construção de conhecimentos e formação dos alunos como agentes sociais.

Critérios

O aluno ao proceder sua pesquisa de campo:

- Registra as informações, no local de pesquisa;
- Organiza e examina os dados coletados, conforme orientações;
- Apresenta sua compreensão a respeito do conhecimento construído, sua capacidade de análise dos dados coletados, capacidade de síntese;
- Atende ao que foi solicitado como conclusão do projeto (relatório, elaboração de croquis, produção de texto, cartazes, avaliação escrita, entre outros)

O Relatório - é um conjunto de descrições e análise da atividade desenvolvida, auxiliando no aprimoramento da habilidade escrita, possibilitando ainda, a reflexão sobre o que foi realizado e a reconstrução de seu conhecimento.

No relatório deve apresentar quais dados ou informações foram coletadas ou desenvolvidas e como esses dados foram analisados, bem como quais resultados podem-se extrair deles.

São elementos do relatório: introdução, metodologia e materiais, análise e considerações finais.

Critérios

O aluno:

I. Faz a introdução com informações que esclareçam a origem de seu relatório, apontando quais os objetivos da atividade, bem como a relevância do conteúdo abordado e dos conceitos construídos;
II. Descreve objetiva e claramente como se deu o trabalho ou atividade desenvolvida, possibilitando ao leitor a compreensão do que se está falando, ou para uma reflexão que permita que se aprimore a atividade.
III. Faz a descrição dos dados coletados durante os procedimentos e dos resultados obtidos, estabelecendo uma relação entre eles e as discussões teóricas que deram origem à atividade. em questão.

Seminário - oportuniza a pesquisa, a leitura e a interpretação de textos. Trata-se de uma discussão rica de idéias, na qual cada um participa questionando, de modo

fundamentado, os argumentos apresentados, colocando o estudante em contato direto com a atividade científica e engajando-o na pesquisa.

Critérios:
O aluno:

- Demonstra consistência nos argumentos, tanto na apresentação quanto nas réplicas;
- Apresenta compreensão do conteúdo abordado (a leitura compreensiva dos textos utilizados);
- Faz adequação da linguagem;
- Demonstra pertinência quanto as fontes de pesquisa;
- Traz relatos para enriquecer a apresentação;
- Faz adequação e toma como relevante as intervenções dos integrantes do grupo que assiste a apresentação.

Debate – possibilita a exposição de idéias, avaliação dos argumentos, permitindo que haja turno de fala entre os ouvintes. Mas, para que isso ocorra, é preciso garantir a participação de todos.

Critérios
O aluno:

- Aceita a lógica da confrontação de posições, ou seja, respeita os pensamentos divergentes;
- Ultrapassa os limites das suas posições pessoais;
- Explicita racionalmente os conceitos e valores que fundamentam a sua posição;
- Faz uso adequado da língua portuguesa em situações formais;
- Busca, por meio do debate, da persuasão e da superação de posições particulares, uma posição de unidade, ou uma maior aproximação possível entre as posições dos participantes;
- Registra, por escrito, as idéias surgidas no debate;
- Demonstra conhecimento sobre o conteúdo da disciplina envolvido no debate;
- Apresenta compreensão sobre o assunto específico debatido e sua relação com o conteúdo da disciplina.

Atividades com textos literários - possibilita discussões acerca do conteúdo que está sendo discutido, no contexto de outra linguagem. Esse trabalho passa por três momentos necessários para sua efetivação: a escolha do texto, a elaboração da atividade em si (seja através de questões, seja por um roteiro de leitura), os critérios de avaliação.

Critérios
O aluno:

- Compreende e interpreta a linguagem utilizada no texto;
- Faz a articulação do conceito/conteúdo/tema discutido nas aulas com o texto literário lido;
- Reconhece os recursos expressivos específicos do texto literário.

Atividades a partir de recursos Audiovisuais - o trabalho com filmes, documentários, músicas, teatro, entre outros. Qualquer que seja o recurso escolhido, é preciso considerar que o conteúdo abordado naquela mídia não está didatizado, vem apresentado em linguagem específica e com intencionalidade diferente daquela que existe na escola. A didatização do conteúdo cabe ao professor.

Critérios
O aluno:

- Compreende e interpreta a linguagem utilizada;
- Articula o conceito/conteúdo/tema discutido nas aulas com o conteúdo apresentado pelo audiovisual;
- Reconhece os recursos expressivos específicos daquele recurso.

Trabalho em grupo – desenvolve dinâmicas com pequenos grupos, na tentativa de proporcionar, aos alunos, experiências que facilitem o processo de aprendizagem. Nesse sentido, possibilita a interação social, conduzindo o aluno a compartilhar seu conhecimento.
O trabalho em grupo pode ser proposto a partir de diferentes atividades, sejam elas, escritas, orais, gráficas, corporais, construção de maquetes, painéis, mural, jogos e outros, abrangendo os conhecimentos artísticos, filosóficos e científicos.

Critérios
O aluno:

- Interage com o grupo;
- Compartilha o conhecimento;
- Demonstra os conhecimentos formais da disciplina, estudados em sala de aula, na produção coletiva de trabalhos;
- Compreende a origem da construção histórica dos conteúdos trabalhados e sua relação com a contemporaneidade e o seu cotidiano.

Questões discursivas - Essas questões possibilitam verificar a qualidade da interação do aluno com o conteúdo abordado em sala de aula. Uma questão discursiva possibilita que o professor avalie o processo de investigação e reflexão realizado pelo aluno durante a exposição/discussão do conteúdo, dos conceitos.

Além disso, a resposta a uma questão discursiva permite que o professor identifique com maior clareza o erro do aluno, para que possa dar a ele a importância pedagógica que tem no processo de construção do conhecimento.

Critérios
O aluno:

- Compreende o enunciado da questão.
- Planeja a solução, de forma adequada.
- Comunica-se por escrito, com clareza, utilizando-se da norma padrão da língua portuguesa.
- Sistematiza o conhecimento de forma adequada

Questões objetivas – Este tipo de questão tem como principal objetivo a fixação do conteúdo.

Uma questão objetiva deve apresentar um enunciado objetivo e esclarecedor, usando um vocabulário conceitual adequado, possibilitando ao aluno a compreensão do que foi solicitado.
Para a construção desse tipo de questão o professor não deve desconsiderar um bom planejamento, ou seja, definir o grau de dificuldade de cada questão direcionada para cada série com vistas a não cometer injustiças.

Critérios
O aluno:

13-Realiza leitura compreensiva do enunciado;
14-Demonstra apropriação de alguns aspectos definidos do conteúdo;
15-Utiliza de conhecimentos adquiridos.

6– REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASTOLFI, Jean; DEVELAY, Michel. A didática das ciências. 4. ed. Campinas: Papirus, 1995.

BARROS, Carlos. Ciências. São Paulo. Ed. Ática.

BIZZO, Nélio M.V.; Graves erros de conceitos em livros didáticos de ciência. Ciência Hoje 21(121): 26-25, (jun, 1996) (Cols).

Cruz, José Luiz Carvalho da, Projeto Araribá – Ciências. São Paulo. Editora Moderna, 2006. Vol. 1.

Cruz, José Luiz Carvalho da, Projeto Araribá – Ciências. São Paulo. Editora Moderna, 2006. Vol. 2.

Cruz, José Luiz Carvalho da, Projeto Araribá – Ciências. São Paulo. Editora Moderna, 2006. Vol. 3.

Cruz, José Luiz Carvalho da, Projeto Araribá – Ciências. São Paulo. Editora Moderna, 2006. Vol. 4.

_____. Diretrizes curriculares de ciência para o ensino fundamental: versão preliminar. Curitiba: SEED.

KRASILCHICK, Mirian. O ensino de biologia. Coletâneas do III Encontro Nacional de Ensino de Biologia. São Paulo: USP, 1991.

GEWANDSZNAJDER, Fernando, Ciências Matéria e Energia, São Paulo. Ed. Ática. 2005.

GONÇALVES, KUCERA, MACHADO, BAGLIOLI. Ciências. Paraná. Ed. Módulo.

MARCONDES, Ayrton Cézar, SARIEGO, José Carlos, Ciências Química e Física, São Paulo, Ed. Scipione, 1996.

OLIVEIRA, Isabel Maria Martins Barros, PAULA, VIMIEIRO, SCHWENCK, Ciências Crítica e Ação, São Paulo, Ed. do Brasil.

PARANÁ. Currículo básico para a escola pública do estado do Paraná. Curitiba: SEED.

SALÉM, Sonia, Vivendo Ciências, São Paulo, FTD, 2002.

COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO PROFESSOR JAELSON BIÁCIO
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO FÍSICA

CAMPO MOURÃO – PR
2011

1. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A Educação Física vem ao longo dos séculos sofrendo inúmeras transformações em relação as suas concepções, objetos de ensino e principalmente referente aos seus encaminhamentos metodológicos. No texto a seguir serão abordados alguns momentos históricos que são considerados pertinentes para o melhor entendimento da Educação Física.

Como todas as ciências, a Educação Física é oriunda da Europa sobre a influência das concepções da época.

A Educação Física é uma disciplina que no Brasil passou por várias Tendências desde o início do século (Higienista, Militarista, Tecnicista, Psicomotricidade) até chegar as Tendências Progressistas.

Existem relatos referentes a Educação Física que informam que a partir do século XVII, como as transformações sociais com o fim da exploração escrava e as políticas de incentivo a migração, exigindo medidas para aplicar preceitos de moralidade e instaurar a ordem social. Após a proclamação da república, vieram à tona mudanças sobre instituições escolares e políticas educacionais (PARANÁ, 2008).

O parecer emitido por Rui Barbosa sobre o projeto den8ominado Reforma do Ensino Primário, afirmam a importância da ginástica para a formação do cidadão, equipara-se a Educação Física em categoria e autoridade com as demais disciplinas. A partir daí, tornou-se componente obrigatório dos Currículos Escolares (PARANÁ, 2008).

De acordo com o autor acima citado, as práticas pedagógicas escolares de Educação Física foram fortemente influenciadas pela instituição militar e pela medicina numa perspectiva pedagógica. Melhorar o funcionamento do corpo dependia de técnicas construídas com base no conhecimento biofísico, com tarefa de construir corpos saudáveis e dóceis, que permitissem uma melhor adaptação ao processo produtivo.

A Educação Física se consolidou no contexto escolar a partir da Constituição de 1937, tendo como objetivo de doutrinação e contenção dos ímpetos da classe popular, enaltecendo o patriotismo, a hierarquia e a ordem. Na década de 30, o esporte se popularizou, confundindo-se com a Educação Física, tendo como intuito de promover políticas nacionalistas (PARANÁ, 2008).

Conforme as DCE´s (2008), em 1942, com a promulgação da lei orgânica do Ensino Secundário, instituem-se ciclos educacionais e ampliou a obrigatoriedade da Educação Física até 21 anos de idade, objetivando formar mão de obra fisicamente adestrada e capacitada. A partir de 64 o esporte passou a ter mais ênfase devido aos acordos feitos entre o MEC e o Departamento Federal de Educação Americana, tornado e centrada na competição e no desempenho, através de método tecnicista. Os esportes olímpicos foram priorizados como objetivo principal.

A promulgação da lei 5692/72 manteve a obrigatoriedade e a atividade escolar regular da disciplina de Educação Física. Assim, a disciplina estava ligada à aptidão física e era considerada importante para o desenvolvimento da capacidade produtiva. Já na área pedagógica, a psicomotricidade ganhou destaque por buscar autenticidade da disciplina na escola, em contraposição as perspectivas teóricas metodológicas e ao rendimento motor (SEED, 2008).

O documento supracitado aponta que em meados dos anos 80 já se ouvia falar em tendências ou correntes voltadas a uma criatividade “progressiva”, destacando as abordagens desenvolvimentistas e construtivistas, essas alicerçadas nas discussões da pedagogia crítica brasileira.

Já no início da década de 90 foi elaborado o Currículo Básico no Paraná, sua elaboração deu-se no contexto nacional de redemocratização e resultou-se de um trabalho coletivo dos profissionais comprometidos com a Educação Pública do Paraná. O Currículo da Educação Física está embasado na Pedagogia Histórico-Crítica, tendência

essa denominada como Educação Física Progressista, revolucionária e crítica, esse documento propôs um modelo de superação das contradições e injustiças sociais. Era uma proposta avançada, no entanto, apresentava uma listagem de conteúdos que limitava o trabalho do professor.

No mesmo período foi elaborado também o documento da reestruturação da Proposta Curricular do Ensino Médio onde vislumbrava-se a perspectiva de mudanças e transformação de uma sociedade fundamentada em valores individuais para uma sociedade mais igualitária. Essa proposta representou um marco pra a disciplina (SEED, 2008).

Todos esses avanços teóricos da Educação Física sofreram um retrocesso na década de 90, após a discussão da LDB apresentou-se a proposta dos PCN`S para a disciplina. Esses Parâmetros Curriculares Nacionais buscavam romper com as perspectivas de aptidão física. Porém o documento não apresentava uma coerência interna de Proposta Curricular.

Nos PCN`S, há a descaracterização dos conhecimentos historicamente construídos, ao propor temas amplos que desviam a centralidade e importância dos conhecimentos de cada conteúdo de tradição da Educação Física. Traz uma proposta confusa e a crítica com uma redação progressiva. Porém, as diversas concepções pedagógicas até apresentadas atendem a interesses que visam a um processo de individualização e adaptação à sociedade, ao invés de construção e abordagens dos conhecimentos (SEED, 2008).

Considerando o conteúdo histórico citado até o momento, onde a Educação Física transitou em diversas perspectivas históricas, desde as mais racionarias até as mais críticas, torna-se possível sistematizar propostas pedagógicas que orientem estas diretrizes, com vistas à avançar sobre a visão hegemônica que aplicou e contínua aplicando à Educação Física a função de treinar o corpo, sem qualquer reflexão sobre o fazer corporal.

2. OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA

A disciplina de Educação Física dentro da escola pública no Estado do Paraná é fundamentada na Pedagogia Histórico Crítica e apresenta como objeto de estudo a Cultura Corporal.

De acordo DCE (2008) a Cultura Corporal é entendida como os movimentos humanos historicamente produzidos pela humanidade, e na escola eles apresentam-se por meio dos Conteúdos Estruturantes: Dança, Ginástica, Esporte, Lutas e Jogos e Brincadeiras.

Conforme as Diretrizes Curriculares Orientadoras para Educação Física do Estado do Paraná (2008), devemos entender a área partindo de seu objeto de estudo e de ensino, Cultura Corporal, pois,

> (...) ao garantir o acesso ao conhecimento e à reflexão crítica das inúmeras manifestações ou práticas corporais historicamente produzidas pela humanidade, na busca de contribuir com um ideal mais amplo de formação de um ser humano crítico e reflexivo, reconhecendo-se como sujeito, que é produto, mas também agente histórico, político, social e cultural (PARANÁ, 2008, p. 49).

3. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS

6º ANO

Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos
Esporte	– Futebol Esportes Coletivos e Individuais
Jogos e brincadeiras	Jogos e Brincadeiras Populares Brincadeiras e cantigas de roda Jogos de tabuleiros Jogos cooperativos
Dança	Danças folclóricas Danças de rua Danças criativas
Ginástica	Ginástica rítmica Ginástica circense Ginástica geral
Lutas	Lutas de aproximação Capoeira

7º ANO

Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos
Esporte	Coletivos e Individuas
Jogos e brincadeiras	Jogos e brincadeiras populares Brincadeiras e cantigas de roda Jogos de tabuleiro Jogos cooperativos
Dança	Danças folclóricas Danças de rua Danças criativas Danças circulares
Ginástica	Ginástica rítmica Ginástica circense Ginástica geral
Lutas	Lutas de aproximação Capoeira

8º ANO

Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos
Esporte	Coletivos e Individuas
Jogos e brincadeiras	Jogos e brincadeiras populares Brincadeiras e cantigas de roda Jogos de tabuleiro Jogos cooperativos
Dança	Danças criativas Danças circulares
Ginástica	Ginástica rítmica Ginástica geral
Lutas	Lutas como instrumento mediador Capoeira

9º ANO

Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos
Esporte	Coletivos e Individuas
Jogos e brincadeiras	Jogos e brincadeiras populares Brincadeiras e cantigas de roda Jogos de tabuleiro Jogos cooperativos
Dança	Danças criativas Danças circulares
Ginástica	Ginástica rítmica Ginástica geral
Lutas	Lutas como instrumento mediador Capoeira

ENSINO MÉDIO (1º, 2º, 3º Séries)

Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos
Esporte	Coletivos Individual

	Radicais
Jogos e brincadeiras	Jogos de tabuleiro Jogos cooperativos Jogos dramáticos
Dança	Danças folclóricas Danças de salão Danças de rua
Ginástica	Ginástica artística/olímpica Ginástica geral Ginástica de Condicionamento Físico
Lutas	Lutas de aproximação Lutas que mantêm à distancia Lutas com instrumentos mediador Capoeira

4. ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

A Educação Física tem como objeto de estudo o homem em movimento, ou seja, a cultura corporal e pode ser entendida como uma área que interage com todas as suas formas de manifestações culturais, políticas, econômicas e sociais.

Neste contexto, utiliza-se a metodologia crítico-superadora, a qual permite ao educando ampliar sua visão de mundo por meio da cultura corporal. Esta metodologia é fundamentada na pedagogia histórica-crítica que tem como princípio a igualdade entre os seres humanos e estabelece a educação como meio de transformações sociais.

Os conteúdos da Cultura Afrobrasileira, africana e indígena (Lei nº11.645/08); Música (Lei 11.769/08); Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana; História do Paraná (Lei nº13381/01).Educação Ambiental (Lei 9795/99) Dec.4201/02;Educação Fiscal;Enfretamento à violência contra a Criança e ao Adolescente (Lei Federal nº 11525/07;Educação Tributária Dec. nº1143/99, portaria nº 413/02. serão abordados de forma contextualizada e relacionadas aos conteúdos de ensino da dança, jogos e brincadeiras, lutas, ginástica e esporte; sempre que for possível a articulação entre os mesmos.

Portanto, os conteúdos podem ser abordados de acordo com o grau de complexidade levando em consideração as diferenças de entendimento e de relações entre os conteúdos básicos e estruturantes, específicos e articuladores (complementares), em cada ano do Ensino Médio.

Nesta linha de raciocínio, os conteúdos são trabalhados de forma simultânea, considerando a espiralidade do conhecimento, tendo como base os mesmos dados, mas com diferentes graus de aprofundamento e complexidade de acordo com as séries.

Assim, a metodologia crítico-superadora pressupõe a utilização de estratégias de ensino, abaixo descrita:

a) Prática social – ponto de partida do trabalho do professor é ter interesse por aquilo que o aluno já conhece sobre o tema a ser desenvolvido. O interesse do professor por aquilo que o aluno já conhece sobre o tema a ser desenvolvido. O interesse do professor por aquilo que os alunos já conhecem é uma ocupação prévia sobre o tema que será desenvolvido. É um cuidado preliminar que visa saber quais as “pré-ocupações” que estão nas mentes e nos sentimentos dos escolares. Isso possibilita ao professor desenvolver um trabalho pedagógico mais adequado, a fim de que os educandos, nas fases posteriores do processo, apropriem-se de um conhecimento significativo para suas vidas. (GASPARIM, 2002 apud DCE 2006).

b) Problematização - trata-se de um desafio. É a criação de uma necessidade para que o aluno por meio de sua ação busque o conhecimento. É o momento que a prática social é posta em questão, analisada, interrogada, levando em consideração o conteúdo a ser trabalhado e as exigências sócias de aplicação desse conhecimento. (GASPARIM, 2002 apud DCE 2006).

c) Instrumentalização – é o caminho por meio do qual o conteúdo sistematizado é posto à disposição dos alunos para que o assimilem e o recriem e, ao incorporá-lo, transformem-no em instrumento de construção pessoal e profissional. (GASPARIM, 2002 apud DCE 2006).

d) Catarse - é a fase em que o aluno sistematiza e manifesta o que assimilou, isto é, que assemelhou a si mesmo, os conteúdos e os métodos de trabalhos usados na fase anterior. Agora traduz oralmente ou por escrito a compreensão que teve de todo processo de trabalho. Expressa sua nova maneira de ver o conteúdo e a prática social. É capaz de entendê-lo em um novo patamar, mais elevado, mais consistente e mais bem estruturado (GASPARIM, 2002 apud DCE 2006).

e) Retorno à prática social – é o ponto de chegada do processo pedagógico na perspectiva histórico-crítica. Representa a transposição do teórico para o prático dos objetivos da unidade de estudo, das dimensões do conteúdo e dos conceitos adquiridos. Professor e alunos modificam-se intelectualmente e qualitativamente em relação a suas concepções sobre o conteúdo que reconstruíram, passando de um estágio de menor compreensão científica a uma fase de maior clareza e compreensão dessa mesma concepção dentro da totalidade. (GASPARIM, 2002 apud DCE 2006).

Na utilização da metodologia os recursos didáticos e tecnológicos serão:

- aparelhos de som, vídeo; e TV Multimídia
- aparelhos de step;
- apitos;
- colchonetes;
- bolas de modalidades diversas;
- tabuleiros de xadrez e mesa de tênis de mesa;
- participação em torneios esportivos e artísticos.

AVALIAÇÃO

O sistema de avaliação em Educação Física, bem como de todas as disciplinas devem estar em consonância o Projeto Político Pedagógico, que o documento norteador do estabelecimento de ensino.

Ao referir-se a avaliação devemos reconhecer reconhecer a insuficiência das discussões e teorizações sobre esse tema no âmbito desta disciplina curricular no Brasil (COLETIVO DE AUTORES, 1992). No entanto, mesmo diante dessa realidade, é necessário assumir o compromisso pela busca constante de novas ferramentas e estratégias metodológicas que sirvam para garantir maior coerência com o par dialético objetivos-avaliação. Isto é, pensar formas de avaliar que sejam coerentes com os objetivos inicialmente definidos.

É necessário entender que a avaliação em Educação Física à luz dos paradigmas tradicionais, como o da esportivização, desenvolvimento motor, psicomotricidade e da aptidão física, é insuficiente para a compreensão do fenômeno educativo em uma perspectiva mais abrangente.

Os professores, historicamente, praticam a verificação e não a avaliação, sobretudo porque a aferição da aprendizagem escolar tem sido feita, na maioria das vezes, para classificar os alunos em aprovados e reprovados. Chega-se à conclusão de que, mesmo havendo ocasiões em que se deem oportunidades para os alunos se recuperarem, a preocupação recai em rever os conteúdos programáticos para recuperar a nota (LUCKESI, 1995).

A avaliação será um processo formativo, permanente e cumulativo, que o professor estará organizando e reorganizando o seu trabalho tendo no horizonte as diversas manifestações corporais, evidenciadas nas formas de ginástica, do esporte, dos jogos, da dança e das lutas, levando os alunos a refletirem e a se posicionarem criticamente com o intuito de construir uma suposta relação com o mundo.

Além disso, o processo de avaliação deve ser flexível, de modo a atingir os alunos especiais, valorizando as habilidades individuais e respeitando os limites e cada um para que a inclusão seja trabalhada de maneira a propiciar o desenvolvimento potencial do educando incluso.

Para efeito de avaliação será verificado se o aluno reconhece a dança como linguagem social que permite a transmissão de sentimentos e expressão de afetividade

nas esferas do trabalho, da religiosidade, dos costumes, que podem ser marcadas singularmente pela criação de gestos que caracterizam um sujeito, compreende o esporte como fenômeno de complexidade social, histórica e política e analisa a prática esportiva como meio de combate ao preconceito racial e/ou étnico, discriminação entre gêneros, violência moral decorrente de singularidades entre o grupo, utiliza diferentes movimentos rítmicos como forma de conhecer as possibilidades e limites do próprio corpo e participa dos jogos e brincadeiras obedecendo as regras e adaptando-as conforme as necessidades e desafios estabelecidos.

Visando a concretização dos objetivos propostos na disciplina de Educação Física serão utilizados os instrumentos e critérios de avaliação abaixo descritos: Em seguida, indicaremos algumas formas e critérios de avaliação a serem utilizados.

1 - Projeto de Pesquisa Bibliográfica - a solicitação de uma pesquisa exige enunciado claro e recortes precisos do que se pretende.

- Critérios:

o aluno, quanto:

- a contextualização, identifica a situação e o contexto com clareza;
- ao problema, apresenta de forma clara, objetiva o tema levantado, delimitando o foco da pesquisa na busca de solução;
- a justificativa, aponta argumentos sobre a importância da pesquisa;

O aluno, na escrita, remete-se aos textos lidos, por meio de citações ou paráfrases, rerenciando-os adequadamente.

2 - Seminário - oportuniza a pesquisa, a leitura e a interpretação de textos. Trata-se de uma discussão rica de idéias, na qual cada um participa questionando, de modo fundamentado, os argumentos apresentados, colocando o estudante em contato direto com a atividade científica e engajando-o na pesquisa.

- Critérios

O aluno:

- demonstra consistência nos argumentos, tanto na apresentação quanto nas réplicas;
- apresenta compreensão do conteúdo abordado (a leitura compreensiva dos textos utilizados);
- faz adequação da linguagem;
- demonstra pertinência quanto as fontes de pesquisa;
- traz relatos para enriquecer a apresentação;
- faz adequação e toma como relevante as intervenções dos integrantes do grupo que assiste a apresentação.

3 - Trabalho em grupo – desenvolve dinâmicas com pequenos grupos, na tentativa de proporcionar, aos alunos, experiências que facilitem o processo de aprendizagem. Nesse sentido, possibilita a interação social, conduzindo o aluno a compartilhar seu conhecimento.

O trabalho em grupo pode ser proposto a partir de diferentes atividades, sejam elas, escritas, orais, gráficas, corporais, construção de maquetes, painéis, mural, jogos e outros, abrangendo os conhecimentos artísticos, filosóficos e científicos.

- Critérios

O aluno:

- interage com o grupo;
- compartilha o conhecimento;
- demonstra os conhecimentos formais da disciplina, estudados em sala de aula, na produção coletiva de trabalhos;
- compreende a origem da construção histórica dos conteúdos trabalhados e sua relação com a contemporaneidade e o seu cotidiano.

4 - Questões discursivas - Essas questões possibilitam verificar a qualidade da interação do aluno com o conteúdo abordado em sala de aula. Uma questão discursiva possibilita

que o professor avalie o processo de investigação e reflexão realizado pelo aluno durante a exposição/discussão do conteúdo, dos conceitos.

Além disso, a resposta a uma questão discursiva permite que o professor identifique com maior clareza o erro do aluno, para que possa dar a ele a importância pedagógica que tem no processo de construção do conhecimento.

- Critérios

O aluno:

- Compreende o enunciado da questão.
- Planeja a solução, de forma adequada.
- Comunica-se por escrito, com clareza, utilizando-se da norma padrão da língua portuguesa.
- Sistematiza o conhecimento de forma adequada

5 - Questões objetivas

Este tipo de questão tem como principal objetivo a fixação do conteúdo.

Uma questão objetiva deve apresentar um enunciado objetivo e esclarecedor, usando um vocabulário conceitual adequado, possibilitando ao aluno a compreensão do que foi solicitado.

Para a construção desse tipo de questão o professor não deve desconsiderar um bom planejamento, ou seja, definir o grau de dificuldade de cada questão direcionada para cada série com vistas a não cometer injustiças.

- Critérios

O aluno:

- Realiza leitura compreensiva do enunciado;
- Demonstra apropriação de alguns aspectos definidos do conteúdo;
- Utiliza de conhecimentos adquiridos.

A utilização dos diferentes instrumentos e critérios de avaliação atenderá a peculiaridade dos conteúdos de cada modalidade de ensino.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Parecer Nº CNE/CP 003/2004. Brasília, MEC. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf. Acesso em: 08 Set. 2010 as 11h00 min.

COLETIVOS DE AUTORES. Metodologia do ensino da educação física. São Paulo: Cortez, 1992

LUCKESI, C.C. Avaliação da aprendizagem escolar. 2 ed., São Paulo: Cortez, 1995

PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação, Departamento da Educação Básica. Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica. Educação Física, Curitiba SEED, 2008

_____. Secretaria do Estado da Educação, Departamento da Educação Básica. Diretrizes Curriculares da Educação Básica. Educação Física, Curitiba SEED, 2006

COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO PROFESSOR JAELSON BIÁCIO
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

DISCIPLINA: ENSINO RELIGIOSO

CAMPO MOURÃO – PR
2011

1- APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

O Ensino Religioso era o ensino da Religião Católica Apostólica Romana, religião oficial do Império conforme determina a constituição de 1924.

Após a proclamação da República passou a ser laico, público, gratuito e obrigatório, rejeitando a hegemonia católica que exercia o monopólio do ensino.

A partir da Constituição de 1934 passou a ser admitida como disciplina na escola pública com matrícula facultativa.

Nas constituições de 1937, 1946 e 1967 o Ensino Religioso foi mantido como matéria do currículo, de frequência livre para o aluno e de caráter confessional de acordo com o credo da família.

Na década de 60 surgiram grandes debates retomando a questão da liberdade religiosa, devido à pressão das tradições religiosas e da sociedade civil organizada que partiu de diferentes manifestações religiosas, perdendo sua função catequética.

Na LDB nº. 4024/61, determina que essa disciplina seja de matrícula facultativa sem ônus para o poder público, sendo ministrada de acordo com a confissão religiosa do aluno. Os professores faziam cadastro de docentes realizados perante as autoridades religiosas das respectivas tradições religiosas.

O tratamento dado ao Ensino Religioso durante a vigência do regime militar, foi expresso pela Lei 5.692/71, no que constituía como disciplina de horários normais nos estabelecimentos oficiais. O Ensino Religioso foi implantado como disciplina escolar no Estado do Paraná, a partir da criação da Associação Interconfessional de Curitiba (ASSINTEC). Essa associação preocupou-se com a elaboração de material pedagógico e curso de formação continuada.

Com a LDB nº. 9394/96 o Ensino Religioso passa a ser parte integrante essencial na formação do ser humano como pessoa e cidadão, sendo de responsabilidade do estado a sua oferta na educação pública, respeitando a diversidade cultural religiosa no Brasil.

A Educação Religiosa pressupõem promover aos educando a oportunidade de processo de escolarização fundamental para se tornarem capazes de entender os movimentos religiosos específicos de cada cultura. Contribui também para superar a desigualdade étnico-religiosa e garantir o direito constitucional de liberdade de crença e expressão.

As discussões nacionais a respeito do Ensino Religioso não se esvaziaram após a promulgação da Nova Constituição Federal. O passo seguinte foi elaborar uma concepção do Ensino Religioso que legitimasse a perspectiva deste componente curricular, para superar o caráter proselitista que marcou a disciplina historicamente, conforme ficou expresso na LDBEN 9394/96, no artigo 33.

O texto da lei em sua redação original, contudo, não contemplou as demandas da sociedade civil organizada, de modo que foi alterado devido a três proposições de mudança:

Na primeira proposição, solicitava-se a exclusão do texto “sem ônus para os cofres públicos”, baseada no princípio de que o Ensino Religioso é componente curricular da Educação Básica e de importância para a formação do cidadão e para seu pleno desenvolvimento como pessoa. Por consequência, é do dever constitucional do estado em matéria educativa.

Na segunda proposição, indicava-se que o Ensino Religioso fosse parte integrante da formação básica do cidadão, vedada qualquer forma de doutrinação ou proselitismo, bem como propunha o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil;

Na terceira proposição, solicitava-se o caráter ecumênico para o Ensino Religioso, com garantia de acesso a conhecimentos que promovessem a educação do senso religioso e respeito às diferentes culturas.

Os três projetos apresentados para a mudança do artigo 33 da LDBEN 9394/96, evidencia importante convergências, uma vez que adotam o princípio de que o ensino Religioso é parte integrante essencial na formação do ser humano, como pessoa e cidadão e é responsabilidade do Estado a sua oferta na educação pública. Em decorrência dessas contribuições e da pressão da sociedade civil organizada – AEC, Assintec e Fonaper (fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso) – em torno dessa questão foi promulgada a Lei n. 9475/97 que dá nova redação ao art. 33 da LDBEN 9394/96.

Somente a partir das discussões da LDBEN 9394/96, incentivada pela sociedade civil organizada, o Ensino Religioso passou a ser compreendido como disciplina escolar. Em decorrência desse processo, sua instituição nas escolas públicas do país foi regulamentada.

No ano de 1995 a 2002 houve um esvaziamento do Ensino Religioso na rede pública Estadual do Paraná. A partir 2003-2006, o Estado retomou a responsabilidade sobre a oferta e organização curricular da disciplina no que se refere à composição do corpo docente, metodologia, avaliação e formação continuada de professores.

Portanto, o Ensino Religioso busca propiciar oportunidade de identificação, de entendimento, de conhecimento e de aprendizagem em relação às diferentes manifestações religiosas presentes na sociedade, de modo que tenham a amplitude da própria cultura religiosa, em suas relações éticas e sócias.

No convívio com as diversas culturas o aluno deve construir por meio de observação, reflexão, informação e vivência de valores éticos o diálogo inter-religioso e consequentemente a superação de preconceitos.

Promovendo a educação para a paz, desenvolvendo atitudes éticas que qualifiquem as relações do ser humano consigo mesmo, com o outro e com a natureza.

A disciplina de Ensino Religioso tem como objetivo propiciar o conhecimento e a compreensão do fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto histórico sócio-cultural do aluno, com também analisar o papel das Tradições Religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas, contribuindo para a formação da cidadania e convívio social baseado na alteridade respeito às diferenças.

O Ensino religioso permite que os educandos possam refletir e entender como os grupos sociais se constituem culturalmente e como se relacionam com o Sagrado. E possibilita compreender suas trajetórias e manifestações no espaço escolar e estabelecer relações entre culturas, espaços e diferenças. Ao compreender tais elementos, o educando passa elaborar o seu saber e a entender a diversidade de nossa cultura, marcada pela religiosidade.

2- OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

- Conhecer o Sagrado numa visão laica, incentivando o diálogo inter-religioso e o respeito às diferentes formas de crer, contribuindo para a superação das desigualdades étnico-religiosas, para garantir o direito constitucional de liberdade de crença e de expressão e, por consequência, o direito à liberdade individual e política;
- Entender o sagrado como o centro da experiência religiosa; e as atitudes morais causadas pelo fenômeno religioso;
- Propiciar o conhecimento e a compreensão do processo histórico na concretização dos símbolos e dos espaços e sua organização em territórios sagrados;
- Construir significados por meio das relações com o fenômeno religioso;
- Compreender o sentido da existência humana; os direitos individuais e as diferenças;

- Orientar para a apropriação dos saberes sobre as expressões e organizações religiosas das diversas culturas na sua relação com os outros campos do conhecimento;
- Conhecer e respeitar as expressões religiosas advindas de culturas diferentes, inclusive das que não se organizam em instituições, e suas elaborações sobre o fenômeno religioso, superando o preconceito religioso, com vistas à consolidação do respeito à diversidade cultural e religiosa;
- Analisar o papel das tradições religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifestações sócio-culturais.

3- CONTEÚDOS

6º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	ABODAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	AVALIAÇÃO
- Paisagem religiosa; - Universo Simbólico Religioso; - Texto Sagrado.	- Organizações religiosas; - Lugares Sagrados - Textos Sagrados Orais ou Escritos - Símbolos Religiosos.	- Os conteúdos básicos devem ser tratados sob a ótica dos três conteúdos Estruturastes; - A linguagem utilizada deve ser a científica e não a religiosa, a fim de superar as tradicionais aulas de religião; - É vedada toda e qualquer forma de proselitismo e doutrinação, entendendo que os conteúdos do ensino religioso devem ser trabalhados enquanto conhecimento da diversidade sócio-político e cultural.	Espera-se que o aluno: - Estabeleça discussões sobre o Sagrado numa perspectiva laica; - Desenvolva uma cultura de respeito à diversidade religiosa e cultural; - Reconheça que o fenômeno religioso é um dado de cultura e de identidade de cada grupo social.

7º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	ABODAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	AVALIAÇÃO
- Paisagem religiosa; - Universo Simbólico Religioso; - Texto Sagrado	- Temporalidade sagrada; - Festas Religiosas; - Ritos; - Vida e morte.	- Os conteúdos básicos devem ser tratados sob a ótica dos três conteúdos Estruturastes; - A linguagem utilizada deve ser a científica e não a religiosa, a fim de superar as tradicionais aulas de religião; - É vedada toda e qualquer forma de proselitismo e doutrinação, entendendo que os conteúdos do ensino religioso devem ser trabalhados enquanto conhecimento da diversidade sócio-político e cultural.	Espera-se que o aluno: - Estabeleça discussões sobre o Sagrado numa perspectiva laica; - Desenvolva uma cultura de respeito à diversidade religiosa e cultural; - Reconheça que o fenômeno religioso é um dado de cultura e de identidade de cada grupo social.

4- METODOLOGIA

O Ensino Religioso deve partir de uma visão de mundo e de homem, a linguagem utilizada em sala de aula deve ser a pedagógica e não a religiosa, respeitando o direito a liberdade de consciência e opção religiosa do educando em relação ao sagrado, buscando opiniões e questionamentos que contemplem a contextualização frente a atitudes práticas e concretas do cotidiano em relação ao sagrado.

O conhecimento sistematizado pela educação escolar deve oportunizar a todos os alunos possibilidades de aprendizagem. Conceber e praticar uma educação para todos, pressupõe a prática de currículos abertos e flexíveis que estejam comprometidos com o atendimento às necessidades educacionais de todos os alunos, sejam elas especiais ou não. Nesse sentido, é preciso organizar estratégias que ofereçam condições para que o educando com necessidades especiais de educação possa absorver o conhecimento de forma participativa.

A Metodologia para a disciplina de Ensino religioso proposta pelas diretrizes curriculares estaduais (2008) orienta que o ensino-aprendizagem deve partir de uma visão de mundo e de homem, atribuindo à pluralidade social, num Estado inconfessional, laico e que garante, por meio da constituição, a liberdade religiosa.

Faz-se necessário um aporte dentro dos conteúdos básicos de Ensino Religioso quando da sua abrangência social, política e religiosa, como obrigatoriedade elencadas em leis com o intuito de reforçar os saberes historicamente construídos e necessários como eixo de legitimação do ato democrático. Para tanto, conforme determina a Lei 11645/08, que trata da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e indígena, Prevenção ao uso de drogas, sexualidade humana; Educação Ambiental (Lei

9795/99 e Dec. 4.201/02); Enfrentamento à Violência contra a Criança e ao Adolescente (Lei Federal nº 11.525/07), serão abordados de forma contextualizada e relacionadas aos conteúdos da disciplina de Ensino Religioso, sempre que for possível a articulação entre os mesmos. Assim o enfoque será abordado simultaneamente fazendo inter-relação no 6º e no 7º ano de ensino fundamental, anos finais .

Desse modo, o Ensino Religioso têm como objetivo orientar também a abordagem e a seleção dos conteúdos e compõe o universo cultural humano e faz parte do modelo de organização de diferentes sociedades.

Os conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena (Lei nº 11.645/08); Prevenção ao uso de drogas, sexualidade humana; Educação Ambiental (Lei 9795/99 e Dec. 4.201/02); Enfrentamento à Violência contra a Criança e ao Adolescente (Lei Federal nº 11.525/07), serão abordados de forma contextualizada e relacionadas aos conteúdos da disciplina de Ensino Religioso, sempre que for possível a articulação entre os mesmos.

5- AVALIAÇÃO

A avaliação é um processo que influencia significativamente toda a prática escolar e as relações interpessoais, bem como apresenta-se como parte integrante do processo ensino/aprendizagem e ter como função superar as fragilidades, diagnosticar e orientar a intervenção pedagógica.

Para efetivar o processo de avaliação no Ensino Religioso, é necessário estabelecer os instrumentos e definir os critérios que explicitem o quanto o aluno se apropriou do conteúdo específico da disciplina e foi capaz de relacioná-lo com as outras disciplinas. A avaliação pode revelar também em que medida a prática pedagógica, fundamentada no pressuposto do peito à diversidade cultural e religiosa, contribui para a transformação social. (PARANÁ, 2008, p. 67).

Conforme as Diretrizes do Estado do Paraná (2008), a apropriação do conteúdo trabalhado pode ser observada pelo professor em diferentes situações de ensino e aprendizagem. Eis algumas sugestões que podem ser tomadas como amplos critérios de avaliação no Ensino Religioso:

XI. O aluno expressa uma relação respeitosa com os colegas de classe que têm opções religiosas diferentes da sua?

XII. O aluno aceita as diferenças de credo ou de expressão de fé?

XIII. O aluno reconhece que o fenômeno religioso é um dado de cultura e de identidade de cada grupo social?

XIV. O aluno emprega conceitos adequados para referir-se às diferentes manifestações do Sagrado?

A avaliação é um elemento integrante do processo educativo na disciplina do Ensino Religioso. Cabe, então, ao professor programar práticas avaliativas e construir instrumentos de avaliação que permitam acompanhar e registrar o processo de apropriação de conhecimentos pelo aluno em articulação com a intencionalidade do ensino explicitada nos planos do trabalho docente. O que se busca, em última instância, com o processo avaliativo é identificar em que medida os conteúdos passam a ser referenciais para a compreensão das manifestações do Sagrado pelos alunos.

Diante da sistematização dos resultados da avaliação, o professor terá elementos para planejar as necessárias intervenções no processo pedagógico, bem como para retomar as lacunas identificadas na aprendizagem do aluno.

Terá também elementos indicativos dos níveis de aprofundamento a serem adotados em conteúdos que desenvolverá a posteriori e da possível necessidade de reorganização do trabalho com o objeto e os conteúdos estruturantes.

Para a avaliação do conhecimento na disciplina de Ensino Religioso, deve-se levar em conta as especificidades de oferta e frequência dos alunos nesta disciplina que todo professor ao ministra-la deve estar ciente, pois tal disciplina está em processo de implementação nas escolas e, por isso, a avaliação pode contribuir para sua legitimação como componente curricular.

Apesar de não haver aferição de notas ou conceitos que impliquem aprovação ou reprovação do aluno, recomenda-se que o professor registre o processo avaliativo por meio de instrumentos que permitam à escola, ao aluno, aos seus pais ou responsáveis a identificação dos progressos obtidos na disciplina.

A avaliação permite diagnosticar o quanto o aluno se apropriou do conteúdo, como resolveu as questões propostas, como reconstituiu seu processo de concepção da realidade social e, como, enfim ampliou o seu conhecimento em torno do objeto de estudo. Os instrumentos avaliativos que serão desenvolvidos na disciplina de Ensino Religioso são atividades de leitura, pesquisa, produção de texto, relatórios, trabalho em grupo e apresentação oral seguidos de atividades com textos sagrados e atividades a partir de recursos audiovisuais.

Instrumentos e Critérios Avaliativos que serão utilizados na disciplina

Atividade de leitura – a avaliação de leitura possibilita ao professor verificar a compreensão dos conteúdos abordados em aula e, nesse sentido, faz-se necessário a escolha criteriosa do texto, o roteiro de análise e os critérios de avaliação, de forma a permitir a reflexão e a discussão, bem como a ampliação de conhecimento.

Projeto de Pesquisa Bibliográfica - a solicitação de uma pesquisa exige enunciado claro e recortes precisos do que se pretende.

Produção de Texto - a atividade de produção escrita deve considerar a característica dialógica e interativa da linguagem e o processo interlocutivo. Portanto, precisa ser relacionada ao que se escreve fora da escola, atendendo aos diferentes gêneros textuais.

Palestra/Apresentação Oral - a atividade de palestra/apresentação oral possibilita ao aluno demonstrar sua compreensão a respeito do conteúdo abordado, bem como argumentar, organizar e expor suas idéias.

Atividades Experimentais – estas atividades requerem clareza no enunciado e propiciam ao aluno criar hipóteses sobre o fenômeno que está ocorrendo, levando em consideração as dúvidas, o erro, o acaso, a intuição, de forma significativa. Nessa atividade, o aluno pode expressar sua compreensão do fenômeno experimentado, do conceito a ser construído ou já construído, a qualidade da interação quando o trabalho se realiza em grupo, entre outras possibilidade.

Projeto de Pesquisa de Campo – essa atividade exige um planejamento prévio que demande a busca de informações nos lugares que se pretende trabalhar. Nesse sentido, colabora para a construção de conhecimentos e formação dos alunos como agentes sociais.

O Relatório - é um conjunto de descrições e análise da atividade desenvolvida, auxiliando no aprimoramento da habilidade escrita, possibilitando ainda, a reflexão sobre o que foi realizado e a reconstrução de seu conhecimento. No relatório deve apresentar quais dados ou informações foram coletadas ou desenvolvidas e como esses dados foram analisados, bem como quais resultados podem-se extrair deles. São elementos do relatório: introdução, metodologia e materiais, análise e considerações finais.

Seminário - oportuniza a pesquisa, a leitura e a interpretação de textos. Trata-se de uma discussão rica de idéias, na qual cada um participa questionando, de modo fundamentado, os argumentos apresentados, colocando o estudante em contato direto com a atividade científica e engajando-o na pesquisa.

Debate – possibilita a exposição de idéias, avaliação dos argumentos, permitindo que haja turno de fala entre os ouvintes. Mas, para que isso ocorra, é preciso garantir a participação de todos.

Atividades com textos literários - possibilita discussões acerca do conteúdo que está sendo discutido, no contexto de outra linguagem. Esse trabalho passa por três momentos necessários para sua efetivação: a escolha do texto, a elaboração da atividade em si (seja através de questões, seja por um roteiro de leitura), os critérios de avaliação.
Atividades a partir de recursos Audiovisuais - o trabalho com filmes, documentários, músicas, teatro, entre outros. Qualquer que seja o recurso escolhido, é preciso considerar que o conteúdo abordado naquela mídia não está didatizado, vem apresentado em linguagem específica e com intencionalidade diferente daquela que existe na escola. A didatização do conteúdo cabe ao professor.

Trabalho em grupo – desenvolve dinâmicas com pequenos grupos, na tentativa de proporcionar, aos alunos, experiências que facilitem o processo de aprendizagem. Nesse sentido, possibilita a interação social, conduzindo o aluno a compartilhar seu conhecimento. O trabalho em grupo pode ser proposto a partir de diferentes atividades, sejam elas, escritas, orais, gráficas, corporais, construção de maquetes, painéis, mural, jogos e outros, abrangendo os conhecimentos artísticos, filosóficos e científicos.

6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

CISALPIANO, Murilo. Religiões. São Paulo: Scipione 1994.

Consumo Sustentável: Manual de Educação. Brasília: Consumers International/MMA/MEC/IDEC, 2005.

Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a construção de Currículos Inclusivos. Documento Preliminar da SEED.

PARANÁ. Diretrizes Curriculares de Ensino Religioso para o Ensino Fundamental. 2008.

DURHEIM, Emile. As formas elementares de vida religiosa. São Paulo: Paulinas,1994.

ELIADE, Mircea. O Sagrado e Profano: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

HINNELS, John R. Dicionário das religiões. São Paulo: Cultrix, 1989.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. Ensino Religioso e sua relação Pedagógica. Petrópolis: Vozes,

PPP – Projeto Político Pedagógico do Colégio do Campo Professor Jaelson Biácio

COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO JAELSON BIÁCIO –ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

DISCIPLINA: FILOSOFIA

CAMPO MOURÃO – 2011

1. INTRODUÇÃO

As Diretrizes Curriculares Estaduais prevêem que a disciplina a ser ministrada na sala de aula da escola pública paranaense, seja uma introdução ao estudo da Filosofia e aborde questões das ciências, do mito, da ética, da estética, da política, do conhecimento. Se por um lado, a dificuldade para seu ensino está no fato de nela residir o pensamento racional e sistemático de mais de 2500 anos, por outro lado, a facilidade para o seu ensino está no fato de que nela se pode encontrar pedagogias e métodos que trazem luz para a definição da pedagogia e do método ideal a ser adotado pelo professor para o ensino da filosofia.

É de suma importância o conhecimento específico proporcionado por essa disciplina no contexto escolar, pois resulta num aprimoramento das capacidades intelectuais, éticas, morais e sociais, e pode favorecer a expressão de pensamentos, desde que devidamente realizadas as contextualizações sócio-históricas. Além do conhecimento/pensamento racional o ensino da filosofia almeja reestabelecer e resignificar conceitos, valores e virtudes, com o estimulo à busca, ao questionamento, a compreensão, a imaginação, a investigação. E, desta feita, possibilita ao aluno aumentar sua condição de argumentar e questionar; de conhecer e compreender; de fundamentar; de sistematizar; de aceitar ou rejeitar com criticidade (conhecimento de causa); de propor novas questões relevantes para a realidade, para a humanidade, para a compreensão e a transformação do mundo.

Diferente de outras disciplinas, a filosofia faz chegar a resultados que não são tidos como definitivos/absolutos. Assim, ela pode não oferecer a segurança que uma ciência exata dá ao aluno, e isso pode ser prejudicial ao ensino da mesma; por outro lado, se bem entendida pelos alunos as possibilidades ilimitadas que essa não exatidão dá, pode ser fator estimulante ao aprendizado dos mesmos.

O ensino da filosofia apresenta inúmeras possibilidades de abordagem. As mais tradicionais são: a divisão cronológica linear, geográfica e por conteúdos estruturantes, mas, para não ser apenas História da Filosofia, faz-se mister preservar suas características específicas, ex: diálogo, problematização, argumentação, sistematização, imparcialidade, busca constante.

No âmbito educacional nacional, no Brasil Monárquico, primeiramente a Filosofia foi um instrumento de formação moral e intelectual das elites econômicas, políticas, eclesiais, etc. Com a Proclamação da República e seu ensino obrigatório nos currículos, ela ficou acessível à população em geral, mas serviu como instrumento ideológico para manutenção do status quo.

Em 2003, a Câmara dos Deputados aprovou a volta da Filosofia ao currículo do Ensino Médio, mas não como disciplina obrigatória e sim na transversalidade, isto é, como uma ferramenta útil ao exercício de uma cidadania com baixa exigência de participação. Somente em 2008 a filosofia foi aprovada como disciplina obrigatória. O Conselho Estadual de Educação/PR aprova a deliberação n.º 03/08, que estabelece a inclusão gradativa da disciplina na grade curricular: uma série em 2009; duas em 2010; três em 2011; quatro em 2012 nos cursos de 4 anos.

A Lei estadual nº 15.228, em seu artigo segundo, deixa claro que a Filosofia tem como objetivo “consolidar a base humanista da formação do educando, propiciar a capacidade do pensar e repensar de modo crítico o conhecimento produzido pela humanidade, sua relação com o mundo e a constituição de valores culturais, históricos e

sociais, fundamental na construção e aprimoramento da cidadania". Ela está em consonância com as regras e os princípios que orientam o Ensino Médio no Brasil, definidos na LDB, que objetivam um processo educacional que leve ao "aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico" bem como "a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina" (Seção IV, Art. 35 e Art. 36, Incisos III e IV).

Nessas Diretrizes Curriculares, o ensino de Filosofia trabalha com conteúdos estruturantes, tomados como conhecimentos básicos, que se constituíram ao longo da história da Filosofia e de seu ensino, em épocas, contextos e sociedades diferentes, e que, tendo em vista o estudante do Ensino Médio, ganham especial sentido e significado político, social e educacional.

Esses conteúdos estruturantes abaixo relacionados estão presentes em todos os períodos da história da Filosofia – antiga, medieval, moderna e contemporânea – sendo que em cada período, recebem tratamento diferenciado para garantir que o ensino de Filosofia não perca suas características essenciais de dialogar criticamente todos os conceitos, de maneira interdisciplinar.

Cabe também lembrar que a lei 11645 de 10 de março de 2008 determinou no artigo 26-A que "nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena." .

2. JUSTIFICATIVA

O específico do ensino da Filosofia está claramente definido na Lei nº 15.228, quando diz, no artigo segundo: "propiciar a capacidade do pensar e repensar de modo crítico...". Ou seja, o principal no ensino da filosofia não é transmitir conteúdo, mas promover o pensar e o repensar crítico sobre tudo – pois tudo é assunto filosófico – especialmente sobre todo o conhecimento já produzido pela humanidade - visando assim a construção cidadã do aluno. Assim, a questão não é que filosofia ensinar, mas auxiliar o alunado a filosofar. E como fazer isso? Com certeza não é tratando a disciplina como História da Filosofia senão ela terá caráter conteudista e destoará do objetivo que se pretende na lei.

Sua contribuição é imprescindível para a sua própria formação cidadã. Para tanto, o educador deve procurar relacionar os conteúdos da disciplina aos problemas a serem trabalhados pelos alunos, bem como levar a eles a analisar estes problemas à luz da história da filosofia, da leitura e interpretação de textos filosóficos. Desta forma, quer incentivar o estudante a refletir, pesquisar, estabelecer relações, criar conceitos, a posicionar-se criticamente, e a colocar o resultado obtido em prática.

A aula de filosofia deve ser um espaço onde os alunos aprendam a problematizar bem como buscar solução para os problemas. Ao professor cabe mediar essa questão, com a clareza de que o processo de ensino-aprendizagem em filosofia só se concretiza na experiência que acontece em cada aula e na relação professor e discente. Como também, com a problematização e a busca de soluções orientada pela reflexão de textos filosóficos, pelo contexto histórico e social e na avaliação de conceitos filosóficos a serem aplicados na realidade.

Desta forma, as aulas de filosofia precisam ser promotoras de leituras, de debates, de produção de textos, de atividades individuais e coletivas, sempre orientadas pelo diálogo investigatório. Para tanto as aulas requerem bom planejamento. No que diz respeito ao ensino da disciplina no ensino médio o conteúdo proposto parte do pressuposto de que o aluno já aprendeu lógica - como pensar corretamente, fazer idéias, construir juízos de valor e também argumentos lógicos – pois é base para a Metafísica , que engloba a Teoria do Conhecimento e a Ontologia.

A teoria do conhecimento deve ser o principal conteúdo no ensino médio. Entretanto, seria muito bom se o professor conseguisse trabalhar também a questão ontológica por ser nela que se aprende a distinguir os princípios, os valores, as essências, as substâncias, a existência, as causas e finalidades. A ontologia é essencial como base para o aprendizado da ética. Sem a ética, o conhecimento filosófico e a formação integral do ser humano ficam debilitados justamente quando se verifica o feedback que comprova o objetivo atingido, qual seja, a formação integral do ser humano e sua vivência cidadã dentro de sua realidade, de seu contexto. Sem a ética a vida sai prejudicada em todos os seus aspectos: particular, comunitário, social, político.

Para os anos que compreendem o ensino médio, a disciplina de filosofia adquire uma importância ímpar para a formação dos estudantes, especialmente para aqueles que pretendem fazer curso de nível superior.

3. OBJETIVO GERAL

Propiciar ao aluno a condição de, criticamente, pensar, repensar, todas as coisas, incluindo o conhecimento produzido pela humanidade ao longo de sua história; a relação que ele estabelece com o mundo; a constituição de valores históricos e sócio-culturais e conseqüentemente desenvolver sua concepção de cidadania e definir sua posição e sua ação enquanto cidadão.

3.1 Objetivos Específicos:

1. Oportunizar momentos que estimulem o pensar e o pensar sobre o pensar;
2. Formar o hábito da reflexão e da formação de juízos de valor que subsidiem a conduta do sujeito dentro da escola e fora dela;
3. Desenvolver procedimentos próprios do pensamento crítico: apreensão de conceitos, argumentação e problematização;
4. Trabalhar com textos que incluam termos e conceitos cotidianos que facilitem a interação no contexto social;
5. Capacitar para a leitura de textos filosóficos e outros textos de modo significativo;
6. Estimular debates de questões contemporâneas para facilitar a compreensão da realidade a partir dos problemas filosóficos destacados;
7. Facilitar ao aluno a percepção da multiplicidade de pontos de vista e articulações possíveis entre os mesmos;
8. Auxiliar no desenvolvimento da capacidade de elaborar e registrar o que foi apropriado de modo reflexivo, de forma a reconstruir os conceitos aprendidos;

9. Promover o desenvolvimento da capacidade para debater temas, assumir e defender sua posição com argumentos e também de mudar de posição em face de argumentos mais consistentes;
10. Compreender os elementos trabalho, relações sociais e cultura simbólica como processos que tecem a existência humana;
11. Estimular a atitude de respeito mútuo e o senso de liberdade e responsabilidade na sociedade em que vive considerando a escola como parte da vida do aluno;
12. Articular conhecimentos filosóficos e diferentes conteúdos e modos discursivos das diversas áreas do conhecimento, e em outras produções culturais através da produção de conceitos;
13. Articular teorias filosóficas e o tratamento de temas e problemas científicos, tecnológicos, éticos e políticos, sócio-culturais com as vivências pessoais;
14. Contextualizar conhecimentos filosóficos, tanto no plano de sua origem específica quanto em outros planos: o pessoal, o entorno sócio-político, histórico e cultural; a sociedade científico-tecnológica.
15. auxiliar o estudante a refletir e a posicionar-se de forma crítica, contextualizada histórica e socialmente;
16. levar o estudante a refletir sobre o que está implícito, a questionar o que parece óbvio, ajudando-o a fazer uma reconstrução da pessoa na sua totalidade, através dos conteúdos propostos e assim revitalizar os princípios de cidadania pela apropriação do processo de filosofar e pelo conhecimento do significado e finalidades das coisas;
17. instrumentar os alunos para estarem aptos a compreender e atuar em sua realidade.

4. CONTEÚDOS

Os conteúdos apresentados nesse planejamento seguem as orientações da DCE de Filosofia, o qual organizou-se também o livro didático público de Filosofia, a partir de conteúdos denominados conteúdos estruturantes. A partir dos conteúdos estruturantes, adaptamos os conteúdos específicos e complementares que irão ser trabalhados com os alunos no decorrer do ano letivo.

1º Série do Ensino Médio

1. MITO E FILOSOFIA

1. CONTEÚDO BÁSICO

- Saber mítico;
- Saber filosófico;
- Relação Mito e Filosofia;
- Atualidade do mito;
- O que é Filosofia?
- História e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Lei nº11.645/08);
- História do Paraná (Lei nº 13.038/01)

1.1.1 Conteúdo específico

1. O que é mito; Mito e Filosofia: Nascimento ou Surgimento da Filosofia
2. Os deuses da Mitologia grega;
3. As funções do Mito / A consciência mítica

4. Filosofia, mito e senso comum;
5. O que é Filosofia;
6. O mito da Filosofia, continuidade e ruptura;
7. A contradição do mito;
8. O mito como forma de explicação da realidade;
9. Do mito para o logos;
10. Mitos contemporâneos;
11. Do senso comum ao pensamento filosófico: Ironia e maiêutica;
12. A filosofia e o conhecimento em si;
13. O deserto do real;
14. Cosmogonia e Cosmologia (Filósofos pré-socráticos);
15. Diferentes modos de conhecer;

2. TEORIA DO CONHECIMENTO

1.CONTEÚDO BÁSICO

- Possibilidade do conhecimento;
- As formas de conhecimento;
- O problema da verdade;
- A questão do método;
- Conhecimento e lógica.

2.1.1 Conteúdo específico

1. O problema do conhecimento
2. Filosofia e método
3. Perspectivado conhecimento
4. A Filosofia e o conhecimento em si
5. Gnosiologia;
6. Epistemologia;
7. Metodologia da Pesquisa Filosófica;
8. Da possibilidade do conhecimento;
9. O valor do conhecimento
10. A verdade;
11. A extensão do conhecimento;
12. Entre a teoria e a prática;
13. A cosmologia dos gregos pré-socráticos;
14. O relativismo antropológico dos sofistas;
15. Os socráticos e a busca de um saber universalmente válido;
16. A filosofia medieval e a questão dos universais;
17. Racionalismo cartesiano;
18. Empirismo inglês;
19. O criticismo kantiano;
20. O positivismo de comte;
21. O idealismo hegeliano e o materialismo marxista.

2º Série do Ensino Médio

3. ÉTICA

1. CONTEÚDO BÁSICO

- Ética e moral;
- Pluralidade ética;
- Ética e violência;
- Razão, desejo e vontade;
- Liberdade: autonomia do sujeito e a necessidade das Normas;
- Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana

3.1.1 Conteúdo específico

1. Concepções éticas;
2. Os problemas da ação ética;
3. A existência da ética;
4. Ética ou filosofia moral;
5. O objeto da ética;
6. Doutrinas éticas
a) concepção grega;
b) Ética Cristã (patrística e medieval);
c) O problema ético na modernidade;
d) Ética contemporânea
7. A virtude em Aristóteles e Sêneca
a) Amizade;
b) Liberdade;
c) Liberdade em Sartre
8. Juízos de valor, juízos morais
9. As relações ética: autonomia e heteronomia
10. A essência moral;
11. Senso comum e consciência moral;
12. A moral e outras formas de comportamento humano;
13. A identidade do sujeito moral;
14. A responsabilidade moral, determinismo e liberdade;
15. A moral na história;
16. A tolerância como virtude;
17. Constituinte do campo ético;
18. Movimento Feminista - Lei Maria da Penha;
19. A Cultura Afro-brasileira/cotas;
20. O caso brasileiro.
4. FILOSOFIA POLÍTICA

4.1. CONTEÚDO BÁSICO

- Relações entre comunidade e poder;
- Liberdade e igualdade Política;
- Política e Ideologia;
- Esfera pública e privada;
- Cidadania formal e/ou Participativa;
- Enfrentamento à violência contra a criança e ao adolescente (Lei Federal nº11525/07)

▪Educação Fiscal
▪Edu ação tributária DEC. Nº 1143/99, portaria nº 413/02
▪Educação ambiental (Lei nº 9795/99) Dec. 4201/02

3.1.1 Conteúdo específico

1. Invenção da Política/ Introdução à Política
2. Antiguidade grega e Política normativa;
3. A ágora e a assembléia: igualdade nas leis e no direito à palavra
4. Platão e a República;
5. O pensamento político de Aristóteles e as formas de governo;
6. Idade Média: a vinculação da Política à Religião;
7. Estado e Igreja : A cidade de Deus (Santo Agostinho).
8. A utopia de Thomas Morus;
9. Hobbes e o poder absoluto;
10. A teoria política de Locke
11. Liberalismo Político
12. Montesquieu: a autonomia dos poderes;
13. Rosseau e a democracia direta;
14. A política em Maquiavel
15. O socialismo utópico e o marxismo;
16. A crise do socialismo real
17. Em busca da essência da Política
18. A Política como categoria autonomia
19. A crítica ao Estado Burguês: as teorias socialistas
20. Os problemas da ação Política
21. Política e Poder;
22. Política e Violência;
23. Os desvios do poder: totalitarismo e terrorismo
24. Jusnaturalismo / contratualismo e Materialismo;
25. Liberalismo /Socialismo/Neoliberalismo;
26. Estruturas de governo;
27. Os Partidos Políticos no Brasil (breve histórico);
28. O caso brasileiro;
29. Fundamentalismo religioso e a Política contemporânea;
30. Imperialismo político hoje;

3º Série do Ensino Médio
5. FILOSOFIA DA CIÊNCIA

5.1 CONTEÚDO BÁSICO

- Concepções de ciência;
- A questão do método Científico;
- Contribuições e limites da Ciência;
- Ciência e ideologia;
- Ciência e ética;

5.1.1 Conteúdo específico

1. Concepções de ciência;

2. Do Senso comum e ciência
3. Pensar a ciência;
4. Progresso da ciência;
5. A tecnologia a serviço de objetivos humanos e os riscos da tecnocracia;
6. O mito da neutralidade científica;
7. Características do método cientifico;
8. A ciência antiga e Medieval;
9. A revolução científica do século XVII
10. O método da ciência e da natureza;
11. Bioética;
12. Atitude científica.
13. Cientificismo;
14. Caráter provisório da ciência.
15. Clonagem.

6. ESTÉTICA

6.1 CONTEÚDO BÁSICO

- Natureza da arte;
- Filosofia e arte;
- Categorias estéticas – feio, Belo, sublime, trágico, Cômico, grotesco, gosto, Etc.
- Estética e sociedade;
- Musica (Lei nº 11.769/08)

6.1.1 Conteúdo específico

1. Concepções de Estética
2. Pensar a Beleza;
3. A poética é mais verdadeira que a história?
4. A beleza da cultura afro e indígena;
5. A Universidade do gosto;
6. O universo da arte;
7. Necessidade ou fim da arte;
8. Os diversos tipos de valores e funções da arte: Cinema e uma nova percepção;
9. A arte como forma de conhecer o mundo;
10. Arte e sociedade;
11. Arte e Filosofia
12. Estética e desenvolvimento da sensibilidade e da imaginação
13. A indústria cultural e a cultura de massa;
14. Os problemas da ação estética;
15. Necessidade ou fim da arte.
16. A questão da arte e da indústria cultural (Benjamim e Adorno).

5. ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Trabalhar a formação cidadã numa perspectiva pluridimensional e democrática. Viabilizar interfaces com as outras disciplinas para a compreensão do mundo da linguagem, da literatura, da história, das ciências e das artes, dialogando criticamente todos os conceitos. Relacionar os conteúdos estruturantes com os problemas a serem trabalhados com os alunos sendo analisados e estudados à luz da história da filosofia com o auxílio de textos filosóficos. A leitura do texto deve dar subsídios para que o aluno possa pensar o problema, pesquisar, fazer relações, criar conceitos e desenvolver o exercício do próprio pensamento, isto é, problematizar filosoficamente situações da vida atual, sem doutrinação, dogmatismo e niilismo.

Faz-se necessário um aporte dentro dos conteúdos básicos de Filosofia quando da sua abrangência social, política e filosófica, como obrigatoriedade elencadas em leis com o intuito de reforçar os saberes historicamente construídos e necessários como eixo de legitimação do ato democrático. Para tanto, conforme determina a Lei 11645/08, que trata da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e indígena; História do Paraná (Lei nº 13.038/01), Prevenção ao uso de drogas, sexualidade humana; Educação Ambiental (Lei 9795/99 e Dec. 4.201/02); Educação Tributária Dec. Nº 1143/99,portaria nº 413/02; Musica (Li 11.769/08); Educação fiscal; Enfrentamento à Violência contra a Criança e ao Adolescente (Lei Federal nº 11.525/07), serão abordados de forma contextualizada e relacionadas aos conteúdos da disciplina de Filosofia, sempre que for possível a articulação entre os mesmos. Assim o enfoque será abordado simultaneamente fazendo inter-relação no 1º, 2º e 3º ano de ensino Médio .

Diante disso, o professor pode fazer uso dos recursos didático-pedagógicos que podem se útil em seu trabalho diário: aulas expositivas dialogadas; aulas em visitas guiadas a organizações filosóficas; Exercícios escritos e oralmente apresentados e discutidos; leituras de textos: temáticos, didáticos, literários, filosóficos; Debates e seminários de temas relevantes fundamentados em leituras e pesquisa: pesquisa de campo, pesquisa bibliográfica; Análises críticas: de filmes, documentários, músicas; análise crítica de imagens (fotografias, charges, tiras, publicidade), entre outros.

Assim as discussões e os instrumentos devem ser diversificados, para superar as fragilidades e permitir uma análise mais objetiva do desenvolvimento do aluno por meio da prática pedagógica mais eficaz.

5.1 Mobilização para o Conhecimento:

Preparar a aula para ser um espaço de experiência e problematização, mediado pelo professor, na qual os alunos possam pensar e argumentar criticamente, orientando a própria solução. Isto se dá por meio do diálogo investigativo, primeiro passo para possibilitar a experiência filosófica em sala de aula. E deve ser incrementado com a inclusão de diversificado número de atividades individuais e coletivas, de leitura, de debates e produção de textos e outras formas de apresentação a fim de que a investigação filosófica seja de fato a linha condutora da aula, atendendo também, os alunos com necessidades educacionais especiais, flexibilizando e adaptando temporalidade, conteúdos, objetivos e estratégias metodológicas específicas.

Utilizar dos recursos didáticos normais - em especial o livro didático público de Filosofia, bem como de recursos didáticos e tecnológicos atuais, tais como: aula expositiva mesclada com todo o aparato tecnológico à disposição da clientela escolar, trabalhar com leituras e re-leituras de textos, filmes e figuras, que possam ser contextualizados, como de pesquisas bibliográficas, produções escritas, laboratório de informática, internet, multimídias “data show” e TV pen drive, bem como seminários, palestras e debates para argumentação e conceitualização.

Trabalhar, no momento adequado, dentro do contexto, assuntos sócio-educacionais contemporâneos (Educação Ambiental, Educação Fiscal, Enfrentamento à violência nas escolas, História e cultura afro-brasileira, africana e indígena, prevenção ao uso indevido de drogas e sexualidade), fazendo a real contextualização sócio-histórica, considerando na concepção de conhecimento, as dimensões científicas e artísticas, alem da filosófica, condizendo com as DCEs.

6. AVALIAÇÃO

A avaliação, de acordo com a LDB nº 9394/96, artigo 24, deve ser concebida na sua função diagnóstica e processual, isto é, ela não possui uma finalidade em si mesma, mas tem por função subsidiar e mesmo redirecionar o curso da ação do processo ensino-aprendizagem, tendo em vista garantir a qualidade do processo educacional, que professores, estudantes e a própria instituição de ensino estão construindo coletivamente. Ou seja, ela não quer tanto avaliar o aluno em si, mas o processo educacional utilizado, com o intuito de aprimorá-lo.

No ensino de Filosofia, a avaliação deve procurar medir o quanto o aluno assimilou do conteúdo filosófico a ele apresentado, bem como a sua capacidade de tratar deste ou daquele tema. Deve perceber e registrar o crescimento, a capacidade de argumentar e de identificar os limites da própria posição. Assim, a avaliação de filosofia tem início com a sensibilização, coletando qual conceito trabalhou, criou ou recriou, qual discurso o aluno tinha antes (preconceitos) e o qual discurso apresenta após o processo de estudos filosóficos com conceitos. Neste sentido é possível entender a avaliação como um processo que se dá no interior da própria aula de filosofia e não um momento em separado destinado a avaliar.

Nesse processo educativo, o professor poderá utilizar-se de diversos instrumentos de avaliação, individual ou em grupo, partindo da leitura de textos, pesquisas bibliográficas (contextualização, problema e justificativa), figuras e filmes, onde poderá verificar junto aos alunos, a compreensão das idéias abordados, a interação por meio de questionamentos, concordâncias e discordâncias.

Isso se dará através de produção de texto (estabelecendo relação entre a tese e os argumentos elaborados para sustentá-la – coesão e coerência textual), relatos escritos ou exposição oral (argumentando e organizando suas idéias consistentemente – argumentação e sistematização), na forma de diálogos investigativos, seminários, para percepção da clareza e sistematização do conhecimento e das relações que o estudante faz com o processo intelectual.

Quanto à avaliação escrita, as questões devem ser preferencialmente discursivas, pois favorece a verificação da qualidade de interação do estudante com os conteúdos, suas relações, argumentações, posicionamentos, sistematizações e contextualizações. Se forem objetivas, podem estar vinculadas à contra-argumentação de frases erradas. Em questões de verdadeiro ou falso, por exemplo.

É importante diversificar os instrumentos de avaliação utilizando debate que possibilite a exposição de idéias e a avaliação da argumentação, garantindo, dinamicamente, a participação de todos. Deve ser analisada a lógica de confrontação e persuasão de posições, o respeito aos pensamentos divergentes, a racionalidade com

que ultrapassa e supera limites pessoais, acerca dos conceitos e valores com os quais argumenta e se posiciona.

Quanto a avaliação de alunos portadores de necessidades educacionais especiais, se buscará atender as diferenças individuais a partir da flexibilização e adaptação de temporalidade, objetivos e metodologia.

A proposta de trabalho de avaliar ocorrerá no sentido de contribuir tanto para o professor, possibilitando avaliar a própria prática, como para o desenvolvimento do aluno; permitindo-lhe perceber seu próprio crescimento e sua contribuição para a coletividade. Será, portanto, de caráter diagnóstico e som ativo (em caráter de zero a dez), conforme o desempenho individual e/ou coletivo. Por esse motivo serão adotados como instrumentos de avaliação:

A produção de texto/redação individual e/ou dupla em sala e/ou extra classe para que o aluno demonstre a apreensão e o domínio dos conceitos filosóficos trabalhados e os relacione com o cotidiano vivido;

- Atividades em sala e participação nas discussões e reflexões sobre o tema de estudo;
- Avaliação bimestral individual de carater reflexivo;
- além da auto-avaliação:

Para ter direito a recuperação paralela o professor adotará os critérios estabelecidos pela instituição de ensino.

7. BIBLIOGRAFIA

_____. Secretaria de Estado da Educação. Cadernos Temáticos Desafios contemporâneos. Enfrentamento a Violência na Escola. Curitiba, SEED/PR, 2008.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Cadernos Temáticos Desafios contemporâneos. Prevenção ao uso indevido de Drogas. Curitiba, SEED/PR, 2008.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Cadernos Temáticos Desafios contemporâneos. Educação Ambiental. Curitiba, SEED/PR, 2008.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Cadernos Temáticos Desafios contemporâneos. Sexualidade. Curitiba, SEED/PR, 2008.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Cadernos Temáticos Lei nº10.639/03. Historia e Cultura Afro-brasileira e Africana. Curitiba, SEED/PR, 2005.

_____ , Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Básica. Diretrizes Curriculares de Filosofia para o Ensino Médio. Curitiba, 2008.

ASPIS, R. O professor de filosofia: o ensino da filosofia no ensino médio como experiência filosófica. In: Cadernos CEDES, n.º 64. A Filosofia e seu ensino. São Paulo: Cortez, 2004.

CHAUI, M. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2003.

CHAUI, Marilena. Filosofia, Série Novo Ensino Médio, São Paulo, Ática, 2004

GALLO, S.; KOHAN, W. (Orgs) Filosofia no ensino médio. Petrópolis: Vozes, 2000.

JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. Dicionário Básico de Filosofia. 4.ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2006.

KOHAN, Walter O. (org.) Filosofia: Caminhos para seu Ensino. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

KOHAM & WAKSMAN. Perspectivas atuais do ensino de Filosofia no Brasil. In : PARANÁ, Inserção dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares. Curitiba, 2005.

REZENDE, Antônio (org.). Curso de Filosofia: para professores e alunos dos cursos de segundo grau e de graduação. 13.ed. Rio de janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.

SCHIMDT, MARIA A.[org.], Diálogos e Perspectivas de Investigação, Coleção coltura Escola e Ensino. Ed. Unijuí.

TEIXEIRA, Anísio. Educação e o mundo moderno. 2. ed. São Paulo. Nacional, 1977.

COTRIM, Gilberto. Fundamentos da Filosofia: Historia e Grandes Temas. São Paulo:Saraiva, 2005.

TOMELIN, Janes F. e TOMELIN, Karina N. Diálogos Filosóficos. 3. Ed. Blumenau. Nova Letra, 2007.

LIVRO DIDÁTICO PÚBLICO DE FILOSOFIA - DEM. Paraná: 2006.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Cadernos Temáticos Desafios contemporâneos. Enfrentamento a Violência na Escola. Curitiba, SEED/PR, 2008.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Cadernos Temáticos Desafios contemporâneos. Prevenção ao uso indevido de Drogas. Curitiba, SEED/PR, 2008.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Cadernos Temáticos Desafios contemporâneos. Educação Ambiental. Curitiba, SEED/PR, 2008.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Cadernos Temáticos Desafios contemporâneos. Sexualidade. Curitiba, SEED/PR, 2008.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Cadernos Temáticos Lei nº10.639/03. Historia e Cultura Afro-brasileira e Africana. Curitiba, SEED/PR, 2005.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. São Paulo: Cortez, 1991.

Consulta on line: DECLARAÇÃO universal dos direitos humanos. (http://www. mj.gov.br/sedh/dpdh/gpdh/ddh_bib_inter_universal.htm)

http://www.assintec.org.br/

www.fonaper.com.br

História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena (Lei nº11645/08)

Educação Ambiental (Lei nº9795/99 Dec.4201/02)

Enfrentamento à Violência contra a Criança e ao Adolescente (Lei Federal nº11525/07)

COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO PROFESSOR JAELSON BIÁCIO
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

DISCIPLINA: FÍSICA

CAMPO MOURÃO – 2011

1. Identificação do Estabelecimento:

Colégio Estadual do Campo Prof. Jaelson Biácio – Ensino Fundamental e Médio.
Rua Duque de Caxias, 65 Distrito de Piquirivaí - Município de Campo Mourão.

2. Apresentação da Disciplina

Como uma das ciências básicas da natureza, o estudo da Física é indispensável àqueles que querem entender os mecanismos mais profundos de tudo que ocorre na natureza.

A Física, como todas as ciências, deve ser percebida como construção histórica, como atividade social humana, emerge da cultura e leva à compreensão de que modelos explicativos não são únicos nem finais, tendo se sucedido ao longo dos tempos.

A Física tal qual conhecemos hoje foi inaugurada por Galileu Galilei, no século XVI, como uma nova forma de se conceber o universo, através da descrição matemática dos fenômenos físicos. Galileu busca descrever um fenômeno partindo de uma situação particular para chegar ao geral, tornando possível construir leis universais.

O ensino da Física é trazido para nosso país em 1808 com a vinda da família real e tem a preocupação com a formação de engenheiros e médicos, de modo a formar as elites dirigentes do país.

Por volta de 1980, o grupo de Reelaboração do Ensino de Física – GREF, integrado por professores da Rede Estadual Pública de São Paulo, coordenados pelo Instituto de Física da USP, elaborou uma proposta de ensino da Física que propõe uma abordagem dos conteúdos escolares a partir das contribuições dos alunos, e o universo de vivência de professores e alunos.

Hoje, continuamos com um tratamento disciplinar porque consideramos, que a Física é um campo de conhecimentos específicos, em construção e socialmente reconhecido. Por isso não aceitamos a generalidade, pois essa cultura de busca de princípios gerais e abrangentes, tal qual o espírito positivista, é um dos obstáculos ao desenvolvimento do conhecimento científico, capaz de levar o espírito científico a se prender às soluções fáceis, imediatas e aparentes.

A ciência surge na tentativa humana de decifrar o universo físico, determinada pela necessidade humana de resolver problemas práticos e necessidades materiais em determinada época, logo é histórica, constituindo-se em visão de mundo.

O ensino da Física no ensino médio deve levar o aluno a observar os fenômenos da natureza com o espírito crítico que o levam a questionar, refletir e entender o mundo que o rodeia. Compreender as leis e teorias científicas que o levam ao conhecimento da física como ciência.

Entender a relação ciência, tecnologia, habitando-o a julgar o valor da ciência e da técnica na solução de problemas do seu meio; aplicar os princípios fundamentais da física na solução de problemas inerentes ao seu cotidiano; se interessar pelos estudos mais avançados nas áreas profissionais ligadas à Física, dando-lhe condições de prosseguir seus estudos nessas áreas. Reconhecer a Física enquanto construção humana, aspecto de sua história e relações com o contexto cultural, social, político e econômico.

Estabelecer relações entre o conhecimento físico e outras formas de expressão de cultura humana e desenvolver a capacidade de comunicação, valorizando o diálogo e a consulta, respeitando o interlocutor e sabendo fazer-se respeitar.

3. Objetivo geral da disciplina de física:

Formar um aluno que se aproprie dos conhecimentos físicos e seja capaz de refletir criticamente sobre o meio em que está inserido, conhecendo os conceitos físicos presentes nos fenômenos por ele utilizados em seu cotidiano e compreendendo a Ciência como uma construção de homens e mulheres, portanto, inseparável dos processos sociais, políticos e econômicos.

4. Conteúdos:

1º Série:

Conteúdos Estruturantes: Estudo dos movimentos, Termodinâmica, óptica, acústica, eletricidade e eletromagnetismo.

Conteúdos Básicos: Gráficos e grandeza proporcionais, cinemática, grandezas vetoriais, leis de Newton, plano inclinado, atrito, trabalho e energia, potência e força centrípeta, gravitação, estática, hidrostática e hidrodinâmica.

2º Série:
Conteúdos Estruturantes: Estudo dos movimentos, Termodinâmica, óptica, acústica, eletricidade e eletromagnetismo.

Conteúdos Básicos: Física térmica, escalas termométricas, calor e propagação, mudanças de estado, dilatação térmica, estudo dos gases, termodinâmica, instrumentos ópticos, reflexão e refração da luz e espelhos e lentes esféricas e ondas.

3º Série:
Conteúdos Estruturantes: Estudo dos movimentos, Termodinâmica, óptica, acústica, eletricidade e eletromagnetismo.

Conteúdos Básicos: Eletrostática, força elétrica, corpo elétrico, trabalho e potencial elétrico, capacidade de um condutor, eletrodinâmica, estudo dos resistores, eletromagnetismo e força magnética.

5. Metodologia da disciplina

No decorrer do ano letivo os conteúdos serão trabalhados de forma que o aluno compreenda a física como um meio de resolver situações cotidianas. Para tanto, cada novo tema será iniciado com atividades que façam os alunos participarem de forma

dinâmica, partindo de experiências já adquiridas e que os levem a ampliar ou formalizar novos conceitos contextualizando e articulando os conteúdos.

Para proporcionar a aprendizagem da física com significado é fundamental:

Trabalhar as idéias, os conceitos físicos intuitivamente, antes da simbologia, antes da linguagem científica;

Aprender por compreensão;

Estimular o aluno para que pense, raciocine, crie, relacione idéias, descubra e tenha autonomia de pensamento;

Trabalhar a física por meio de situações-problema próprias da vivência do aluno e que o façam realmente pensar, analisar, jogar e decidir pela melhor solução;

Trabalhar o conteúdo com significado, através de aulas expositivas e utilizando materiais concretos, levando o aluno a sentir que é importante saber aquilo para sua vida em sociedade ou que o conteúdo trabalhado lhe será útil para entender o mundo em que vive;

Considerar mais o processo do que o produto da aprendizagem – “Aprender a aprender” mais do que levar em conta resultados prontos e acabados;

Para enriquecer as aulas de física, serão utilizadas as mídias tecnológicas: computadores, calculadoras, TV pendrive, etc.

Os conteúdos serão abordados utilizando o livro didático, livros auxiliares e de apoio, revistas, jornais, etc, através de exercícios de fixação, resolução de problemas, correção comentada dos exercícios e problemas, trabalhos individuais e coletivos, pesquisas (biblioteca e laboratório de informática), experimentos com materiais do dia-a-dia realizados em sala de aula, etc.

Promover a integração dos educandos com necessidades especiais, procurando valorizar suas habilidades e propiciar seu desenvolvimento bem como sua socialização com os demais alunos.

Desenvolver no educando um espírito crítico, político e consciente de seus direitos e deveres como cidadão envolvendo sua participação em projetos da Agenda 21 e Educação Fiscal.

Os conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, de acordo com a Lei n. 11.645/08, a Educação Ambiental com base na Lei 9.795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, bem como a Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, Sexualidade Humana, serão abordados de forma contextualizada e relacionadas aos conteúdos da disciplina de física, sempre que for possível a articulação entre os mesmos.

6. Avaliação

A avaliação do ensino de Física será efetuada de acordo com as Diretrizes Curriculares Estaduais Orientadoras da Educação Básica, e deve ser tratada como um processo de intervenção processual, formativo, contínuo e diagnóstico, levando em conta o conhecimento prévio do aluno, valorizando o processo de construção e reconstrução de conceitos, orientando e facilitando a aprendizagem, assim como também deve subsidiar e redirecionar as ações dos professores, buscando assegurar a qualidade do processo educacional no coletivo da escola.

A avaliação deverá ser feita através de instrumentos diversificados que possibilitem as várias formas de expressão dos alunos. Um deles é a leitura e interpretação de textos, onde o professor verificará se houve compreensão das ideias presentes no texto, se o aluno interage com o texto por meio de questionamentos, concordâncias ou discordâncias; se o aluno, ao falar sobre o texto, expressou suas idéias com clareza e sistematizou o conhecimento de forma adequada e ainda se foram estabelecidas relações entre o texto e o conteúdo abordado em sala de aula.

Outro instrumento é o de produção de textos onde o professor deverá verificar se o educando é capaz de produzir textos atendendo às circunstâncias de produção (gênero, interlocutor, finalidade, etc.); expressar as idéias com clareza (coerência e coesão); adequar a linguagem às exigências do contexto de produção, dando-lhe diferentes graus de formalidade ou informalidade, atendendo especificidades da disciplina em termos de léxico, de estrutura; elaborar argumentos consistentes; produzir textos respeitando o tema; estabelecer relações entre as partes do texto; estabelecer relação entre a tese e os argumentos elaborados para sustentá-la.

Quando for solicitado que os alunos façam uma pesquisa bibliográfica, é de se esperar do aluno quanto à contextualização, identifica a situação e o contexto com clareza; ao problema, apresenta de forma clara, objetiva o tema levantado, delimitando o foco da pesquisa na busca de solução; a justificativa aponta argumentos sobre a importância da pesquisa; o aluno, na escrita, remete-se aos textos lidos, por meio de citações ou paráfrases, referenciando-os adequadamente.

As atividades experimentais requerem que o aluno, ao realizar o experimento, seja capaz de registrar as hipóteses e os passos seguidos; demonstra compreender o fenômeno experimentado; sabe usar adequadamente e de forma conveniente os materiais; consegue utilizar apropriadamente o ambiente e os instrumentos necessários.

Na apresentação de seminários, os professores deverão considerar se o aluno demonstra consistência nos argumentos, tanto na apresentação quanto nas réplicas; apresenta compreensão do conteúdo abordado (a leitura compreensiva dos textos utilizados); faz adequação da linguagem; demonstra pertinência quanto às fontes de pesquisa; traz relatos para enriquecer a apresentação; faz adequação e toma como relevante às intervenções dos integrantes do grupo que assiste a apresentação.

Ao fazer uso de questões discursivas, os professores deverão considerar se o aluno demonstra compreensão do enunciado da questão; comunica por escrito, com clareza utilizando-se da norma padrão da Língua Portuguesa, sistematiza o conhecimento de forma adequada. Já nas questões objetivas se o aluno realiza leitura compreensiva do enunciado; demonstra apropriação de alguns aspectos definidos do conteúdo; é capaz de utilizar os conhecimentos adquiridos e principalmente a fixação do conteúdo.

Outros instrumentos poderão ser empregados desde que se mostrem adequados aos critérios estabelecidos para cada conteúdo. Logo, espera-se que o aluno entenda e questione a Ciência de seu tempo e os avanços tecnológicos na área da Física; construa e reconstrua o significado dos conceitos físicos envolvidos; tome posições críticas frente às situações sociais e tecnológicas desencadeadas pela produção do conhecimento físico; compreenda a síntese dos fenômenos físicos. a partir dos conhecimentos pré-concebidos pela sociedade.

Espera-se ainda que o aluno formule o conceito de mecânica a partir dos desdobramentos deste conteúdo básico, associados com problematizações sociais, cotidianas; identifique a ação das leis que explicam as influencias gerada pelos fenômenos naturais; compreenda o conceito de termodinâmica, a partir de conceitos que expliquem as mudanças de temperatura, pressão e volume, e que visualize esses fenômenos diariamente acontecendo ao seu redor; elabore o conceito apropriado sobre eletricidade e a perspectiva de interação e relação das cargas elétricas, campo elétricos, tensão, corrente e até mesmo campo magnético gerado e de outros a partir dos desdobramentos desse conteúdo básico. Por fim, espera-se que entendam os fenômenos físicos que ocorrem na natureza e as leis que explicam, diferenciando uns aos outros.

Esse processo avaliativo tem como finalidade não separar teoria e prática, e sim, observar a posição do aluno em relação à leitura de mundo, que se espera, seja crítica nos debates conceituais, articule o conhecimento físico às questões sociais, tecnológicas, econômicas e políticas agindo assim no meio em que está inserido.

7. Referências Bibliográficas

_____. Regimento Escolar. Campo Mourão - Piquirivai, 2011.

BIÁCIO, Colégio Estadual do Campo Professor Jaelson. Projeto Político Pedagógico. Campo Mourão – Piquirivai, 2011.

BONJORNO, José Roberto; BONJORNO, Valter; RAMOS, Clinton Marcico; São Paulo: FTD, 2000.

Física Completa – Ensino Médio – Volume único; BONJORNO, Regina Azenha;

Física – Ensino Médio – Volume único; ANJOS, Ivan Gonçalves dos; São Paulo: IBEP.

Física – Ensino Médio – Volume único; UENO Paulo; São Paulo: FTD, 2003.

Física Paraná – Novo Ensino Médio – Volume único; SILVA, Djalma Nunes da; São Paulo: Editora Ática, 2003.

PARANÁ. Secretaria de Estado Da Educação. Departamento da Educação Básica. Diretrizes Curriculares da Educação Básica – Física. Curitiba: SEED/DEB. 2008.

COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO PROFESSOR JAELSON BIÁCIO
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

DISCIPLINA: GEOGRAFIA

CAMPO MOURÃO - 2011

1- APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

Entendemos a Geografia como uma disciplina que ajuda o aluno a pensar sobre o mundo de hoje, como ele está sempre em transformação, a Geografia tem seu sistema de conceitos sempre revistos, possibilitando a compreensão da complexa realidade com que todos deparam cotidianamente.

A Geografia enquanto ciência do conhecimento, apresentou várias correntes de pensamento, que já foram analisadas, debatidas e incorporadas no ensino prático da disciplina nas escolas.

A Geografia como ciência autônoma tem início no século XIX, na Alemanha, e uma das principais correntes filosóficas que influenciou a Geografia foi o determinismo ambiental.

Nesta proposta para o ensino de Geografia destaca-se a união dos conceitos da Geografia crítica com o sócio-construtivismo, ou em outras palavras, uma coleção de conteúdos geográficos renovados e críticos cuja preocupação pedagógica é levar o aluno a construir os conceitos e não meramente recebê-los prontos, sendo que o aluno é incentivado a refletir e discutir, a se motivar com o estudo da dinâmica da sociedade e da natureza para o homem. O estudo do espaço geográfico pressupõe a compreensão da dinâmica da sociedade, que nele vive o (re)produz constantemente, e da dinâmica da natureza, esta permanentemente apropriada e modificada pela ação humana.

No ensino da Geografia deve-se considerar a realidade do seu conjunto: o espaço é dinâmico e sofre alterações em função da ação do homem e este é um sujeito que faz parte do processo histórico. Portanto o aluno deve ser orientado no sentido de perceber-se como elemento ativo do seu processo histórico.

Assim sendo, o ensino da Geografia fundamenta-se basicamente na importância do aluno ser considerado como sujeito de sua aprendizagem, mais do que o professor como transmissor do conhecimento. Na processo da construção progressiva de saber, e de saber fazer, não só por meio de atividades adequadas, mas também pela interação social entre os alunos e estes com seus professores.

Consiste ainda, na vontade de tornar a escola receptiva à vida – considerando no processo de aprendizagem o conhecimento prévio do aluno – por meio das experiências cotidianas.

2- OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA

Como disciplina atuante na sociedade, a geografia deve ultrapassar o campo da pesquisa geográfica e conteúdo em sala, os conhecimentos geográficos devem ser articulados de maneira que possam estabelecer relações permanentes entre si, enfatizando a apropriação do meio natural pela sociedade. Formar cidadãos críticos e atuantes com

visão de mundo, pessoas capazes de entender, interpretar e estabelecer relações entre o conhecimento geográfico e o seu espaço de vivência, bem como capaz de entender as diversidades e mudanças que acontecem no espaço geográfico e compreender suas implicações sobre o meio e a sociedade.

3- CONTEÚDOS

6º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES :

a – Dimensão econômica do espaço geográfico
b – Dimensão socioambiental do espaço geográfico
c – Dimensão cultural demográfica do espaço geográfico
d – Dimensão política do espaço geográfico

CONTEÚDOS BÁSICOS

- Formação e transformação das paisagens naturais e culturais;
- Dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção;
- A formação, localização e exploração dos recursos naturais;
- A distribuição espacial das atividades produtivas, a transformação da paisagem, a (re) organização do espaço geográfico;
- As relações entre campo e a cidade na sociedade capitalista
-A mobilidade populacional e as manifestações socioespaciais da diversidade cultural.
-A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população.
-As diversas regionalizações do espaço geográfico;

7º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES :

a – Dimensão econômica do espaço geográfico
b – Dimensão socioambiental do espaço geográfico
c – Dimensão cultural demográfica do espaço geográfico
d – Dimensão política do espaço geográfico

CONTEÚDOS BÁSICOS

- A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração do território brasileiro;
- A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção;
- As diversas regionalizações do espaço brasileiro;
▪As manifestações socioespaciais da diversidade cultural;
- A transformação demográfica, a distribuição espacial e indicadores estatísticos da população ;
- Movimentos migratórios e suas motivações;
- O espaço rural e a modernização da agricultura;

- A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização
- A distribuição espacial das atividades produtivas, a (re) organização do espaço geográfico;
- A circulação de mão-de-obra, das mercadorias e das informações;

8º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES :

a – Dimensão econômica do espaço geográfico
b – Dimensão socioambiental do espaço geográfico
c – Dimensão cultural demográfica do espaço geográfico
d – Dimensão política do espaço geográfico

CONTEÚDOS BÁSICOS

- As diversas regionalizações do espaço geográfico;
- A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios do continente americano;
- A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado;
- O comércio em suas implicações socioespaciais;
- A circulação de mão-de-obra, do capital, das mercadorias e informações;
- A distribuição espacial das atividades produtivas, a (re) organização do espaço geográfico;
- As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista;
- O espaço rural e a modernização da agricultura;
- A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população;
- Os movimentos migratórios e suas motivações;
_As manifestações sócioespaciais da diversidade cultural;
- A formação, a localização e exploração dos recursos naturais

9º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES :

a – Dimensão econômica do espaço geográfico
b – Dimensão socioambiental do espaço geográfico
c – Dimensão cultural demográfica do espaço geográfico
d – Dimensão política do espaço geográfico

CONTEÚDOS BÁSICOS

- As diversas regionalizações do espaço geográfico;
- A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado;
- A revolução técnico-cientifico-informacional e os novos arranjos no espaço da produção;
- O comércio mundial e as implicações socioespaciais;
- A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios;
- A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população;
- As manifestações socioespaciais da diversidade cultural;
- Os movimentos migratórios mundiais e suas motivações;
- A distribuição das atividades produtivas, a transformação da paisagem e a (re) organização do espaço geográfico;

- A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção;
- O espaço em rede: produção, transporte e comunicações na atual configuração territorial.

ENSINO MÉDIO

1ª SÉRIE

Conteúdos estruturantes:
-Dimensão econômica do espaço geográfico;
-Dimensão política do espaço geográfico;
-Dimensão socioambiental do espaço geográfico;
-Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico.
Conteúdos Básicos:
• A formação e transformação das paisagens.
• A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção.
• A distribuição espacial das atividades produtivas e a (re)organização do espaço geográfico.
• A formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais.
• A transformação técnico-científica-informacional e os novos arranjos no espaço da produção.
• O espaço rural e a modernização da agricultura.
• O espaço em rede: produção, transporte e comunicação na atual configuração territorial.
• Formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios.
• O comércio e as implicações sócio-espaciais.

2ª SÉRIE

Conteúdos estruturantes:
-Dimensão econômica do espaço geográfico;
-Dimensão política do espaço geográfico;
-Dimensão socioambiental do espaço geográfico;
-Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico.
Conteúdos Básicos:
• As diversas regionalizações do espaço geográfico.
• O espaço rural e a modernização da agricultura.
• A circulação de mão-de-obra, do capital, das mercadorias e das informações.
• As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista.
• A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização recente.
•Os movimentos migratórios e suas motivações.
• As manifestações sócio-espaciais da diversidade cultural.
• O comércio e as implicações sócio-espaciais.

3ª SÉRIE

Conteúdos estruturantes:
-Dimensão econômica do espaço geográfico;
-Dimensão política do espaço geográfico;
-Dimensão socioambiental do espaço geográfico;

-Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico.
Conteúdos Básicos:
• A revolução técnico-científica-informacional e os novos arranjos no espaço da produção.
• A circulação de mão-de-obra, do capital, das mercadorias e das informações.
• Formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios.
• A transformação demográfica, a distribuição espacial da população e os indicadores estatísticos.
• Os movimentos migratórios e suas motivações.
• As manifestações sócio-espaciais da diversidade cultural.
• As diversas regionalizações do espaço geográfico.
• As implicações sócio-espaciais do processo de mundialização.
• A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado.

4- METODOLOGIA DA DISCIPLINA

O encaminhamento metodológico para o ensino de Geografia deve ser feito através da busca pela interação entre educandos e o mundo que os cerca, para tanto deverá haver alternância entre dedução e indução, para que o aluno aprofunde progressivamente a compreensão das relações entre o local e o global, conhecendo assim cada vez melhor o seu espaço de vivência. É necessário também o trabalho com a seleção e organização das informações, visto que os meios de comunicação oferecem aos alunos uma quantidade de informação sobre os mais diversos recantos do planeta e com a mediação do professor fazer com que estas informações ajudem no processo de ensino-aprendizagem.

Para atendermos classes bastante heterogêneas, trabalharemos, com vários recursos e praticas pedagógicas que nos auxiliarão no processo do ensino e aprendizagem da Geografia: leitura e interpretação de textos e de gráficos, a literatura, recursos áudio visuais (filmes, trechos de filmes, programas de reportagem e imagens em geral (fotografias, slides,charges, ilustrações), laboratório de informática, a cartografia, paródias, produções de textos, formulação de questões, trabalhos em equipe, pesquisas, manuseio de material concreto, construção de pequenas maquetes, aula expositiva e participativa, análise de indicadores sócias e econômicos e humanos (gráficos) aula de campo, participação prática dos alunos na sociedade (arrastões, panfletagem e conscientização) da comunidade escolar e apresentações artísticas.

Os conteúdos de Geografia do Paraná conforme Lei 13381/01, Cultura afro-brasileira e indígena, Lei nº11.645/08 e a Educação Ambiental Lei nº 9795/99, serão abordados de forma contextualizada e relacionada aos conteúdos de ensino de Geografia, sempre que for possível a articulação entre os mesmos abrangendo de forma geral todas as ciências e valorizando as diversas culturas bem como as características históricas, geográficas sociais, econômicas e políticas do nosso Estado. As abordagens serão de forma dialógica e privilegiando a história construída (crenças, costumes, tradições e contribuições).

5- AVALIAÇÃO ESPECÍFICA DA DISCIPLINA

A avaliação é um meio pelo qual o professor pode acompanhar as manifestações de aprendizagem de seus alunos, além de verificar a sua própria atuação docente. É também um importante instrumento no processo ensino aprendizagem que pode dar ao professor uma forma de verificar e avaliar a sua metodologia.

Além de ser um processo contínuo, dinâmico e de caráter qualitativo, a avaliação deve oferecer elementos indispensáveis para detectar se os conteúdos e as estratégias

utilizados permitem atingir os objetivos propostos, e deverá conter diversas formas, tanto escrita como oral, de elaboração de trabalhos de pesquisa, e outros, sempre articulando esse processo com os conteúdos estruturantes e específicos de cada turma, inserindo-os no contexto do aluno, buscando o trabalho interdisciplinar como um aliado.

A avaliação do aproveitamento escolar deverá ser feita pela observação constante de cada aluno e não se limitar a ser apenas um instrumento de quantificação, devendo ser flexível, na condução do ensino de Geografia, tendo o aluno como um sujeito de transformação da sociedade, requerendo coerência entre a teoria e prática com os princípios pedagógicos.

A avaliação deve ser compreendida como um conjunto de ações organizadas com a finalidade de obter informações sobre o que o aluno aprendeu, de que forma e em quais condições. Nesse sentido as avaliações ocorrerão nas modalidades:

- formal – acontece a cada instante da relação com os estudantes por meio de diferentes instrumentos avaliativos;
- contínua – permite avaliar o grau de aprendizagem do estudante ao longo do período, neste caso, bimestralmente, de modo contínuo e cumulativo do desempenho, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- diagnóstica – verifica como está o processo de construção do conhecimento, se a metodologia está dando resultado efetivos e a partir destas constatações toma-se decisões e promove mudanças em relação à continuidade do trabalho,
- formativa – após avaliar o processo como um todo, realimenta-se o processo para sanar falhas e atingir objetivos proposto sempre priorizando o repensar sobre as ações e não o resultado;
- somativa – dá uma visão geral, de maneira concentrada, dos resultados obtidos no processo de ensino e aprendizagem. Sua aplicação informa quanto ao nível de aprendizagem alcançada; visa a atribuição de notas; fornece feedback ao aluno, de forma que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos.

Sob esse enfoque, adota-se como princípio fundamental que deve-se avaliar o que se ensina, encadeando a avaliação no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, parte-se da avaliação inicial, retomando sempre que necessário o processo de aprendizagem, até que se chegue à avaliação final.

Para que se efetive essa proposta avaliativa lançar-se-á mão de diferentes instrumentos e critérios de avaliação, conforme segue:

1. Atividade de leitura – a avaliação de leitura possibilita ao professor verificar a compreensão dos conteúdos abordados em aula e, nesse sentido, faz-se necessário a escolha criteriosa do texto, o roteiro de análise e os critérios de avaliação, de forma a permitir a reflexão e a discussão, bem como a ampliação de conhecimento.

Critérios:

O aluno:

- compreende as idéias presentes no texto e interage com o texto por meio de questionamentos, concordâncias ou discordâncias.
- ao falar sobre o texto, expressa suas idéias com clareza e sistematiza o conhecimento de forma adequada.
- estabelece relações entre o texto e o conteúdo abordado em sala de aula.

2- Projeto de Pesquisa Bibliográfica - a solicitação de uma pesquisa exige enunciado claro e recortes precisos do que se pretende.

Critérios:

o aluno, quanto:

- a contextualização, identifica a situação e o contexto com clareza;

- ao problema, apresenta de forma clara, objetiva o tema levantado, delimitando o foco da pesquisa na busca de solução;
- a justificativa, aponta argumentos sobre a importância da pesquisa;
- O aluno, na escrita, remete-se aos textos lidos, por meio de citações ou paráfrases, referenciando-os adequadamente.

3- Produção de Texto - a atividade de produção escrita deve considerar a característica dialógica e interativa da linguagem e o processo interlocutivo. Portanto, precisa ser relacionada ao que se escreve fora da escola, atendendo aos diferentes gêneros textuais.
Critérios

O aluno:

- produz textos atendendo às circunstâncias de produção (gênero, interlocutor, finalidade, etc.)
- adequa a linguagem às exigências do contexto de produção, dando-lhe diferentes graus de formalidade ou informalidade, atendendo especificidades da disciplina em termos de léxico, de estrutura;
- Expressa as idéias com clareza (coerência e coesão);
- elabora argumentos consistentes;
- estabelece relações entre as partes do texto;
- estabelece relação entre a tese e os argumentos elaborados para sustentá-la.

4- Palestra/Apresentação Oral - a atividade de palestra/apresentação oral possibilita ao aluno demonstrar sua compreensão a respeito do conteúdo abordado, bem como argumentar, organizar e expor suas idéias.
Critérios
O aluno:

- demonstra conhecimento do conteúdo;
- apresenta argumentos selecionados;
- demonstra seqüência lógica e clareza na apresentação;
- faz uso de recursos para ajudar na sua produção.

5- Atividades Experimentais – estas atividades requerem clareza no enunciado e propiciam ao aluno criar hipóteses sobre o fenômeno que está ocorrendo, levando em consideração as dúvidas, o erro, o acaso, a intuição, de forma significativa

Nessa atividade, o aluno pode expressar sua compreensão do fenômeno experimentado, do conceito a ser construído ou já construído, a qualidade da interação quando o trabalho se realiza em grupo, entre outras possibilidade.

Critérios
O aluno ao realizar seu experimento:

- registra as hipóteses e os passos seguidos;
- demonstra compreender o fenômeno experimentado;
- sabe usar adequadamente e de forma conveniente os materiais ;
- consegue utilizar apropriadamente o ambiente e os instrumentos necessários.

6- Projeto de Pesquisa de Campo – essa atividade exige um planejamento prévio que demande a busca de informações nos lugares que se pretende trabalhar. Nesse sentido, colabora para a construção de conhecimentos e formação dos alunos como agentes sociais.
Critérios

O aluno ao proceder sua pesquisa de campo:

- registra as informações, no local de pesquisa;
- organiza e examina os dados coletados, conforme orientações;

- apresenta sua compreensão a respeito do conhecimento construído, sua capacidade de análise dos dados coletados, capacidade de síntese;
- atende ao que foi solicitado como conclusão do projeto (relatório, elaboração de croquis, produção de texto, cartazes, avaliação escrita, entre outros)

7- O Relatório - é um conjunto de descrições e análise da atividade desenvolvida, auxiliando no aprimoramento da habilidade escrita, possibilitando ainda, a reflexão sobre o que foi realizado e a reconstrução de seu conhecimento.

No relatório deve apresentar quais dados ou informações foram coletadas ou desenvolvidas e como esses dados foram analisados, bem como quais resultados podem-se extrair deles.

São elementos do relatório:

introdução, metodologia e materiais, análise e considerações finais.

Critérios

O aluno:

- faz a introdução com informações que esclareçam a origem de seu relatório, apontando quais os objetivos da atividade, bem como a relevância do conteúdo abordado e dos conceitos construídos;
- descreve objetiva e claramente como se deu o trabalho ou atividade desenvolvida, possibilitando ao leitor a compreensão do que se está falando, ou para uma reflexão que permita que se aprimore a atividade.
- faz a descrição dos dados coletados durante os procedimentos e dos resultados obtidos, estabelecendo uma relação entre eles e as discussões teóricas que deram origem à atividade. em questão.

8- Seminário - oportuniza a pesquisa, a leitura e a interpretação de textos. Trata-se de uma discussão rica de idéias, na qual cada um participa questionando, de modo fundamentado, os argumentos apresentados, colocando o estudante em contato direto com a atividade científica e engajando-o na pesquisa.

Critérios

O aluno:

- demonstra consistência nos argumentos, tanto na apresentação quanto nas réplicas;
- apresenta compreensão do conteúdo abordado (a leitura compreensiva dos textos utilizados);
- faz adequação da linguagem;
- demonstra pertinência quanto as fontes de pesquisa;
- traz relatos para enriquecer a apresentação;
- faz adequação e toma como relevante as intervenções dos integrantes do grupo que assiste a apresentação.

9. Debate – possibilita a exposição de idéias, avaliação dos argumentos, permitindo que haja turno de fala entre os ouvintes. Mas, para que isso ocorra, é preciso garantir a participação de todos.

Critérios

O aluno:

- aceita a lógica da confrontação de posições, ou seja, respeita os pensamentos divergentes;
- ultrapassa os limites das suas posições pessoais;
- explicita racionalmente os conceitos e valores que fundamentam a sua posição;
- faz uso adequado da língua portuguesa em situações formais;

- busca, por meio do debate, da persuasão e da superação de posições particulares, uma posição de unidade, ou uma maior aproximação possível entre as posições dos participantes;
- registra, por escrito, as idéias surgidas no debate;
- demonstra conhecimento sobre o conteúdo da disciplina envolvido no debate;
- apresenta compreensão sobre o assunto específico debatido e sua relação com o conteúdo da disciplina.

10. Atividades com textos literários - possibilita discussões acerca do conteúdo que está sendo discutido, no contexto de outra linguagem. Esse trabalho passa por três momentos necessários para sua efetivação: a escolha do texto, a elaboração da atividade em si (seja através de questões, seja por um roteiro de leitura), os critérios de avaliação.

Critérios

O aluno:

- compreende e interpreta a linguagem utilizada no texto;
- faz a articulação do conceito/conteúdo/tema discutido nas aulas com o texto literário lido;
- reconhece os recursos expressivos específicos do texto literário.

11- Atividades a partir de recursos Audiovisuais - o trabalho com filmes, documentários, músicas, teatro, entre outros. Qualquer que seja o recurso escolhido, é preciso considerar que o conteúdo abordado naquela mídia não está didatizado, vem apresentado em linguagem específica e com intencionalidade diferente daquela que existe na escola. A didatização do conteúdo cabe ao professor.

Critérios

O aluno:

- compreende e interpreta a linguagem utilizada;
- articula o conceito/conteúdo/tema discutido nas aulas com o conteúdo apresentado pelo audiovisual;
- reconhece os recursos expressivos específicos daquele recurso.

12- Trabalho em grupo – desenvolve dinâmicas com pequenos grupos, na tentativa de proporcionar, aos alunos, experiências que facilitem o processo de aprendizagem. Nesse sentido, possibilita a interação social, conduzindo o aluno a compartilhar seu conhecimento.

O trabalho em grupo pode ser proposto a partir de diferentes atividades, sejam elas, escritas, orais, gráficas, corporais, construção de maquetes, painéis, mural, jogos e outros, abrangendo os conhecimentos artísticos, filosóficos e científicos.

Critérios

O aluno:

- interage com o grupo;
- compartilha o conhecimento;
- demonstra os conhecimentos formais da disciplina, estudados em sala de aula, na produção coletiva de trabalhos;
- compreende a origem da construção histórica dos conteúdos trabalhados e sua relação com a contemporaneidade e o seu cotidiano.

13. Questões discursivas - Essas questões possibilitam verificar a qualidade da interação do aluno com o conteúdo abordado em sala de aula. Uma questão discursiva possibilita que o professor avalie o processo de investigação e reflexão realizado pelo aluno durante

a exposição/discussão do conteúdo, dos conceitos. Além disso, a resposta a uma questão discursiva permite que o professor identifique com maior clareza o erro do aluno, para que possa dar a ele a importância pedagógica que tem no processo de construção do conhecimento.

Critérios

O aluno:

- Compreende o enunciado da questão.
- Planeja a solução, de forma adequada.
- Comunica-se por escrito, com clareza, utilizando-se da norma padrão da língua portuguesa.
- Sistematiza o conhecimento de forma adequada

14- Questões objetivas

Este tipo de questão tem como principal objetivo a fixação do conteúdo. Uma questão objetiva deve apresentar um enunciado objetivo e esclarecedor, usando um vocabulário conceitual adequado, possibilitando ao aluno a compreensão do que foi solicitado. Para a construção desse tipo de questão o professor não deve desconsiderar um bom planejamento, ou seja, definir o grau de dificuldade de cada questão direcionada para cada série com vistas a não cometer injustiças.

Critérios

O aluno:

- Realiza leitura compreensiva do enunciado;
- Demonstra apropriação de alguns aspectos definidos do conteúdo;
- Utiliza de conhecimentos adquiridos.

Será oportunizada ao estudante a recuperação de estudos de forma permanente e concomitante ao processo de ensino e aprendizagem. Esta será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados e os resultados da recuperação serão incorporados às avaliações efetuadas durante o processo, constituindo-se em mais um componente do aproveitamento.

▪REFERÊNCIAS

PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação – Superintendência da Educação. Diretrizes Curriculares da Educação Básica – Geografia , 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Livro Didático Público. Geografia. 2.ed. Curitiba: SEED – PR, 2006.

http://www.seed.pr.gov.br/portals/bancoquestaoavaliativa/OrientacoesGeraisGE2008.pdf?PHPSESSID=2010080411160589 acesso em 04/08/2010.

PASSINI, ElzaY. Alfabetização cartográfica. Belo Horizonte: Lê, 1994.

PROJETO ARARIBÁ: Geografia. Obra Coletiva. 1 ed. São Paulo: Moderna. 2006

SANTOS, Milton. Metamorfose do espaço habitado. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1991

ALMEIDA, Lúcia Marina Alves de, Tércio Barbosa Rigolim, GEOGRAFIA, editora Atica 2008.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova. São Paulo, Hucitec, 1996.

ROSS, Jurandyr L. Sanches, org. Geografia do Brasil. São Paulo, Edusp, 1996.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo, Nacional, 1997.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos, org. Ensino de Geografia; prática e

textualização no cotidiano. Rio Grande do Sul, Mediação, 2000.
GUERRA, A. Teixeira & Texeira, A. José Teixeira. Novo dicionário geológico-Morfológico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.
ATLAS, Universal. Lisboa, Texto Ed., 1998.
IBGE, Atlas nacional do Brasil. Rio de Janeiro, 2000.
LACOSTE, Yves. A Geografia. Isso Serve, em Primeiro Lugar para fazer a Guerra Campinas, Ed. Papirus,
CARLOS, Ana Fani A. Espaço e Indústria. São Paulo, Contexto/EDUSP, 1998.
SPÓSITO, Maria da Encarnação B. Capitalismo e a Urbanização. São Paulo, Editora Contexto, 1998.
FERREIRA, E. A. Carvalho, O Mundo Contemporâneo, São Paulo, Ed. Núcleo, 1996.
PEREIRA, Diamantino, Santos, Douglas, Carvalho, Marcos, Geografia, Ciência do espaço. O espaço mundial. São Paulo, Atual Editora, 1987.
MOREIRA, João Carlos e Estáquio Sene. Geografia Geral e do Brasil- São Paulo: Scipione, 2002.
LUCCI, Alabi e Anselmo L. Branco, Claudio Mendonça – 1 ed. – São Paulo Saraiva, 2003.
TERCIO Barbosa Rigolin e Lucia Marina ª Almeida, Geografia Geral e do Brasil–São Paulo:ed. Atica,2009.

COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR JAELSON BIÁCIO
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

DISCIPLINA: HISTÓRIA

CAMPO MOURÃO – PR
2011

I - APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A disciplina de história passou a fazer parte integrante do contexto escolar brasileiro a partir da terceira década do séc. XIX, tendo como base a teoria positivista orientada pela linearidade dos fatos, pelo uso restrito dos documentos oficiais escritos como fonte e verdade histórica e valorização dos heróis. Neste contexto a narrativa histórica reproduzia a extensão da história Ocidental, tendo por pressuposto o modelo conservador de sociedade garantia a legitimação dos valores aristocráticos, no qual o processo histórico conduzido por líderes, excluía a grande massa brasileira formada por pessoas comuns, uma vez que neste momento não eram vistas como agentes capazes de contribuir para a transformação da sociedade. Até metade do séc. XIX, o ensino de história se ocupava em reforçar o caráter moral e cívico dos conteúdos escolares contribuindo para a legitimidade do projeto nacionalista.

Durante o regime militar a disciplina de história manteve o seu caráter estreitamente político, pautado no estudo das fontes oficiais, enfatizando apenas o ponto de vista factual. Cabe ressaltar que neste contexto histórico a disciplina de história foi agregada às disciplinas de Geografia formando a área de Estudos Sociais e sofrendo um redutor de carga horária uma vez que teve que dividir seu espaço com Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC).

Ao propor esta modalidade o Estado tinha por objetivo cercear o instrumento intelectual politizador do professor de história dando a este um caráter reprodutor. Somente a partir da década de 80, com o fim do período militar é que o ensino de história passou a ser reestruturado tendo como pressuposto teórico a história social, pautada no materialismo histórico dialético. Na década de 90 a SEED – Pr, propôs um Currículo Básico fundamentado na pedagogia histórico-crítica, no entanto por falta de embasamento teórico, material e por questões políticas o mesmo foi substituído pela proposta dos PCNS. A partir de 2003 teve início o processo de elaboração de novas diretrizes curriculares para o ensino de história para a rede de ensino do Estado do Paraná.

A História estuda a vida humana através do tempo, estuda o que homens e mulheres, de todas as idades, fizeram, pensaram ou sentiram como seres sociais.

Nesse sentido a importância do conhecimento histórico alarga a compreensão das pessoas como seres que constroem seu tempo propiciando ao educando a construção da consciência histórica.

II – OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA

Desenvolver a formação do pensamento e da consciência histórica, a fim de contribuir para a emancipação dos sujeitos e agentes históricos e a aquisição da capacidade de análise da relação passado/presente, identificando as permanências, mudanças, e rupturas ocorridas.

III- CONTEÚDOS DISCIPLINARES

ENSINO FUNDAMENTAL II

6º ANO - Os diferentes sujeitos suas culturas suas histórias.

Conteúdos Estruturantes:

- Relações de trabalho;
- Relações de poder;
- Relações culturais;

Conteúdos Básicos:

- A experiência humana no tempo.
- Os sujeitos e suas relações com o outro no tempo.
- As culturas locais e a cultura comum.
- Povos pré-colombianos.
- África Antiga.

7º ANO - A constituição histórica do mundo rural e urbano e a formação da propriedade em diferentes tempos e espaços.

Conteúdos Estruturantes:

- Relações de trabalho;
- Relações de poder;
- Relações culturais;

Conteúdos Básicos:

- As relações de propriedade.
- A constituição histórica do mundo do campo e do mundo da cidade.
- As relações entre o campo e a cidade.
- Conflitos e resistências e produção cultural campo/cidade.
- Povos americanos e sociedade americana.
- Reinos Africanos.

8º ANO - O mundo do trabalho e os movimentos de resistência.

Conteúdos Estruturantes:

- Relações de trabalho;
- Relações de poder;
- Relações culturais;

Conteúdos Básicos:

- História das relações da humanidade com o trabalho.
- O trabalho e a vida em sociedade.
- O trabalho e as contradições da modernidade.
- Os trabalhadores e as conquistas de direito.
- Paraná na formação do estado brasileiro

9º ANO - Relações de dominação e resistência: a formação do estado e das instituições sociais.

Conteúdos Estruturantes:

- Relações de trabalho;
- Relações de poder;
- Relações culturais;

Conteúdos Básicos:

- A constituição das instituições sociais e políticas
- A formação do Estado democrático.
- Sujeitos, Guerras e revoluções.
- Dominação imperialista na África e descolonização

ENSINO MÉDIO

1ª SÉRIE

Conteúdos Estruturantes:

- Relações de trabalho;
- Relações de poder;
- Relações culturais;

Conteúdos Básicos:

- Conceito de trabalho.
- Trabalho escravo, servil, assalariado e trabalho livre.
- Organização das sociedades primitivas.
- Formação do Estado e das instituições.
- Cultura afro-brasileira e indígena.

2ª SÉRIE

Conteúdos Estruturantes:

- Relações de trabalho;
- Relações de poder;
- Relações culturais;

Conteúdos Básicos:

- Dominação econômica e cultural européia.
- Processo de industrialização no processo de organização do sistema capitalista
- Crise e fim de impérios e reinos americanos, africanos e asiáticos
- O Estado e as relações de poder.
- Os sujeitos, as revoltas e as guerras.

3ª SÉRIE

Conteúdos Estruturantes:
- Relações de trabalho;
- Relações de poder;
- Relações culturais;

Conteúdos Básicos:

- Movimentos sociais, políticos e culturais e as guerras e revoluções.
- Cultura e religiosidade.
- Transformações do trabalho, política e sociedade no mundo contemporâneo.
- História do Paraná.

IV- ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

A concepção teórica assumida é a histórico-crítica, conforme DCE do Paraná, consolidando a prática na mediação dialética entre o conhecimento prévio dos alunos e os conhecimentos científicos agregados aos saberes do educador. Reconhecendo estes saberes o aluno reflete, interpreta e realiza ações sociais, políticas assertivas na sociedade, apesar das contradições existentes.

Com o objetivo de tornar o ensino e aprendizado de História mais prazeroso e partindo da premissa de que o conhecimento se efetiva mais facilmente quando passa a fazer parte da nossa experiência e nos auxilia a ler e explicar o que ocorre a nossa volta, os métodos a serem empregados deverá atender a heterogeneidade dos nossos educandos, afim de que estes possam apropriar-se de conhecimentos acumulados pela humanidade.

Portanto, através da seleção de temas e problematização, atenderá as especificidades das turmas e dos conteúdos básicos. No desenvolvimento desta metodologia serão utilizados vários instrumentos, narração, descrição, argumentação, pesquisa, relatório, trabalho em grupos, questões discursivas e objetivas, para subsidiar os professores conforme suas especificidades, e assim, garantir a proposta inicial da disciplina.

Como prática educacional e política desta escola o processo de ensino-aprendizagem da História como ação intencional para a formação da consciência histórica

e crítica, atribuindo valorização dos diversos segmentos sociais, a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, às comunidades afro-descendentes e indígenas e aos segmentos desprivilegiados social e economicamente, ao cumprimento a Lei n. 11645/08, e a história das comunidades indígenas, Lei 13381/01. A Educação Fiscal e Tributária, Dec. 1143/99, portaria nº 413/02 serão trabalhados como implementação do PDE-2010/2012. Estes conteúdos serão abordados de forma contextualizada e relacionados aos conteúdos de ensino de História, sempre que possível a articulação entre os mesmos.

A prática pedagógica para o ensino de História contemplará os diferentes estilos de aprendizagem, ritmos e a pluralidade cultural dos alunos sendo flexível e aberta a mudanças que se fizerem necessárias a fim de garantir uma educação de qualidade a todos, principalmente dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais e que acabam muitas vezes excluídos da escola por fatores sócio-econômicos, políticos e familiares.

Cabe ao professor encarar a heterogeneidade, como um fator imprescindível para interações em sala, pois cada aluno tem à sua história, pois as diferenças individuais e coletivas é que permitem o crescimento humano e aceitação efetiva do outro e de si mesmo no processo de ensino e aprendizagem.

V- AVALIAÇÃO, INSTRUMENTOS E CRITÉRIOS

A avaliação é um meio necessário que permite ao professor acompanhar a aprendizagem de seus alunos e também verificar a sua própria atuação docente.

A avaliação deve ser contínua, formativa e emancipatória. É importante que o professor estabeleça um diagnóstico correto para cada aluno bem como identifique as possíveis causas de seus fracassos e/ou dificuldades visando uma maior qualidade no ensino da disciplina.

Os instrumentos de avaliação utilizados bem como seus critérios deverão ter o objetivo de verificar o efetivo aproveitamento escolar do aluno, respeitando os avanços e limites de cada um, em diferentes experiências de aprendizagem, tais como:

1 - Atividade de leitura – a avaliação de leitura possibilita ao professor verificar a compreensão dos conteúdos abordados em aula e, nesse sentido, faz-se necessário a escolha criteriosa do texto, o roteiro de análise e os critérios de avaliação, de forma a permitir a reflexão e a discussão, bem como a ampliação de conhecimento.

Critérios

O aluno:

- compreende as idéias presentes no texto e interage com o texto por meio de questionamentos, concordâncias ou discordâncias.
- ao falar sobre o texto, expressa suas idéias com clareza e sistematiza o conhecimento de forma adequada.
- estabelece relações entre o texto e o conteúdo abordado em sala de aula.

2 - Projeto de Pesquisa Bibliográfica - a solicitação de uma pesquisa exige enunciado claro e recortes precisos do que se pretende.

Critérios

O aluno:

- a contextualização, identifica a situação e o contexto com clareza;
- ao problema, apresenta de forma clara, objetiva o tema levantado, delimitando o foco da pesquisa na busca de solução;
- a justificativa, aponta argumentos sobre a importância da pesquisa;

- O aluno, na escrita, remete-se aos textos lidos, por meio de citações ou paráfrases, referenciando-os adequadamente.

3 - Produção de Texto - a atividade de produção escrita deve considerar a característica dialógica e interativa da linguagem e o processo interlocutivo. Portanto, precisa ser relacionada ao que se escreve fora da escola, atendendo aos diferentes gêneros textuais.
Critérios
O aluno:

- produz textos atendendo às circunstâncias de produção (gênero, interlocutor, finalidade, etc.);
- adequa a linguagem às exigências do contexto de produção, dando-lhe diferentes graus de formalidade ou informalidade, atendendo especificidades da disciplina em termos de léxico, de estrutura;
- Expressa as idéias com clareza (coerência e coesão);
- elabora argumentos consistentes;
- estabelece relações entre as partes do texto;
- estabelece relação entre a tese e os argumentos elaborados para sustentá-la.

4 - Palestra/Apresentação Oral - a atividade de palestra/apresentação oral possibilita ao aluno demonstrar sua compreensão a respeito do conteúdo abordado, bem como argumentar, organizar e expor suas idéias.
Critérios
O aluno:

- demonstra conhecimento do conteúdo;
- apresenta argumentos selecionados;
- demonstra seqüência lógica e clareza na apresentação;
- faz uso de recursos para ajudar na sua produção.

5 - Debate – possibilita a exposição de idéias, avaliação dos argumentos, permitindo que haja turno de fala entre os ouvintes. Mas, para que isso ocorra, é preciso garantir a participação de todos.
Critérios
O aluno:

- aceita a lógica da confrontação de posições, ou seja, respeita os pensamentos divergentes;
- ultrapassa os limites das suas posições pessoais;
- explicita racionalmente os conceitos e valores que fundamentam a sua posição;
- faz uso adequado da língua portuguesa em situações formais;
- busca, por meio do debate, da persuasão e da superação de posições particulares, uma posição de unidade, ou uma maior aproximação possível entre as posições dos participantes;
- registra, por escrito, as idéias surgidas no debate;
- demonstra conhecimento sobre o conteúdo da disciplina envolvido no debate;
- apresenta compreensão sobre o assunto específico debatido e sua relação com o conteúdo da disciplina.

6 - Atividades a partir de recursos Audiovisuais - o trabalho com filmes, documentários, músicas, teatro, entre outros. Qualquer que seja o recurso escolhido, é preciso considerar que o conteúdo abordado naquela mídia não está didatizado, vem apresentado em linguagem específica e com intencionalidade diferente daquela que existe na escola. A didatização do conteúdo cabe ao professor.
Critérios

O aluno:

- compreende e interpreta a linguagem utilizada;
- articula o conceito/conteúdo/tema discutido nas aulas com o conteúdo apresentado pelo audiovisual;
- reconhece os recursos expressivos específicos daquele recurso.

7 - Trabalho em grupo – desenvolve dinâmicas com pequenos grupos, na tentativa de proporcionar, aos alunos, experiências que facilitem o processo de aprendizagem. Nesse sentido, possibilita a interação social, conduzindo o aluno a compartilhar seu conhecimento. O trabalho em grupo pode ser proposto a partir de diferentes atividades, sejam elas, escritas, orais, gráficas, corporais, construção de maquetes, painéis, mural, jogos e outros, abrangendo os conhecimentos artísticos, filosóficos e científicos.

Critérios

O aluno:

- interage com o grupo;
- compartilha o conhecimento;
- demonstra os conhecimentos formais da disciplina, estudados em sala de aula, na produção coletiva de trabalhos;
- compreende a origem da construção histórica dos conteúdos trabalhados e sua relação com a contemporaneidade e o seu cotidiano.

8 - Questões discursivas - Essas questões possibilitam verificar a qualidade da interação do aluno com o conteúdo abordado em sala de aula. Uma questão discursiva possibilita que o professor avalie o processo de investigação e reflexão realizado pelo aluno durante a exposição/discussão do conteúdo, dos conceitos.

Além disso, a resposta a uma questão discursiva permite que o professor identifique com maior clareza o erro do aluno, para que possa dar a ele a importância pedagógica que tem no processo de construção do conhecimento.

Critérios

O aluno:

- Compreende o enunciado da questão;
- Planeja a solução, de forma adequada;
- Comunica-se por escrito, com clareza, utilizando-se da norma padrão da língua portuguesa;
- Sistematiza o conhecimento de forma adequada.

9 - Questões objetivas - Este tipo de questão tem como principal objetivo a fixação do conteúdo. Uma questão objetiva deve apresentar um enunciado objetivo e esclarecedor, usando um vocabulário conceitual adequado, possibilitando ao aluno a compreensão do que foi solicitado. Para a construção desse tipo de questão o professor não deve desconsiderar um bom planejamento, ou seja, definir o grau de dificuldade de cada questão direcionada para cada série com vistas a não cometer injustiças.

Critérios

O aluno:

- Realiza leitura compreensiva do enunciado;
- Demonstra apropriação de alguns aspectos definidos do conteúdo;
- Utiliza de conhecimentos adquiridos.

VI- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FIGUEIRA, Divalte Garcia. História. 5ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 2005.

FREIRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos. Global, ed. 15ª, Ed. São Paulo, 2004. CASA GRANDE E SENZALA.

MACEDO, José Rivair, OLIVEIRA, Mariley W. Uma História em construção. Ed. do Brasil S/A. V. 1,2,3,4. São Paulo, 1996.

PAZZINATO, Alceu L. Senise, Maria Helena V. História Moderna e Contemporânea. 14ª Ed. 3ª impressão, Ed. Ática, São Paulo, 2003.

PELLEGRINI, Marco. DIAS, Adriana Machado. GRINBERG, Keila. Vontade de saber História. FTD. São Paulo, 2009.

REZENDE, Antonio Paulo, DIDIER, Maria Tereza. Construção da modernidade: O Brasil colônia e o mundo moderno. Atual Editora, São Paulo, 1997.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora & CAINELLI, Marlene. Ensinar História. Ed. Scipione, 2005. 1ª Ed. São Paulo.

SCHIMIDT, Mario. Nova História, crítica do Brasil. Ensino Médio. Ed. Nova Geração. São Paulo, 1998.

SCHMIDT, Mario, Nova História Crítica. Editora Nova Geração, 1ª edição, São Paulo, 2009.

SEED – PR, Diretrizes Curriculares de História do Estado do Paraná, 2009.

SEED – PR, Diretrizes Curriculares da Educação Especial para à construção de currículos inclusivos – DOCUMETO PRELIMINAR

COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO PROFESSOR JAELSON BIÁCIO
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

DISCIPLINA: LÍNGUA INGLESA

CAMPO MOURÃO – PR
2011

1 - APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

O ensino-aprendizagem de Língua Estrangeira Moderna deve estar impregnado de valores, tais como: construção de identidade, cultura, inclusão social, função social e formação crítica. Sendo o princípio de formação para a cidadania, o maior objetivo do ensino de LEM.

O ensino-aprendizagem de LEM deve ultrapassar as questões técnicas e instrumentais e se centrar na educação, de maneira que o aluno possa construir significados, elaborar procedimentos interpretativos e construir sentidos do e no mundo.

A teoria que está por detrás e que perpassa toda essa elaboração é orientada pela contribuição dos teóricos russos do círculo de Bakhtin- Voloshinov, Medvedeve-Bakhtin – que a partir de uma construção interacionista definem a linguagem. Em suas teorias o conceito de língua(gem) é mais que um conjunto de normas e formas, mais que uma manifestação psíquica individual, a língua(gem) é entendida como uma produção construída nas interações sociais, marcadamente dialógica, é um espaço de construções discursivas inseparáveis das comunidades interpretativas que as constroem e que são por elas construídas. É na língua que se percebe, se entende e se constrói a realidade.

A Construção das Diretrizes Curriculares, coordenada pela Superintendência da Educação da Secretaria de Estado da Educação, assim como os estudos e as discussões realizados nas semanas pedagógicas apontaram os referenciais teóricos e metodológicos para construção desta Proposta Pedagógica Curricular.

Com relação ao ensino de línguas estrangeiras, uma nova perspectiva chegou ao Paraná em 1990 com a publicação do Currículo Básico que trazia uma concepção de língua entendida como prática social e historicamente construída. No entanto, este documento direcionava o trabalho com língua estrangeira para a prática de leitura, limitando assim as possibilidades de interação do aluno com a língua. A SEED estabeleceu parcerias para a formação e aprimoramento pedagógico e adquiriu livros de fundamentação teórica em língua estrangeira para escolas de Ensino Médio (EM) de toda a rede estadual e elaborou o livro didático do EM.

O conjunto de ações desenvolvido pela SEED, a partir de 2004, teve como foco principal promover a construção de novas Diretrizes Curriculares que favorecessem a formação continuada de professores na perspectiva de efetivarem-se como sujeitos epistêmicos, capazes de refletir, analisar e propor as indicações mais apropriadas para o processo de ensino aprendizagem.

No ano de 2008 foram realizados encontros organizados também pela SEED como DEB Itinerante, encontros por disciplinas realizados pelo Núcleo Regional de Educação de Campo Mourão e semanas pedagógicas descentralizadas visando à disseminação das políticas curriculares do Estado, refletindo sobre a função social da escola pública e os

processos de secundarização de seu papel. Esses encontros contemplaram a participação de toda a comunidade escolar na perspectiva de uma gestão democrática e na construção de uma proposta pedagógica curricular que superassem os descaminhos de uma política educacional fortemente marcada pela concepção neoliberal que permeou a educação na década de 90.

Como resultado dessas ações e visando a superação do contexto anterior, a SEED fez opção pelo currículo disciplinar, que toma o conteúdo como via de acesso ao conhecimento, considerando as dimensões científica, filosófica e artística dos mesmos, visto que a opção pelos conteúdos curriculares, em sua totalidade:

> [...] significa compreendê-los como síntese de múltiplos fatos e determinações, como um todo estruturado, marcado pela disciplinaridade didática. Tratar os conteúdos em sua dimensão práxica é compreender que a atividade educativa é uma ação verdadeiramente humana e que requer consciência de uma finalidade em face à realidade, por meio dos conteúdos, impossibilitando o tratamento evasivo e fenomênico destes. (PARANÁ, SEED, SUED, 2008, p.9).

Evidenciou-se igualmente, uma organização do processo de aprendizagem que possibilitaria a flexibilização/adaptação de conteúdos, metodologias e avaliações de modo a contemplar a participação e aprendizagem de todos os alunos, considerando seus conhecimentos prévios, suas necessidades linguísticas diferenciadas e o contexto social, vislumbrando a construção de uma sociedade justa, fraterna e igualitária.

2- OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

O Ensino de Língua Estrangeira objetiva contemplar as relações com a cultura, o sujeito e a identidade, bem como, a aprendizagem das percepções de mundo e maneiras distintas de atribuir sentidos, reafirmar subjetividades e permitir que se reconheça, no uso da língua os diferentes propósitos comunicativos, independentemente do grau, de proficiência atingido (PARANÁ, 2008).

As aulas de Língua Estrangeira devem proporcionar ao aluno uma análise das questões sociais, políticas e econômicas da nova ordem mundial, desenvolvendo, dessa forma, a consciência crítica e transformadora do aluno, permitindo, portanto, por meio da prática da leitura, da escrita e da oralidade, o incentivo a pesquisa e a reflexão.

Sendo assim, o uso da língua deve ocorrer em situações de comunicação oral e escrita estabelecendo relações entre ações individuais e coletivas, para que o aluno tenha uma maior consciência sobre o papel das línguas na sociedade, reconhecendo, dessa maneira, a diversidade cultural e os benefícios para o desenvolvimento cultural do país, formando sujeitos sociais, historicamente construídos e passíveis de transformação na prática social.

3- CONTEÚDOS

3.1 CONTEÚDO ESTRUTURANTE

O conteúdo estruturante da Língua Inglesa é o discurso como prática social.

3.2 CONTEÚDOS BÁSICOS

ENSINO FUNDAMENTAL

6º ANO

GÊNEROS TEXTUAIS	- Marcas do Gênero: Conteúdo Temático; Estilo; Elementos Composicionais. - Esfera social de circulação. - Suporte .
LEITURA	-Tema do texto; - Interlocutor; - Finalidade; - Aceitabilidade do texto; - Informatividade; - Elementos composicionais do gênero; - Léxico; - Repetição proposital de palavras; - Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem.
ESCRITA	- Tema do texto; - Interlocutor; - Finalidade do texto; - Informatividade; - Elementos composicionais do gênero; - Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem; - Ortografia; - Concordância verbal/nominal.
ORALIDADE	- Tema do texto; - Finalidade; - Papel do locutor e interlocutor; - Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos...; - Adequação do discurso ao gênero; - Turnos de fala; - Variações linguísticas; - Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetições, recursos semânticos.

7º ANO

GÊNEROS TEXTUAIS	- Marcas do Gênero: Conteúdo Temático; Estilo; Elementos Composicionais. - Esfera social de circulação. - Suporte .
LEITURA	-Tema do texto; - Interlocutor; - Finalidade; - Aceitabilidade do texto; - Informatividade;

	- Elementos composicionais do gênero; - Léxico; - Repetição proposital de palavras; - Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem.
ESCRITA	- Tema do texto; - Interlocutor; - Finalidade do texto; - Informatividade; - Elementos composicionais do gênero; - Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem. - Ortografia; - Concordância verbal/nominal.
ORALIDADE	- Tema do texto; - Finalidade; - Papel do locutor e interlocutor; - Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos...; - Adequação do discurso ao gênero; - Turnos de fala; - Variações linguísticas; - Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetições, recursos semânticos.

8º ANO

GÊNEROS TEXTUAIS	- Marcas do Gênero: Conteúdo Temático; Estilo; Elementos Composicionais. - Esfera social de circulação. - Suporte .
LEITURA	- Conteúdo temático; - Interlocutor; - Finalidade do texto; - Aceitabilidade do texto; - Informatividade; - Situacionalidade; - Intertextualidade; - Vozes sociais presentes no texto; - Elementos composicionais do gênero; - Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem. - Semântica: - operadores argumentativos; - ambiguidade; -sentido conotativo e denotativo das palavras no texto. - Expressões que denotam ironia e humor no texto;

	- Léxico.
ESCRITA	- Conteúdo temático; - Interlocutor; - Finalidade do texto; - Informatividade; - Situacionalidade; - Intertextualidade; - Vozes sociais presentes no texto; - Elementos composicionais do gênero; - Discurso direto e indireto; - Elementos composicionais do gênero; - Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem. - Concordância verbal e nominal. - Semântica: - operadores argumentativos; - ambiguidade; - significado das palavras; - figuras de linguagem; - sentido conotativo e denotativo; - expressões que denotam ironia e humor no texto
ORALIDADE	- Conteúdo temático; - Finalidade; - Aceitabilidade do texto - Informatividade - Papel do locutor e interlocutor; - Elementos extralinguísticos: entonação, expressão facial, corporal e gestual, pausas; - Adequação do discurso ao gênero; - Turnos de fala; - Variações linguísticas; - Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetições. - Elementos semânticos; - Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc.) - Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

9º ANO

GÊNEROS TEXTUAIS	- Marcas do Gênero: Conteúdo Temático; Estilo; Elementos Composicionais. - Esfera social de circulação. - Suporte .
LEITURA	- Tema do texto; - Interlocutor; - Finalidade do texto; - Aceitabilidade do texto; - Informatividade; - Situacionalidade;

	- Intertextualidade; - Temporalidade; - Discurso direto e indireto; - Elementos composicionais do gênero; - Emprego do sentido conotativo e denotativo no texto; - Palavras e/ou expressões que denotam ironia e humor no texto; - Polissemia; - Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem. - Léxico.
ESCRITA	- Tema do texto; - Interlocutor; - Finalidade do texto; - Aceitabilidade do texto; - Informatividade; - Situacionalidade; - Intertextualidade; - Temporalidade; - Discurso direto e indireto; - Elementos composicionais do gênero; - Emprego do sentido conotativo e denotativo no texto; - Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto; - Palavras e/ou expressões que denotam ironia e humor no texto; - Polissemia; - Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem. - Processo de formação das palavras; - Ortografia - Concordância verbal/nominal. - Semântica: - operadores argumentativos; - ambiguidade; - significado das palavras; - figuras de linguagem; - sentido conotativo e denotativo; - expressões que denotam ironia e humor no texto

ORALIDADE	- Conteúdo temático; - Finalidade; - Aceitabilidade do texto; - Informatividade; - Papel do locutor e interlocutor; - Elementos extralinguísticos: entonação, expressão facial, corporal e gestual, pausas; - Turnos da fala; - Adequação do discurso ao gênero; - Turnos de fala; - Variações linguísticas; - Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetições; - Semântica; - Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc.) - Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

ENSINO MÉDIO
1º, 2º E 3º SÉRIES

1- GÊNEROS TEXTUAIS

- Marcas do Gênero
  * Conteúdo Temático
  * Estilo
  * Elementos Composicionais
- Esfera social de circulação
- Suporte

3- PRÁTICAS DISCURSIVAS DE:

LEITURA	ORALIDADE	ESCRITA
- Tema do texto; - Interlocutor; - Finalidade do texto; - Aceitabilidade do texto; - Informatividade; - Situacionalidade; - Intertextualidade; - Temporalidade; - Referência textual; - Partículas conectivas do texto; - Discurso direto e indireto; - Emprego do sentido	- Conteúdo temático; - Finalidade; - Aceitabilidade do texto; - Informatividade; - Papel do locutor e interlocutor; - Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas; - Adequação do discurso ao gênero;	- Tema do texto; - Interlocutor; - Finalidade do texto; - Aceitabilidade do texto; - Informatividade; - Situacionalidade; - Intertextualidade; - Temporalidade; - Referência textual; - Partículas conectivas do texto; - Discurso direto e indireto; - Elementos

conotativo e denotativo no texto; - Palavras e/ou expressões que denotam ironia e humor no texto; - Polissemia; - Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem; - Léxico.	- Turnos de fala; - Variações linguísticas; - Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, semântica; - Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc.); - Diferenças e semelhanças entre o discurso oral ou escrito.	composicionais do gênero; - Emprego do sentido conotativo e denotativo no texto; - Palavras e/ou expressões que denotam ironia e humor no texto; - Polissemia; - Marcas lingüísticas - Ortografia; - Concordância verbal/nominal.

•

4- METODOLOGIA

O ensino de Língua Inglesa deve propiciar experiências de aprender com conteúdos de significação e relevância de forma que o aluno as reconheça como experiências válidas de formação e crescimento intelectual. Assim, a aula de Língua Inglesa deve ser um espaço em que se desenvolvam atividades significativas, as quais explorem diferentes recursos e fontes, a fim de que o aluno vincule o que é estudado com o que o cerca.

A partir do Conteúdo Estruturante Discurso como Prática Social serão trabalhadas questões linguísticas, sociopragmáticas, culturais e discursivas, por meio das práticas de uso da língua: leitura, oralidade e escrita. O ponto de partida da aula de língua inglesa será o texto, verbal e não-verbal, como unidade de linguagem em uso.

O trabalho pedagógico com o texto trará uma problematização e a busca por sua solução deverá despertar o interesse dos alunos para que desenvolvam uma prática analítica e crítica, ampliem seus conhecimentos linguístico-culturais e percebam as implicações sociais, históricas e ideológicas presentes num discurso no qual se revele o respeito às diferenças culturais, crenças e valores.

Nesse sentido, a Leitura em língua estrangeira consiste em apresentar diferentes gêneros textuais, provenientes das práticas sociais, em um determinado contexto sócio-cultural, considerando os conhecimentos prévios dos alunos; formulando questionamentos que possibilitem inferências sobre o texto; encaminhando discussões e reflexões sobre tema, intenções, intertextualidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, temporalidade, vozes sociais e ideologia; contextualizando a produção através do suporte/fonte, interlocutores, finalidade, época; utilizando textos verbais que dialoguem com os não verbais; relacionando o tema com o contexto atual; oportunizando a socialização das idéias dos alunos sobre o texto instigando a identificação e reflexão do sentido de palavras e/ou expressões figuradas; promovendo a percepção de recursos como os operadores discursivos e de progressão textual.

Na escrita serão propostas atividades sociointerativas, significativas, com delimitação do gênero textual; da finalidade; da temática; do objetivo da produção; do suporte; da esfera social de circulação; do locutor e do interlocutor, para que o aluno perceba o uso real da língua; planejamento, leitura e revisão do texto produzido pelos alunos.

Destaca-se ainda, que o trabalho com a produção de textos na aula de Língua Inglesa precisa ser concebido como um processo dialógico ininterrupto, no qual se escreve sempre para alguém de quem se constrói uma representação. Conforme Bakhtin,

“um discurso nasce de outros discursos e se produz para um outro sujeito, sendo que esse outro é construído imaginariamente pelo sujeito-autor”.

Nesse sentido, caberá ao professor “oferecer ao aluno elementos discursivos, linguísticos, sociopragmáticos e culturais para que ele melhore sua produção” (DCE, 2008, p. 67). Além disso, serão propostas atividades relacionadas às dificuldades de escrita diagnosticadas durante o processo.

Na oralidade os estudantes terão acesso a textos orais, pertencentes aos diferentes discursos que possibilitarão a familiaridade com sons específicos da língua que estão aprendendo. Serão incentivados a expressarem suas ideias na língua alvo, respeitando seu nível linguístico.

O papel da análise linguístico-discursiva relaciona-se ao entendimento, quando necessário, de procedimentos para construção de significados usados na Língua Estrangeira. Portanto, o trabalho com a análise linguística torna-se importante na medida em que permite o entendimento dos significados possíveis das estruturas apresentadas. Ela deve estar subordinada ao conhecimento discursivo, ou seja, as reflexões linguísticas devem ser decorrentes das necessidades específicas dos alunos, a fim de que se expressem ou construam sentidos aos textos produzidos por eles, sejam esses, orais ou escritos.

Para desenvolvermos as práticas acima citadas, utilizaremos os recursos tecnológicos de que a escola dispõe (livro didático, dicionários, livros paradidáticos, vídeos, TV Multimídia, laboratório de informática, aparelho de som, DVD, CD-ROM, entre outros).

A presente proposta também contempla a inclusão das temáticas “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Lei no 11,645/08), Prevenção ao uso Indevido às Drogas, Sexualidade Humana, Educação Fiscal, Enfrentamento à Violência contra a Criança e o Adolescente, Direito da Criança e Adolescente (L.F. No 11525/07), Educação Tributária (Dec. No1143/99, Portaria no 413/02), Educação Ambiental L.F. No 9795/99, Dec. No 4201/02)” nos conteúdos a serem trabalhados, de acordo com o que for oportunizado pelo texto, dada a importância que essas temáticas trazem para a construção de um Estado Democrático de Direito, de acordo com o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil e a obrigatoriedade de seu ensino, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como a Deliberação Estadual 04/06.

5- AVALIAÇÃO

A avaliação, um processo intencional e planejado, deve ser parte integrante do processo de aprendizagem e contribuir para a construção dos saberes. Ela será diagnóstica, formativa e somativa, por meio da prática formal, num processo contínuo. Com o propósito de encarar este desafio, busca-se em Língua Inglesa, superar a concepção de avaliação como mero instrumento de medição da apreensão de conteúdos, para tê-la como subsídio para discussões acerca das dificuldades e avanços dos alunos, a partir dos resultados.

Assim, os aspectos qualitativos prevalecerão sobre os quantitativos. Além de considerar as especificidades do educando e de respeitar as diferenças individuais da turma sendo, portanto, inclusiva.

Para que se efetive essa proposta avaliativa lançar-se-á mão de diferentes instrumentos e critérios de avaliação, conforme segue:

Atividades de leitura compreensiva de textos: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: compreende as ideias presentes no texto; interage com o texto por meio de questionamentos, concordância ou discordâncias; fala

sobre o texto, expressa suas ideais com clareza e sistematiza o conhecimento de forma adequada; estabelece relações entre o texto e o conteúdo abordado em sala.

Projeto de pesquisa Bibliográfica: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: apresenta em seu texto os seguintes passos: 1. Contextualização – introdução ao tema; 2. Problema - questões levantadas sobre o tema; 3. Justificativa argumentando sobre a importância da pesquisa 4. Consulta bibliográfica - texto produzido pelo aluno a partir das leituras que fez, através de paráfrases, citações referenciando adequadamente. 5. Referência – cita as fontes pesquisadas.

Produção de textos: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: atende as três etapas articuladas da prática escrita como: planeja o que será produzido, faz a escrita da primeira versão sobre a proposta apresentada a partir daí, revisa, reestrutura e reescreve o texto na perspectiva da intencionalidade definida. A partir disso, o professor observará se o aluno: produz o texto atendendo as circunstâncias de produção (gênero, interlocutor, finalidades, etc.); expressa as idéias com clareza (coerência e coesão); adequa a linguagem às exigências do contexto de produção, dando diferentes graus de formalidade ou informalidade, atende os termos de léxico, de estrutura; elabora argumentos consistentes; respeita o tema; estabelece relações entre as partes do texto e estabelece relação entre a tese e os argumentos elaborados para sustentá-la.

Palestra/apresentação Oral: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: demonstra conhecimento do conteúdo; apresenta argumentos selecionados; adequa a linguagem; apresenta sequência lógica e clareza na exposição oral e se usa os recursos adequadamente.

Relatório: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno atende aos seguintes tópicos:

1. Introdução: fornece informações iniciais apresentando o trabalho (atividade) que deu origem ao relatório, apontando quais são (foram) os objetivos desta atividade, bem como a relevância do conteúdo abordado, dos conceitos construídos.
2. Metodologia e materiais: descreve, objetiva e claramente, como realmente se deu o trabalho ou atividade desenvolvida. Embora seja uma descrição sucinta, não pode omitir informações que sejam relevantes para que o leitor compreenda a respeito do que se está falando, ou para que o leitor faça uma reflexão que permita o aprimoramento da atividade.
3. Análise:. consta os elementos e situações interessantes que tenham acontecido. É importante, na análise, que se estabeleçam as relações entre a atividade, os procedimentos realizados e o objeto de estudo que deram origem à atividade em questão.
4. Considerações Finais: apresenta os resultados obtidos de forma crítica, confrontando-os com os objetivos da atividade realizada. Este é um item importante, pois vai possibilitar que o aluno faça a apreciação sobre o trabalho(atividade) realizado, seus objetivos, a aprendizagem alcançada.

Seminário: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: apresenta os argumentos com consistência; compreende o conteúdo abordado, faz adequação da linguagem, faz uso e referencia as fontes de pesquisa com pertinência, traz relatos para o enriquecimento da apresentação, adequação e relevância das intervenções dos integrantes do grupo que assiste a apresentação.

Debate: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: aceita a lógica da confrontação de posições; está disposto e aberto a ultrapassar os limites das suas posições pessoais; explicita racionalmente os conceitos e valores que fundamentam a posição e admite o caráter, por vezes contraditório, da sua argumentação; faz uso adequado da língua portuguesa em situações formais; apresenta o conhecimento sobre o conteúdo da disciplina envolvido no debate, demonstra compreensão do assunto específico debatido e sua relação com o conteúdo da disciplina.

Atividades com textos literários: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: compreende e interpreta a linguagem utilizada no texto; articula o conceito/conteúdo/tema discutido nas aulas com o texto literário lido; reconhece os recursos expressivos específicos do texto literário.

Atividades a partir de recursos Audiovisuais: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: compreende e interpreta a linguagem utilizada; articula o conceito/conteúdo/tema discutido nas aulas com o conteúdo apresentado pelo audiovisual; reconhece os recursos expressivos específicos daquele recurso.

Trabalho de grupo: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: demonstra conhecimentos formais da disciplina, estudados em sala de aula, na produção coletiva de trabalhos na sala de aula ou em espaços diferenciados; compreende a origem da construção histórica dos conteúdos trabalhados e sua relação com a contemporaneidade.

Questões discursivas: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: demonstra compreensão do enunciado da questão; comunica por escrito, com clareza utilizando-se da norma padrão da Língua Portuguesa, sistematiza o conhecimento de forma adequada.

Questões objetivas: Ao fazer uso deste instrumento, os professores deverão considerar se o aluno: realiza leitura compreensiva do enunciado; demonstra apropriação de alguns aspectos definidos do conteúdo; é capaz de utilizar os conhecimentos adquiridos e principalmente a fixação do conteúdo.

A avaliação na inclusão – é fundamental que o professor, dentro desse processo seja flexível, verifique e valorize o progresso do aluno envolvendo-o num trabalho que inclua uma variedade de situações de aprendizagem.

Será ofertada a possibilidade de recuperar os conteúdos não assimilados, pois percebe-se como bem sucedido o ensino/aprendizagem, quando todo o trabalho desenvolvido com os alunos é retomado em discussões e analisados tanto pelo educador quanto pelo educando.

Para o fechamento da nota bimestral serão somados os valores atribuídos em cada instrumento avaliativo, de forma a atender o que consta no Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar do estabelecimento e também as orientações da LDB.

REFERÊNCIAS

BAKTHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: Hucitec,1988.

BIÁCIO, Colégio Estadual Jaelson - EFM. Projeto Político Pedagógico. Campo Mourão, 2011

BIÁCIO, Colégio Estadual Jaelson - EFM. Regimento Escolar. Campo Mourão, 2008.

BRASIL, Lei Nº 11.645, de 10 Março de 2008.

_____. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. In: BRASIL/MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

LUCKESI, C.C. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 1995.

PARANÁ. Grupo de estudos. Disponível em http://www.seed.pr.gov.br/portals/bancoquestaoavaliativa/OrientacoesGeraisGE2008.pdf?PHPSESSID=2010080411160589 acesso em 04/08/2010

_____. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Básica. Diretrizes Curriculares da Educação Básica. Língua Estrangeira Moderna. Curitiba, 2008.

_____. SEED, Texto: “De qual política de inclusão estamos falando?”, 2006.

VYGOTSKY, L, S. Pensamento e linguagem. 2ed. São Paulo: 1999

COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO JAELSON BIÁCIO –ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR
DISCIPLINA: LÍNGUA PORTUGUESA

CAMPO MOURÃO – 2011

1 - APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

Os referenciais teóricos e metodológicos para construção desta Proposta Pedagógica Curricular tiveram como base estudos e discussões realizados nas semanas pedagógicas, o que resultou na Construção das Diretrizes Curriculares, coordenada pela Superintendência da Educação da Secretaria de Estado da Educação.

Nas discussões curriculares sobre o ensino de Língua Portuguesa, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), do final da década de 1990, também fundamentaram a proposta para a disciplina de Língua Portuguesa na concepção interacionista, levando a uma reflexão acerca dos usos da linguagem oral e escrita. Contudo, [...] as indicações dos PCNs podem ser coerentes e produtivas, e de fato o são em vários aspectos, mas, encerrando o trabalho com o texto em modelos preestabelecidos, afastam-se da proposta do dialogismo bakhtiniano diante do texto, dos discursos, da vida, do conhecimento. (BRAIT, 2000, p. 24)

Hoje o grande desafio da escola é estabelecer uma proposta de ensino que reconheça e valorize práticas culturais da sua clientela, sem perder de vista o conhecimento historicamente produzido, que constitui-se em patrimônio universal , neste sentido as DCEs (Diretrizes Curriculares da Educação Básica) sugerem novos posicionamentos em relação às práticas de ensino; seja pela discussão crítica dessas práticas, seja pelo envolvimento direto dos professores na construção de alternativas para que a situação de analfabetismo funcional, de dificuldade de leitura compreensiva e produção de textos apresentada pelos alunos sejam trabalhadas para possibilitar a seus

alunos que participam de diferentes práticas sociais, utilizem a leitura, a escrita e a oralidade, com a finalidade de inserirem-los nas diversas esferas de interação. Se a escola desconsiderar esse papel, o sujeito ficará à margem dos novos letramentos, não conseguindo se constituir no âmbito de uma sociedade letrada.

As DCEs propõem que se dê ênfase à língua viva, dialógica, em constante movimentação, permanentemente reflexiva e produtiva. Tal ênfase traduz-se na adoção das práticas de linguagem como ponto central do trabalho pedagógico. Dessa forma, será possível a inserção de todos os que frequentam a escola pública em uma sociedade cheia de conflitos sociais, raciais, religiosos e políticos, agirem de forma ativa, marcando, assim, suas vozes no contexto em que estiverem inseridos.

O ensino da Língua Portuguesa é uma das mais importantes responsabilidades do professor, pois é a condição para a aprendizagem das demais disciplinas, além de ser instrumento indispensável para a participação social do sujeito, em todas as esferas da vida.

1.2- OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA

O estudo da Língua Portuguesa deve propiciar ao aluno a reflexão sobre as normas de uso das unidades da língua, de como são combinadas para produzirem determinados efeitos de sentido, vinculados a contextos e, adequados às finalidades pretendidas no ato da linguagem, bem como o acesso às práticas da leitura e da escrita para atingir a proficiência no uso desta língua.

2 – CONTEÚDO ESTRUTURANTE

O conteúdo estruturante é o discurso como prática social que possibilitará saberes mais amplos da disciplina e que podem ser desdobrados nos conteúdos que fazem parte de um corpo estruturado de conhecimentos constituídos e acumulados historicamente. O texto não deve ser entendido como isolado em si mesmo e estático, ele é feito de sentidos entre interlocutores, pois é uma dimensão disciplinar da realidade, e é neste sentido que deve ser trabalhado, sempre com vista às necessidades dos alunos compreendê-lo como prática social.

Dessa forma, estabelecem-se como elementos indispensáveis, integradores e que estarão presentes em qualquer situação de interação do aluno seja em que prática for: conhecimentos lingüísticos, discursivos, culturais,etc.

Além disso, uma abordagem do discurso em sua totalidade será realizada e garantida através de atividades significativas se as práticas de leitura, escrita e oralidade, interagirem entre si e constituírem uma prática sócio-cultural, contribuindo, dessa forma, para com o aprimoramento da competência lingüística dos nossos estudantes.

2.1 - CONTEÚDOS BÁSICOS

Tendo como orientadores os estudos feitos e a leitura minuciosa das Diretrizes Curriculares da Educação Básica que norteiam o ensino de Língua Portuguesa no Paraná, bem como o livro didático adotado, optou-se pelos conteúdos que se seguem, pois acredita-se que ao serem trabalhados, proporcionarão ao nossos alunos o eficaz aprendizado da disciplina em questão.

2.2 - CONTEÚDOS POR ANO

2.2.1 - Ensino Fundamental: 6 ºAno

- Gêneros Textuais

Charge
Carta pessoal
Anedotas
Piadas
História em quadrinho
Resumo
Bilhete
Contos de fadas
Adivinhas
Cantigas de Roda
Cartão Postal
Exposição Oral
Parlendas
Provérbios
Quadrinhas
Trava-Línguas
Contos de Fadas
Fábulas
Lendas
Narrativas de Aventura
Narrativas de Humor
Narrativas Fantásticas
Poemas
Desenho Animado
E-mail

Marcas do Gênero

8. - Conteúdo Temático
   - Estilo
   - Elementos Composicionais
9. Esfera social de circulação
10. Suporte

- Práticas discursivas de:

LEITURA	ESCRITA	ORALIDADE
• Tema do texto; • Interlocutor; • Finalidade; • Aceitabilidade do texto; • Informatividade; • Discurso direto e indireto; • Elementos composicionais do gênero; • Léxico; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem.	• Tema do texto; • Interlocutor; • Finalidade do texto; • Informatividade; • Argumentatividade; • Discurso direto e indireto; • Elementos composicionais do gênero; • Divisão do texto em parágrafos; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem; • Processo de formação de palavras; • Acentuação gráfica; • Ortografia; • Concordância verbal/nominal.	• Tema do texto; • Finalidade; • Argumentatividade; • Papel do locutor e interlocutor; •Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos...; • Adequação do discurso ao gênero; • Turnos de fala; • Variações linguísticas; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos semânticos.

2.2.2- Ensino Fundamental: 7º Ano

- Gêneros Textuais

Charge
Carta pessoal
Crônica
Anedotas
Piadas
História em quadrinho
Resumo
Bilhete
Contos de fadas
Cartão Postal
Exposição Oral
Parlendas
Provérbios
Contos de Fadas
Fábulas
Lendas
Narrativas de Aventura
Narrativas de Humor
Narrativas Fantásticas
Poemas
Literatura de cordel
Desenho Animado
E-mail

11. Marcas do Gênero
12. - Conteúdo Temático
    - Estilo
    - Elementos Composicionais
13. Esfera social de circulação
14. Suporte

Práticas discursivas de:

LEITURA	ESCRITA	ORALIDADE
• Tema do texto; • Interlocutor; • Finalidade do texto; • Informatividade; • Aceitabilidade; • Situacionalidade; • Intertextualidade; • Informações explícitas e implícitas; • Discurso direto e indireto; • Elementos composicionais do gênero; • Repetição proposital de palavras; • Léxico; • Ambiguidade; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de	• Tema do texto; • Interlocutor; • Finalidade do texto; • Informatividade; • Discurso direto e indireto; • Elementos composicionais do gênero; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem; • Processo de formação de palavras; • Acentuação gráfica; • Ortografia; • Concordância verbal/nominal.	• Tema do texto; • Finalidade; • Papel do locutor e interlocutor; • Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos, etc; • Adequação do discurso ao gênero; • Turnos de fala; • Variações linguísticas; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição; • Semântica.

linguagem.		

2.2.3 - Ensino Fundamental: 8º Ano

- Gêneros Textuais

Charge
Cartum
Carta pessoal
Crônica
Anedotas
Piadas
História em quadrinho
Contos de fadas
Adivinhas
Lendas
Narrativas de Aventura
Narrativas de Humor
Narrativas Fantásticas
Narrativa de horror
Poemas
Desenho Animado
E-mail
Resumo
Conto
Tiras

15. Marcas do Gênero
16. - Conteúdo Temático
    - Estilo
    - Elementos Composicionais
17. Esfera social de circulação
18. Suporte

- Práticas discursivas de:

LEITURA	ESCRITA	ORALIDADE
Conteúdo temático; • Interlocutor; • Intencionalidade do texto; • Aceitabilidade do texto; • Informatividade; • Situacionalidade; • Intertextualidade; • Vozes sociais presentes no texto; •Elementos composicionais do gênero; •Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto; •Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito; • Semântica: - operadores argumentativos; - ambiguidade; - sentido conotativo e denotativo das palavras no	• Conteúdo temático; • Interlocutor; • Intencionalidade do texto; • Informatividade; • Situacionalidade; • Intertextualidade; •Vozes sociais presentes no texto; •Elementos composicionais do gênero; • Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito; • Concordância verbal e nominal; • Papel sintático e estilístico dos pronomes na organização, retomadas e sequenciação do texto; • Semântica: -operadores argumentativos;	• Conteúdo temático; • Finalidade; • Aceitabilidade do texto; • Informatividade; • Papel do locutor e interlocutor; •Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas ...; • Adequação do discurso ao gênero; • Turnos de fala; •Variações lingüísticas (lexicais, semânticas, prosódicas, entre outras); •Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição; • Elementos semânticos; • Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc);

texto; - expressões que denotam ironia e humor no texto.	- ambiguidade; - significado das palavras; -sentido conotativo e denotativo; - expressões que denotam ironia e humor no texto.	• Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

2.2.4 - Ensino Fundamental: 9º Ano

<u>- Gêneros Textuais</u>

Contos
Contos de Fadas Contemporâneos
Crônicas de Ficção
Haicai
Memórias
Letras de Músicas
Narrativas de Aventura
Narrativas de Enigma
Narrativas de Ficção Científica
Narrativas de Humor
Narrativas de Terror
Narrativas Fantásticas
Narrativas Míticas
Textos Dramáticos
Notícia
Reportagens
Resenha Crítica
Tiras
Resumo
Poemas
Anúncio
Cartazes
Comercial para TV
E-mail
Publicidade Comercial

19. Marcas do Gênero
20. - Conteúdo Temático
    - Estilo
    - Elementos Composicionais
21. Esfera social de circulação
22. Suporte

<u>- Práticas discursivas de:</u>

LEITURA	ESCRITA	ORALIDADE
• Conteúdo temático; • Interlocutor; • Intencionalidade do texto; • Aceitabilidade do texto; • Informatividade; • Situacionalidade; • Intertextualidade; • Temporalidade; • Discurso ideológico presente no texto;; •Vozes sociais presentes no texto; •Elementos composicionais do gênero; •Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;	• Conteúdo temático; • Interlocutor; • Intencionalidade do texto; • Informatividade; • Situacionalidade; • Intertextualidade; • Temporalidade; • Vozes sociais presentes no texto; • Elementos composicionais do gênero; • Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto; • Partículas conectivas do texto;	• Conteúdo temático ; • Finalidade; • Aceitabilidade do texto; • Informatividade; • Papel do locutor e interlocutor; • Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas ...; • Adequação do discurso ao gênero; • Turnos de fala; • Variações lingüísticas (lexicais, semânticas,

• Partículas conectivas do texto; •Progressão referencial no texto; •Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito; • Semântica: -operadores argumentativos; - polissemia; - sentido conotativo e denotativo; - expressões que denotam ironia e humor no texto.	•Progressão referencial no texto; coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito, etc.; •Sintaxe de concordância; • Sintaxe de regência; •Processo de formação de palavras; • Vícios de linguagem; • Semântica: -operadores argumentativos; - modalizadores; - polissemia.	prosódicas entre outras); • Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, conectivos; • Semântica; • Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc.); • Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

2.2.5- ENSINO MÉDIO

2.3 - CONTEÚDO ESTRUTURANTE

O conteúdo estruturante é o discurso como prática social que possibilitará saberes mais amplos da disciplina e que podem ser desdobrados nos conteúdos que fazem parte de um corpo estruturado de conhecimentos constituídos e acumulados historicamente. O texto não deve ser entendido como isolado em si mesmo e estático, ele é feito de sentidos entre interlocutores, pois é uma dimensão disciplinar da realidade, e é neste sentido que deve ser trabalhado, sempre com vista às necessidades dos alunos compreendê-lo como prática sócia.

l

Dessa forma, estabelecem-se como elementos indispensáveis, integradores e que estarão presentes em qualquer situação de interação do aluno seja em que prática for: conhecimentos lingüísticos, discursivos, culturais,etc.

Além disso, uma abordagem do discurso em sua totalidade será realizada e garantida através de atividades significativas se as práticas de leitura, escrita e oralidade, interagirem entre si e constituírem uma prática sócio-cultural, contribuindo, dessa forma, para com o aprimoramento da competência lingüística dos nossos estudantes.

2.4 - CONTEÚDOS BÁSICOS

Ensino Médio: 1º Ano

<u>- Gêneros Textuais</u>

Autobiografia	Paródias	Diálogo/Discussão
Biografias	Poemas	Argumentativa
Haicai	Romances	Exposição Oral
Letras de Músicas	Textos Dramáticos	Palestra
Narrativas de Aventura	Cartazes	Pesquisas
Narrativas de Enigma	Debate Regrado	Relato Histórico
Narrativas de Ficção		Resumo

Texto Argumentativo
Texto de Opinião
Carta ao Leitor
Carta do Leitor
Cartum
Charge
Classificados
Crônica Jornalística
Editorial
Entrevista (oral e escrita)
Fotos
Horóscopo
Manchete
Notícia
Reportagens
Sinopses de Filmes
Carta de Solicitação
Bulas
Placas
Regras de Jogo
Rótulos/Embalagens
E-mail
Filmes
Telenovelas
Torpedos

23.

24. Ensino Médio: 2º Ano

25. Contos Contemporâneos
26. Crônicas de Ficção
27. Letras de Músicas
28. Narrativas de Aventura
29. Poemas
30. Romances
31. Textos Dramáticos
32. Diálogo/Discussão Argumentativa
33. Exposição Oral
34. Palestra
35. Pesquisas
36. Relato Histórico
37. Resumo
38. Texto Argumentativo
39. Texto de Opinião
40. Artigo de Opinião
41. Carta ao Leitor
42. Carta do Leitor
43. Cartum
44. Charge
45. Classificados
46. Crônica Jornalística
47. Entrevista (oral e escrita)
48. Fotos
49. Horóscopo
50.
51. Manchete
52. Notícia
53. Reportagens
54. Sinopses de Filmes
55. Carta de Reclamação
56. Carta de Solicitação
57. Placas
58. E-mail
59. Filmes

60. Ensino Médio: 3º Ano

Contos Contemporâneos
Letras de Músicas
Narrativas de Ficção Científica
Paródias
Poemas
Romances
Textos Dramáticos
Debate Regrado
Diálogo/Discussão Argumentativa
Exposição Oral
Júri Simulado
Palestra
Relato Histórico
Resenha
Seminário
Texto Argumentativo
Texto de Opinião
Anúncio de Emprego
Artigo de Opinião
Carta ao Leitor
Carta do Leitor
Cartum
Charge
Crônica Jornalística
Editorial
Entrevista (oral e escrita)
Fotos
Infográfico
Manchete
Resenha Crítica
Carta de Emprego
Carta de Reclamação
Carta de Solicitação
Discurso Político “de Palanque”
Manifesto
Bulas
Manual Técnico
E-mail
Filmes
Torpedos
Vídeo Clip
Vídeo Conferência
Ofício
Regimentos
Requerimentos

61.
62. Marcas do Gênero
63.
- Conteúdo Temático
- Estilo

- Elementos Composicionais

64. Esfera social de circulação
65. Suporte

A prática de análise linguística constitui um trabalho de reflexão sobre a organização do texto escrito e/ou falado, um trabalho no qual o aluno percebe o texto como resultado de opções temáticas e estruturais feitas pelo autor, tendo em vista o seu interlocutor. Sob essa ótica, o texto deixa de ser pretexto para se estudar a nomenclatura gramatical e a sua construção passa a ser o objeto de ensino.

Assim, o trabalho com a gramática deixa de ser visto a partir de exercícios tradicionais, e passa a implicar que o aluno compreenda o que seja um bom texto, como é organizado, como os elementos gramaticais ligam palavras, frases, parágrafos, retomando ou avançando ideias defendidas pelo autor, além disso, o aluno refletirá e analisará a adequação do discurso considerando o destinatário e o contexto de produção e os efeitos de sentidos provocados pelos recursos linguísticos utilizados no texto.

<u>- Práticas discursivas de:</u>

LEITURA	ESCRITA	ORALIDADE
• Conteúdo temático; • Interlocutor; • Finalidade do texto ; • Intencionalidade; • Aceitabilidade do texto; • Informatividade; • Situacionalidade; • Intertextualidade; • Temporalidade; • Vozes sociais presentes no texto; • Discurso ideológico presente no texto; • Elementos composicionais do gênero; • Contexto de produção da obra literária; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito; • Progressão referencial; • Partículas conectivas do texto; • Relação de causa e consequência entre partes e elementos do texto;	• Conteúdo temático; • Interlocutor; • Finalidade do texto; • Intencionalidade; • Informatividade; • Situacionalidade; • Intertextualidade; • Temporalidade; • Referência textual; • Vozes sociais presentes no texto; • Ideologia presente no texto; • Elementos composicionais do gênero; • Progressão referencial; • Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto; - operadores argumentativos; - modalizadores; - figuras de linguagem; • Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, conectores, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito, etc.;	• Conteúdo temático; • Finalidade; • Intencionalidade; • Aceitabilidade do texto; • Informatividade; • Papel do locutor e interlocutor; • Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas ...; • Adequação do discurso ao gênero; • Turnos de fala; • Variações lingüísticas (lexicais, semânticas, prosódicas, entre outras); • Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição; • Elementos semânticos; • Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc.); • Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

• Semântica: - operadores argumentativos; - modalizadores; - figuras de linguagem; - sentido conotativo e denotativo.	• Vícios de linguagem; • Sintaxe de concordância; • Sintaxe de regência.	

3 – METODOLOGIA

Refletir sobre o ensino da Língua e da Literatura implica pensar também as contradições, as diferenças e os paradoxos do quadro complexo da contemporaneidade. Mesmo vivendo numa época denominada “era da informação”, a qual possibilita acesso rápido à leitura de uma gama imensurável de informações, convivemos com o índice crescente de analfabetismo funcional, e os resultados das avaliações educacionais revelam baixo desempenho do aluno em relação à compreensão dos textos que lê.

O ensino de Língua Portuguesa seguiu, e em alguns contextos ainda segue, uma concepção de linguagem que não privilegia, no processo de aquisição e no aprimoramento da língua materna, a história, o sujeito e o contexto, como destaca Travaglia (2000), pautando-se no repasse de regras e na mera nomenclatura da gramática tradicional.

A atitude normativista fundamenta-se em teorias que têm pouco a dizer sobre a noção de discurso, porque trabalha com frases ou palavras isoladas do contexto de atividade humana, local de sua gênese. A ênfase na norma gramatical e na historiografia literária decorre de uma mesma concepção de Língua e Literatura, identificada já no Renascimento. Tratou-se de um período de ruptura definitiva entre a escrita e a oralidade (a invenção da imprensa consolidou a supremacia da escrita, como se ela fosse a língua, reforçando ainda mais a língua como instrumento de poder). Além disso, a visão de literatura baseava-se no conceito de modelo originado da pedagogia greco-latina, que buscava moldar o educando a uma realidade ideal encontrada nos clássicos da literatura (FREDERICO & OSAKABE, 2004).

A concepção de ensino da linguagem adotada pelo estado do Paraná propõe que a linguagem que não se fecha “na sua condição de sistema de formas (...), mas abre-se para a sua condição de atividade e acontecimento social, portanto estratificada pelos valores ideológicos” (RODRIGUES, 2005, p. 156). Nesse sentido, a linguagem é vista como fenômeno social, pois nasce da necessidade de interação (política, social, econômica) entre os homens.

É a partir das experiências dos alunos que a Língua se transforma em objeto de reflexão, tendo em vista o resultado de sua produção oral ou escrita ou de sua leitura. Trabalhando dessa forma, valoriza-se os alunos enquanto sujeitos da linguagem, os quais selecionam os recursos mais coerentes para interpretar, no caso da leitura, e para significar, quando produzem seu texto oral ou escrito.

A racionalidade não se exercita com a escrita como acreditam algumas pessoas, devemos considerar a língua em sua perspectiva histórica e social, e isso pode ser realizado

através de situações reais do uso da língua, valorizando a produção de discursos nos quais o aluno realmente se constitua como sujeito do processo interativo.

Se a escola é democrática deve garantir a socialização do conhecimento a toda a comunidade escolar, não faz sentido a exclusão de alunos do processo, com a justificativa de que falam errado ou não sabem se expressar, o que deve acorrer é a utilização dos conhecimentos linguísticos dos alunos como ponto de partida e promover situações que os incentivem a falar.

O espaço escolar, então, deve propiciar e promover atividades que possibilitem ao aluno tornar-se um falante cada vez mais ativo e competente, capaz de compreender os discursos dos outros e de organizar os seus de forma clara, coesa e coerente.

A reflexão permanente sobre a linguagem abre espaço para os alunos serem operadores textuais. Ela tanto vai abordar as variações linguísticas que caracterizam a linguagem na manifestação verbal dos diferentes grupos sociais dos falantes, como possibilitará aos alunos a reflexão sobre a organização estrutural da linguagem verbal. O professor além de se preocupar em mostrar para os alunos gêneros variados mostrará também que determinados usos linguísticos válidos para um nível informal do discurso podem não ser válidos para um discurso mais formal.

Por isso é de grande importância as experiências e os conhecimentos prévios do leitor na sua prática de leitura, pois é neles que o leitor procura pistas, formula e reformula hipóteses, aceita ou rejeita conclusões. Se somos aquilo que vemos, ouvimos, lemos ou vivenciamos a leitura deve ser entendida como um processo de produção de sentido que se dá a partir de interações, relações sociais ou relações dialógicas que acontecem entre o leitor e o texto.

Ocorre então um diálogo entre o que o leitor já vivenciou ou leu anteriormente e o que está lendo, há então uma intertextualidade. Assim, um texto leva a outro texto, mas leva também ao desejo que convocado pelo texto, participa da elaboração dos significados, confrontando o texto lido com o saber que é seu, com a sua experiência de vida.

O trabalho realizado com textos literários ou não, podem constituir bons motivos para aprimorar a reflexão e fazer proliferar o pensamento. Ressalte-se ainda, a oportunidade que os textos literários dão aos seus leitores de escapar do realismo do dia-a-dia movimentando-os pelo tempo do imaginário.

É necessário oferecer ao aluno não só a leitura de textos os quais ele já tenha assimilado devido à vivencia, como também a leitura de outros mais difíceis, que impliquem o desenvolvimento de novas estratégias mediadas pelo professor. O professor deve propiciar momentos em que os alunos possam estar realizando atividades orais de forma silenciosa ou em voz audível em sala de aula e posteriormente em atividades extraclasse.

O texto literário deve ser trabalhado de forma que leve os alunos à reflexão e à libertação, evitando portanto, as práticas tradicionais nas quais os professores e alunos ficavam presos a mera historiografia literária e preocupados com biografias e listas das principais obras dos autores. A escolha dos textos a serem lidos ficará a critério do professor que deve ser um leitor incansável para poder selecionar o material a ser lido e trabalhado em sala de aula. Ao se deter com os alunos na interpretação dos textos selecionados, o professor saberá que, em Literatura, toda interpretação não se reduz a uma questão de verdade ou falsidade, mas a uma contínua construção de consistência argumentativa na ordem do discurso e isso leva a proliferação de pensamento.

Pensadas desta maneira, as aulas de Literatura, embora tenham um curso planejado pelo professor, estarão abertas a mudanças súbitas do seu rumo, atendendo às reações do alunado, incorporando suas idéias e as relações textuais por eles estabelecidas, ou seja, experiências vividas pelos alunos que queiram compartilhar.

Esse trabalho potencializa uma prática diferenciada com os conteúdos estruturantes – oralidade, leitura e escrita – e se constitui num forte influxo capaz de aprimorar o pensamento trazendo sabor ao saber. As atividades devem ser desenvolvidas de maneira prazerosa tanto

para os alunos quanto para o professor que deve ser leitor assíduo de textos deste gênero, podendo ser ela realizada em sala de aula e posterior reflexão, compreensão, interpretação, em casa com posterior relato oral ou por escrito em forma de resumo ou resenha.

Valendo-se dos meios de que dispõe, os professores de Língua Portuguesa e Literatura serão capazes de aperfeiçoar a expressão e a compreensão de seus alunos, permitindo que o alunos façam suas própria escolhas ante as oportunidades que a vida colocar na sua frente, pois esse professor educa para criatividade e para liberdade.

Com relação à escrita as condições em que a produção acontece é que determinam o texto (quem escreve, o que, para quem, para que, quando, onde e como escreve). Além disso, cada gênero textual tem suas peculiaridades. Por outro lado, é preciso que os alunos se envolvam com os textos que produzem, assumindo de fato a autoria do que escrevem. Pois ao se perceber autor o aluno poderá aprimorar sua condição de escritor. A capacidade de escrita, criatividade e outros fatores comumente relacionados ao ato de escrever, só se aprende na prática da escrita em suas diferentes modalidades. Isso significa, como já se disse a respeito da leitura, o contato do aluno com a produção escrita de diferentes tipos de textos, a partir das experiências sociais que todos vivem, tanto pessoal quanto profissionalmente.

A produção de texto possibilita a professores e alunos momentos de grande crescimento, tais como: Motivação para escrever; reflexão sobre o que está escrevendo; revisão; reestruturação e reescrita do texto, por isso mesmo estas devem ser relevantes, embasadas em leituras já realizadas para que o alunos possam enfim tomar decisões, criticar, elogiar, pedir providências dependendo da atividade proposta pelo professor e devidamente avaliadas.

Nessa perspectiva, as aulas de Língua Portuguesa possibilitam aos alunos a ampliação do uso das linguagens verbais e não verbais através do contato direto com os textos dos mais variados gêneros, produzidos pelas necessidades humanas. Acrescente-se a isso que o fato de a Língua ser o meio e o suporte de outros conhecimentos isso torna o professor de Língua Portuguesa um agente eficaz, propiciador das relações inter e multidisciplinares.

As dificuldades de aprendizagem apresentadas por alguns alunos sejam elas leves ou transitórias que podem ser passíveis das estratégias metodológicas utilizadas, cotidianamente, até situações mais graves e permanentes que requerem a utilização de recursos e serviços especializados para sua superação.

Para solucionar alguns problemas encontrados neste tipo de situação faz-se necessário algumas adequações como a flexibilização curricular que pode configurar poucas ou variadas modificações no fazer pedagógico, visando remover barreiras que impedem a aprendizagem e a participação dos alunos que apresentam dificuldades em seu processo de aprendizagem, lembrando que adaptar não é recortar conteúdos, porque o que recortamos são possibilidades para o futuro.

Quando nos Conteúdos houve oportunidade e nos projetos contínuos da escola surgir a possibilidade de discussões e pesquisa sobre História e Cultura Afro Brasileira e Cultura Indígena, haverá esse compromisso de todas as disciplinas. Assim faremos cumprir a Lei 11.645/08, que determina a inclusão das temáticas “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial da rede de ensino. Abrangendo de forma geral todas as ciências e valorizando as diversas culturas as abordagens serão de forma dialógica e privilegiando a história construída (crenças, costumes, tradições e contribuições.

Outros conteúdos obrigatórios contemplados pela disciplina de Língua Portuguesa serão:

66. Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana;
67. Educação Ambiental (Lei 9795/99) Dec.4201/02;
68. Educação Fiscal;
69. Enfretamento à violência contra a Criança e ao Adolescente (Lei Federal nº 11525/07;

70. Educação Tributária Dec. nº1143/99, portaria nº 413/02.

4- CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO ESPECÍFICOS DA DISCIPLINA

A avaliação deve ser parte integrante do processo de aprendizagem e contribuir para a construção de saberes. Cabe ao professor saber valorizar o saber que o aluno já carrega, e a partir dele possibilitar o aprendizado e consequentemente outros saberes de forma contínua e cumulativa.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional aprovada em 1996, determina que a avaliação seja contínua e cumulativa e que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos.

Quando se reconhece a linguagem como um processo dialógico, discursivo, a avaliação precisa ser analisado sob novos parâmetros, precisa dar ao professor pistas concretas do caminho que o aluno está trilhando para aprimorar sua capacidade lingüística e discursiva em práticas de oralidade, leitura e escrita.

A oralidade será avaliada, em função da adequação do discurso ou textos aos diferentes interlocutores e situações. Num seminário, num debate, numa troca informal de idéias, numa entrevista, numa contação de histórias, as exigências de adequação da fala são diferentes, e isso dever ser considerado numa análise da produção de texto oral dos estudantes, esta poderá ocorrer através de debates, verbalização de obras literárias, argumentação de problemas em sala de aula, apresentação de trabalhos expositivos, entre outros.

A avaliação da leitura deve considerar as estratégias que os estudantes empregam no decorrer da leitura, a compreensão do texto lido, sempre considerando as diferenças de leitura de mundo e repertório de experiências dos alunos e poderá ser avaliada através de interpretações orais ou escritas e contextualização das mesmas com a sociedade em que vivem.

Em relação à escrita, retomamos o que já se disse: o que determina a adequação do texto escrito são as circunstâncias de sua produção e o resultado dessa ação. É a partir daí que o texto escrito será avaliado nos seus aspectos textuais e gramaticais. Tal como na oralidade, o aluno precisa, também aqui, posiciona-se como avaliador tanto dos textos que o rodeiam quanto do seu próprio texto, no caso da avaliação escrita esta pode ser avaliada através de interpretação de texto discursiva e produção de textos de diversos gêneros.

A recuperação de estudos deve acontecer a partir de uma lógica simples: os conteúdos selecionados para o ensino são importantes para a formação do aluno, então, é preciso investir em todas as estratégias e recursos possíveis para que ele aprenda. A recuperação é justamente isso: o esforço de retomar, de voltar ao conteúdo, de modificar os

encaminhamentos metodológicos, para assegurar a possibilidade de aprendizagem. Nesse sentido, a recuperação da nota é simples decorrência da recuperação de conteúdo.

Para que a avaliação ocorra da forma citada, é necessário que o professor perceba em suas práticas diárias a melhor maneira de estar oportunizando à sua clientela que é formada por indivíduos únicos, diferentes maneiras de avaliação .

Além de ser útil para a verificação da aprendizagem dos alunos, a avaliação deve servir, principalmente, para que o professor repense a sua metodologia e planeje as suas aulas de acordo com as necessidades de seus alunos. É através dela que é possível perceber quais são os conhecimentos — lingüísticos, discursivos, sócio-pragmáticos ou culturais - e as práticas - leitura, escrita ou oralidade - que ainda não foram suficientemente trabalhados e que precisam ser abordados mais exaustivamente para garantir a efetiva interação do aluno com os discursos em língua portuguesa.

5- REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Lei Nº 11.645, de 10 Março de 2008 .

_____. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. In: BRASIL/MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

LUCKESI, Carlos C. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem? Revista Pátio, ano 3 , nº12, Fev./Abr – 2000. Ed. Artmed.

LUCKESI, Cipriano. Avaliação: Otimização do Autoritarismo. Equívocos Teóricos na prática educacional, Rio de Janeiro, ABT, 1984.

_____. Avaliação da Aprendizagem Escolar. Apontamentos sobre a pedagogia do exame. Revista de Tecnologia Educativa, ABT ano XX, nº 101, jul/ago, 1991.

_____. In PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e; “Ensino de Língua Inglesa. Reflexões e Experiências”. Ed. Pontes.1996.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação – SEED. Diretrizes curriculares de Língua Portuguesa para a Educação Básica. Curitiba, 2008.

CEREJA, William Roberto, Thereza Cochar Magalhães. Português: Linguagens, 5ª, 6ª,7ª e 8ª séries: Língua Portuguesa.- 2ªed.- São Paulo: Atual, 2007.

COLETÂNEA – textos extraídos de revistas: Isto é, Veja etc; livros de poesias, fotos, internet, etc.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação – SEED . Orientações curriculares – Língua Portuguesa– Departamento de Ensino Fundamental. 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação – SEED. Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a construção de Currículos Inclusivos – Departamento de Educação Especial.

BIÁCIO, COLÉGIO EST. PROF. JAELSON. Projeto Político Pedagógico. Campo Mourão – Piquirivai, 2009.
BIÁCIO, COLÉGIO EST. PROF. JAELSON. Regimento Escolar. Campo Mourão – Piquirivai, 2009.

COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO PROFESSOR JAELSON BIÁCIO - PIQUIRIVAÍ
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

Disciplina: MATEMÁTICA

CAMPO MOURÃO – 2011

1. APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A tendência histórico-crítica concebe a matemática como um saber vivo, dinâmico, construído historicamente para atender as necessidades sociais e teóricas. A aprendizagem matemática consiste no desenvolvimento de estratégias que possibilitem ao aluno atribuir sentido e significado às idéias tornando-se capaz de estabelecer relações, justificar, analisar, discutir e criar.

Os objetivos básicos da educação matemática visam desenvolvê-la enquanto campo de investigação e de produção de conhecimento. Este campo de investigação prevê a formação de um estudante crítico capaz de agir com autonomia nas reais relações sociais e para isso, é necessário que ele se aproprie de conhecimentos, dentre eles, o matemático.

O ensino da matemática tratará a construção do conhecimento matemático, por meio de uma visão histórica em que os conceitos foram apresentados, discutidos, construídos e reconstruídos influenciando na formação do pensamento humano.

Ensina-se matemática não somente por sua beleza ou pela consistência de suas teorias, mas também para que, a partir dela, o homem amplie seu conhecimento e, por conseguinte, contribua para o desenvolvimento da sociedade.

Portanto, é necessário que o processo ensino-aprendizagem em matemática contribua para que o estudante tenha condições de constatar regularidades matemáticas, generalizações e apropriação de linguagem adequada para descrever e interpretar fenômenos ligados à matemática e a outras áreas do conhecimento.

2. OBJETIVO GERAL

O ensino de matemática do ensino fundamental e ensino médio deve levar ao aluno a:

1- Adotar uma atitude positiva em relação à matemática, ou seja, desenvolver sua capacidade de “fazer matemática” construindo conceitos e procedimentos, formulando e resolvendo problemas por si mesmo e, assim, aumentar sua auto-estima e perseverança na busca de soluções para um problema;

2- Perceber que os conceitos e procedimentos matemáticos são úteis para compreender o mundo e, compreendendo-o poder atuar melhor nele;

3- Pensar logicamente, relacionando idéias, descobrindo regularidades e padrões, Estimulando sua curiosidade, seu espírito de investigação e sua criatividade na solução de problemas;

4- Observar sistematicamente a presença da matemática no dia-a-dia (quantidades, números, formas geométricas, simetrias, grandezas e medidas, tabelas e gráficos, “previsões”, etc.);

5- Formular e resolver situações problema. Para isso o aluno deverá ser capaz de elaborar planos e estratégias para a solução do problema, desenvolvendo várias formas de raciocínio, executando esses planos e essas estratégias com procedimentos adequados;

6- Integrar os vários eixos da matemática (números e operações, geometria, grandezas e medidas, raciocínio combinatório, estatística e probabilidade) entre si e com outras áreas do conhecimento;

7- Contribuir para a integração do aluno na sociedade em que vive, proporcionando-lhe conhecimento básico da teoria e prática da matemática;

3. CONTEÚDOS

3.1 – CONTEÚDOS ESTRUTURANTES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

- Números e álgebra
- Operações
- Grandezas e Medidas
- Geometria
- Tratamento da informação

6º ANO

Conteúdos básicos:
NÚMEROS E OPERAÇÕES
Sistema de numeração
As operações fundamentais (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação)
Pré álgebra – generalização da aritmética
GRANDEZAS E MEDIDAS
Unidades de Medidas
GEOMETRIA
Plano, Ponto, Reta
TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Números decimais e racionais

AVALIAÇÃO:

O PROFESSOR ESPERA QUE O ALUNO SEJA CAPAZ DE:
• Conhecer os diferentes sistemas de numeração;
• Identifique o conjunto dos naturais, comparando e reconhecendo seus elementos;
• Realize operações com números naturais;
• Expresse matematicamente, oral ou por escrito, situações problema que envolvam (as) operações com números naturais;
• Estabeleça relação de igualdade e transformação entre: fração e número decimal; fração e número misto;
• Reconheça o MMC e MDC entre dois ou mais números naturais;
• Reconheça as potências como multiplicação de mesmo fator e a radiciação como sua operação inversa;
• Relacione as potências e as raízes quadradas e cúbicas com padrões numéricos e geométricos.
• Identifique o metro como unidade padrão de medida de comprimento;
• Reconheça e compreenda os diversos sistemas de medidas;
• Opere com múltiplos e submúltiplos do quilograma;
• Calcule o perímetro usando unidades de medida padronizadas;
• Compreenda e utilize o metro cúbico como padrão de medida de volume;
• Realize transformações de unidades de medida de tempo envolvendo seus múltiplos e submúltiplos;
• Reconheça e classifique ângulos (retos, agudos e obtusos);
• Relacione a evolução do Sistema Monetário Brasileiro com os demais sistemas mundiais;

• Calcule a área de uma superfície usando unidades de medida de superfície padronizada;
• Reconheça e represente ponto, reta, plano, semi-reta e segmento de reta;
• Conceitue e classifique polígonos;
• Identifique corpos redondos;
• Identifique e relacione os elementos geométricos que envolvem o cálculo de área e perímetro de diferentes figuras planas;
• Diferencie círculo e circunferência, identificando seus elementos;
• Reconheça os sólidos geométricos em sua forma planificada e seus elementos.

7º ANO

Conteúdos Básicos:
NÚMEROS E OPERAÇÕES
Potências e Raízes, Conjunto dos Números Inteiros, Equações, Ângulos, Razões e Proporções
GRANDEZAS E MEDIDAS
Algumas unidades de medida
Medidas de volume
GEOMETRIA
Formas geométricas espaciais
Ângulos
Polígonos
TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Gráficos e tabelas
Construção de gráfico de setores
Média aritmética
Média ponderada
Probabilidade

AVALIAÇÃO:

O PROFESSOR ESPERA QUE O ALUNO SEJA CAPAZ DE:
• Interprete e identifique os diferentes tipos de gráficos e compilação de dados, sendo capaz de fazer a leitura desses recursos nas diversas formas em que se apresentam;
• Resolva situações problema que envolvam porcentagem e relacione-as com os números na forma decimal e fracionária.
• Reconheça números inteiros em diferentes contextos;
• Realize operações com números inteiros;
• Reconheça números racionais em diferentes contextos;
• Realize operações com números racionais;
• Compreenda o princípio de equivalência da igualdade e desigualdade;
• Compreenda o conceito de incógnita;
• Utilize e interprete a linguagem algébrica para expressar valores numéricos através de incógnitas;
• Compreenda a razão como uma comparação entre duas grandezas numa ordem determinada e a proporção como uma igualdade entre duas razões;
• Reconheça sucessões de grandezas direta e inversamente proporcionais;
• Resolva situações problema aplicando regra de três simples.
• Compreenda as medidas de temperatura em diferentes contextos;
• Compreenda o conceito de ângulo;

• Classifique ângulos e faça uso do transferidor e esquadros para medi-los;
• Classifique e construa, a partir de figuras planas, sólidos geométricos;
• Compreenda noções topológicas através do conceito de interior, exterior, fronteira, vizinhança, conexidade, curvas e conjuntos abertos e fechados;
• Analise e interprete informações de pesquisas estatísticas;
• Leia, interprete, construa e analisem gráficos;
• Calcule a média aritmética e a moda de dados estatísticos;
• Resolva problemas envolvendo cálculo de juros simples.
• Extraia a raiz quadrada exata e aproximada de números racionais;
• Reconheça números irracionais em diferentes contextos;
• Realize operações com números irracionais;
• Compreenda, identifique e reconheça o número π (pi) como um número irracional especial;
• Compreenda o objetivo da notação científica e sua aplicação;
• Opere com sistema de equações do 1º grau;
• Identifique monômios e polinômios e efetue suas operações;
• Utilize as regras de Produtos Notáveis para resolver problemas que envolvam expressões algébricas.

8º ANO

Conteúdos Básicos:
NÚMEROS E ÁLGEBRA
Números Reais, Cálculo Algébrico, Polinômios, Equação do 1º Grau, Sistema de Equação do 1º Grau, Frações Algébricas
GRANDEZAS E MEDIDAS
Transformação de unidades
GEOMETRIA
Reta, Ponto e plano, Ângulos, Polígonos, Triângulos, Quadriláteros, Circunferência e Círculo.
TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Noções de Matemática Financeira

AVALIAÇÃO:
O PROFESSOR ESPERA QUE O ALUNO SEJA CAPAZ DE:
• Calcule o comprimento da circunferência;
• Calcule o comprimento e área de polígonos e círculo;
• Identifique ângulos formados entre retas paralelas interceptadas por transversal.
• Realize cálculo de área e volume de poliedros.
• Reconheça triângulos semelhantes;
• Identifique e some os ângulos internos de um triângulo e de polígonos regulares;
• Desenvolva a noção de paralelismo, trace e reconheça retas paralelas num plano;
• Compreenda o Sistema de Coordenadas Cartesianas, marque pontos, identifique os pares ordenados (abscissa e ordenada) e analise seus elementos sob diversos contextos;
• Conheça os fractais através da visualização e manipulação de materiais e discuta suas propriedades.
• Interprete e represente dados em diferentes gráficos;
• Utilize o conceito de amostra para levantamento de dados.

9º ANO

Conteúdos Básicos:
NÚMEROS E ÁLGEBRA
Potências e Radicais, equações do 2º grau
FUNÇÃO
Função do 1º Grau, Função do 2º Grau
GEOMETRIA
Segmentos proporcionais, Semelhança, relações métricas no triângulo retângulo, relações trigonométricas nos triângulos, circunferência e círculo, áreas de figuras geométricas planas.
TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Noções elementares de Estatística

AVALIAÇÃO:

O PROFESSOR ESPERA QUE O ALUNO SEJA CAPAZ DE:
• Opere com expoentes fracionários;
• Identifique a potência de expoente fracionário como um radical e aplique as propriedades para a sua simplificação;
• Extraia uma raiz usando fatoração;
• Identifique uma equação do 2º grau na forma completa e incompleta, reconhecendo seus elementos;
• Determine as raízes de uma equação do 2º grau utilizando diferentes processos;
• Interprete problemas em linguagem gráfica e algébrica;
• Identifique e resolva equações irracionais;
• Resolva equações biquadradas através das equações do 2ºgrau;
• Utilize a regra de três composta em situações problema.
• Conheça e aplique as relações métricas e trigonométricas no triângulo retângulo;
• Utilize o Teorema de Pitágoras na determinação das medidas dos lados de um triângulo retângulo;
• Expresse a dependência de uma variável em relação à outra;
• Reconheça uma função afim e sua representação gráfica, inclusive sua declividade em relação ao sinal da função;
• Relacione gráficos com tabelas que descrevem uma função;
• Reconheça a função quadrática e sua representação gráfica e associe a concavidade da parábola em relação ao sinal da função;
• Analise graficamente as funções afins;
• Analise graficamente as funções quadráticas.
• Verifique se dois polígonos são semelhantes, estabelecendo relações entre eles;
• Compreenda e utilize o conceito de semelhança de triângulos para resolver situações problemas;
• Conheça e aplique os critérios de semelhança dos triângulos;
• Aplique o Teorema de Tales em situações problemas;
• Noções básicas de geometria projetiva.
• Realize Cálculo da superfície e volume de poliedros.
• Desenvolva o raciocínio combinatório por meio de situações problema que envolvam contagens, aplicando o princípio multiplicativo;
• Descreva o espaço amostral em um experimento aleatório;
• Calcule as chances de ocorrência de um determinado evento;
• Resolva situações problema que envolvam cálculos de juros compostos.

3.1 – CONTEÚDOS ESTRUTURANTES PARA O ENSINO MÉDIO

- Números e álgebra
- Grandezas e Medidas
- Funções
- Tratamento da informação

1º ANO

Conteúdos básicos:

- Origem, definição e representação de conjuntos
- Subconjuntos
- Relação de Pertinência
- Classificação dos números
- Eixo real e intervalos reais
- Problemas do cotidiano
- Sistemas de coordenadas
- Conceito de função
- Estudos de sinais
- Análise gráfica
- Função de variável real
- Raiz de uma função
- Variação de uma função composição de funções
- Função de 1º e 2º graus
- Função Modular
- Função Logarítmica
- Progressões
- Educação Fiscal
- Inclusão
- Cultura Afro e Indígena

2º ANO

Conteúdos básicos:

4. Geometria Plana
5. Relações métricas no triângulo retângulo
6. Áreas: medidas de superfície
7. Trigonometria no triângulo retângulo
8. Matrizes
9. Estatística
10. Geometria espacial
11. Educação Fiscal
12. Inclusão
13. Cultura Afro e Indígena

3º ANO

Conteúdos básicos:

- Geometria analítica
- Geometria espacial
- Estatística
- Números complexos
- Polinômios

▪Matemática financeira
▪Educação Fiscal
▪Inclusão
▪Cultura Afro e Indígena

AVALIAÇÃO ENSINO MÉDIO:

Espera-se que o aluno:
• Amplie os conhecimentos sobre conjuntos numéricos e aplique em diferentes contextos;
• Compreenda os números complexos e suas operações;
• Conceitue e interprete matrizes e suas operações;
• Conheça e domine o conceito e as soluções de problemas que se realizam por meio de determinante;
• Identifique e realize operações com polinômios;
• Identifique e resolva equações, sistemas de equações e inequações, inclusive as exponenciais, logarítmicas e modulares.
• Perceba que as unidades de medidas são utilizadas para a determinação de diferentes grandezas e compreenda as relações matemáticas existentes nas suas unidades;
• Aplique a lei dos senos e a lei dos cossenos de um triângulo para determinar elementos desconhecidos.
• Identifique diferentes funções e realize cálculos envolvendo-as;
• Aplique os conhecimentos sobre funções para resolver situações problema;
• Realize análise gráfica de diferentes funções;
• Reconheça, nas sequências numéricas, particularidades que remetam ao conceito das progressões aritméticas e geométricas;
• Generalize cálculos para a determinação de termos de uma sequência numérica.
• Amplie e aprofunde os conhecimentos de geometria Plana e Espacial;
• Determine posições e medidas de elementos geométricos através da Geometria Analítica;
• Perceba a necessidade das geometrias não-euclidianas para a compreensão de conceitos geométricos, quando analisados em planos diferentes do plano de Euclides;
• Compreenda a necessidade das geometrias não-euclidianas para o avanço das teorias científicas;
• Articule ideias geométricas em planos de curvatura nula, positiva e negativa;
• Conheça os conceitos básicos da Geometria Elíptica, Hiperbólica e Fractal (Geometria da superfície esférica).
• Recolha, interprete e analise dados através de cálculos, permitindo-lhe uma leitura crítica dos mesmos;
• Realize cálculos utilizando Binômio de Newton;
• Compreenda a ideia de probabilidade;
• Realize estimativas, conjecturas a respeito de dados e informações estatísticas;
• Compreenda a Matemática Financeira aplicada ao diversos ramos da atividade humana;
• Perceba, através da leitura, a construção e interpretação de gráficos, a transição da álgebra para a representação gráfica e vice-versa.

4. METODOLOGIA

O professor deverá abordar os conteúdos matemáticos a partir da resolução de problemas, meio pelo qual, o estudante terá a oportunidade de aplicar os conhecimentos previamente adquiridos em novas situações.

As situações problemas devem estar relacionadas à vivência do aluno, tornando o aprendizado significativo para o aluno, levando-o a sentir que é importante saber aquilo para sua vida em sociedade e para entender o mundo em que vive.

Utilizar a história da matemática como elemento orientador na elaboração das atividades, na criação de situações-problema, possibilitando o levantamento e a discussão das razões para a aceitação de certos fatos, raciocínios e procedimentos por parte do estudante.

Comparar a matemática de diferentes períodos da história e de diferentes culturas.

Os conteúdos serão desenvolvidos através de aulas expositivas, debates e seminários, com uso de quadro, giz, lápis e papel, permitindo o uso adequado das mídias tecnológicas, pois elas ampliam as possibilidades de observação e investigação.

Serão utilizados jogos como outros recursos didáticos, pois eles levam o aluno a desempenhar um papel ativo na construção de seu conhecimento.

As metodologias de ensino deverão ser amplas, flexíveis e abertas para atender os educandos com necessidades especiais.

Trabalhar os conteúdos abordando a cultura afro e indígena conforme a Lei nº 11645.

Promover a integração dos educandos com necessidades especiais, procurando valorizar suas habilidades e propiciar seu desenvolvimento bem como sua socialização com os demais alunos.

Os conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena (Lei nº 11.645/08); Educação Fiscal e Educação Tributária (Dec. nº 1.143/99) serão abordados de forma contextualizada e relacionadas aos conteúdos de ensino de Matemática, sempre que for possível a articulação entre os mesmos.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação tem um papel de mediação no processo ensino-aprendizagem, ou seja, ensino aprendizagem e avaliação devem ser vistos como integrantes de um mesmo sistema. Cabe ao professor buscar diversos métodos avaliativos, incluindo o uso de materiais manipuláveis.

Como prática avaliativa pressupõe discussões dos processos de ensino e da aprendizagem caracterizadas pela reflexão sobre a formação do aluno enquanto cidadão atuante numa sociedade que agrega problemas complexos.

A avaliação dever ser contínua, formativa e emancipatória, na perspectiva do desenvolvimento integral do aluno.

A avaliação no ensino da matemática deve contemplar os diferentes momentos do processo ensino-aprendizagem, e sendo coerente com a proposta pedagógica da escola e com a metodologia utilizada pelo professor, portanto deve servir como instrumento que orienta a prática do professor e possibilita ao aluno rever sua forma de estudar.

A avaliação será feita por meio de provas, trabalhos individuais e em grupos e através do acompanhamento das atividades, no dia-a-dia dos alunos, especialmente nas aulas que dão oportunidade de participação, nas quais o aluno pergunta, emite opiniões,

Levanta hipóteses, constrói novos conceitos e busca novas informações. Além disso, é possível observar nas atividades dos alunos à responsabilidade, a cooperação, a organização e outros métodos de agir. A observação permite ao professor obter informações sobre as habilidades cognitivas, as atitudes e os procedimentos dos alunos, em situações naturais e espontâneas.

Alguns critérios de avaliação devem orientar as atividades propostas pelo professor. Essas práticas devem possibilitar ao professor verificar se os alunos:

- Comunica-se matematicamente, oral ou por escrito (Buriasco, 2004);
- Compreende por meio da leitura o problema matemático;
- Elabora um plano que possibilite a solução do problema;
- Encontra meios diversos para a solução de um problema.

A avaliação terá como um de seus objetivos contribuir para inclusão social de todos que fazem parte do processo educativo. Será realizada de forma contínua, durante atividades individuais e em grupo, possibilitando aos alunos aprenderem lidarem e respeitarem as diferenças individuais; tendo oportunidades de praticarem e partilharem as aprendizagens, levando-os a diminuição da ansiedade face aos fracassos e insucessos, a compreensão e aceitação dos outros, ao reconhecimento das necessidades e capacidades um do outro, desenvolvendo o respeito e ajuda mútua.

▪REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOYER, C. B. Historia da Matemática. São Paulo: Edgard Blücher, 1996.

CARAÇA, Bento de Jesus. Conceitos Fundamentais da matemática. São Paulo: Editora Gradiva,2005.

DANTE, L. R. Didática da Resolução de Problemas. São Paulo: Ática, 1989.

DANTE, L. R. Matemática : Ensino Médio, volume único. São Paulo: Ática, 2009.
DULCE, Iracema – Idéias e Desafios – Editora Saraiva – 7ª serie.

GIOVANI & GIOVANI JUNIOR – A Conquista da Matemática .São Paulo: Editora FTD, 2003.

IMENES & LELLIS – Matemática – Editora Scipione - 7 ª Serie.

KRULIK, Stephen, REYS, Roberte. A resolução de problemas na matemática escolar. São Paulo: Editora Atual, 1997.

LINS, Rômulo Campos, GIMENEZ, Joaquim. Perspectivas em Aritmética e Álgebra para o século XXI. Campinas: 2005.

LONGEN, Adilson. Matemática: Ensino Médio. Curitiba: Editora Positivo, 2004.

PAIVA, Manoel . Matemática: Volume Único. São Paulo: Editora Moderna, 2003.

PARANA. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Ensino de Primeiro Grau. Currículo Básico para a Escola Publica do Paraná. Curitiba: SEED/DEPG, 1990.

PARANA. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretrizes Curriculares de Matemática. Curitiba: SEED/SUED,2006.

PARANA. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretrizes Curriculares para a Construção dos Currículos Inclusivos. Curitiba: SEED/SUED, 2006.

SOUZA, Joamir; PATARO, Patrícia Moreno, Vontade de saber matemática. São Paulo: Editora FTD, 2009.

COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO PROFESSOR JAELSON BIÁCIO
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

DISCIPLINA: QUÍMICA

CAMPO MOURÃO - 2011

1. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE QUÍMICA

A Química se faz presente no processo de desenvolvimento, desde a Antiguidade com o início das operações metalúrgicas, reconhecendo ouro e cobre, bem como suas ligas e técnicas de fundição, uso do bronze, obtenção do mercúrio e cunhagem de moedas.

Marcando o início da era Cristã, os conhecimentos químicos baseavam-se na busca da pedra filosofal e do elixir da longa vida, descobrindo através deste estudo novas substâncias e aperfeiçoando as técnicas metalúrgicas e laboratoriais.

A partir do ano de 1400, substâncias inorgânicas são introduzidas no tratamento de doenças, principalmente em combate a peste negra, surgida no final do feudalismo devido a aglomerações urbanas emergentes, pelas péssimas condições de higiene, pela fome, gerando um desequilíbrio demográfico e problemas relacionados ao trabalho que também se modificava estruturalmente.

Ao estudar a historia da ciência Química, encontramos a contribuição de vários cientistas, dentre os quais se pode citar: Lavoisier, o qual propôs uma linguagem universal química, originando uma nova fase, seguido por: Liebig responsável por fundar a primeira escola de formação de químicos; Mendeleiev o qual desenvolveu usando a periodicidade de propriedades em função de suas massas atômicas e observando as propriedades físicas e químicas dos elementos, uma tabela com a qual chegou a prever propriedades de elementos desconhecidos e que hoje encontram-se dispostos nesta tabela que foi denominada Tabela Periódica dos Elementos Químicos, a qual atualmente é organizada em ordem crescente de número atômico segundo Moseley (COVRE, 2001); em 1865, Kekulé estabelece a fórmula estrutural do benzeno; Pasteur aplica os conhecimentos químicos à Biologia, Medicina, Agronomia e Veterinária; Pauling é o responsável por desenvolver o estudo das propriedades químicas através de suas estruturas moleculares.

Entre o século XVI e XVII, as práticas químicas foram condenadas pela Igreja. No entanto, com a expansão da indústria, do comércio, da navegação e técnicas militares na Europa, foi dado maior incentivo a essa Ciência. Mas foi no século XIX o período em que a Química se consolidou como ciência moderna, superando a teoria da Força Vital, onde por meio de pesquisas e descobertas muitas contribuições foram alcançadas pela humanidade, dentre as quais estão a descobertas de polímeros; melhores esclarecimentos quanto à constituição e formação de moléculas, o que ajudou a decifrar o código genético; o estudo da radioterapia e aplicação na saúde; a ampliação de uso e eficiência dos sistemas de computação; a produção de novos polímeros e a sua introdução no cotidiano das pessoas.

No decorrer da história, o Brasil sofreu influência europeia, no que diz respeito à educação, sendo que as primeiras atividades educacionais estavam baseadas em documentos que eram produzidos em Portugal e França.

Passado um longo período, as ciências iam ganhando espaço no contexto social e se desenvolvendo, mas foi somente em 1922 ocorreu o primeiro Congresso Brasileiro de Química que impulsionou a criação da Sociedade Brasileira de Química (SBQ).

Na década de 80 no Estado do Paraná, a Secretaria do Estado elaborou documentos para reestruturar o ensino do 2o grau. Já nos anos 90 as mudanças neoliberais colocaram a educação em pauta novamente, tendo os PCN's como documento balizador. Contudo foi com a organização das Diretrizes Curriculares de Química para o ensino médio, que se buscou resgatar a especificidade da disciplina de Química, e assim pode-se recuperar a sua importância no currículo escolar como também organizar o estudo da Química em Conteúdos Estruturantes, a saber: Matéria e sua Natureza; Biogeoquímica e Química Sintética, os quais segundo as Diretrizes Curriculares de Química (2009) identificam a disciplina como conhecimento que se constrói

historicamente nas diferentes relações sociais, no objetivo de formar um aluno que se aproprie dos conhecimentos químicos e seja capaz de refletir criticamente sobre o período histórico atual.

2. OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

Formar um aluno que se aproprie dos conhecimentos químicos e seja capaz de refletir criticamente sobre o meio em que está inserido, conhecendo os conceitos químicos presentes nos materiais por ele utilizados em seu cotidiano e compreendendo a Ciência como uma construção de homens e mulheres, portanto, inseparável dos processos sociais, políticos e econômicos.

3. CONTEÚDOS

3.1. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES DE QUÍMICA

14. MATÉRIA E SUA NATUREZA
15. BIOGEOQUÍMICA
16. QUÍMICA SINTÉTICA

3.2. CONTEÚDOS BÁSICOS

- MATÉRIA
- SOLUÇÕES
- VELOCIDADE DAS REAÇÕES
- LIGAÇAO QUÍMICA
- REAÇÕES QUÍMICAS
- VELOCIDADE DAS REAÇÕES
- RADIOATIVIDADE
- GASES
- FUNÇÕES QUÍMICAS

3.3. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS TRABALHADOS DURANTE A CARGA HORÁRIA TOTAL DE 128 HORAS/AULA

17. Energia, matéria e suas propriedades
18. Os materiais
19. Matérias e Sistemas
20. Tipos de sistemas
21. Propriedades dos materiais
22. Substância e mistura (homogêneas e heterogêneas)
23. Métodos de separação de misturas
24. Fenômenos físicos e químicos
25. Reações químicas
26. Substâncias simples e substâncias compostas
27. Modelos atômicos (1o modelo: Demócrito, 2o modelo; Dalton, 3o modelo
28. Thomson, 4o modelo Rutherford)
29. Caracterização do átomo e estado energético
30. Comparação entre átomos
31. Isótopos e Isóbaros

32. Íons
33. Distribuição eletrônica
34. Evolução dos modelos atômicos
35. Radioatividade
36. Classificação periódica
37. Ligações iônicas, covalente (comum e dativa) e metálica
38. Funções inorgânicas (ácidos, bases, sais e óxidos)
39. Gases
40. Equação geral dos gases
41. Classificações das reações químicas
42. Equação química
43. Tipos de reações químicas
44. Soluções
45. Colóides
46. Concentração
47. Força intermolecular
48. Densidade
49. Variação de entalpia
50. Oxirredução
51. Calorimetria
52. Massa atômica
53. Massa molecular
54. Mol-Quantidade de matéria
55. Funções inorgânicas(Ácidos, bases, Sais e Óxidos)
56. Introdução à química orgânica
57. Átomo de carbono
58. Classificação de cadeias carbônicas
59. Compostos orgânicos
60. Nomenclatura
61. Funções orgânicas
62. Hidrocarbonetos (Petróleo)
63. Funções oxigenadas
64. Demais funções nitrogenadas
65. Isomeria (geométrica e óptica)
66. Polímeros
67. Diferenciação de compostos orgânicos

4. METODOLOGIA DE ENSINO

Os conteúdos de Química serão abordados de forma objetiva e direta, relacionando-os com as aplicações cotidianas dessa Ciência que está ligada intimamente a todo o desenvolvimento da humanidade, mostrando que o conhecimento é construído de forma gradativa. Espera-se formar estudantes que a partir do conhecimento químico, adquiram melhor compreensão do meio, assimilem os conteúdos de maneira satisfatória, desenvolvam sua capacidade de análise e assumam uma postura crítica frente as suas decisões e consequências, enquanto integrantes da sociedade.

Torna-se necessário de acordo com o currículo de Química e sempre que possível contribuir na afirmação da identidade destes alunos, como também buscando construir concepções de mundo e de escola, valorizando o conhecimento que o aluno traz e a partir deste buscar a formação do conhecimento científico, transformando esse saber de maneira organizada e sistematizada, a fim de assegurar seus direitos e inseri-los no

contexto social, por meio de estudo de temas geradores de conhecimentos, os quais exigem observação, experimentação, reflexão, análise, sistematização e estudos para aprofundamento teórico, não só do aluno, mas principalmente do professor, para que este possa desenvolver um bom trabalho (BRASIL, 2006 a).

Nesta visão sobre o ensino-aprendizagem, é importante colocar a importância da experimentação, no entanto, é necessário perceber que o experimento faz parte do contexto normal de sala de aula e precisa ser realizado, porém sem ter que dicotomizar teoria e prática. Assim, torna-se visível a necessidade dos alunos em se relacionarem com os fenômenos sobre os quais se referem os conceitos a serem formados e significados no processo de ensino-aprendizagem, devendo a disciplina ser tratada de modo que possibilite ao aluno o entendimento do mundo e a sua interação com ele. Para isso, cabe ao professor criar situações de aprendizagens de modo que o aluno pense mais criticamente sobre o mundo, reflita sobre as razões dos problemas e procure as possíveis soluções.

Portanto, é diante desta necessidade que se pretende abordar os conteúdos de Química utilizando recursos didáticos de modo a auxiliar o desenvolvimento do ensino e aprendizagem, tais como: aulas e vídeos na tevê pendrive, uso do quadro, filmes, pesquisa bibliográfica em livros e/ou usando o laboratório de informática, simulação de reações (site diaadia.pr.gov.br) (conforme necessidade do professor) interpretação de textos pertinentes a assuntos que abordem conceitos de Química, jogos envolvendo conceitos químicos; experimentos de simples realização que possam ser realizados em sala de aula, debates sobre temas sociais como por exemplo o meio ambiente, uso do livro didático público do estado do Paraná e do MEC, livros do Eureka de Química (versão Pré- vestibular e ENEM). Esses recursos serão utilizados sempre respeitando e observando o tempo e as necessidades específicas de cada conteúdo, como também a metodologia que melhor auxilia em sua abordagem e desenvolvimento.

No âmbito da disciplina de química deve ser tratado sobre aspectos da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, de acordo com a Lei n. 11.645/08, a Educação Ambiental com base na Lei 9.795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, bem como a Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, Sexualidade Humana, sempre que os conteúdos da disciplina permitam uma abordagem contextualizada dessas temáticas.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação de Química será formativa e processual, considerando a participação ativa dos alunos em sala de aula, atividades realizadas em sala de aula , comparação e opinião sobre temas pertinentes abordados na mídia, resolução de exercícios em grupos e avaliação individual, a qual abordará questões na forma subjetiva e objetiva de acordo com o conteúdo.

O desenvolvimento das atividades em grupo é uma avaliação importante, pois permite o professor mediar à socialização dos alunos frente a diversas situações e opiniões, além de valorizar a importância de defender suas ideias e respeitar as ideias que divergem das suas, aproveitando sempre estes momentos para valorizar a comunicação entre a classe.

Na concepção de avaliação diagnóstica Luckesi (2002, p. 81), aponta que:

> [...] para que a avaliação sirva à democratização do ensino, é [preciso] modificar a sua utilização de classificatória para diagnóstica. Ou seja, a avaliação deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e

satisfatórias para que possa avançar nos eu processo de aprendizagem.

Acreditamos que independente da metodologia avaliativa adotada pelo professor, a avaliação deve ser um instrumento a ser utilizado para verificar o que realmente o aluno aprendeu, possibilitando assim, que o professor possa ter de acordo com os sistemas de avaliação.

A média aritmética simples será utilizada para cálculo da média bimestral, esta será composta de no mínimo quatro notas sendo descartado sempre o menor resultado, após atividades de recuperação concomitante, na qual a nota mínima sera 6,0.

A avaliação deverá ser feita através de instrumentos diversificados que possibilitem as várias formas de expressão dos alunos. Um deles é a leitura e interpretação de textos, onde o professor verificará se houve compreensão das ideias presentes no texto, se o aluno interage com o texto por meio de questionamentos, concordâncias ou discordâncias; se o aluno, ao falar sobre o texto, expressou suas ideias com clareza e sistematizou o conhecimento de forma adequada e ainda se foram estabelecidas relações entre o texto e o conteúdo abordado em sala de aula.

Outro instrumento é o de produção de textos onde o professor deverá verificar se o educando é capaz de produzir textos atendendo às circunstâncias de produção (gênero, interlocutor, finalidade, etc.); expressar as idéias com clareza (coerência e coesão); adequar a linguagem às exigências do contexto de produção, dando-lhe diferentes graus de formalidade ou informalidade, atendendo especificidades da disciplina em termos de léxico, de estrutura; elaborar argumentos consistentes; produzir textos respeitando o tema; estabelecer relações entre as partes do texto; estabelecer relação entre a tese e os argumentos elaborados para sustentá-la.

Quando for solicitado que os alunos façam uma pesquisa bibliográfica, é de se esperar do aluno quanto à contextualização, identifica a situação e o contexto com clareza; ao problema, apresenta de forma clara, objetiva o tema levantado, delimitando o foco da pesquisa na busca de solução; a justificativa aponta argumentos sobre a importância da pesquisa; o aluno, na escrita, remete-se aos textos lidos, por meio de citações ou paráfrases, referenciando-os adequadamente.

As atividades experimentais requerem que o aluno, ao realizar o experimento, seja capaz de registrar as hipóteses e os passos seguidos; demonstra compreender o fenômeno experimentado; sabe usar adequadamente e de forma conveniente os materiais; consegue utilizar apropriadamente o ambiente e os instrumentos necessários.

Na apresentação de seminários, os professores deverão considerar se o aluno demonstra consistência nos argumentos, tanto na apresentação quanto nas réplicas; apresenta compreensão do conteúdo abordado (a leitura compreensiva dos textos utilizados); faz adequação da linguagem; demonstra pertinência quanto às fontes de pesquisa; traz relatos para enriquecer a apresentação; faz adequação e toma como relevante as intervenções dos integrantes do grupo que assiste a apresentação.

Ao fazer uso de questões discursivas, os professores deverão considerar se o aluno demonstra compreensão do enunciado da questão; comunica por escrito, com clareza utilizando-se da norma padrão da Língua Portuguesa, sistematiza o conhecimento de forma adequada. Já nas questões objetivas se o aluno realiza leitura compreensiva do enunciado; demonstra apropriação de alguns aspectos definidos do conteúdo; é capaz de utilizar os conhecimentos adquiridos e principalmente a fixação do conteúdo.

Outros instrumentos poderão ser empregados desde que se mostrem adequados aos critérios estabelecidos para cada conteúdo. Logo, espera-se que o aluno entenda e questione a Ciência de seu tempo e os avanços tecnológicos na área de Química; construa e reconstrua o significado dos conceitos químicos; tome posições críticas frente às situações sociais e ambientais desencadeadas pela produção do conhecimento

químico; compreenda a constituição química da matéria a partir dos conhecimentos sobre modelos atômicos, estados de agregação e natureza elétrica da matéria.

Espera-se ainda que o aluno formule o conceito de soluções a partir dos desdobramentos deste conteúdo básico, associando substâncias, misturas, métodos de separação, solubilidade, concentração, forças intermoleculares; identifique a ação dos fatores que influenciam a velocidade das reações químicas; compreenda o conceito de equilíbrio químico, a partir da concentração, pressão, temperatura e efeito dos catalisadores; elabore o conceito de ligação química, na perspectiva da interação entre o núcleo de um átomo e eletrosfera de outro a partir dos desdobramentos desse conteúdo básico.

Por fim, espera-se que entendam as reações químicas como transformações da matéria a nível microscópico e diferencie as reações nucleares das demais reações que ocorrem na natureza; diferencie gás de vapor, a partir dos estados físicos da matéria, propriedades dos gases, modelo de partículas e as leis dos gases; reconheça as funções químicas, ácidos, bases, sais e óxido em relação a outras funções com a qual estabelece interação.

Esse processo avaliativo tem como finalidade não separar teoria e prática, e sim, observar a posição do aluno em relação à leitura de mundo, que se espera, seja crítica nos debates conceituais, articule o conhecimento químico às questões sociais, econômicas e políticas agindo assim no meio em que está inserido.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel. A Educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão. Alfabetização e Cidadania no 11, Abril 2001.

BRASIL, Ministério da Fazenda; Ministério da Educação. Programa Nacional de Educação Fiscal. Educação Fiscal no Contexto Social. Série Educação Fiscal, Caderno 1, Título II, Brasília 2009.

PARANA. Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica. Química. Curitiba, 2009.

PARANA. Secretaria de Estado da Educação, Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. Enfrentamento à Violência na Escola. Série Cadernos Temáticos dos Desafios Educacionais Contemporâneos, v. 4, Curitiba, 2008.

PARANA. Secretaria de Estado da Educação, Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. Educação Ambiental. Série Cadernos Temáticos dos Desafios Educacionais Contemporâneos, v. 3, Curitiba,2008.

COVRE,G.J. Química Total. Volume Único, São Paulo: FTD, 2001.

FELTRE,R. Química. Volumes 1,2 e 3 _6a edição.São Paulo:Moderna,2004.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem Escolar. 14a edição São Paulo: Cortez, 2002.

MORTIMER,E.F. Química. Volume único. São Paulo: Scipione,2005.

PERUZZO,M.F. Química na abordagem do cotidiano. Volume 1,2 e 3. São Paulo: Moderna,2003.

COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO PROFESSOR JAELSON BIÁCIO
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA

CAMPO MOURÃO - 2011

1- APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A compreensão científica dos fatos sociais é o objetivo primordial do estudo da disciplina de Sociologia. Neste sentido, a partir de uma determinada realidade, o estudo sociológico buscará analisar o ser humano como sujeito social sem desconsiderar a multiplicidade de relações e inter-relações sociais que acontecem. A Sociologia afirma-se, então, como instrumento que o professor maneja em sala, por intermédio da interlocução com textos sociológicos, antropológicos da Ciência Política, mas também com materiais documentais como filmes, a literatura, obras de arte e fotografias entre outros, a fim de responder, com o aluno, às questões suscitadas por esse modo de olhar a realidade . O ensino da Sociologia pressupõe, a compreensão da educação como um caminho para conhecer, para saber, no sentido de superar os preconceitos, as ideologias, o senso comum; enfim, para desenvolver a capacidade crítica

Visando oferecer meios para a compreensão social, o professor de Sociologia em sala de aula, deverá estimular permanentemente o conhecimento crítico, real e libertador, tanto teórico quanto prático. Não significa apresentar aos estudantes uma realidade social nova e inteiramente desconhecida, a partir da história e suas transformações, bem como na qualidade de sujeito ativo dos grupos integrantes das instituições e dos movimentos sociais.

A Sociologia tem o papel de estudar e pesquisar os problemas que permeiam a realidade, questionando-os e buscando, em diferentes sentidos e de diversas formas, respostas múltiplas para a construção de caminhos viáveis para a convivência coletiva e a construção da justiça econômica, uma vez que o conhecimento sociológico contribui para que o estudante desenvolva a sua autonomia, de forma a ser capaz de confrontar diferentes interpretações e construir sua própria visão de mundo.

A inclusão da Sociologia no Ensino Médio é um avanço e busca fortalecer o trabalho da escola, no processo de oferecer ao aluno, condições para o exercício pleno da cidadania e da participação social.Os saberes e os conteúdos relacionados a esta disciplina devem ser contextualizados exatamente porque se faz necessário problematizar e discutir nas escolas as questões políticas ,sociais contribuindo para o desenvolvimento de um pensamento crítico e fornecendo condições para um aprendizado que permita uma interferência consciente, a fim de que sejam garantidas as mudanças necessárias para a superação dos desafios atuais de nossa sociedade.

2- OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

Desenvolver nos alunos a “percepção sociológica”, visando desenvolver neles um raciocínio e uma abordagem específica no entendimento da realidade social;
Sensibilizar o aluno para as questões sociais e os desafios que as transformações atuais têm colocado, preparando-os para uma intervenção responsável na vida social e para o exercício da cidadania;
Favorecer o reconhecimento de conceitos e autores das Ciências Sociais;
Possibilitar o entendimento das Ciências Sociais, que pesquisam e estudam o comportamento social humano e suas várias formas de organização;

Desenvolver a formação da cidadania numa perspectiva sociológica e ética;
Relacionar os agrupamentos sociais com a estratificação e a mobilidade social;
Articular o saber histórico escolar de acordo com os princípios da disciplina, reelaborando, assim, a herança social que o sujeito adquire de seu grupo;
Identificar os conhecimentos científicos como meios para compreender e transformar o mundo à sua volta;
Contribuir para a preparação do aluno para a vida, de modo que ele possa participar ativamente na sociedade em que vive, sob ponto de vista político, social, econômico e cultural;
Contribuir para a formação de valores e atitudes sociais, que possam fortalecer a formação integral do ser humano;
Contextualizar o saber escolar com a visão histórica da construção do homem, bem como, suas implicações e limitações socioeconômicas, históricas e políticas, na perspectiva de formação de sujeitos autônomos, críticos e solidários.

3- CONTEÚDOS ESTRUTURANTES DE SOCIOLOGIA

De acordo com o texto conteúdos básicos da disciplina de Sociologia, anexo das Diretrizes Curriculares da disciplina de Sociologia (PARANÁ, 2008), esses são os conteúdos estruturantes que serão no Ensino Médio:

4- Surgimento da Sociologia e Teorias Sociológicas
5- O processo de socialização e as Instituições sociais
6- Cultura e indústria cultural
7- Trabalho, produção e classes sociais
8- Poder , política e ideologia
9- Direitos, cidadania e movimentos sociais

Conteúdo específicos e básico:

1ª Série

1.1 Conteúdo Estruturante
- Surgimento da Sociologia e Teorias Sociológicas

1.2 Conteúdos básicos
- Definição de Sociologia
- Formação e consolidação da sociedade capitalista e o desenvolvimento do pensamento social;
- Teorias sociológicas clássicas: Comte, Durkheim, Engels e Marx, Weber.
- O desenvolvimento da Sociologia;

1.3 Conteúdo Estruturante
8- O Processo de Socialização e as Instituições Sociais

1.4 Conteúdos básicos
- Processo de Socialização;
- Instituições sociais: Familiares; Escolares; Religiosas;
- Instituições de Reinserção (prisões, manicômios, educandários, asilos, etc).

2ªsérie

2.1 Conteúdo Estruturante

- Trabalho, Produção e Classes Sociais

2.2 Conteúdos básicos

- A produção
- Trabalho e matéria prima
- Instrumentos de produção
- As forças produtivas
- Relações de Produção
- Modo de produção: conceito e diferentes modos de produção
- Modo de Produção Capitalista e Modo de Produção Socialista
- Desigualdades sociais: estamentos, castas, classes sociais
- Globalização conservadora e Neoliberalismo;
- Relações de trabalho;
- Trabalho no Brasil

2.3 Conteúdo Estruturante

- Poder, Política e Ideologia

2.4 Conteúdos básicos

- Formação e desenvolvimento do Estado Moderno;
- Democracia, autoritarismo, totalitarismo
- A importância da participação popular
- Estado no Brasil;
- Conceitos de Poder;
- Conceitos de Ideologia;
- Tipos de consciência(transitiva, ingênua, crítica, de classe, etc)
- O que é ser alienado?
- Conceitos de dominação e legitimidade;
- As expressões da violência nas sociedades contemporâneas e o enfrentamento à violência em especial à criança e adolescente.

- 5 Conteúdos Estruturantes
  - Direito, Cidadania e Movimentos Sociais

2.6 Conteúdos básicos

- Direitos: civis, políticos e sociais;
- Direitos Humanos;
- Conceito de cidadania;
- Movimentos Sociais;
- Movimentos Sociais no Brasil e na História do Paraná;
- A questão ambiental e os movimentos ambientalistas;
- A questão das ONG's.
-

3ª Série

3.1 Conteúdo Estruturante

- Cultura e Indústria Cultural

3.2 Conteúdos básicos

- Desenvolvimento antropológico do conceito de cultura e sua contribuição na análise das diferentes sociedades;
- Diversidade cultural;
- A questão religiosa – respeito e valorização
- Identidade;
- Indústria cultural;
- Meios de comunicação de massa;
- Os perigos da mídia
- Sociedade de consumo;
- Indústria cultural no Brasil;
- Questões de gênero;
- Cultura afrobrasileira e africana;
- Culturas indígenas.

16-METODOLOGIA DA DISCIPLINA

A Sociologia tem contribuído para a ampliação do conhecimento do homem sobre sua própria condição de vida e fundamentalmente para análise das sociedades e alargar um saber especializado em teoria e pesquisa que esclareçam muitas dos problemas da vida social.

O tratamento dos conteúdos pertinentes à Sociologia fundamenta-se e sustenta-se em teorias originárias de diferentes tradições sociológicas.

É importante ter bem claro que a história da Sociologia como disciplina acadêmica e escolar não está desvinculada dos fundamentos teóricos, cada um a seu modo, elegem conteúdos temáticos, problemáticos, metodológicos que estão gerados na realidade contemporânea, com por exemplo a questão da educação ambiental (lei n.9.795/99) a qual deve coroborar com a conservação do meio bem como a construção de valores e atitudes

Na sociologia a pesquisa deve estar presente, ou seja, ela é um componente importante na relação dos alunos com o meio em que vivem e com a ciência que estão aprendendo. Ela serve como mais um instrumento para o desenvolvimento da compreensão e explicação dos fenômenos sociais. Também é importante orientar como se faz uma pesquisa bibliográfica. Mostrar que antes de fazê-la é necessário definir objetivos, onde e como buscar esse referencial, bem como a diferença entra as diversas fontes.

Outras práticas são importantes como leituras e analises de textos sociológicos, que ajudarão os alunos a se familiarizarem com a linguagem específica dessa ciência. Por isso, é necessário que os professores contextualizem e analisem com eles o que foi escrito, mostrando que a produção científica não é verdade absoluta, mas apenas uma perspectiva de análise de determinada situação ou questão.

O conhecimento as concepções é de importância central na construção do pensamento sociológico, especialmente no contexto escolar, possibilitando ao professor, refletir e orientar criticamente sua ação pedagógica, como também possibilitara ao aluno ter acesso ao conhecimento elaborado de forma rigorosa, complexa e críticas da realidade social na qual está inserido. O enfretamento à violência contra a violência prescrita pela Lei Federal n11525/07 bem como a prevenção do uso indevido de drogas sobretudo no âmbito escolar.

A sociedade brasileira com suas desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais permiti questionar muito a Sociologia clássica e moderna. O pensamento sociológico na escola é consolidado a partir da articulação de experiências e conhecimentos apreendidos como totalidades complexas, procurando dar um tratamento teórico aos problemas, como as desigualdades sociais e econômicas, a exclusão, as conflituosas relações sociedade-natureza, a negação da diversidade cultural, de gênero e étnico-racial. Trata-se de reconstruir o conhecimento que o aluno já dispõe num nível de compreensão, da capacidade de intervenção e transformação dessa prática social conforme prescreve a lei n. 11.645/08.

17-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO ESPECÍFICOS DA DISCIPLINA

O processo de avaliação deve ser realizado em todas as atividades relacionadas a disciplina, necessitando de um tratamento metódico e sistemático. Deve ser pensado e elaborado de forma transparente e coletivo. Também a mudança na forma de olhar para os problemas sociais, assim como iniciativa e a autonomia para tomar atitudes diferenciadas e criativas, que rompam com a acomodação e o senso comum.

As formas de avaliação em Sociologia devem acompanhar as próprias práticas de ensino e de aprendizagem da disciplina desde que tenha clareza dos objetivos que se pretende atingir.

A avaliação na disciplina de Sociologia deve ter uma perspectiva de avaliação formativa, diagnóstica, contínua e cumulativa, levando-se em conta a participação do aluno em sala, bem como o seu desenvolvimento, sua evolução no decorrer do ano letivo.

Pensando na avaliação inclusiva, é preciso conhecer a realidade do aluno e buscar instrumentos de avaliação compatíveis com a necessidade do mesmo, buscando sua inserção autônoma no sistema de ensino e no mundo.

Enfim, a avaliação deve propiciar ao educando uma reflexão sobre suas aptidões e dificuldades, capacitando-o ao desenvolvimento integral, desenvolvendo seu senso crítico e reflexivo, tendo sempre respeitados seus limites e ritmos de aprendizagem.

Alem desses pressupostos, a avaliação na disciplina de Sociologia englobará os princípios do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Campo Prof. Jaelson Biácio.

18-REFERÊNCIAS

AZEVEDO R. Princípios de sociologia: pequena introdução ao estudo da sociologia geral. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

BOSI, E. Cultura de massa e cultura popular. Petrópolis: Vozes, 1981.

BOTTOMORE, T.B. Introdução à Sociologia. Rio de Janeiro, LTC, 1975.

BRYM, Robert et al. Sociologia: Sua Bússola para o Novo Mundo. São Paulo, Thomson. 2006.

CENTRO DE ESTUDOS ANGOLANOS (M.P.L.A). O Que é a História da Sociedade Humana. 7ª ed. São Paulo: Global Editora, 1995. Coleção: Coleção universidade popular

CHAUÍ, M. O que é ideologia. São Paulo: Brasiliense, 1997.

COSTA, Cristina. Sociologia: introdução da ciência da Sociedade. São Paulo: Editora moderna. 2000.

COULSON, Margaret A. e RIDDELL, David S. Introdução à Sociologia. 5ª Edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

DIAS, Reinaldo. Fundamentos da Sociologia. São Paulo. Editora Alínea. 2000.

KUENZER, A. Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 3. ed. São Paulo: CORTEZ, 2002.

OLIVEIRA, P. S. Introdução à sociologia. São Paulo: Ática, 2001.

MARTINS, C.B.,O que é sociologia. Brasiliense, 2001

MEKSENAS, Paulo. Aprendendo Sociologia: A paixão de conhecer a vida. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

OLIVEIRA. Pérsio Santos de. Introdução à sociologia. 20 ª ed. São Paulo: editora Ática. 2001.

PARANÁ. SEED. Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes curriculares da educação especial para a construção de Currículos inclusivos. Secretaria de Estado da Educação - SEED: Curitiba, junho de 2006.

PARANÁ. SEED. Secretaria de Estado da Educação do Paraná . Diretrizes Curriculares para a Educação Básica -Sociologia. Secretaria de Estado da Educação - SEED: Curitiba, 2006. Disponível em http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/diretrizes_2009/sociologia.pdf Acesso em 02 de fev 2009.

PARANÁ.SEED. Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes para a educação das relações étnicos- raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Secretaria de Estado da Educação - SEED: Curitiba, junho de 2006.

PARANÁ.SEED. Secretaria de Estado da Educação. Livro Didático Público - Sociologia. Vários Autores. Secretaria de Estado da Educação – Vários Autores. Curitiba, SEED:2006.

PRADO JUNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1973.

TOMAZI, Nelson Dacio. Iniciação à Sociologia. São Paulo: atual editora, 2000.

VILA NOVA, Sebastião. Introdução à Sociologia. São Paulo, Atlas, 1985.